



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Ana Carolina de Farias Miranda

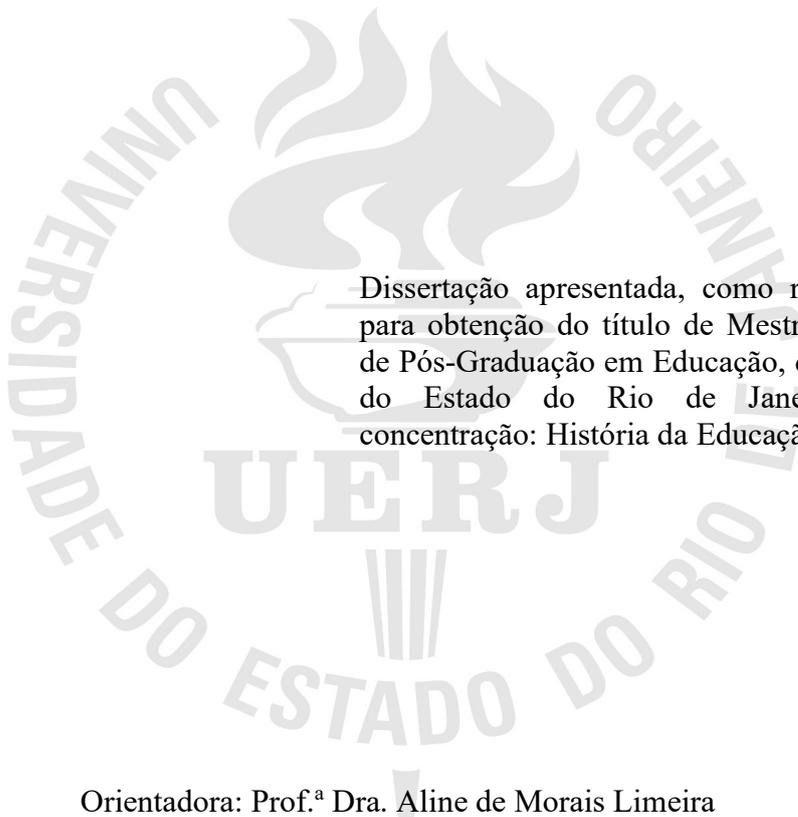
**“A marcha progressiva do ensino”: Processos de escolarização no  
município fluminense de Iguassú (1879 – 1889)**

Rio de Janeiro

2020

Ana Carolina de Farias Miranda

**“A marcha progressiva do ensino”: Processos de escolarização no município fluminense de Iguassú (1879-1889)**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História da Educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Aline de Moraes Limeira

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

M672 Miranda, Ana Carolina de Farias.  
“A marcha progressiva do ensino”: Processos de escolarização no município fluminense de Iguassú (1879 – 1889) / Ana Carolina de Farias Miranda. – 2020. 118 f.

Orientador: Aline de Moraes Limeira.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Faculdade de Educação.

1. Educação – Teses. 2. Periódicos brasileiros – Teses. 3. Escolas – Teses. I. Limeira, Aline de Moraes. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

es

CDU 37(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

\_\_\_\_\_  
Data

Ana Carolina de Farias Miranda

**“A marcha progressiva do ensino”: Processos de escolarização no município fluminense de Iguassú (1879-1889)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História da Educação.

Aprovada em 30 de novembro de 2020.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Aline de Moraes Limeira (Orientadora)  
Faculdade de Educação da UERJ

---

Prof. Dr. José Gonçalves Gondra  
Faculdade de Educação da UERJ

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Angélica Borges  
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Rio de Janeiro

2020

## **DEDICATÓRIA**

Aos pesquisadores da História da Baixada Fluminense.

## AGRADECIMENTOS

A pesquisa empreendida e apresentada nesta dissertação é fruto de pura teimosia.

Teimosia forjada e alimentada diariamente por diversas pessoas a quem o mínimo que me cabe é agradecer. Não utilizarei a palavra “gratidão”, porque o uso indiscriminado desta produziu um ranço semelhante ao momento em que vejo camisas com a palavra “fê”. Então, fixo-me na felicidade de ter tantas pessoas para agradecer.

Agradeço a minha família, em especial aos meus pais, Ana Maria de Farias e Braulio Miranda, pelo amor incondicional, pelas gargalhadas e por tantos feitos que poderiam produzir uma obra dividida em vários volumes. Ao Marcus Vinicius Pereira, pela companhia nas aventuras, pelo cuidado e pelo tutorial de excel (rsrs). Agradeço ao meu irmão e sua esposa, Paulo Roberto de Farias e Lúcia Helena Aguiar, pelo apoio tanto nos sonhos quanto nos momentos mais difíceis. À Mariana Faria, filha emprestada, que ilumina os dias nublados com um tímido sorriso. À Fernanda Faria, companheira das saídas de campo, capaz de divulgar, me levar para fazer inscrição e nunca aparecer no curso de História da Baixada Fluminense da FABEL (sábado pela manhã é difícil mesmo... rsrs).

Agradeço às amigas Beatriz Mello, Danielle Assis e Jackeline Monteiro por tornarem-se a família que eu escolhi e pela empatia que nos faz parecer juntas, mesmo que a gente fique bastante tempo separadas.

Agradeço a minha orientadora/psicóloga/cocada, Aline de Moraes Limeira, pela oportunidade, pelo trabalho intenso e competente desenvolvido com generosidade e paciência. Ao professor José Gonçalves Gondra por me inspirar desde a graduação com o seu exemplo de competência e dedicação à História da Educação. Às professoras Alexandra Silva, Márcia Cabral, Paula Leonardi, Siomara Borba e Sônia Camara cujas aulas, leituras e retornos acerca das produções auxiliaram sobremaneira na confecção desse trabalho.

Agradeço aos colegas do Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação (NEPHE), pelas trocas e apoio: Aline Machado, Ana Carolina Rozendo, Andres Garcia, Carlos Prado, Denise Medina, Diego Salgado, Edgleide Clemente, Eliane Reis, Elisabeth Silva, Fátima Nascimento, Felipe Lameu, Fernanda Fontes, Francisco Vilanova, Gisele Alves, Inára de Almeida, Jocemir Reis, Katia Cordeiro, Luana Goulart, Lélío Senna, Mariane Conceição, Patrícia Costa, Paulo Rogério Sily, Sergio Niuiaia, Ticiane Duarte e Viviane Calazans.

Agradeço ao grupo de Estudos de História da Educação Local (EHELO) da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ) pela acolhida e generosidade com que

dividiram suas pesquisas comigo, em especial as professoras Amália Dias e Angélica Borges, e os colegas Ana Paula Esteves, Angelica Bauer, Beatriz Souza, Eliana Laurentino, Hugo Moreira e Kimberly Araújo.

Agradeço aos professores Guilherme Peres, Marlucia Souza, Nielson Bezerra e Tania Amaro, pelos escritos, pela partilha de fontes e sobretudo pela paciência com que acolheram as minhas dúvidas.

Agradeço aos colegas do Departamento de Orientação e Supervisão Pedagógica (DEP/UERJ) pelo apoio, principalmente a Caren Regis, Catiana Fernandes, Eliane Affonso, Giselle da Conceição, Helaine David, José Ricardo Santiago, Marcela Costa, Priscila Garcez, Tania Niskier e Thaianie Meirelles.

Meu joelho não se dobra

Dessa terra de laranjas

Eu herdei a acidez

*Lasana Lukata*

## RESUMO

MIRANDA, Ana Carolina de Farias. “*A marcha progressiva do ensino*”: *Processos de Escolarização no município fluminense de Iguassú (1879-1889)*. 2020. 214 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

A pesquisa desenvolvida tem por objeto de estudo o processo de escolarização no município fluminense de Iguassú, durante os anos de 1879 a 1889. No recorte aqui proposto, tomamos por fonte as edições do *Almanak Laemmert* publicadas entre os anos de 1879 e 1889 que apresentavam o “Almanak das Províncias”. O *Almanak Laemmert*, anuário de propriedade dos irmãos Heinrich e Eduard Laemmert, cuja publicação iniciou-se em 1844 e estendeu-se até os anos iniciais do século XX, é um documento de suma importância para o estudo do processo de escolarização, pois no mesmo eram divulgados dados dos municípios que compunham a província do Rio de Janeiro, diversos serviços e profissionais. Dentre as demais fontes acionadas, ressaltamos o *Jornal do Commercio*, os relatórios do Presidente da Província e do Diretor da Instrução Pública. A partir da seleção destas fontes, analisamos anúncios sobre professores e escolas, tanto da malha pública quanto da malha privada, estatísticas escolares, dados oficiais, a divulgação dos agentes da província responsáveis pela inspeção deste aparato, além das redes de sociabilidade que puderam ser apreendidas através dos anúncios de associações/sociedades e seus membros, bem como das publicações de sessões da Assembleia Legislativa Provincial e de publicações solicitadas por particulares que às vezes preferiram manter o anonimato. Desta forma, objetivamos contribuir para a historiografia geral e da educação através da divulgação de fontes sobre um território ainda pouco explorado no meio acadêmico – considerando a existência de apenas um artigo sobre o município de Iguassú dentre todas as edições (até o presente momento) da *Revista Brasileira de História da Educação (RBHE)*. O recorte temporal tem seu início em 1879, pois além de marcar o último decênio do Império, verificamos iniciativas, neste período, com o intuito de propor reformas na instrução pública em toda a província e não só na Côrte. Findamos a proposta do recorte cronológico no ano de 1889 haja vista a mudança de regime que se opera no país a partir da proclamação da República. Os exemplares do *Almanak Laemmert* e os relatórios tanto do Presidente da Província, quanto do Diretor da Instrução pública podem ser encontrados nos sítios eletrônicos do Center for Research Libraries e na Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Já o *Jornal do Commercio* e os demais impressos que são citados neste trabalho foram encontrados apenas na Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Palavras-chave: Processos de escolarização. Província do Rio de Janeiro. Iguassú.

## ABSTRACT

MIRANDA, Ana Carolina de Farias. “*A marcha progressiva do ensino*”: *Processos de Escolarização no município fluminense de Iguassú (1879-1889)*. 2020. 214 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

The research developed has as object of study the process of schooling in the city of Iguassú, during the years 1879 to 1889. In the cutout proposed here, we take as source the editions of the *Almanak Laemmert* published between the years 1879 and 1889 that presented the "Almanak of the Provinces". The *Almanak Laemmert*, a yearbook owned by Brothers Heinrich and Eduard Laemmert, whose publication began in 1844 and continued until the early years of the 20th century, is a document of great importance for the study of the schooling process, since in it data from the municipalities that made up the province of Rio de Janeiro, various services and professionals were published. Among the other sources, we highlight the *Jornal do Commercio*, the reports of the President of the Province and the Director of Public Instruction. From these sources, we analyzed advertisements about teachers and schools, both public and private, school statistics, official data, the disclosure of the agents of the province responsible for inspecting this apparatus, as well as the networks of sociability that could be understood through the advertisements of associations/societies and their members, as well as publications of sessions of the Provincial Legislative Assembly and publications requested by individuals who sometimes preferred to remain anonymous. Thus, we aim to contribute to general historiography and education through the dissemination of sources on a territory still little explored in the academic environment - considering the existence of only one article on the municipality of Iguassú among all editions (so far) of the Brazilian Journal of Educational History (RBHE). The temporal cut-off began in 1879, because in addition to marking the last decade of the Empire, we verified initiatives in this period with the purpose of proposing reforms in public education throughout the province and not only in the Court. We finished the proposal of the chronological cut in the year 1889 in view of the change of regime that operates in the country from the proclamation of the Republic. The copies of the *Almanak Laemmert* and the reports of both the President of the Province and the Director of Public Instruction can be found on the websites of the Center for Research Libraries and the Hemeroteca of the National Library. The *Jornal do Commercio* and the other printed materials cited in this work can only be found in the Hemeroteca of the National Library.

Keywords: Schooling processes. Province of Rio de Janeiro. Iguassú.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Imagens Iguazuanas.....	9
Figura 2 – Mapa da Província do Rio de Janeiro .....	28
Figura 3 – Recorte do Mapa da Província do Rio de Janeiro.....	29
Figura 4 – Estrutura da Secretaria de Estado dos Negócios do Império de 1874 a 1890 .....	32
Figura 5 – Exemplo de controle e regulação social .....	39
Figura 6 – Amparo ao desenvolvimento do ensino.....	45
Figura 7 – Fala sobre proposta de reforma da instrução pública .....	48
Figura 8 – Fala do Presidente da Província acerca da “realidade não satisfatória” .....	49
Figura 9 – Fala do Presidente da Província sobre o Regulamento de 1876.....	53
Figura 10 – Quadro comparativo expressando quantitativo de crianças para cada escola.....	56
Figura 11 – Investimentos totais em instrução .....	59
Figura 12 – Estatística da instrução primária .....	59
Figura 13 – Matrículas nos municípios fluminenses (1876 e 1877).....	60
Figura 14 – Má distribuição das escolas.....	61
Figura 15 – “Não faltam alumnos, porém escolas” .....	61
Figura 16 – Criação de escolas públicas em 1880.....	62
Figura 17 – Escolas públicas em funcionamento (1880).....	63
Figura 18 – Matrículas nas escolas em 1881 .....	63
Figura 19 – Empecilhos para a prática da obrigatoriedade escolar .....	69
Figura 20 – Extrato do Capítulo V do projeto de reforma de 1883.....	69
Figura 21 – “Ensaiai a execução do ensino obrigatorio” .....	70
Figura 22 – Espaços diversificados de ensino .....	71
Figura 23 – Anúncio do “Collegio Vassourense” .....	73
Figura 24 – Anúncio do 54º aniversário do “Asylo das Orphãs” .....	74
Figura 25 – Concessão de licença para abertura dos engenhos centrais .....	75
Figura 26 – Mapa da Vila de Iguassú.....	80
Figura 27 – Projeto de extinção da freguesia de Sant’Anna das Palmeiras .....	82
Figura 28 – Mapa demonstrativo do território de Iguassú de 1840 a 1940.....	85
Figura 29 – Resposta de Paulo de Frontin.....	86
Figura 30 – Autorizo do pagamento de ordenado do “medico de partido” .....	87
Figura 31 – Solicitação de parecer do inspetor de higiene.....	88
Figura 32 – Críticas sobre a atuação das Câmaras Municipais fluminenses.....	89

Figura 33 – Mais críticas sobre a atuação das Câmaras Municipais fluminenses.....	90
Figura 34 – Convocação de eleição para vereador .....	91
Figura 35 – Exigência de esclarecimentos acerca de demissões e remoções de funcionários públicos.....	97
Figura 36 – Fala do funcionário exonerado.....	98
Figura 37 – Sociedade Dramatica Particular Iguassuense.....	101
Figura 38 – Celebração de missa solicitada pelo Grêmio Musical Iguassuano.....	102
Figura 39 – Libertação de 88 pessoas.....	103
Figura 40 – Telegramas parabenizando a princesa Isabel .....	104
Figura 41 – Pedido de colonos .....	105
Figura 42 – Distinção educação x instrução .....	106
Figura 43 – Alteração nas posturas municipais de Niterói.....	108
Figura 44 – Recorte do projeto apresentado à Assembleia Legislativa Provincial .....	111
Figura 45 – Punições relativas ao não oferecimento de instrução/educação.....	112
Figura 46 – Debate sobre Código de Posturas Iguassuano.....	112
Figura 47 – Críticas na Gazeta .....	114
Figura 48 – Urgência para aprovação das Posturas.....	115
Figura 49 – Projeto substitutivo .....	116
Figura 50 – Solicitação de aditivo .....	116
Figura 51 – Escolas particulares.....	121
Figura 52 – Escolas públicas criadas e em funcionamento - 1835.....	123
Figura 53 – Quadro das casas alugadas para escolas em Iguassú .....	125
Figura 54 – Relato do Inspetor Geral sobre escola subvencionada.....	132
Figura 55 – Dados sobre escolas subvencionadas - 1888.....	133
Figura 56 – Escolas particulares onde não for possível instalar escolas públicas.....	134
Figura 57 – Escolas subvencionadas mantidas pelas municipalidades .....	134
Figura 58 – Suspensão do decreto de criação de escolas municipais.....	135
Figura 59 – Categorias das escolas para o sexo masculino em Iguassú.....	136
Figura 60 – Categorias das escolas para o sexo feminino em Iguassú.....	136
Figura 61 – Escolas criadas .....	137
Figura 62 – Escolas em funcionamento.....	138
Figura 63 – Fala do Diretor – difícil acesso aos mapas de frequência .....	140
Figura 64 – Meninos que frequentaram escolas para meninas.....	140
Figura 65 – Fechamento da escola para meninos no Riachão.....	141

Figura 66 – Escolas da província e faixa de frequência .....	142
Figura 67 – Mudanças no critério de suspensão do ensino .....	143
Figura 68 – Empecilhos para a escolarização.....	143
Figura 69 – Recompensa por frequência .....	144
Figura 70 – Escolas noturnas.....	145
Figura 71 – Ensino noturno para libertos .....	145
Figura 72 – Reprodução do quadro de matrícula e frequência - 1883 .....	147
Figura 73 – Reprodução do quadro de matrícula e frequência - 1886 .....	147
Figura 74 – Relato do Diretor da Instrução Pública em defesa da manutenção das categorias das escolas .....	152
Figura 75 – Resposta à representação docente .....	154
Figura 76 – Parecer acerca do aumento do custeio .....	155
Figura 77 – Mudança no sistema de classes.....	155
Figura 78 – Custeio de pensionista da Escola Normal .....	160
Figura 79 – Tributo de gratidão.....	161
Figura 80 – Remoção de Augusta Candida e D. Josephina dos Reis .....	162
Figura 81 – Licença Maria Paris.....	162
Figura 82 – Remoções Maria Vieira e Eugenia Ribeiro.....	164
Figura 83 – Professores só entrariam de licença mediante substituição.....	166
Figura 84 – Licença professor Lucio Silva.....	166
Figura 85 – Responsáveis pela inspeção em Iguassú .....	167
Figura 86 – Superintendente e inspetores de Iguassú - 1882 .....	168
Figura 87 – Superintendente e inspetores de Iguassú - 1884 .....	168
Figura 88 – Organização do serviço de inspeção na província .....	169

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Período de Gestão dos Presidentes da Província do Rio de Janeiro.....	30
Tabela 2 – Quantitativo de pessoas livres e escravizadas nos anos de 1840, 1851 e 1878.....	37
Tabela 3 – Nº de escolas subvencionadas por município e o sexo que atendiam .....	46
Tabela 4 – Despesa com professores e alugueis de casas para escolas por município ....	58
Tabela 5 – Sugestão de organização dos distritos escolares .....	65
Tabela 6 – Edições do Jornal do Commercio e ocorrências .....	77
Tabela 7 – Pessoas alfabetizadas em Iguassú e Niterói .....	119
Tabela 8 – Crianças na escola em Iguassú e Niterói .....	119
Tabela 9 – Dados da instrução atinentes às populações livre e escravizada das freguesias de Niterói.....	119
Tabela 10 – Dados da instrução sobre as populações livre e escravizada das freguesias de Iguassú.....	120
Tabela 11 – Móveis distribuídos para as escolas de Iguassú (1883 – 1889).....	127
Tabela 12 – Municípios com mais e menos exemplares em 1878.....	129
Tabela 13 – Municípios com mais e menos exemplares em 1879.....	130
Tabela 14 – Exemplares distribuídos para Iguassú .....	130
Tabela 15 – Quadro comparativo entre o quantitativo de habitantes e o quantitativo de escolas .....	138
Tabela 16 – Matrículas e frequência nas escolas públicas de Iguassú.....	139
Tabela 17 – Matrículas nas escolas particulares de Iguassú .....	139
Tabela 18 – Matrículas nas escolas públicas e subvencionadas da Província do Rio de Janeiro .....	146
Tabela 19 – Nº médio de matrículas e frequência por ano das escolas públicas para o sexo masculino .....	149
Tabela 20 – Nº médio de matrículas e frequência por ano das escolas públicas para o sexo feminino .....	149
Tabela 21 – Docentes que atuaram em Iguassú (1879-1889) .....	156
Tabela 22 – Solicitações do Professor Oliverio Monteiro .....	164

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIL	Arcádia Iguazuana de Letras
ASAMIH	Associação dos Amigos do Instituto Histórico de Duque de Caxias
ASPHE	Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBHE	Congresso Brasileiro de História da Educação
EDUFU	Editores da Universidade Federal de Uberlândia
EHELO	Grupo de Pesquisa Estudos da História da Educação Local
FEBF	Faculdade de Educação da Baixada Fluminense
IES	Instituições de Ensino Superior
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGNI	Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu
IPAHB	Instituto de Pesquisas e Análises Históricas da Baixada Fluminense
PUC/PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
RBHE	Revista Brasileira de História da Educação
SBHE	Sociedade Brasileira de História da Educação
SEER/IBICT	Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas
UFF	Universidade Federal Fluminense

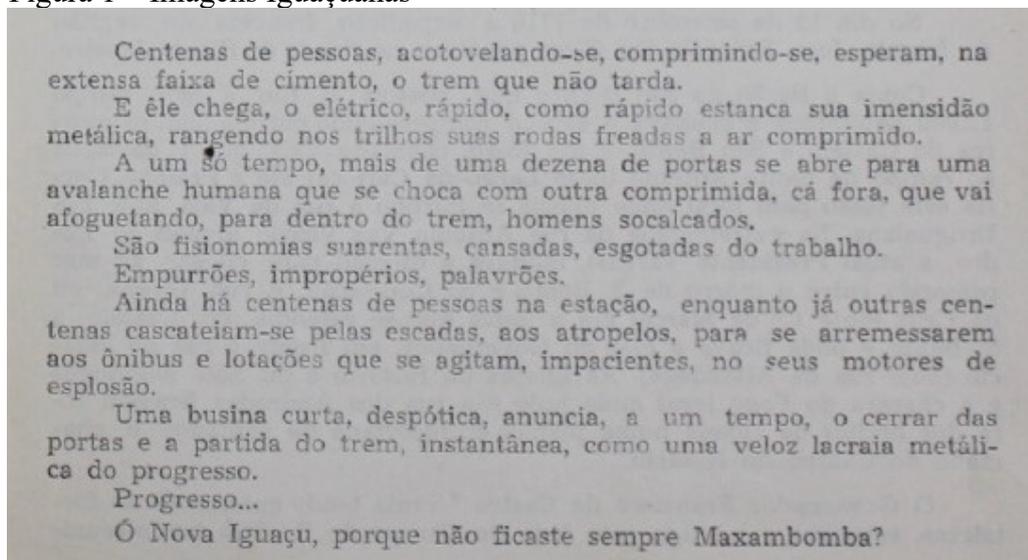
## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
1	<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO</b> .....	27
1.1	<b>A província em números</b> .....	32
1.2	<b>Dados da instrução fluminense</b> .....	38
2	<b>EM IGUASSÚ: EDUCAÇÃO/INSTRUÇÃO, SOCIEDADE E POLÍTICA</b> .....	76
2.1	<b>“Monumento de sabedoria”: a instrução no Código de Posturas iguassuano</b> ..	105
3	<b>NÚMEROS E SUJEITOS DA ESCOLARIZAÇÃO</b> .....	119
3.1	<b>Uma matemática Iguassuana do ensino</b> .....	124
3.2	<b>Professores em trânsito: licenças, remoções, promoções</b> .....	151
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	171
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	178
	<b>APÊNDICE – Relato sobre o I Seminário da Rede de Grupos de Pesquisa da Baixada Fluminense</b> .....	191

## INTRODUÇÃO

Nascer e crescer na Baixada Fluminense, muitas vezes, é ver com naturalidade o conceito de cidades dormitório, aceitar que para estudar e conseguir um emprego decente só indo “lá pra baixo”, como comumente é denominada a região central da cidade do Rio de Janeiro. Nascer e crescer na Baixada Fluminense é reconhecer, sem a menor estranheza, a ausência da história desse território nos livros, no cotidiano. Ausência desafiada pelos poucos edifícios históricos que ainda se fazem presentes a despeito das adaptações, destruições parciais e dos usos que foram feitos desses edifícios. Por fim, nascer e crescer na Baixada Fluminense é reconhecer-se como pertencente a um grupo de:

Figura 1 – Imagens Iguaquanas



Fonte: PEIXOTO<sup>1</sup>, 1968, p.3.

“Ó Nova Iguaçu, porque não ficaste sempre Maxambomba<sup>2</sup>?”. A frase que encerra o extrato do texto de Rui Afrânio Peixoto evoca um saudosismo, expõe a romantização do passado considerado ideal e ordeiro em oposição ao moderno e confuso. “O texto apresenta duas cidades: uma antes e depois do trem elétrico. A primeira situada nos anos 1930, próspera e movida pela citricultura. A das décadas de 1950 e 1960, tomada pelo ‘progresso’ e pessoas ‘esgotadas do trabalho’” (ALEXANDRE, 2018, p.223). Todavia, como lidar com essas representações do passado sem ao menos investigar os acontecimentos que nos antecederam?

<sup>1</sup> Rui Afrânio Peixoto foi membro da Arcádia Iguaquana de Letras, cofundador do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu (IHGNI) e administrou um ginásio escolar. A citação apresentada consta no livro “Imagens Iguaquanas”.

<sup>2</sup> “O deslocamento do centro administrativo do município, da antiga Vila de Iguaçu para as margens da ferrovia, no arraial de Maxambomba, foi oficializado em 1891. Em 1916, o novo núcleo administrativo, Maxambomba, foi nomeado ‘Nova Iguassú’.” (DIAS, 2014, p.26).

Algumas iniciativas buscaram romper com essa conformação e desconhecimento da história local, principalmente no início do século XXI, como o curso sobre História da Baixada Fluminense oferecido pelo Instituto de Pesquisas e Análises Históricas da Baixada (IPAHB). Historiadores da Baixada Fluminense, como os professores Ney Alberto, Guilherme Peres e Gênesis Torres participaram da organização do curso, que funcionava em um espaço cedido pela prefeitura de São João de Meriti. Tão logo o curso terminou, o IPAHB foi despejado, dificultando o surgimento de maiores iniciativas nesse sentido, que foram retomadas por espaços de resistência, como o Instituto Histórico de Duque de Caxias e o Museu Vivo do São Bento, também localizado em Duque de Caxias. Desta forma, objetivamos com a pesquisa ora empreendida contribuir com o desenvolvimento das iniciativas mencionadas, sobretudo no campo da História da Educação.

Quanto ao percurso da pesquisa, cabe destacar que a definição do recorte temporal representou um desafio desde o início. Tal desafio principiou-se ainda no projeto apresentado no processo seletivo (1870 a 1890), que depois foi alterado para 1870 a 1889, abarcando apenas o período imperial. Empreendeu-se uma nova modificação (1879-1899) após um estado da arte efetuado nas principais revistas da área (ao qual faremos a exposição posteriormente), pois o número de artigos que tratavam da República no Rio de Janeiro superou as publicações que remontavam ao Império. Até que o contato com as fontes revelou uma escassez destas de 1890 a 1899 no que se refere à instrução em Iguassú. Então, a escolha do recorte temporal ficou a cargo das fontes, ao considerar os prazos e o maior número de ocorrências registradas na Hemeroteca da Biblioteca Nacional relacionados à Iguassú vincularem-se ao período de 1879 a 1889.

Outro desafio surgiu quanto ao recorte geográfico, iniciamos a pesquisa investigando os municípios de Estrella, Iguassú e Magé, no entanto, a diversidade dos municípios escolhidos e das inúmeras questões que eles abarcam não poderia ser contemplada dentro dos prazos estabelecidos. Podemos dizer que a escolha do recorte geográfico foi norteada tanto pelo nosso interesse inicial e vínculo afetivo pela história da Baixada Fluminense, tendo São João de Meriti feito parte de uma das freguesias de Iguassú, quanto pelos trabalhos produzidos sobre os processos de escolarização na Baixada Fluminense que tivemos acesso, tomarem Iguassú/Nova Iguaçu como recorte geográfico<sup>3</sup>.

Definidos os recortes temporal e geográfico, faltava elencar as questões que indagaríamos às fontes, “pois os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os

---

<sup>3</sup> Dias (2014), Guedes (2012), Jara (2017), Cabral (2017).

aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los” (BLOCH, 2001, p.79). Desta forma, a nossa questão principal é: como se deram os processos de escolarização no município fluminense de Iguassú na última década do Império?

Para responder esta questão, foi necessário elaborar outras que auxiliariam a responder à pergunta geradora, tais como: quais os números relativos aos estabelecimentos públicos e privados nesse local? As subvenções registradas na Corte também se faziam presentes neste município? Qual era o público alvo das escolas naquele período? A demanda por instrução partia somente do poder público ou a população manifestava-se pleiteando acesso à escola? Em caso afirmativo, de que forma(s)? Quais eram os agentes envolvidos para que a maquinaria escolar pudesse estabelecer-se? Quais seriam os ideais subjacentes?

Essas e outras questões surgidas a partir do contato com as fontes permearão a nossa pesquisa, mas antes de apresentar as especificidades do nosso objeto de estudo e as justificativas pertinentes, consideramos necessário diagnosticar o nosso lugar de fala, reconhecer limites, potencialidades e lacunas, bem como compreender o espaço que ocupa o objeto investigado na área, ou seja,

Realizar balanços de um campo intelectual implica conhecer o que nele vem sendo feito. Trata-se de reconhecer os balanços já produzidos, criando condições para diagnosticar o ponto e o estado em que nos encontramos nesse tipo de esforço para, então, debater a necessidade de ultrapassagem, as possibilidades para efetivar esse gesto de deslocamento, pensando igualmente as direções que pode vir a assumir. (GALVÃO et al., 2008, p.176)

Desta forma, o estado da arte aqui apresentado consiste na busca por produções que tratem dos processos de escolarização no município fluminense de Iguassú. Como ocorreram alterações no recorte temporal, foram realizados três levantamentos, nos anos de 2018 (considerando 1870-1889); 2019 (considerando o período de 1880 a 1899) e em 2020, apenas para atualizar os dados, tendo em vista que o recorte ora empreendido (1879-1889) foi contemplado em 2018. Reconhecendo a importância de tais balanços intelectuais tanto para o campo, quanto para o desenvolvimento do texto deste projeto, serão expostos todos os levantamentos realizados.

Os levantamentos foram elaborados a partir de três periódicos de reconhecida importância para o campo da História da Educação Brasileira, a saber: Cadernos de História da Educação, Revista História da Educação e Revista Brasileira de História da Educação. As revistas citadas são publicadas sob responsabilidade das respectivas instituições: Editora da Universidade Federal de Uberlândia (EDUFU); Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE); Sociedade Brasileira de História da

Educação (SBHE). Além destes periódicos, realizou-se busca no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)<sup>4</sup>.

Quanto ao método de busca, recorreu-se, em princípio, à palavra-chave: Iguassú, porém a ausência de resultados nos periódicos pesquisados demonstrou a necessidade de verificar os sumários de todas as edições disponíveis de cada revista. Sendo assim, seria possível verificar produções que tratassem dos Oitocentos ou do município investigado, mas com a nomenclatura que ele possui atualmente. Esta prática resultou na análise de 140 edições até julho de 2020, das quais apenas um artigo remontou ao município de Nova Iguaçu, território que pertenceu ao município de Iguassú. Foram localizados 41 artigos cujo recorte temporal localizou-se entre os anos de 1870 e 1889 e 140 artigos que abrangiam a República<sup>5</sup>.

Os artigos que versam sobre o período imperial em sua maioria dissertam sobre a Corte Imperial, diferindo dos artigos sobre o período republicano, nos quais há estudos sobre diversos Estados brasileiros e sobre outros países como Argentina, Portugal, Estados Unidos e Suíça. Embora haja o registro desta pluralidade quanto aos locais pesquisados, verificamos que tal pluralidade não se estende para a Baixada Fluminense, onde o silenciamento continua ocorrendo, ao menos nos periódicos analisados. Talvez esta discrepância entre os recortes geográficos quando há avanço no recorte temporal esteja ligada ao acesso maior às fontes pós império. Já no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES o uso das palavras-chave, com o filtro “Educação”, retornou o resultado de três trabalhos em 2018 e três em 2019. Ao incluir somente a palavra “Iguaçu”, com o mesmo filtro, obtivemos 61 resultados, demonstrando que os estudos abordam períodos mais recentes da história deste município.

A seguir, realizaremos a exposição dos resultados obtidos nas buscas nos periódicos citados e no banco de teses e dissertações da CAPES. Apresentaremos a análise das revistas de acordo com esta estrutura: histórico do periódico; especificidades do periódico; artigos relacionados somente ao local investigado; ao recorte temporal investigado; tanto ao local quanto ao recorte temporal; que utilizem o termo “Processo de escolarização”; mais próximos do objeto de estudo; principais referências utilizadas.

Quanto à apresentação dos resultados na busca do banco de teses e dissertações da CAPES, especificaremos a metodologia utilizada, bem como os entraves surgidos ao longo do

---

<sup>4</sup> A instabilidade recorrente desta plataforma de busca impossibilitou a atualização dos dados para o ano de 2020. O acesso às produções atuais se deu pelo contato com os grupos de pesquisa da Baixada por meio do “I Seminário de Grupos de Pesquisa da Baixada” ao qual será disponibilizado um breve relato no apêndice.

<sup>5</sup> O quantitativo de artigos sobre o período republicano diz respeito apenas às edições analisadas até março de 2019, pois por haver modificado o recorte temporal não houve tempo hábil para proceder à atualização.

processo, além das teses e dissertações que mais se aproximam do objeto de estudo e das instituições em que a produção destas está vinculada.

A revista *Cadernos de História da Educação* é uma publicação sob responsabilidade da editora da Universidade Federal de Uberlândia. Até o momento conta com 36 edições<sup>6</sup>, tendo sido criada em 2002, no formato impresso, sob o ISSN 1807-3859<sup>7</sup>. A disponibilização em meio eletrônico se deu a partir de 2008 (ISSN 1982-7806), incluindo as edições que estavam acessíveis, até então, exclusivamente em meio impresso. Quanto à periodicidade, o ano de 2008 também representa um marco, pois a partir deste ano a revista deixou de ser uma publicação anual para tornar-se semestral. Já em 2015, o periódico passa a ser publicado quadrimestralmente e de forma restrita ao meio eletrônico. No que se refere à classificação, destacamos que desde 2014 o referido periódico é A2 do Qualis/Capes (Área de Educação).

Retomamos o ano de 2015 por verificar uma intensa modificação na estrutura de *Cadernos da História da Educação*, conforme afirmado na sessão “Histórico do periódico”, presente no site da revista:

[...] houve ampliação dos conselhos editorial e consultivo (pareceristas) do periódico, conferindo maior consistência quanto ao caráter internacional de seus membros, bem como, no que se refere à dimensão nacional, ampliação da diversidade regional e estadual. Assim, o que já estava a ocorrer nas colaborações publicadas, também passou a encontrar sólida correspondência na composição da equipe editorial do periódico. (Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/about> . Acesso em 09/03/2019)

Além das modificações mencionadas, destacamos que no ano de 2015 “o periódico foi escolhido para ser preservado na Rede Cariniana (Ibict/MCT), bem como para ser arquivado na Keepers Registry (Universidade de Edimburgo, Escócia; International Standard Serial - ISSN, Paris, França)<sup>8</sup>”, demonstrando a relevância desta revista para o campo da História da Educação, não só em nível nacional, a partir da preocupação em resguardar a mesma por entidades internacionais.

Quanto às buscas realizadas, não foram localizados artigos que tratem tanto do período quanto dos locais investigados, tampouco somente dos locais investigados. No entanto, foram encontrados doze artigos que tratam do recorte temporal adotado e 47 artigos com a produção voltada para o período republicano. No levantamento inicial encontramos oito artigos que utilizam o termo “Processo de escolarização”, seja nos títulos dos trabalhos ou no corpo do texto, já no segundo levantamento este número subiu para 11. Este aumento não se deu a

<sup>6</sup> O exemplar de maio a agosto de 2020 foi a última publicação consultada.

<sup>7</sup> Informações disponíveis em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/about>. Acesso em 09/03/2019.

<sup>8</sup> Idem.

partir da publicação de artigos com este termo publicados em edições analisadas em 2019, e sim, porque o mecanismo de busca do site da revista retorna 09 artigos, quando em nossa análise tanto nos sumários, quanto dos resumos, verificamos o termo em mais dois trabalhos que não foram sinalizados pela busca da revista. Ressaltamos que os artigos que apresentam o termo “Processo de escolarização” foram localizados em publicações entre os anos de 2011 a 2016, denotando que a adoção do mesmo nas pesquisas pode ser recente.

Dentre os artigos que tratam do recorte temporal estabelecido, predominam os que elegem a Corte imperial como recorte geográfico, bem como prevalecem pesquisas oriundas da Região Sudeste do país. Talvez tal primazia pela eleição da Corte imperial como recorte geográfico se dê, porque embora a Constituição de 1824 tenha estabelecido que a instrução primária gratuita era um direito de todos os cidadãos e o Ato Adicional de 1834 tenha descentralizado e conferido autonomia legislativa às Províncias, na prática tal descentralização tem sido encarada por pesquisadores do campo como um entrave ao incremento da escolarização no país:

[...] devido às diversidades regionais e à insuficiência de recursos destinados ao ensino nos orçamentos provinciais, ou, ainda, em razão do desinteresse das elites políticas provinciais na difusão da instrução primária e secundária, o que teria acarretado uma enorme distância entre as leis e a prática educacional, favorecendo, assim, o predomínio de formas heterogêneas de educação e o acesso à instrução, via de regra no âmbito doméstico ou familiar, ao longo do século XIX. (GONDRA e SCHUELER, 2008, p. 35)

Desta feita, trazemos a hipótese de que as pesquisas que se voltam para a constituição do aparato escolar durante o Império, principalmente em relação à instrução secundária, encontram dificuldades em localizar fontes para este recorte temporal. A dificuldade em acessar as fontes foi tópico de discussão no Simpósio Temático de número vinte e quatro do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da ANPUH-Rio – História e Parcerias, realizado na Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2018. A área de concentração do Simpósio Temático vinte e quatro foi a história da Baixada Fluminense. O coordenador deste simpósio, Nielson Bezerra, e um dos pesquisadores presentes, Gilciano Menezes Costa, expuseram de forma breve os entraves para acessar acervos relacionados à Baixada Fluminense, pois, em sua maioria, pertencem a particulares e se perdem quando da morte de seus “donos”.

Dentre os artigos identificados que investigam a escolarização nos oitocentos, apenas dois dizem respeito a uma região distinta da Corte: *As doenças e o controle dos desejos corporais dos meninos recolhidos em instituições educativas maranhenses no oitocentos*, de Cesar Augusto Castro e Samuel Luis Velazquez Castellanos, publicado no volume 15, n.1 de

2016, e *Condições materiais para o exercício docente: sinais de um projeto educacional oitocentista*, de Valdeniza Maria Lopes da Barra, publicado na edição de n.7, no ano de 2008, no qual ela procura reconhecer “as condições materiais de exercício do magistério em Goiás, apreendidas na fala oficial do século XIX, como possibilidade de interpretação de um suposto projeto educacional oitocentista”.

Dentre as fontes consultadas constam: Relatórios dos presidentes da província de Goiás, 1835-1918, integrante da *Coleção Memórias Goianas*, produzido pela Sociedade Goiana de Cultura e Centro de Cultura Goiana, o Jornal *A Matutina Meyapontense* (1829-1834) e o *Jornal Opção*. Também foram consultadas fontes eletrônicas. Nestas fontes constam os arquivos disponibilizados pela Universidade de Chicago, o que nos traz uma discussão contemporânea importante sobre a preservação e o acesso a estes acervos. Dissemos que se trata de uma discussão contemporânea, na medida em que durante a II Semana Nacional de Arquivos, realizada pelo Arquivo Nacional de 04 a 09 de junho de 2018, houve uma mesa-redonda com o tema “Desafios do mundo digital – preservação”, na qual foram discutidas estratégias para que o acervo digital do Arquivo Nacional seja preservado, bem como foi destacada a importância dos profissionais de tecnologia da informação neste processo.

Sobre as produções que tratam da Corte imperial que possuem aproximação maior com o nosso objeto de estudo, destacam-se os trabalhos de Schueler (2005), Silva e Galego (2011) e Schueler e Rizzini (2019), pelo recorte temporal, de 1872 a 1889, de 1870 a 1900 e de 1870 a 1906, respectivamente. O recorte temporal no artigo de Schueler (2005) se justifica a partir da veiculação do primeiro número da revista *Instrução Pública*, em 1872, e por todo o contexto que embasou e possibilitou a veiculação desta revista:

o desenvolvimento da instrução estava diretamente relacionado às transformações decorrentes da crescente complexidade social e ao acirramento das lutas políticas, econômicas e sociais nos anos de 1870 – entre elas, o recrudescimento dos debates sobre a escravidão e sobre a Lei de 28 de setembro de 1871 (conhecida como lei do ventre livre) e a conseqüente reformulação dos conceitos e das práticas em torno do trabalho. (SCHUELER, p.18, 2005)

Silva e Galego (2011) recorrem ao período de 1870 a 1900 com o intuito de examinar “a configuração de aspectos organizacionais usados para regular o cotidiano de alunos da *escola de massas* no Brasil, em finais do século XIX, o que potencializa a formação de um grupo de crianças “em risco” de exclusão.” (p.327). A justificativa para o recorte temporal volta-se de forma mais específica para a disseminação da escola no país, pois

Durante os anos de 1870 e início do século XX, esse tipo de escola começa a ser pensada e proposta, estando a sua criação num momento incipiente. Trata-se da chamada *escola de massas* ou, como se poderia denominar também, da *escola democrática* ou da *escola para todos*. Um modelo de ensino instituído a partir do esforço e da tentativa do Estado para ampliar as vagas nos bancos escolares para toda a população, de maneira leiga, gratuita e obrigatória à guisa do que estava em curso em países como França, Alemanha, Espanha, Portugal, entre outros. (SILVA E GALEGO, p.328, 2011)

Já Schueler e Rizzini (2019), elegem o período de 1870 a 1906 para investigar o processo de expansão das escolas primárias no Rio de Janeiro, enfatizando as escolas mais afastadas do centro da cidade, as suburbanas. Esse interesse demonstrado pelas áreas suburbanas vem ao encontro da análise que ora empreendemos, revelando, assim, o quanto as discussões desenvolvidas neste artigo são importantes para auxiliar na confecção do nosso trabalho. Neste sentido, as autoras verificaram que:

Respostas diferenciadas do Estado foram apresentadas às demandas por instrução, já que a municipalidade privilegiou a subvenção de escolas particulares para atender à população dos subúrbios, quando nas áreas centrais (a “cidade”) predominaram as escolas públicas. (SCHUELER e RIZZINI, 2019, p.161)

Será que tal diagnóstico também se processa em Iguassú?

Quando nos debruçamos sobre os artigos que tratam da primeira década da República, temos um salto quantitativo expressivo no que concerne à aproximação de estudos que tratam deste período, porém a diversidade de locais investigados nos impede de estabelecer qualquer primazia quanto às regiões do país estudadas. Verificamos também, que a espelho dos estudos acerca da educação no Império, prevalecem pesquisas sobre a instrução primária.

Com relação às referências utilizadas, os autores mais citados foram: Gondra, com sete citações, assim como Faria Filho; Nóvoa, seis aparições; Fonseca que foi citado cinco vezes; Vidal três vezes, da mesma forma que Schueler. Quanto ao referencial teórico, Foucault foi o mais citado, cinco vezes. Não nos foi possível realizar a mesma análise sobre as produções a partir de 1890, haja vista a ausência de condições operacionais para tanto em virtude do elevado número de artigos localizados.

A revista *História da Educação* é uma publicação sob responsabilidade da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE). Até o momento conta com 58 edições<sup>9</sup>. A primeira edição da revista foi publicada em 21 de abril de 1997, no formato impresso, sob o ISSN 1414-3518<sup>10</sup>. A disponibilização em meio eletrônico se deu a partir de 2011 (ISSN 2236-3459), incluindo as edições que estavam acessíveis, até então, exclusivamente em meio impresso.

<sup>9</sup> O volume 24 de 2020 foi a última publicação consultada para a realização deste trabalho.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/about/history>. Acesso em 17/03/2019.

Quanto à periodicidade, até o ano de 2006, eram disponibilizados dois números anuais (nos meses de abril e setembro), “com um número médio de 200 páginas e com tiragem de 300 exemplares”<sup>11</sup>, destes afirmou-se que 150 são distribuídos pelas bibliotecas das Universidades e Instituições de Ensino Superior (IES) nacionais e internacionais. Desde então (2006), a revista apresenta periodicidade quadrimestral. Ainda na sessão “Histórico do periódico”, presente no site de *História da Educação*, explicita-se que a versão online adota o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas - SEER/IBICT. O referido sistema, que tem como provedor a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, permite que todo o processo editorial, quais sejam submissão, avaliação, edição e publicação, possa ser feito integralmente por meio eletrônico<sup>12</sup>. O que nos deixou em dúvida sobre a distribuição da mesma ainda ser realizada em meio impresso ou exclusivamente por meio eletrônico.

Porém, a exposição do sistema eletrônico adotado acaba por ressaltar a importância dos profissionais de tecnologia da informação para o desenvolvimento do campo, haja vista que o objetivo de todos os periódicos utilizados na elaboração deste trabalho é disseminar conhecimentos relacionados à área de História e Historiografia da Educação, ou seja, divulgar o que vem sendo produzido e permitir interlocuções entre os diversos grupos de pesquisa.

Dentre as especificidades deste periódico, destacamos o pioneirismo seja na publicação de artigos bilíngues, na área de História da Educação (língua estrangeira original do artigo e tradução para o português) ou no tipo de publicação voltado para este campo científico no Brasil. Fato que coaduna à própria formação da ASPHE, primeira associação voltada para os pesquisadores em História da Educação do país. Tal ineditismo talvez tenha sido o fator determinante para a publicação de uma resenha sobre a revista por Anne-Marie Chartier na *Revue de Histoire de l'Éducation* em 1998, data bem próxima da fundação de *História da Educação*. Outro destaque refere-se à seção “Documento”, na qual são divulgados acervos e documentos inéditos. Há também seções com entrevistas dirigidas a pesquisadores reconhecidos no campo, homenagens e aulas magnas pronunciadas. Tais seções auxiliam sobremaneira no desenvolvimento da pesquisa em História da Educação e possibilitam o cumprimento do objetivo do periódico de contribuir para o debate e a dinamização da Historiografia em Educação. *História da Educação* apresenta a qualificação mais alta do Qualis/Capes (A1) e números grandiosos:

Para que possamos ter uma idéia da expressividade acadêmica e científica de *História da Educação*, vale registrar que em 52 números foram publicados 517

---

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> Ibidem.

artigos, 44 resenhas e 52 documentos inéditos, com a colaboração de 591 autores, dos quais 147 estrangeiros contemplando artigos de pesquisadores de reconhecida produção intelectual, de mais de 19 países, a saber: Argentina, Bélgica, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Coréia do Sul, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, México, Nova Zelândia, Portugal, Suíça, Uruguai, Venezuela. (Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/about/history>)

Quanto às buscas realizadas, apesar dos números divulgados, não foram localizados artigos que tratem dos processos de escolarização no município fluminense de Iguassú durante os anos de 1879 a 1889, tampouco somente sobre este município. No entanto, foram localizados quinze artigos que tratam do período investigado, noventa e três artigos que abordam o período republicano e três que utilizam o termo “Processo de escolarização”, seja nos títulos dos trabalhos ou no corpo do texto. Ressaltamos que dois dos três artigos que apresentam o termo “Processo de escolarização” foram publicados nos anos de 2017 e 2018, reforçando a ideia pontuada na análise do periódico anterior de que a adoção do mesmo nas pesquisas pode ser um evento recente.

Há um dossiê de extrema relevância para o nosso trabalho. O dossiê foi organizado por José Gonçalves Gondra e Aline de Moraes Limeira, e é intitulado: *Governo dos Professores, Governo das escolas: elementos para a história da institucionalização de mestres e alunos*, com publicação no volume 16, n.38 de 2012. Deste dossiê selecionamos três artigos, um deles *Entre o altar e o trono: iniciativas de escolarização na capital imperial*, de Limeira e Nascimento. A importância deste artigo revela-se na apresentação das influências da Igreja Católica no processo de escolarização em curso no Brasil imperial, do crescimento das iniciativas privadas de ensino e do próprio campo de disputa no qual a escolarização foi forjada no século XIX:

De uma maneira geral, é sabido que a constituição da forma escolar moderna foi feita por forças distintas. Atuando na formalidade ou informalidade, muitos se empenharam na tarefa, tornando-se os principais responsáveis pela emergência dos equipamentos escolares e por uma vasta série de iniciativas de caráter educativo. Estas forças eram públicas e privadas: Estado Imperial (escolas, cursos noturnos, liceus, aulas gratuitas), sociedade civil (agregações, grupos, associações, sociedades, instituições religiosas, colégios particulares, clubes, seminários). (LIMEIRA e NASCIMENTO, 2012, p.168)

Na seção “Documento”, localizamos quatro documentos que estão vinculados de alguma forma ao período estudado, são eles: *O kindergarden ou jardim de infância por Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (1888)*, com transcrição de Maria Helena Câmara Bastos e publicado no volume 12, n.24 de 2008; *As notas de Silvio Romero e o culturalismo do século XIX*, publicado em duas partes, a primeira com transcrição de Jorge Carvalho do Nascimento e publicado no volume 12, n.25 de 2008, já a segunda parte foi publicada no volume seguinte

(v.12, n.26 de 2008), com transcrição realizada pela ASPHE na figura do corpo editorial da *Revista História da Educação*, não sendo mencionados nomes específicos de profissionais que tenham realizado a referida transcrição. O último documento localizado é o *Manifesto dos professores públicos de instrução primária da Corte (1871)*, que foi publicado no volume 15, n.34 de 2011, com apresentação e transcrição de Daniel Cavalcanti de Albuquerque Lemos. Embora o nosso recorte temporal tenha sido modificado, ressaltamos a importância da divulgação de documentos como o manifesto dos professores públicos, por dar voz a quem o aparato estatal muitas vezes cala.

Sobre as referências utilizadas, os autores mais citados foram: Faria Filho, com quatorze citações; Gondra, com dez citações, assim como Villela; e Schueler citada nas referências oito vezes. Quanto ao referencial teórico, Foucault, da mesma forma que em *Cadernos de História da Educação*, foi o mais citado, cinco vezes.

A *Revista Brasileira de História da Educação* (RBHE) é uma publicação sob responsabilidade da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE). Até o momento conta com 50 edições<sup>13</sup>, tendo sido criada em 2000, após a realização no Rio de Janeiro do I Congresso Brasileiro de História da Educação, no entanto, a primeira edição da revista foi publicada apenas em junho de 2001. Desde o ano de 2014 o corpo editorial da RBHE está sediado na Universidade Estadual de Maringá.

No que se refere à periodicidade, em 2007 a revista deixou de ser semestral para ser quadrimestral e em 2016 passou a ter periodicidade trimestral. A publicação exclusiva em meio eletrônico se dá em 2018, sem, no entanto, deixar de disponibilizar neste meio todas as edições anteriores. Sobre a classificação, destacamos que o referido periódico é A1 do Qualis/Capes, área de Educação, A2 em Ensino e B1 tanto em Filosofia quanto em História.

Quanto às buscas realizadas, não foram localizados artigos que tratem tanto do período quanto do local investigado. Há um artigo que trata do distrito sede de Nova Iguaçu e foram encontrados quinze artigos que tratam do período investigado e quatorze que utilizam o termo “Processo de escolarização”, seja nos títulos dos trabalhos ou no corpo do texto. Ao empreender busca acrescentando termo no plural, “Processos de escolarização”, temos o retorno de mais quatro artigos além dos quatorze apresentados na primeira busca. Ressaltamos que os artigos que apresentam o termo “Processo de escolarização” estão presentes, em sua maioria, em publicações entre os anos de 2013 a 2017, corroborando para a concepção de que a adoção deste termo se trata de um evento recente.

---

<sup>13</sup> O volume 20, de 2020 foi a última publicação consultada para a realização deste trabalho.

Outra questão que merece a nossa atenção diz respeito às regiões onde são desenvolvidas as pesquisas, às instituições nas quais os pesquisadores estão vinculados. Mencionamos uma primazia da Região Sudeste nos demais periódicos e tal fato também se confirma ao analisar a produção da RBHE. Fato este que já havia sido apontado em Galvão et al, no artigo *Difusão, apropriação e produção do saber histórico - A Revista Brasileira de História da Educação (2001-2007)*, publicado na própria RBHE em 2008:

De uma maneira geral, o levantamento da produção disseminada na *RBHE* não chega a surpreender e confirma a tendência já evidenciada por vários outros balanços produzidos no país nos últimos anos, ou seja, a concentração da produção acadêmica nos lugares em que os programas de pós-graduação são mais numerosos, alguns de grande porte e onde já se encontram mais consolidados. (GALVÃO et al, 2008, p.192)

Esta tendência nos parece estar intrinsicamente relacionada à hipótese levantada acerca das dificuldades no acesso às fontes que auxiliariam na compreensão dos processos de escolarização em regiões distintas da Corte imperial, na medida em que além da problemática quanto à eleição das fontes, há ainda uma carência pela consolidação de programas de pós-graduação em outras regiões do Brasil. Logo, para além da eleição das fontes, todo o desenvolvimento e, sobretudo, a divulgação do trabalho científico, até o momento, parece não dispor de meios estruturais/institucionais adequados que favoreçam sua efetivação nestas regiões.

O único artigo que trata do município investigado é *Escolas isoladas e práticas de seriação: experiências híbridas (1929-1949)*, de Amália Dias, com publicação no volume 16, n.2 de 2016, evidenciando uma abertura recente do campo para estudos voltados para esta região fluminense. Neste artigo, Dias (2016) apresenta um recorte da pesquisa que culminou em sua tese de doutorado (Doutorado em Educação pela Universidade Federal Fluminense), que buscou mapear e analisar os tipos de escolas primárias existentes no município de Iguaçu durante os anos de 1916 a 1950. Este mapeamento foi possível graças à análise de mapas de frequência escolares, que eram uma ferramenta utilizada pela inspeção estadual das escolas:

Os serviços de inspeção e atos normativos do ensino, os regimentos e a constituição do professorado, dentre outros, foram sendo gestados concomitantemente ao processo de institucionalização da rede de escolas. As sucessivas reformas do ensino primário e a ação dos inspetores iam constituindo e mediando o processo de disseminação da escola primária. Dialeticamente, os resultados colhidos no serviço de inspeção, por meio do qual o Estado estabelecia mecanismos de controle dos modos de expansão da escola, também atestavam os impasses, as contradições do processo, os problemas surgidos, as burlas e ocorrências não previstas, incitando a elaboração de novas estratégias por parte das agências estatais. (DIAS, 2016, p.237)

Sobre as referências utilizadas, os autores mais citados foram: Faria Filho, utilizado como referência vinte e três vezes; Schueler, quinze vezes; seguida por Veiga, com onze citações; Vidal, com nove e Gondra com oito. o referencial teórico mais utilizado foi Chartier, com nove resultados, diferenciando-se dos periódicos anteriores nos quais Foucault foi o referencial teórico mais utilizado.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) passou a disponibilizar a consulta ao banco de teses e dissertações a partir de julho de 2002, com referências e resumos das teses/dissertações defendidas em programas de pós-graduação do país. O objetivo da criação e disponibilização deste banco em meio eletrônico foi facilitar o acesso às produções acadêmicas desenvolvidas no Brasil. As informações presentes neste banco são oriundas dos programas de pós-graduação (responsabilizados pela veracidade dos dados informados) que as enviam a Capes, que por sua vez alimenta o banco, centralizando estes dados em uma plataforma de busca única e, por conseguinte, agilizando o acesso à informação. Atualmente, é possível consultar trabalhos defendidos a partir de 1987 até os dias de hoje.<sup>14</sup>

No site da Capes é afirmado que o sistema passou por melhorias, na medida em que “ao longo dos anos, considerando as solicitações de usuários com relação às consultas e alimentação do catálogo e ainda a disponibilidade de tecnologia mais avançada, verificou-se a necessidade de atualização da base de dados”<sup>15</sup>. Desta forma, é possível aplicar diversos filtros, tais como: autor, título, instituição, nível e ano de defesa do trabalho, resumo, palavras-chave, biblioteca, linha de pesquisa, área de conhecimento, programa, agência financiadora e nível. No entanto, na busca que empreendemos, verificamos que ainda há demanda por melhorias da plataforma. Neste processo, elencamos sete palavras-chave: Iguassú; Estrella; Município Estrella; Magé; Iguazu; Nova Iguazu<sup>16</sup> e ao pesquisá-las utilizamos aspas, pois sem elas os resultados que retornavam não eram verdadeiros, na medida em que apareceram trabalhos com prefixos ou sufixos destas palavras, sem que os mesmos dissessem respeito ao termo pretendido.

Ao pesquisar por Iguassú obtivemos apenas dois resultados e ao aplicar o filtro “Educação” obtivemos apenas a dissertação de Guedes (2012), que investiga o processo de

---

<sup>14</sup> Disponível em: [http://sdi.capes.gov.br/banco-de-teses/02\\_bt\\_sobre.html](http://sdi.capes.gov.br/banco-de-teses/02_bt_sobre.html). Acesso em: 07/07/2018.

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> O levantamento na plataforma da CAPES foi realizado antes da qualificação, por isso a adoção das palavras-chave citadas. Optamos por manter este levantamento, pois ainda que tenha sido modificado o recorte geográfico, acreditamos ser de grande valia divulgar os frutos dessa busca para outros pesquisadores.

escolarização em Iguassú de 1833 a 1858, período anterior ao recorte estabelecido em nossa pesquisa (1879 a 1889).

Na busca utilizando Estrella foram gerados 47 resultados, no entanto nenhum se reportou ao município fluminense de Estrella e sim a um programa/plataforma com este nome, sendo todos os trabalhos da área de Ciência da Computação. Desta forma, surgiu a necessidade de buscar por "Município Estrella" e não obtivemos nenhum resultado.

Houve um resultado mais significativo ao empreender busca pela palavra "Magé", que retornou com 20 resultados adotando-se o filtro de Ciências Humanas e apenas dois resultados com filtro Educação: as dissertações de Neto (2010) sobre a proposta de educação agrícola popular no distrito agrícola de Rio do Ouro em Magé/RJ, pelo programa de Mestrado em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e de Cardoso (1996), que trata da dinâmica das relações de gênero em educação em um curso de formação de professores, pelo programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal Fluminense.

Buscando-se "Iguaçu" obtivemos 219 resultados com o filtro "Ciências Humanas" e 61 resultados com o filtro "Educação". Busca esta que nos conferiu acesso à tese de Doutorado em Educação de Amália Dias, que citamos ao analisar os artigos da RBHE. Em sua tese são analisados os processos de escolarização em Iguaçu entre os anos de 1916 e 1950, demonstrando que o recorte temporal da nossa pesquisa se insere entre os recortes temporais estabelecidos nos trabalhos de Guedes (2012) e Dias (2012). Cabe ressaltar, que o maior número de resultados obtidos revela que as pesquisas empreendidas sobre a Baixada Fluminense têm por base uma história mais recente da região, haja vista a disparidade entre trabalhos que adotam a grafia Iguassú, que remonta ao Brasil imperial, e Iguaçu. Ao analisar estes resultados, verificamos que os mesmos incluíam trabalhos sobre Foz do Iguaçu e neste aspecto há que se ter um incremento no refino dos resultados, a fim de que os mesmos sejam fidedignos.

Pesquisamos também por "Nova Iguaçu". Com o filtro "História", obtivemos 24 resultados, porém apenas 3 trabalhos se aproximam do período pesquisado, todos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Oliveira (2015), sobre a estrutura fundiária de São Francisco Xavier de Itaguaí (1850-1900); Pessoa (2018) com a trajetória do Capitão José Soares, político negro atuante na Baixada Fluminense no pós-abolição; e Soares (2015), um estudo sobre mulheres escravas em Piedade do Iguaçu e Santo Antônio de Jacutinga. Trabalhos específicos da área de História nos auxiliarão a compreender o contexto político, econômico e social da região na época, as redes de sociabilidade e suas tensões. Quando utilizamos o filtro "Educação" obtivemos 46 resultados, no entanto, os trabalhos dirigem-se a

outras áreas como educação inclusiva, educação especial, educação espírita, igualdade étnico-racial e de gênero.

Ao utilizar "Processos de escolarização" obtivemos os seguintes resultados: 291 trabalhos sem a adoção de filtros, 161 resultados com o filtro "Ciências Humanas", 130 resultados com os filtros "Educação" e "Educação em Periferias Urbanas" e 125 resultados com filtro "Educação", revelando que cabem ao filtro "Educação em Periferias Urbanas" apenas cinco trabalhos.

O levantamento sobre produções que tratem da temática "Processos de escolarização no município fluminense de Iguassú" nos três periódicos de reconhecida importância para o campo da História da Educação Brasileira (Cadernos de História da Educação, Revista História da Educação e Revista Brasileira de História da Educação), além da busca no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que não ficou restrita a Iguassú, mas também abrangeu Estrella e Magé, foi fundamental para tentar identificar estudos e pesquisadores que, porventura estivessem investigando aspectos da escolarização no território fluminense para além da Corte Imperial.

Iniciamos a apresentação desse estado da arte com uma citação de GALVÃO et al (2008) afirmando que "realizar balanços de um campo intelectual implica conhecer o que nele vem sendo feito" (p.176) e acreditamos que tal intento foi alcançado, pois os resultados apresentados demonstram que tanto a produção de conhecimento na academia, por meio das teses e dissertações, quanto o saber que circula através dos periódicos, ainda não se debruçaram de forma efetiva sobre a Baixada Fluminense, adotando-a como recorte geográfico em suas pesquisas. Verificou-se que os poucos trabalhos desenvolvidos se situam na área de concentração da História, evidenciando que os estudos sobre a Baixada Fluminense ainda se encontram embrionários no campo da História da Educação.

Galvão et al (2008) prossegue explicitando que após diagnosticar onde nos encontramos no campo, ou seja, de onde falamos, podemos "debater a necessidade de ultrapassagem" e as possibilidades para que isso se efetue, bem como as direções que poderemos assumir. Quanto à necessidade de ultrapassagem, acreditamos que os acervos precisam ser mais acessíveis, divulgados e preservados, pois sem fontes não há fazer histórico. Faz-se necessário que os pesquisadores que estudam a Baixada Fluminense fortaleçam os grupos de estudos e centros de memória, para que estes estudos possam conversar entre si, serem debatidos, ao invés de manifestarem-se em iniciativas esporádicas, que por este caráter acabam engolidas e sufocadas no campo. Quanto às possibilidades e direções que podemos assumir, verificamos que há uma lacuna temporal entre os marcos estabelecidos nos trabalhos de Guedes (2012) e Dias (2012) a qual nos debruçamos com

empenho e esperamos que a dissertação aqui apresentada possa auxiliar neste processo de desenvolvimento de pesquisas em História da Educação na Baixada Fluminense, pois

O historiador não é mais o homem capaz de constituir um império. Não visa mais o paraíso de uma história global. Circula em torno das racionalidades adquiridas. Trabalha nas margens. Deste ponto de vista se transforma num vagabundo. Numa sociedade devotada à generalização, dotada de poderosos meios centralizadores, ele se dirige para as Marcas das grandes regiões exploradas. “Faz um desvio” para a feitiçaria, a loucura, a festa, a literatura popular, o mundo esquecido dos camponeses, a Ocitânia, etc., todas elas zonas silenciosas (CERTEAU, 1982, p. 80).

Diante da “zona silenciosa” com a qual nos defrontamos, buscamos por revistas locais que pudessem tratar da história da Baixada Fluminense, pois poderiam trazer também produções sobre a história da educação nesta região. Desta feita, encontramos a revista “Pilares da História”.

A revista Pilares da História tem o seu primeiro exemplar datado de 2002 e o último lançado em outubro de 2019, ocorrendo publicações ao longo desses anos com interrupção apenas no ano de 2017. Todas as 24 edições (com exceção das duas edições de 2019, que ainda não puderam ser digitalizadas) estão disponíveis para download nos sites da Câmara Municipal de Duque de Caxias e da Associação dos Amigos do Instituto Histórico de Duque de Caxias (ASAMIH)<sup>17</sup>. Verificamos também que há alguns exemplares físicos da Revista Pilares da História no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) obtidos por meio de doação<sup>18</sup>. A primeira edição traz no editorial que a Revista Pilares da História:

Trata-se [...] de um espaço que se abre para a produção de conhecimento histórico e para estabelecer um diálogo entre essa área de conhecimento e outras disciplinas, partindo dos desafios da História Local e Regional. (2002, p.1)

Na última edição publicada (outubro de 2019) e que tivemos a oportunidade de acessar por meio impresso, há uma reflexão no editorial sobre o que foi capaz de manter a publicação da revista por tantos anos, ressaltando a descontinuidade que publicações de teor semelhante geralmente sofrem. Dentre as razões apresentadas estão o “rico diálogo de gerações de pesquisadores e autores apaixonados” (2019, p.3); “a soma benfazeja do decidido apoio institucional que a publicação sempre recebeu do Poder Legislativo Municipal” (idem) e “o carinho e a ‘ansiedade’ com os quais os nossos leitores aguardam a publicação de seus números” (ibidem).

<sup>17</sup> Respectivamente: [https://www.cmdc.rj.gov.br/?page\\_id=1474](https://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=1474) e [http://amigosinstitutohistoricodc.com.br/?page\\_id=105](http://amigosinstitutohistoricodc.com.br/?page_id=105)

<sup>18</sup> De acordo com o site <https://www.ihgb.org.br/pesquisa/hemeroteca/periodicos/item/104665-revista-pilares-da-hist%C3%B3ria.html> o IHGB dispõe das edições de 2004, 2006, 2007, 2008, 2011 e 2012. Acesso em 14/08/2020.

Obtivemos acesso a 23 edições<sup>19</sup> e verificamos que destas, 11 traziam artigos relacionados à História da Educação, e em sua maioria versavam sobre o período republicano, com destaque para a Escola Regional de Merity, sendo apenas dois artigos vinculados ao processo de escolarização durante o período imperial, justamente na última edição publicada.

Os dois textos que possuem maior aproximação com a nossa pesquisa foram produzidos por Kimberly Araujo Gomes Pereira e Beatriz Sousa dos Santos, bolsistas de Iniciação Científica, graduandas em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF), campus UERJ em Duque de Caxias, integrantes do Grupo de Pesquisa Estudos da História da Educação Local (EHÉLO), também na FEBF, e participantes do projeto de pesquisa “Difusão da escolarização na Província do Rio de Janeiro: estudo do processo de instalação e de ampliação da malha escolar primária e secundária no período do Império (1822-1889)”, coordenado pela professora Angélica Borges.

O texto de Kimberly Pereira busca analisar “o processo de escolarização feminina, bem como o magistério feminino no município de Magé, situado na província do Rio de Janeiro, entre os anos de 1840 e 1889” (2019, p.81). Dentre as aproximações com a pesquisa que realizamos, destacamos as fontes *Almanak Laemmert* e Relatórios dos Presidentes da Província, bem como “as reflexões de Faria Filho (2009) acerca do uso da região como unidade e como posição de análise”. O artigo é dividido em quatro tópicos: Breve Histórico do Município de Magé; A instrução no município de Magé; A educação feminina; Magistério Feminino em Magé, que revelam as inúmeras possibilidades de aprofundamento dessa pesquisa bem como evidenciam a necessidade de que tais discussões ganhem corpo ao considerar o silenciamento registrado no estado da arte apresentado anteriormente.

Já o artigo de Beatriz Santos investiga o processo de escolarização na Freguesia do Pilar, uma das freguesias do município de Estrella, extinto em 1891. Tanto as fontes quanto o referencial teórico são os mesmos apresentados por Pereira (2019), mas o enfoque utilizado e o tratamento dado às fontes divergem de forma produtiva, demonstrando possibilidades outras de pesquisa a partir de um texto dinâmico que se encontra dividido em três tópicos: Breve contextualização sobre o município de Estrella; O processo de escolarização no município de Estrella; Professores e sujeitos da educação. No artigo é destacada a Colônia Orfanológica de Estrella, que de acordo com as fontes que obtivemos acesso seria a única instalada durante este período na região conhecida atualmente por Baixada Fluminense.

Deste modo, percebemos o quanto a nossa pesquisa é relevante e se justifica a partir de uma lacuna registrada no campo e da demanda de grupos sociais e territórios que ainda não

---

<sup>19</sup> Conforme dissemos, as edições de 2019 não estão disponíveis para download e só dispomos da edição de outubro de 2019 impressa, totalizando 23 edições analisadas.

foram devidamente investigados. A partir de um conjunto documental selecionado e dos resultados dos levantamentos bibliográficos obtidos, definimos como objeto desta pesquisa compreender e refletir acerca dos processos de escolarização vivenciados no município fluminense de Iguassú na década de 1879 a 1889, procurando compreender sujeitos, instituições, normas, discursos e relações de poder.

Assim, no Primeiro Capítulo, intitulado “Considerações sobre a escolarização na província do Rio de Janeiro”, apresentaremos uma breve contextualização da província, os números gerais desta província quanto a instrução, a problemática do espaço físico para as escolas, a definição do público alvo da instrução, discursos, projetos de reforma da instrução pública e a produção de estatísticas, sobretudo escolares. Utilizaremos por fontes a legislação educacional, relatórios oficiais da instrução pública e reportagens do *Jornal do Commercio* que trataram dessas temáticas.

Para além do terreno das ideias de âmbito regional, analisar as dinâmicas locais nos remete para o âmbito geográfico, onde verificamos<sup>20</sup> que a construção de portos, ferrovias, fazendas, grandes propriedades, como olarias, possibilitaram a formação de uma elite política no município de Iguassú. Essa elite disputava entre si a manutenção de sua hegemonia na região ao mesmo tempo em que negociavam junto à Corte estratégias de manutenção deste poderio. Neste aspecto, estaria a instrução pública circunscrita nestas estratégias?

Desta forma, o Segundo Capítulo, intitulado “Em Iguassú: educação/instrução, sociedade e política”, vem ao encontro desta questão. Para respondê-la, apresentaremos alguns dados que nos forneçam indícios sobre o que era Iguassú na década final do Império, sociabilidades e forças políticas em Iguassú e a instrução na legislação iguassuana. Para isso, além de consultar bibliografia especializada, analisaremos exemplares do *Jornal do Commercio* e do *Almanak Laemmert*, os relatórios dos presidentes da província e o código de posturas da Vila de Iguassú.

No Terceiro Capítulo, intitulado “Números e sujeitos da escolarização”, o interesse será levantar dados acerca da escolarização pública e privada, dando ênfase às escolas e professores, em especial as solicitações de licença, remoção e promoção, as formas de ingresso no magistério e as múltiplas funções que os professores de Iguassú desenvolviam, com a articulação entre os relatórios da Diretoria de Instrução Pública e impressos como o *Almanak Laemmert*, *Jornal do Commercio*, *O apóstolo*, *A Gazeta de Notícias*, entre outros. Sendo assim, convidamos o leitor a continuar seguindo este “desvio”, de acordo com Certeau, a partir dos capítulos que se seguem.

---

<sup>20</sup> Através dos estudos de Souza (2014), Simões (2011), Torres (2004), Dias (2014) entre outros.

## 1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO

Neste primeiro capítulo partimos de um enfoque regional, tomando por recorte geográfico a província do Rio de Janeiro, para, no próximo capítulo, adotar um enfoque local, a partir da análise do processo de escolarização no município fluminense de Iguassú. Nesta perspectiva, trabalhamos com um dos conceitos mais caros à micro-história, a redução ou variação de escala, cujo referencial se constitui, entre outros, em Revel. Para ele,

o que está em jogo na abordagem micro-histórica é a convicção de que a escolha de uma escala peculiar de observação fica associada a efeitos de conhecimentos específicos e que tal escolha pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimento. Retomando uma metáfora que foi muito utilizada nos últimos anos, variar a focalização de um objeto não é unicamente aumentar ou diminuir seu tamanho no visor, e sim, modificar a sua forma e sua trama. Ou então, para lançar mão de outro sistema de referência que a mim pessoalmente me parece mais elucidativo – o cartográfico –, a escolha de uma ou outra escala de representação não equivale a representar em tamanhos diversos uma realidade constante, e sim a transformar o conteúdo da representação mediante a escolha do que é representável (REVEL, 2010, p.438).

Assim, buscamos variar a focalização de nosso objeto, que são os processos de escolarização, refletindo acerca de suas formas e tramas regionais (província do RJ) e locais (Recôncavo da Guanabara/Iguassú). Como observa José Gondra, a escala resulta de uma escolha que funciona como uma espécie de bússola, orientando e fornecendo um norte para a pesquisa, uma vez que estabelece parâmetros a respeito do que pode ser visto pelo historiador, delineando, igualmente, o ângulo da visada. Portanto, a necessidade da escolha da escala de observação é condição necessária para o conhecimento, visto que a definição de uma escala participa de modo incontornável da fabricação dos problemas de pesquisa e das possibilidades de torná-lo inteligível (GONDRA, 2012, p.86).

A opção por esta forma de exposição reside na compreensão de que:

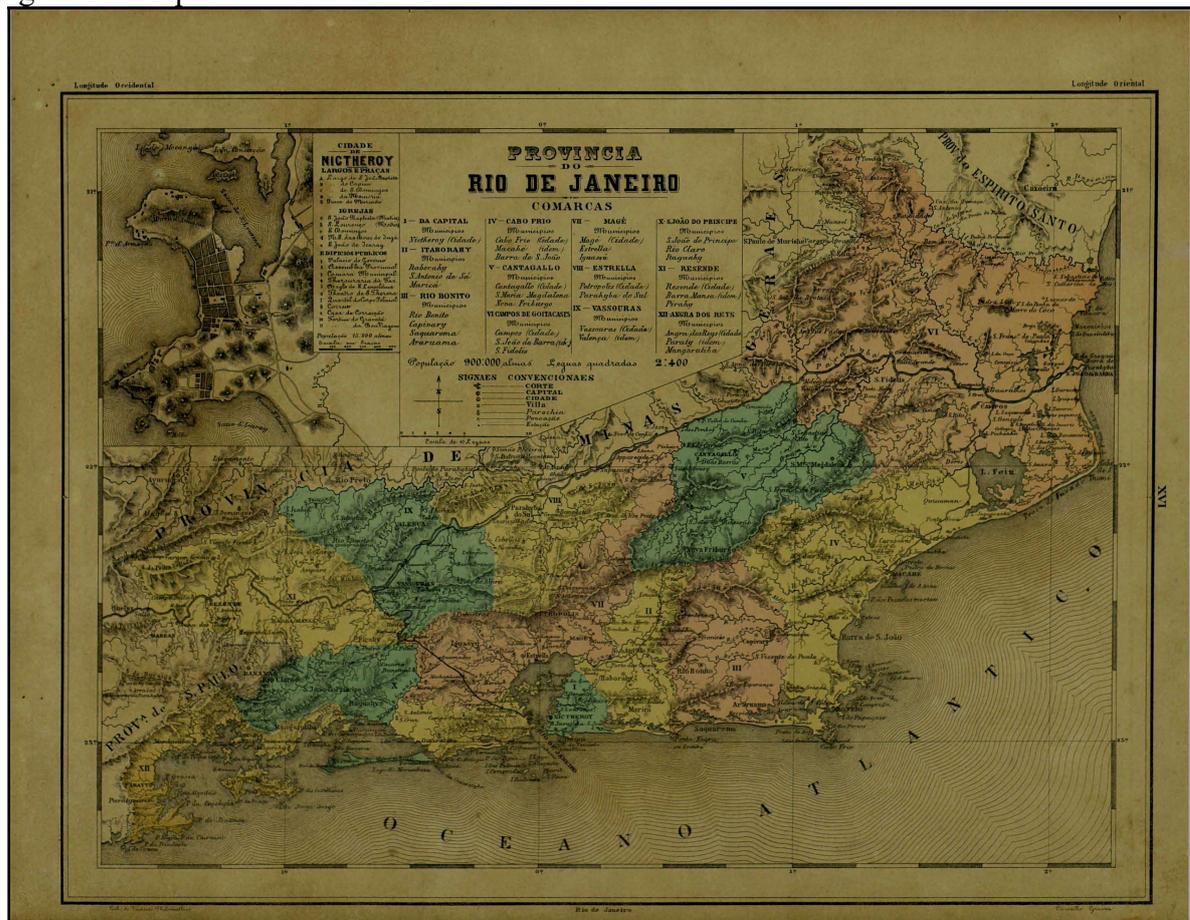
A ideia de região é sempre mobilizada como elemento produtor de identidade e, dessa forma, como componente de uma plataforma política que continuamente produz “as outras regiões” como inimigos a serem combatidos ou cooptados (FARIA FILHO, 2009, p.60)

Assim sendo, compreendemos que os processos de escolarização desenvolvidos na província do Rio de Janeiro geraram repercussões na construção dos processos de escolarização concebidos no município fluminense de Iguassú. A disputa entre as elites políticas e econômicas regionais e locais em curso naquele momento, que emerge das fontes e

que será explorada ao longo do nosso trabalho, fornece indícios de quais estruturas foram consideradas dignas de combate ou cooptação.

Antes de apresentar a nossa reflexão quanto à instrução na província do Rio de Janeiro, julgamos necessário tentar, ainda que de forma breve, contextualizar a província no final do século XIX. Mapas, o censo realizado em 1872 e a sua estrutura de gestão, sobretudo no que concerne à instrução pública foram escolhidos enquanto vestígios que podem auxiliar-nos nesta tarefa. Por intermédio do site do Senado obtivemos acesso ao “Atlas do Império do Brazil compreendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judicarias: dedicado a Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, destinado à instrucção publica do Imperio, com especialidade á dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II”<sup>21</sup>. Com autoria de Candido Mendes de Almeida e publicação em 1868, apresenta um mapa da Província do Rio de Janeiro:

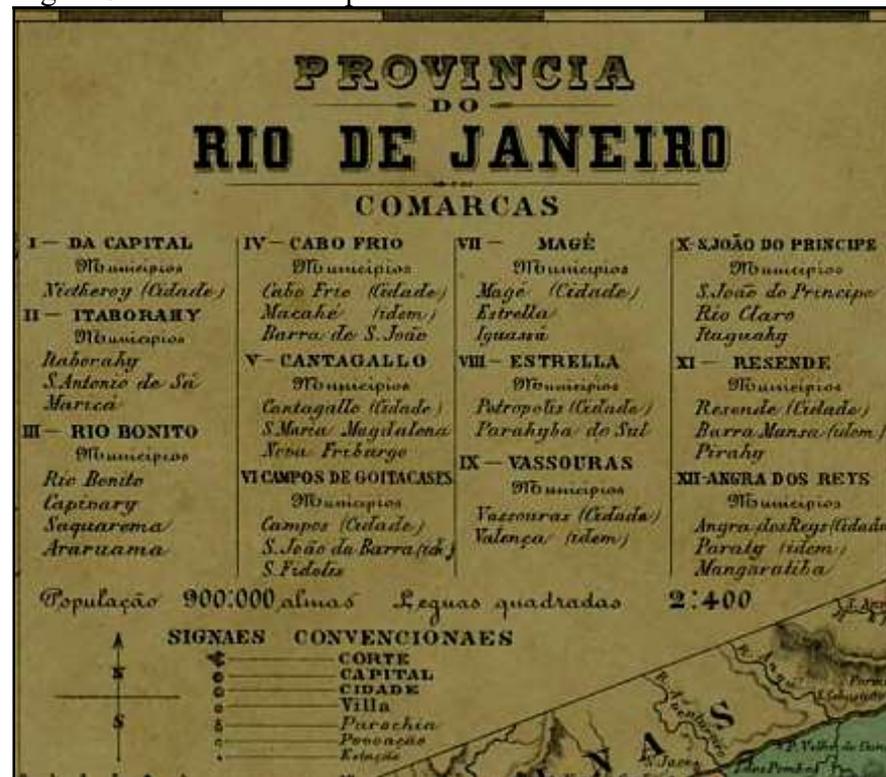
Figura 2 – Mapa da Província do Rio de Janeiro



Fonte: Atlas do Império do Brasil, 1868.

<sup>21</sup>Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179473?show=full>

Figura 3 – Recorte do Mapa da Província do Rio de Janeiro



Fonte: Atlas do Império do Brasil, 1868. Recorte produzido pela autora, 2020.

Podemos observar a província do Rio de Janeiro, a partir de seus limites com as províncias de Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo. No recorte ampliado do mapa, podemos observar a divisão fluminense em suas 12 comarcas, 34 municípios e a Corte Imperial (capital do Brasil). Os municípios são Niteroy (capital fluminense desde 1834), Angra dos Reis, Araruama, Barra Mansa, Barra de São João, Cabo Frio, Campos, Cantagalo, Capivary, Estrella, Iguassú, Itaborahy, Itaguahy, Macahé, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nova Friburgo, Parahyba do Sul, Paraty, Petrópolis, Pirahy, Resende, Rio Claro, Sant'Anna de Macacú, Santa Maria Magdalena, São Fidelis, São João da Barra, São João do Príncipe, Sapucaia, Saquarema, Valença e Vassouras. Uma nova divisão administrativa<sup>22</sup> em 1878, agrupou os municípios a partir de 24 comarcas e não mais as 12 acima destacadas. Em termos de administração pública, havia os **Presidentes** de cada uma das 20 Províncias brasileiras. Desde a criação do cargo de presidente, em 1823, as tensões em relação à ausência de definição específica de suas atribuições foram constantes. Com indicação do Conselho de Ministros e nomeado pelo Imperador, o presidente era o representante direto do Poder Central e, mais, significava a consolidação de uma estrutura político-institucional, construída nos moldes constitucionais, indispensável à garantia da unidade e estabilidade política da Nação.

<sup>22</sup> Registrada no Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro de 1879 (p.23).

A Reforma Constitucional, com o Ato Adicional de 1834, criou uma estrutura normativa e institucional moderna, consolidou o poder e a autonomia da presidência das províncias, ao definir suas competências, entre as quais: executar e fazer executar as Leis; exigir dos funcionários as informações necessárias para essa tarefa; inspecionar todas as repartições; dispor da força a bem da segurança e tranquilidade da Província; prover os cargos públicos, dar posse, conceder licenças, e suspender funcionários por abuso, omissão, ou erro cometido; decidir conflitos de jurisdição; intermediar os requerimentos ou representações, enviados ao Governo Central. O formato adquirido pela presidência da província após a Reforma se manteve durante todo o Império, permanecendo, no entanto, as tensões entre o executivo e o legislativo no interior das províncias. Inseridas no interior das disputas políticas entre liberais e conservadores, a presidência da província ocupou um lugar de extrema importância para o Governo Central, que lançará mão de seus escolhidos como peças-chave no processo de manutenção da unidade do Império como para as facções em disputa pelo poder nas províncias (NOGUEIRA e PAULA, 2018).

Ao longo dos anos compreendidos pelo recorte cronológico deste estudo, 1879 a 1889, essa função foi ocupada da seguinte forma:

Tabela 1 – Período de Gestão dos Presidentes da Província do Rio de Janeiro

Presidente da província	Período da gestão
Luiz Pinto de Miranda Montenegro (1º vice-presidente)	26/12/1878 a 04/03/1879
Dr. Americo de Moura Marcondes de Andrade	05/03/1879 a 13/04/1880
Bacharel Paulo José Pereira de Almeida Torres	20/04/1880 a 23/04/1880
Dr. João Marcellino de Souza Gonzaga	Nomeado em 13/04/1880. Tomou posse em 24/04/1880 e permaneceu até 26/02/1881
Dr. Martinho Alvares da Silva Campos	15/03/1881 a 13/12/1881
Dr. Paulo José Pereira de Almeida Torres (1º vice-presidente)	13/12/1881 a 15/03/1882
Sr. Desembargador Bernardo Avelino Gavião Peixoto	16/03/1882 a 27/10/1883
Comendador Domingos Theodoro de Azevedo Junior (2º vice-presidente)	28/10/1883 a 30/10/1883
José Leandro de Godoy e Vasconcellos	31/10/1883 a 12/02/1885 <sup>23</sup>
José Cesário de Faria Alvim	13/02/1885 (?) a 08/01/1886
Dr. Antonio da Rocha Fernandes Leão	17/05/1886 a (?)
Conselheiro Antonio da Costa Pinto da Silva	30/07/1886 a 03/05/1888 (?)
Dr. José Bento de Araujo	04/05/1888 a 14/06/1889
Conselheiro Carlos Affonso de Assis Figueiredo	19/06/1889 <sup>24</sup>

Fonte: Elaborado pela autora com base nos Relatórios dos Presidentes da Província, 2020.

<sup>23</sup> As informações estão imprecisas nas fontes, o mesmo se processa nos três períodos de governo seguintes.

<sup>24</sup> O Conselheiro Carlos Affonso de Assis Figueiredo apresentou relatório à Assembleia Legislativa em 15/10/1889, mas não possuímos dados sobre a permanência do mesmo no cargo de presidente da província quando da mudança de regime.

Ou seja, em 10 anos, o cargo foi ocupado por 14 homens diferentes.

Na província do Rio de Janeiro estava localizada a capital do Império, a Corte Imperial, que, em termos educacionais, de acordo com o Ato Adicional de 1834, tinha como administrador não o presidente da província, mas um dos Ministros, o que comandava a pasta dos Negócios do Império.

Netto (2013) afirma que:

[...] o papel da Secretaria do Império na construção do Estado imperial centrou-se na execução do projeto “civilizador”, que fornecia os parâmetros para a constituição da emergente nação brasileira, idealizado pela elite política, ou seja, o Partido Conservador, no poder após 1834. Tal projeto, balizado pelo ideal de civilização em voga, caracterizado pelo avanço das ciências, das relações sociais e da organização política, pela noção de prosperidade econômica e pela eliminação de práticas tidas como atrasadas ou bárbaras [...]. (p.13)

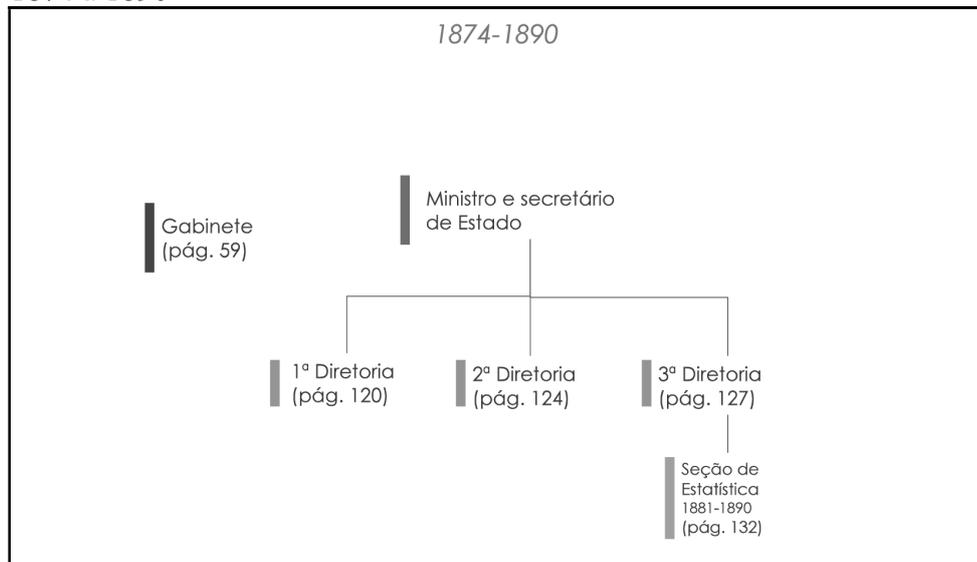
A estrutura da Secretaria de Estado dos Negócios do Império se tornava cada vez mais complexa conforme avançava a ideia de execução de um projeto civilizador. De acordo com Netto (2013), há poucas fontes sobre a atuação inicial dessa Secretaria, que só receberia uma regulamentação mais específica, com a exposição de cargos e funções, a partir do decreto n. 256, de 30 de novembro de 1842, embora haja vestígios de atuação da Secretaria datados de 1825<sup>25</sup>.

Em 1859, a pasta ficaria dividida em nove seções que seriam reduzidas para oito em 1861 com a criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. A nova secretaria receberia duas seções da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, as responsáveis pela Agricultura, Comércio e Indústria (6ª Seção) e pelas Obras Públicas dos Correios e da Navegação (7ª Seção), recebendo da pasta da Justiça uma seção voltada para a gestão dos negócios eclesiásticos. A estrutura da Secretaria de Estado dos Negócios do Império foi reduzida, em 1868, para cinco seções e em 1874 restavam apenas três seções. Ainda durante o Império, em 1881, a mencionada Secretaria, absorveu em sua terceira seção a extinta Diretoria-geral de Estatística, ficando responsável pela realização do recenseamento no Brasil.<sup>26</sup>

<sup>25</sup> “[...] segundo o decreto de 28 de novembro de 1825, que cria o cargo de correio a cavalo para as secretarias de Estado, podemos afirmar que desde então a pasta do Império contaria com um número variável desse tipo de funcionário.” (NETTO, 2013, p.22).

<sup>26</sup> Decretos que modificaram a estrutura da Secretaria de Estado dos Negócios do Império após 1842: n. 2.368, de 5 de março de 1859; n. 2.747, de 16 de fevereiro de 1861; n. 4.154, de 13 de abril de 1868; n. 5.659, de 6 de junho de 1874; n. 8.341, de 17 de dezembro de 1881.

Figura 4 – Estrutura da Secretaria de Estado dos Negócios do Império de 1874 a 1890



Fonte: NETTO, 2013.

De modo geral, foi longo o período de existência da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, com diversas alterações de sua titularidade, constituindo-se em um ministério de grande importância para o século XIX, haja vista as diversas competências que compunha sua Pasta. Suas responsabilidades estavam relacionadas diretamente ao desenvolvimento do país como as eleições, estatística, orçamento, administração provincial e municipal, negócios eclesiásticos, saúde e educação. Observa-se que, na estrutura da Secretaria, a figura do ministro tem uma elevada posição, sendo um dos cargos mais importantes, pois o Imperador era responsável pela sua escolha que, por sua vez, escolhia o seu quadro funcional, de acordo com a legislação vigente (NASCIMENTO, 2016).

Neste sentido, em termos de administração do ensino, de acordo com o Ato Adicional de 1834, o ensino primário e secundário na província do Rio de Janeiro constituía-se responsabilidade do Presidente da Província, enquanto o ensino primário e secundário da Corte Imperial era objeto da administração imperial, sob comando do Ministro dos Negócios do Império, que também administrava o ensino superior em todo país.

### 1.1 A província em números

“A estatística é a luz do legislador, do ministro de Estado e do diplomata; a prova e commentario de toda a historia, e o unico fundamento seguro dos calculos do porvir. FORJAZ SAMPAIO, Elementos de Estatística”. A citação é de Joaquim Norberto de Souza Silva, chefe de seção do Ministério dos Negócios do Império, e data de 02 de maio de 1870.

O relatório intitulado “Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada Provincia de per si tentados desde os tempos coloniaes até hoje” foi produzido com vistas a atender um officio dirigido pelo Ministro dos Negócios do Império, Paulino José Soares de Souza, a Joaquim Norberto de Souza e Silva incumbindo-o de “organizar uma exposição do que ha respectivamente a cada Provincia, com as observações que se lhe offerecerem”<sup>27</sup>. Joaquim Silva afirma no relatório: “busquei inquirir os meios de que se têm servido os encarregados dessa missão laboriosa e indagar o que deixou-se de fazer nas tentativas mallogradas.” (p.5). Desta forma, ele traz um panorama desde o Brasil colônia até o século XIX, contemplando como eram feitos os levantamentos dos números populacionais.

O chefe de seção inicia sua exposição informando que a metrópole visava conhecer a densidade demográfica da colônia e, para isso, solicitava às autoridades eclesiásticas que realizassem o censo, o que segundo ele representava uma tarefa de mais fácil execução do que a que o Ministério dos Negócios do Império estava se propondo a efetuar, pois a população recenseada era exclusivamente católica.

Neste caso, os dados apresentados pelos bispos estavam longe de representar a totalidade de habitantes da colônia. Outro fato apontado por Joaquim Silva é que

[...] deve-se ainda ter presente que os vigarios, de commum accôrdo com os capitães môres, diminuião o numero da população para obstarem a divisão das freguezias, como bem o fez sentir o governadôr da capitania do Ceará ao governo geral em 1808. (1870, p.6).

Para Joaquim Silva, só pode ser considerado como o primeiro censo do Brasil o que foi efetuado em 1818. Ele justifica essa afirmativa, alegando que este conseguiu se aproximar da realidade devido à organização desenvolvida para este fim e que acabou por produzir

informação para servir de base á divisão dos bispados, projectada no anno de 1819, com a estatistica da população do Brazil considerada em todas as suas differentes classes, na conformidade dos mappas das respectivas provincias e numero de seus habitantes. (1870, p.6).

De autoria do Conselheiro Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira, e “reimpresso em 1847 por ordem da Camara dos Deputados [...] distribuido pelas repartições publicas, e ultimamente sahiu na Revista trimensal do Instituto Historico, perfeitamente reproduzida.” (1870, p.7).

---

<sup>27</sup> Uma cópia do officio é apresentada antes do relatório propriamente dito de Joaquim Silva, mas sem número de página.

Em 1852, continua o chefe de seção, foi composta uma Diretoria Geral para organização do censo, a partir dos Decretos 797 e 798 de 18 de junho de 1851, relatando-se a influência das experiências de Bélgica e Estados Unidos, tentando proceder também à normatização do registro de nascimentos e óbitos em todas as províncias, no entanto, houve uma forte oposição nas províncias do Norte e o censo, bem como os registros não foram efetuados:

Erão ameaças, escrevia o ilustrado Visconde de Monte-Alegre, manifestações criminosas, reuniões armadas, que cumpria dissipar e reprimir, e examinada a causa, residia ella não na dificuldade de executar-se o Regulamento, mas sim no boato, arteiramente espalhado e loucamente acreditado pelo povo rude, de que o registro só tinha por fim escravizar a gente de côr. Fanatizada por tão absurda prevenção a parte menos reflectida da população, e provocada por malfeitores, que sempre em taes occasiões se apresentam, rompeu em excessos, que se manifestarão na provincia da Parahyba por alguns disturbios de prompto apaziguados, na do Ceará por um pequeno motim em Baturité, e na das Alagôas por tentativas de desordem que fôrão a tempo suffocadas; mas em Sergipe cresceu a audacia dos amotinadores ao ponto de se apresentarem armados na villa do Porto da Folha; e em Pernambuco fôrão ainda mais graves as occorrencias, que infelizmente não pudêrão terminar sem o apparatus da força. (1870, p.14 e 15)

De acordo com seu registro, a população “rude” acreditou em boatos acerca do recenseamento e ficou temerosa de que se tratava de medidas para escravização da “gente de côr”. Essa gente, “menos reflectida” rompeu em excessos em diversos lugares. Desde esse levante não havia sido efetuada qualquer tentativa de normatização dos registros de nascimentos e óbitos, bem como da realização de um censo geral da população brasileira ou revisão dos regulamentos que estabeleciam os procedimentos para a efetivação das atividades citadas. Sendo assim, podemos inferir que o censo realizado em 1872 foi constituído sobre bases muito frágeis, mas levado a cabo por forças políticas que propiciaram inclusive que a exposição de Joaquim Silva pudesse ter sido realizada, haja vista que:

Para se constituir como referência acima dos indivíduos enquanto um campo de poder, o Estado busca formar uma nação. O elemento fundamental e ao mesmo tempo fundante de um Estado moderno é o governo do seu povo, a quem deverá dar condições de cidadania. Entretanto, para conhecer e efetuar as condições de governabilidade da população, o Estado realiza sobre a mesma todo um trabalho de codificação do qual o recenseamento é apenas uma parte (CALDEIRA-MACHADO, BICCAS e FARIA FILHO, 2013, p.641).

Assim, entendemos que a matemática da população era mecanismo necessário para viabilizar as condições de governabilidade, de direção da nação rumo ao progresso e civilização. Como alerta Norbert Elias, o “processo civilizador constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica” (ELIAS, 1993, p.193). Tal direção resulta dos investimentos e intervenções em domínios diversificados, saber e poder. Afinal, a sociedade, como uma naturalidade específica e a existência comum dos

homens aparece como domínio, como campo de objetos, “como domínio possível de análise”. Desta feita, a sociedade como “campo específico de naturalidade própria do homem vai fazer surgir como vis-à-vis do Estado o que se chamará de Sociedade Civil” (FOUCAULT, 2008, p.471). A este problema da população se articula a noção compreendida como Sociedade Civil que, por sua vez, ajuda a pensar a configuração do Estado:

De que o Estado deve se ocupar? O que ele deve, se não regulamentar, pelo menos regular, ou de que ele deve respeitar as regulações naturais? O Estado tem a seu encargo uma sociedade, uma sociedade civil, e é a gestão dessa sociedade civil que o Estado deve assegurar (FOUCAULT, 2008, p.471).

O que é sociedade civil, senão precisamente esse algo que não se pode pensar como simplesmente o produto e o resultado do Estado? Este termo é correlativo intrínseco ao que emerge como Estado na história, o pensamento governamental, as novas formas de governamentalidade. É, pois, esta população, a Sociedade Civil, que passa a ser entendida como personagem a governar, a organizar, a contabilizar.

No interior desta complexidade histórica, portanto, devemos compreender a população como sujeito político, como novo sujeito coletivo – alheio ao pensamento jurídico e político dos séculos precedentes (FOUCAULT, 2008, p.56). Assim, é a partir do governo do cotidiano da população que vão se forjando forças como parte do jogo político. No que se refere à população, consideramos que representa, de um lado, a espécie humana e, de outro, o que se chama de público – uma palavra que “não é nova, mas seu uso sim”. Trata-se de uma “noção capital no século XVIII”, a partir da qual a população é considerada do ponto de vista das suas opiniões, maneiras de fazer, comportamentos, hábitos, temores, preconceitos, exigências. Ou seja, “é aquilo sobre o que se age por meio da educação, das campanhas, dos convencimentos”. Da espécie natural humana ao termo público, há todo um campo de novas realidades constituídas pelos mecanismos de poder: “o problema político moderno creio que está absolutamente ligado à população” (FOUCAULT, 2008, p.98-99).

Chegando ao produto final do censo de 1872, que são as tabelas organizadas de acordo com os dados coletados, e voltando nosso olhar para a província do Rio de Janeiro, nosso recorte geográfico neste capítulo, verificamos que há uma divisão entre Município Neutro e Rio de Janeiro, uma divisão político administrativa, embora o Município Neutro fizesse parte territorialmente da província do Rio de Janeiro. Por isso, consideramos os números apresentados para ambas as localidades. Optamos por não reproduzir as tabelas, pois não seria possível visualizar os dados contidos nas mesmas.

No que concerne ao Município Neutro foram apresentados 133.880 homens livres e 92.153 mulheres livres, totalizando 226.033 pessoas livres; para o Rio de Janeiro 255.806 homens livres e 234.281 mulheres livres, totalizando 490.087 pessoas livres, no entanto, o documento apresenta o total de 409.087 pessoas livres no Rio de Janeiro, o que nos parece um erro na digitação do valor total.

Na mesma tabela são apresentados os quantitativos para estado civil, de acordo com as categorias: solteiro(a), casado (a) e viúvo(a); raça, compreendendo brancos(as), pardos(as), pretos(as) e caboclos(as); religião, com apenas duas categorias: “Catholicos e Aatholicos”; nacionalidades, também com duas categorias: brasileiros(as) e estrangeiros(as); quanto à instrução foi solicitado um corpo maior de informações, aos homens e mulheres questionou-se quantos(as) sabiam ler e escrever e quantos eram analfabetos; acerca da população considerada em idade escolar (de 6 a 16 anos) inquiriu-se sobre frequência à escola, discriminando meninos e meninas; sobre casas houve uma divisão entre habitadas e desabitadas, mais um totalizador com número de fôgos (residências); além de uma recapitulação contendo totais de população livre, escrava e total geral de acordo com cada categoria.

Ainda no censo de 1872 há arquivos por província de acordo com as categorias que expusemos no parágrafo anterior com acréscimo da categoria “Defeitos physicos” e suas subdivisões: “Cégos”; “Surdos-mudos”; “Aleijados”; “Dementes”; “Alienados”. Desta forma, o Município Neutro apresentou 162 cegos, 124 cegas, 123 surdos e 70 surdas, quanto à província do Rio de Janeiro, foram relatados 338 cegos, 222 cegas, 181 surdos e 104 surdas. Não há recorte por faixa etária, apenas os totalizadores por “defeito”.<sup>28</sup>

Em relação à província do Rio de Janeiro, são apresentados 9 quadros estatísticos. No geral, os quadros apresentam dados sobre os Municípios e suas freguesias, dividindo a população entre homens e mulheres livres ou escravizados. No recenseamento de 1872, o total da população fluminense contabilizada foi de 782.724 (sendo 490.087 pessoas livres e 292.637 escravizados). Maria de Fátima Silva Gouvêa (2008) apresenta um quadro sintetizado

---

<sup>28</sup> O quadro geral da província do Rio de Janeiro apresenta dados separados por municípios e suas respectivas freguesias, cujos totalizador geral se encontra confuso. Por isso, julgamos melhor omiti-los e buscar junto a outras fontes e na bibliografia, indícios sobre o quantitativo populacional da província. No rodapé da página 84 do relatório final do censo de 1872, onde há o quadro geral da província do Rio de Janeiro consta a seguinte observação: “No total da população não se acha compreendida a população da parochia de S. José do Barreto que é de 4059 habitantes; segundo a informação da respectiva commissão censitaria. Não tendo vindo as listas de família, não se podem fazer as devidas classificações. Não se acha tambem compreendida a população das seguintes parochias em que não se procedeo ao recenseamento: Santa Maria Magdalena, N. S. da Conceição do Arraial dos Frades, S. José da Bôa Morte, Santa Izabel do Rio Preto e N. S. da Piedade do Rio Claro.”.

com a população na província do Rio de Janeiro entre pessoas livres e escravizadas, por município, nos anos de 1840, 1851 e 1878, o que nos possibilita realizar uma comparação:

Tabela 2 – Quantitativo de pessoas livres e escravizadas nos anos de 1840, 1851 e 1878

1840		1851		1878	
Livres	Escravizados	Livres	Escravizados	Livres	Escravizados
183.182	224.030	262.526	293.554	526.972	339.991
Total: 407.212		Total: 556.080		Total: 866.963	

Fonte: Elaborado pela autora com base no trabalho de Gouvêa (2008).

Como vimos, a população geral da província do Rio de Janeiro cresceu ao longo das décadas de 1840 e 1870. Considerando estes totalizadores, verificamos que em 1840 e 1851 a população escravizada superava a população livre, com a mudança desse quadro na década de 70, onde a população livre se constituiu no maior contingente populacional. Atribuímos esta mudança, possivelmente, às legislações que visavam uma abolição paulatina, como a Eusébio de Queirós, que proibiu o tráfico de pessoas para serem escravizadas, em 1850, e a “Lei do Ventre Livre”, pela qual foram considerados livres todos os filhos de escravas nascidos a partir de 28 de setembro de 1871, quando foi promulgada a lei.<sup>29</sup> Faz-se necessário ressaltar que com a promulgação dessas leis “em várias áreas se tornou mais economicamente viável libertar antecipadamente os escravos, possibilitando que eles permanecessem trabalhando na condição de trabalhadores livres.” (GOUVÊA, 2008, p.56)

A edição de 1881 do *Almanak Laemmert* aponta que a província do Rio de Janeiro possuía 104,544 quilômetros quadrados e 1.050.000 habitantes de acordo com recenseamento efetuado em 1875, sem informar qual público foi considerado neste recenseamento ou qual a abrangência deste, se foi apenas na província do Rio de Janeiro ou em todo o Império. A falta de detalhamento na apreensão dos dados também se deu no relatório do presidente da província em 1878, que apresentou um número superior de habitantes em relação ao exposto (866.963 pessoas).

Diante de tantos dados, observamos um esforço e uma intenção política do governo Imperial em conhecer, contabilizar para gerir e administrar a população. Era interesse do poder público dar a ver esse heterogêneo conjunto de “gentes” a partir de características como gênero, idade, condição civil, escolarização, religião, entre outros, para ser possível seu governo.

<sup>29</sup> Posteriormente, também foi promulgada a lei n. 3.270, de 28 de setembro de 1885, conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe ou Lei dos Sexagenários, que determinou a libertação dos escravos com mais de 60 anos.

## 1.2 Dados da instrução fluminense

Por que investigar o passado é importante? De acordo com Le Goff (2013), “o futuro, tal como o passado, atrai os homens de hoje, que procuram suas raízes e sua identidade e, mais que nunca, fascina-os” (p.213). No entanto, há uma nostalgia, que quer parecer dotada de certa ingenuidade, na qual busca no resgate do passado as bases para a transposição de um modelo mágico de ordenação do presente e de construção de um futuro glorioso como o que, pretensamente, havia no passado. No bojo dessa nostalgia podemos verificar “restaurações simbólicas, como a reconstrução da velha cidade de Varsóvia, tal como se encontrava antes das destruições da Segunda Guerra Mundial” (LE GOFF, 2013, p.203). Em outro aspecto, “os movimentos nacionalistas, até o nazismo e o fascismo, que tendem a instaurar uma ordem completamente nova, apresentam-se como arcaizantes e tradicionalistas.” (Idem).

No momento atual, em que vemos o crescimento de discursos com viés fascista ganhando cada vez mais espaço no cenário nacional e internacional, em que assistimos os usos que têm sido efetuados do sistema educacional brasileiro para excluir e impedir a permanência da população mais pobre (previstos no plano de governo do então candidato à presidência nacional), este tipo de reflexão nos parece ainda mais oportuna.

Nas palavras de Marc Bloch (2001):

[...] para interpretar os raros documentos que nos permitem penetrar nessa brumosa gênese, para formular corretamente os problemas, para até mesmo fazer uma ideia deles, uma primeira condição teve que ser cumprida: observar, analisar a paisagem de hoje. Pois apenas ela dá as perspectivas de conjunto de que era indispensável partir. Não, decerto, que se trate – tendo imobilizado, de uma vez por todas, essa imagem – de impô-la, tal qual, a cada etapa do passado sucessivamente encontrado, da montante à jusante. Aqui como em todo lugar, essa é uma mudança que o historiador quer captar. Mas, no filme por ele considerado, apenas a última película está intacta. Para reconstituir os vestígios quebrados das outras, tem obrigação de, antes, desenrolar a bobina no sentido inverso das sequências. (p.67)

Como parte do exercício de tentar “desenrolar a bobina”, não poderemos ficar presos ao recorte temporal proposto nesse trabalho, enquanto instrumento delimitador das discussões, dessa maneira, “[...] face à imensa e confusa realidade, o historiador é necessariamente levado a nela recortar o ponto de aplicação particular de suas ferramentas; em consequência, a nela fazer uma escolha [...]” (BLOCH, 2001, p.52).

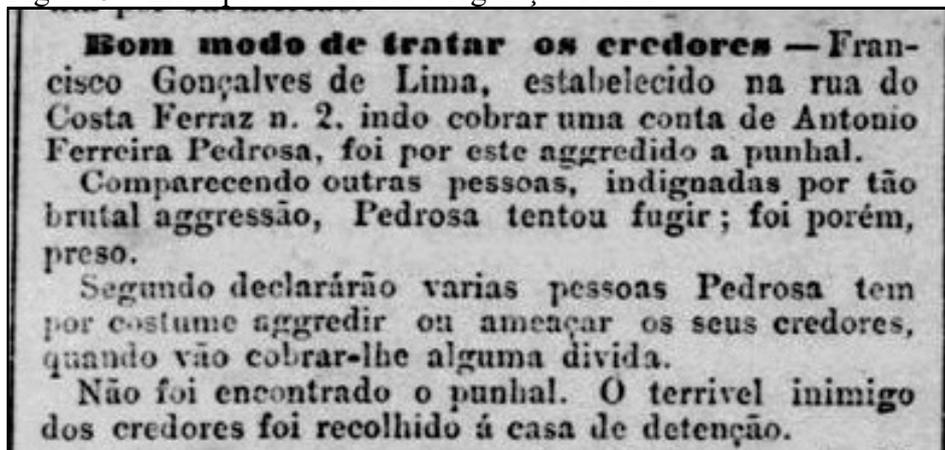
Nossa escolha revela-se, neste ponto, a partir das contribuições de Norbert Elias (1993) acerca do processo civilizador, que se trata de uma mudança “rumo a uma direção muito específica” (p.193) tanto no âmbito comportamental, na interação com o outro e o ambiente, quanto no âmbito sentimental, dos sentimentos que o indivíduo nutre por si mesmo

e pelos outros com os quais convive. Embora esta mudança seja dotada de especificidades, não há um grupo que a planeje e execute todas as etapas dela com plena aceitação dos demais, ou seja:

A coisa aconteceu [processo civilizador], de maneira geral, sem planejamento algum, mas nem por isso sem um tipo específico de ordem. Mostramos como o controle efetuado através de terceiras pessoas é convertido, de vários aspectos, em autocontrole, que as atividades humanas mais animais são progressivamente excluídas do palco da vida comunal e investidas de sentimentos de vergonha, que a regulação de toda a vida instintiva e afetiva por um firme autocontrole se torna cada vez mais estável, uniforme e generalizada. (ELIAS, 1993, p.193 e 194).

O controle e o autocontrole se tornam termos chave neste processo, por exemplo, na reportagem da edição 38 do Jornal do Commercio de 1891(p.1), com o título “Bom modo de tratar os credores”, é relatado que Antonio Ferreira Pedrosa agrediu com um punhal Francisco Gonçalves de Lima por este ter cobrado uma dívida de Antonio Pedrosa. Relata-se ainda que devido à indignação de outras pessoas por “tão brutal agressão” Pedrosa foi contido e preso. O ato de indignar-se, de considerar uma forma brutal de reação à cobrança de uma dívida, bem como o título sarcástico da reportagem, estabelecendo uma crítica implícita ao proceder de Pedrosa trazem elementos capazes de demonstrar como a reação de Pedrosa foi destituída de sentido naquela sociedade e entrou em desacordo com os mecanismos de controle e regulação social.

Figura 5 – Exemplo de controle e regulação social



Fonte: Jornal do Commercio, 1891, p.1.

Civilização e instrução são termos que aparecem ligados nesta fonte e nos demais documentos consultados durante o período analisado. Segundo Caldeira-Machado, Biccas e Faria Filho (2013), a população precisa ser governada e “[...]a educação é tomada como uma resposta à possibilidade de governo dessa mesma população que, assim, transforma-se em nação, componente estruturante do Estado o qual ajudou a construir.” (p.641).

Esse caráter da educação enquanto estratégia de governança emerge das fontes, inclusive quando da apresentação de relatório à Assembleia Legislativa Provincial, em 08 de agosto de 1882, pelo então presidente da província do Rio de Janeiro, Bernardo Peixoto:

Não somos os derradeiros no grande trabalho social da repressão do crime, que tanto preocupa os países civilizados; mas não pequena somma de sacrificios é necessario despender para que, dentro da orbita de nossas attribuições, possamos collocar a policia em posição de preencher eficazmente a sua missão preventiva e repressiva na sociedade. [...] Circumscrevendo-nos á orbita que nos traça a lei, sem duvida nossos esforços communs podem ir em auxilio de outras medidas de ordem geral, que estão fóra de nossa alçada. O trabalho favorecido; a instrucção disseminada; o ensino primario e religioso nas prisões; um regimen que afaste a tentação dos máos exemplos; em uma palavra, a justa disciplina na execução das penas, devem concorrer para a gradual redução dos crimes. (p.7 e 8).

No que concerne à segurança pública e individual, Bernardo Peixoto afirma ser a repressão do crime uma preocupação dos países civilizados e aponta como uma das formas de coibi-lo a disseminação da instrução, inclusive da instrução primária dentro das prisões.<sup>30</sup>

Considerando que a instrução do povo é uma das estratégias a fim de torná-lo civilizado, de que forma o instruir? É necessário um local ideal onde fosse possível instruir a população? Se sim, como deveria ser este local? Quem ensina, o que ensina e para quem? Como justificar socialmente os possíveis impactos positivos de um projeto de instrução?

No relatório do Diretor da Instrução Pública da província do Rio de Janeiro, de 04 de agosto de 1879, se registra sua percepção sobre o grande empenho, em todo mundo, em prol da causa da instrução e da educação popular nas suas mais diversas instâncias, ressaltando que:

Inventam-se novos methodos ou aperfeiçoam-se os existentes para que o ensino seja mais sólido, mais amplo e ao mesmo tempo mais simples para poupar tempo. As condições da melhor construcção de casas, do fabrico de moveis e utensilios para as escolas, são estudadas por architectos e sabios á luz da experiencia e da sciencia, e occupam a sua mais desvellada atenção. Escriutores de reputação incontestada publicam quotidianamente livros para aprender a lêr, escrever e contar, formulando as regras e preceitos que com maior vantagem devem ser seguidos no ensino; outros, democratizando as sciencias, desembaraçam-nas do dogmatismo aristocratico e absoluto, e dão-lhes entrada na escola primaria, fazendo-as comprehensivas ás intelligencias infantis. (p.3).

Para ele, enquanto há um intenso debate e repercussão em torno da causa da instrução e do maquinário julgado pertinente para que essa instrução se dê em todo o mundo, o tema no Brasil é tratado com indiferença pela população e cabe, exclusivamente, ao governo debruçar-se sobre este assunto, pois:

<sup>30</sup> Acerca disso, conferir OLIVEIRA, Jailton. Escolas de todas as perdições e degenerescências: Casa de detenção da Corte e Penitenciária Nacional de Buenos Aires como espaços educativos (1856-1889). Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, UERJ, 2013.

O pai de família deseja o filho instruído e pensa cumprido o dever, matriculando-o e mandando-o á escola; não inquire se o filho é assíduo, se estuda, se alcança o adiantamento correspondente ao tempo de frequência; por outro lado não averigúa se o professor cumpre as suas obrigações conscienciosamente; parece que a escola é um estabelecimento estranho, pelo qual não póde e nem deve interessar-se. (p.3 e 4)

Neste ponto, destaca os agentes fiscalizadores do governo como imprescindíveis para a causa da instrução tendo em vista o aparente desinteresse das famílias ante a perspectiva da escola. Da mesma maneira, destaca como fundamental a responsabilidade da família na condução eficaz da escolarização das crianças, apontando os limites da escola em, sozinha, educar, instruir e civilizar.

O fragmento evidencia que a escola ainda precisava ser reconhecida e legitimada cultural e socialmente como uma instituição responsável, junto às famílias, pela formação dos indivíduos. Cabe destacar que no século XIX o termo “escola” diz respeito ao funcionamento de uma aula provida (cadeira isolada) por um professor que muitas vezes leciona na sua própria casa, ou em local alugado por ele (CALDEIRA-MACHADO, BICCAS e FARIA FILHO, 2013, p.645).

Diferente do que se percebe atualmente, no século XIX a escola pública não se confundia com um prédio de propriedade do Estado Imperial. Sua referência, na verdade, estava no fato de se ter um professor público ou particular que ministrasse as aulas. Ou seja, uma escola pública necessitava de um professor pago pelo Estado Imperial (professor público) para existir, mas não de um prédio que abrigasse suas aulas. Neste sentido, era muito comum que o ensino público acontecesse em casas alugadas pelo governo, e que muitas vezes servia de residência do próprio mestre. Assim, durante a maior parte dos Oitocentos, o estatuto de “aluno público”, ou de “escola pública”, estava vinculado ao estatuto do seu professor (se público ou particular) e com a gratuidade do ensino, e não com os espaços físicos onde as aulas aconteciam.

As consequências dessa dinâmica eram muitas. Entre elas, as dificuldades de pôr em prática as ações normativas e de fiscalização do poder público, tão defendida como necessária em nome da ordem por aquelas autoridades. O fato de a escola pública estar instalada na casa do professor, fazia com que o ensino mantido pelo poder público fosse confundido com as demais atividades de um espaço particular, doméstico, íntimo. Nestes termos, uma escola seria pública se o seu professor regente fosse pago pelo Estado Imperial, se os seus alunos estudassem gratuitamente, e, na maioria dos casos, se as suas aulas acontecessem em estabelecimentos cuja responsabilidade de manutenção fosse do poder público (alugando ou construindo o prédio para tal fim). Seu contrário também seria legítimo: uma escola particular

caracterizar-se-ia, por sua vez, a partir da figura de um mestre pago pelo proprietário do colégio (poderia ser ele próprio, e, assim, ser pago pelos pais dos alunos), do próprio colégio (um espaço mantido pelo dono do mesmo) e dos alunos que precisariam pagar para receber a instrução (pensionistas, meio-pensionistas e externos) (LIMEIRA, 2010).

A partir destas considerações, operamos com a compreensão de que as estatísticas se tornaram um dos mecanismos a partir do quais o poder público procurou administrar o processo de escolarização ao longo do século XIX. Era preciso contabilizar alunos, professores, matrículas, aulas, escolas, os sujeitos, as instituições, as frequências, as demandas. Era preciso gerir tal processo que se desenvolvia ainda com definições imprecisas e com resistências de muitas famílias, como atesta a fala do Diretor da Instrução.

“Diante das estatísticas não é lícito duvidar”, fala de autoria do deputado Rodrigues Coelho, publicada no *Jornal do Commercio*, em 1883, onde havia uma seção na qual registrava-se uma espécie de transcrição das sessões da Assembleia Legislativa Provincial. Ao longo da nossa pesquisa esta seção do impresso tornou-se fonte fundamental. E no fragmento citado, podemos notar a crença na verdade dos números que legitimava todos os levantamentos operados no Oitocentos. Frequentemente evocados para justificar uma nova política, apresentar os resultados de uma avaliação ou simplesmente descrever a educação nacional, os números do ensino são fontes importantes para História da Educação. O uso dos dados estatísticos exige a compreensão dos processos de sua produção, no entanto. Nesse sentido, alguns autores têm, nas últimas décadas, defendido a necessidade de um estudo das estatísticas que amplie o conhecimento das instâncias de produção dos dados, da definição das categorias que informam os instrumentos de coleta, dos critérios utilizados na interpretação das cifras, das formas de divulgação desses trabalhos e das inter-relações que medeiam cada etapa, entre outros (GIL, 2018).

A estatística ocupa uma posição particularmente importante no que se refere às relações entre ciência e ação. A história dessa ciência e de sua interlocução com os campos social, político, econômico etc. permite melhor compreender como se definiu certa razão estatística que informa, com larga legitimidade, as ações em outros espaços. Considerando que as técnicas estatísticas são amplamente utilizadas para sustentar argumentos científicos e políticos.

No que se refere ao seu uso como fonte, há a necessidade de um uso crítico, entendendo suas condições de elaboração e os limites de sua interpretação, pois os dados estatísticos foram produzidos com intenções e a resistência desses dados permitindo-os atravessar o tempo, os regimes políticos e apagamentos até chegar nos dias de hoje carrega

um sentido, uma verdade e uma mentira. Nas palavras de Le Goff (2013), “[...] não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo.” (p.497). Em função disso, empreende-se então um esforço no sentido de recuperar informações acerca dos critérios utilizados na formulação dos dados quantitativos antigos, os conceitos que estruturavam a busca e interpretação das informações, os limites geográficos dessas enquetes e etc (GIL, 2019).

Em 1871 foi criada, no governo imperial, a Diretoria Geral de Estatística (DGE), cuja função era realizar censos decenais e estatísticas da instrução. A crescente importância dada à difusão da escola, favoreceu a inclusão das estatísticas do ensino entre as tarefas prioritárias dessa repartição. Nesse período, os dados divulgados sobre a instrução no conjunto do país restringiam-se aos relatórios que os responsáveis pela DGE encaminhavam ao ministro ao qual estavam subordinados os trabalhos. Desde o início foram incluídos, pelo menos, os totais de escolas e alunos dos níveis primário e secundário. O procedimento de coleta das informações sobre a instrução consistia no envio, pela Diretoria Geral de Estatística, de modelos às províncias, que deveriam, por seu turno, preenchê-los com os dados e esclarecimentos demandados. Mas era recorrente a reclamação acerca da lentidão, inexatidão ou omissão por parte das fontes informantes. Os pedidos eram repetidos, e nem sempre os quadros devolvidos estavam completos. No que se refere às províncias omissas, as informações que integravam as tabelas anexas aos relatórios eram obtidas em documentos oficiais variados, conforme a disponibilidade. Recorria-se, por exemplo, a ofícios e relatórios dos presidentes de província ou dos inspetores de instrução, onde constassem “mapas de instrução”, ou, ainda, repetiam-se os números do ano anterior. Encerradas as atividades relacionadas ao Recenseamento de 1872, não foram providas condições suficientes para que a Diretoria Geral de Estatística levasse adiante suas outras responsabilidades. Em vista dessas dificuldades, em 1879 a Diretoria foi desativada, sendo restaurada apenas em 1890, pelo governo da República. Durante a Primeira República a DGE passou por várias reformas que alteraram seu quadro funcional e regulamento: em 1897, em 1907, em 1909, em 1910, em 1911 e em 1915 (FARIA FILHO, NEVES e CALDEIRA, 2005; GIL, 2019).

Neste sentido, observamos que em variados documentos do ensino no século XIX era possível localizar números dispersos sobre a instrução, evidenciando uma certa necessidade das estatísticas por parte do Estado, que até criara órgãos responsáveis por esta tarefa, como vimos. Da mesma forma, na província do Rio de Janeiro e capital brasileira (Corte Imperial). Por exemplo, em sessão na Assembleia Legislativa realizada em 13 de dezembro de 1881, o Presidente da Província, Martinho Álvares da Silva Campos informou que havia na província

um total de 418 escolas públicas, destas 255 para o sexo masculino, com 10.602 alunos matriculados e 163 escolas “para o outro” (p.15), com 5.750 alunas matriculadas.

Martinho Campos afirmou que os mapas estatísticos estavam incompletos e que apenas “findo o anno se poderá reconhecer não só a exacta matrícula de umas e outras, como a frequencia, que tiveram” (Idem). Com isso pode-se inferir que havia uma data precisa estabelecida para a formação de mapas estatísticos, contudo, em confronto com outros relatórios e exposições verifica-se que não havia rigor prático quanto à coleta e tratamento dos dados coletados, por exemplo, sobre as escolas noturnas, foram citadas apenas as escolas de Niterói, Petrópolis e Vassouras por serem estas “mantidas á custa dos cofres provinciaes”. Os números de matrícula nos estabelecimentos particulares de instrução primária e secundária são apresentados de forma conjunta, não havendo distinção. A única categoria empregada de diferenciação é o sexo, informando o número de 1.058 matrículas para o sexo masculino e 621 “do outro sexo” (Idem). É informado ainda que Martinho Campos mandou reestabelecer o ensino em três escolas, dentre estas a escola de meninas da freguesia de Sant’Anna das Palmeiras, em Iguassú, no dia 13 de outubro de 1881.

Como vimos, naquelas sessões públicas da Assembleia Legislativa Provincial, se dialogava com frequência acerca dos assuntos da instrução a partir de números, uma forma de diagnosticar a realidade para, então, empreender novos projetos de reforma e desenvolvimento do ensino.

No relatório, Martinho Campos destacava o “auxílio de associações particulares”, corroborando a compreensão de que não havia uma separação expressiva entre estado e as iniciativas particulares. Quanto às subvenções, nesta mesma exposição de 13 de dezembro de 1881, foram apontadas 93 escolas particulares subvencionadas de ambos os sexos, sendo 64 escolas para o sexo masculino, com 1.983 alunos matriculados e 19 escolas para o sexo feminino, com 597 alunas matriculadas, “sem discriminação dos que aprendem por conta da provincia, e dos admitidos á custa dos paes ou por liberalidade dos professores”.

Sobre isso, Aline de Moraes (2010) observou tratar-se de uma prática política comum empreendida pelo Estado Imperial (e ao longo da República). Um dos instrumentos de promoção do comércio particular no campo da instrução oitocentista referia-se, justamente, aos processos de subvenção. A partir deles, era o Estado Imperial quem garantia financeiramente o atendimento de meninos e meninas pobres nos colégios particulares ou sociedades filantrópicas, mediante o pagamento de suas mensalidades ou concessão de espaços, doação de materiais, livros, compêndios, vestuário etc.

O impulso à atuação dos particulares fazia parte da política geral de Instrução Pública, a partir de diversas formas de incentivo e contribuição. Seja envio de materiais para o ensino, doação de compêndios, pagamentos de subvenções ou mesmo financiamento de uniformes para alunos pobres de instituições particulares. Em 1878, na Corte Imperial, havia 17 professores ou colégios particulares que recebiam subvenções dos cofres públicos. Interessado nas vantagens de associar suas forças às dos particulares, o Império fomentou iniciativas como aquelas. Em 1889, registrou-se um número de 46 colégios subvencionados, com 520 alunos atendidos, mais sete cursos noturnos, 284 alunos, e seis escolas mantidas pela Sociedade Promotora da Instrução, com 850 alunos. Um total de 59 subvenções espalhadas pela Corte Imperial, atendendo 1.654 meninos e meninas pobres. No mesmo ano, em toda Província do Rio de Janeiro havia 246 estabelecimentos particulares de instrução primária, subvencionados pelo Estado Imperial, atendendo a 5.679 alunos (LIMEIRA, 2010).

Da mesma forma, observamos nos registros dos Relatórios do Presidente da Província (1877, Anexo S5-6) que as formas de subvencionar, financiar, amparar e auxiliar no desenvolvimento do ensino eram bastante variadas:

Figura 6 – Amparo ao desenvolvimento do ensino

*Vinculo as reclamações e quejas quanto ao ensino.*

Não faltão donativos às escolas e auxilios para promover o progresso da instrucção do povo, e folgo de em presença de V. Ex. louvar e agradecer a muitos professores, que de seus tenuíssimos vencimentos tirão economias com que vestem e sustentão alumnos, dotão na proporção de suas posses as escolas que regem com moveis e utensilios de que ellas carecem.

A provincia tem recebido presentes de valor em beneficio da instrucção; e agora mesmo no municipio de Macahé, o Dr. João José Carneiro da Silva, superintendente do ensino, seguindo as nobres tradições de sua familia, prepara a creação de um estabelecimento de educação para ambos os sexos, que será instituto honroso não só para o municipio, como para toda a provincia, que alli terá exemplo do que póde a vontade do homem dirigida pelo espirito de caridade, fonte do verdadeiro progresso e dos generosos commettimentos em favor da humanidade. O honrado Dr. Carneiro da Silva obteve de diversas pessoas algumas prendas e fez d'ellas leilão em beneficio da instrucção, o qual produziu somma maior de tres contos de réis, que forão depositados na caixa economica de Campos.

Desejára ser mais extenso a respeito do instituto que se projecta em Macahé, mas temo revelar o que me tem sido confiado em cartas particulares.

E' dever meu referir tambem o que se está passando na Barra de S. João por diligencia do superintendente do ensino, o Revd. João Ferreira Passos. Falleceu em Portugal o cirurgião João Antonio Nogueira de Barros, que por muito tempo residio na Barra de S. João, onde pelo exercicio de sua profissão adquirio fortuna. Fez testamento e como não tivesse herdeiros necessarios, além de legados a diversas pessoas, deixou vinte apolices de conto de réis á camara municipal para ser applicado o seu rendimento a soccorrer familias pobres que carecessem de auxilio, a juizo da mesma camara. O Padre Passos, discipulo de Nosso Senhor Jesus Christo, apresentou o seu requerimento pedindo que fossem preferidas as familias pobres com filhos, que não podião frequentar as escolas por falta de meios, dizendo aos vereadores em linguagem apostolica,

Fonte: Relatório do Presidente da Província, 1877, Anexo S5-6.

Nas suas palavras, não faltavam "donativos" às escolas para a promoção da instrução do povo, havendo professores que pagavam vestimentas para alunos e proviam de móveis ou utensílios que as escolas precisavam. Havia também "presentes" em tradicionais doações para a instrução pública de famílias nobres (João José Carneiro da Silva, Macahé), a realização de leilões beneficentes com valores arrendados para instrução (Carneiro da Silva, Campos) e debates sobre a destinação de heranças para famílias pobres garantirem a frequência escolar de seus filhos (João Antônio Nogueira de Barros, Barra de São João). Como se nota, eram múltiplas as formas de associar o público e o privado naquele tempo.

Numa outra sessão da Assembleia, em 1883, o deputado Rodrigues Coelho discursava sobre instrução e defendia, como solução para o dispêndio da verba pública a ampliação das subvenções e apresentou mais um quadro com o número de escolas subvencionadas por município e divididas entre escolas para o sexo masculino e feminino, objetivando demonstrar que eram poucas as subvenções, considerando o público a ser atendido:

Tabela 3 – Nº de escolas subvencionadas por município e o sexo que atendiam

Municípios	Numero de Escolas	Sexo masculino	Sexo feminino
Angra dos Reis	9	7	2
Araruama	7	5	2
Barra Mansa	1		1
Cabo-Frio	1		1
Campos	8	4	4
Cantagallo	5	3	2
Capivary	8	8	
Estrella (*)	3	2	
Iguassú	3	2	1
Itaborahy	16	15	1
Itaguahy	1	1	
Macahé	1	1	
Magé	2	2	
Mangaratiba	7	4	3
Maricá	5	4	1
Niterohy (**)	3	2	1
Nova-Friburgo	2	2	
Paraty	1	1	
Pirahy	1	1	
Rezende	1	1	
Rio Bonito	3	3	
Sant' Anna de Macacú	4	2	2
S. Fidelis	1	1	
S. João do Principe	1	1	
Saquarema	4	1	3
Valença	1	1	
Vassouras	2	1	1
Observações (*) Uma mixta. (**) A frequencia foi de 1,995, sendo 1,440 do sexo masculino e 556 do sexo feminino.			

Fonte: Quadro apresentado na Assembleia Legislativa Provincial pelo deputado Rodrigues Coelho, 1883.

Diante do quadro, chamou-nos a atenção a ausência de dados sobre escolas subvencionadas nos seguintes municípios: Barra de S. João, Paraíba do Sul, Petrópolis, Rio Claro, Santa Maria Madalena, S. João da Barra e Sapucaia, perfazendo um total de sete municípios, dos 34 da província, sem quaisquer informações quanto à subvenção, podendo significar que nas mesmas não havia esse tipo de política pública. Como no decorrer do discurso, Rodrigues Coelho não justifica as ausências mencionadas, não há condições de saber se realmente não haviam dados para expor sobre estes municípios ou se os quantitativos foram omitidos quando reproduzidos pelo *Jornal do Commercio*. Outro ponto interessante verifica-se ao observar que Itaboraí, dos municípios apresentados no quadro, possuía uma quantidade de escolas subvencionadas superior aos outros municípios, sendo majoritariamente destinadas ao sexo masculino.

Observando o exposto, podemos calcular um total de 114 instituições particulares subvencionadas na província do Rio de Janeiro, sendo 25 colégios para meninas e 89 para meninos, números nada equilibrados. Considerando o que foi apontado pela pesquisa de Aline Limeira, parece que, entre 1883 e 1889, houve aumento significativo no número de subvenções espalhadas pela província fluminense, pois passaram de 114 para 246 (LIMEIRA, 2010).

Ante o argumento de que as escolas subvencionadas seriam a solução, o deputado Julio Torres foi taxativo: “As escolas subvencionadas têm sido fabricas de eleitores [...]. Desesseis professores subvencionados em Itaborahy, são eleitores liberaes.”. Ao que Rodrigues Coelho indagou com que propósito o Sr. Julio Torres trazia esse informe quanto à ligação política dos professores e Julio Torres disse que queria justificar a sua fala de que as escolas subvencionadas são fábricas de eleitores. Apartes dos deputados Alvares da Silva e Fernandes ressaltaram que o importante é que as escolas tivessem frequência, independente do professor assumir-se enquanto republicano ou conservador. Rodrigues Coelho, aproveitou-se dos apartes que lhe favoreceram e concluiu que não havia motivos para tolhir as subvenções naquele momento, tendo em vista que os professores para obter a subvenção passavam por exames junto aos superintendentes de ensino, entre outras condições (não cita quais) e afirmou que havia atuado como inspetor e superintendente de ensino, possuindo, além dos dados oficiais, a experiência a conferir-lhe duplo respaldo.

O deputado Julio Torres exclamou, sem citar nomes: “Tem-se nomeado para ellas até analphabetos!”, Rodrigues Coelho apontou a instrução particular subvencionada como único meio para “alliviar a verba da instrucção publica e socorrer a classe dos professores publicos [...]”. Coelho ressaltou ainda a dificuldade em conseguir estabelecer uma escola pública em

regiões mais isoladas, “fóra do centro da capital”, pois faltavam professores que quisessem mudar-se para estas localidades, bem como pela ausência de casas com as proporções consideradas adequadas para a abertura de uma escola pública.

O que revela um discurso contraditório, porque Coelho pontuou que a concessão de subvenções seria a forma mais fácil e menos dispendiosa para expandir a instrução, no entanto ao dizer da falta de casas adequadas para transformá-las em escolas públicas, deixa entrever que para as escolas subvencionadas havia uma exigência menor quanto ao critério dos espaços a serem transformados em escolares. Tal distinção quanto aos critérios propostos para as escolas subvencionadas também transparece quando Coelho citou os custos por aluno, 3\$ nas escolas subvencionadas e 20\$ nas escolas públicas, sem revelar o porquê de tamanha discrepância.

Rodrigues Coelho lamentou o encerramento da sessão sem que se discutisse acerca de um ramo tão importante da administração pública como a instrução, que deveria “merecer da assembléa cuidado, solicitude, mesmo esforços e sacrificios” (Jornal do Commercio, 1883, p.2), ao invés disso, parecia não receber qualquer incentivo, encontrava-se estagnada, na medida em que a proposta de reforma apresentada não produziria economia, tampouco melhor aproveitamento.

A proposta de reforma a qual ele se referiu, trata-se de um “Plano de Reforma da Instrução Pública” para a província do Rio de Janeiro, apresentado à Assembleia em 1883, por uma comissão designada pelo Presidente José Leandro Godoy e Vasconcelos, composta pelo Diretor da Instrução Pública, pelo Inspetor Geral da Instrução Pública e pelo diretor da Escola Normal com o propósito de preencher “por meio de medidas salutareas as lacunas das actuaes leis de organização do ensino” (Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1884, p.59).

No relatório oficial de 1884, o presidente da província, José Leandro, anunciava:

Figura 7 – Fala sobre proposta de reforma da instrução pública

Com verdadeira satisfação vos communico que foram bem correspondidas minhas esperanças.

Do exame do projecto vereis que foram consultados muitos interesses até aqui preteridos ou menosprezados: e que se não foram providas todas as necessidades da educação, não foi preterida uma só das mais importantes e realisaveis.

O estado financeiro da provincia repelliria *in limine* uma reforma modelo, completa.

Fonte: Relatório do Presidente da Província, 1884, p.59.

De acordo com suas palavras, a proposta não seria completa ou modelar, mas um plano orientado pelas possibilidades financeiras da administração provincial. Apesar de ser anunciada como modesta, a reforma não foi aprovada, tendo observações contrárias de alguns deputados. No Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, de 1884, há publicação integral da referida proposta de reforma do ensino. A mesma é composta por duas partes, uma, na qual se expõe a justificativa para a realização das mudanças, diante de uma “realidade não satisfatória”, onde não se atendia aos “reclamos da civilização moderna” (p.56) e a segunda, com o Plano de Reforma, dividido em 9 capítulos.

No **Capítulo I** se abordavam “Disposições preliminares”, o **Capítulo II** era dedicado à “Escola”, o **Capítulo III** tratava do “Ensino Primário”, o **Capítulo IV** tratava sobre “Do professor”, o **Capítulo V**, “Do ensino obrigatório”, o **Capítulo VI**, Da estatística escolar, o **Capítulo VII**, “Da inspeção”, o **Capítulo VIII**, “Do conselho da Instrução” e, por fim, o **Capítulo IX**, com “Disposições geraes”.

De acordo com o Presidente:

Figura 8 – Fala do Presidente da Província acerca da “realidade não satisfatória”

Verificadas estas circunstancias desfavoraveis, urge não trepidar na iniciação dos meios de removel-as, enfrentando com energia a magna questão do ensino para generalisal-o, augmentando o numero das escolas, garantil-o por meio da obrigatoriedade, e completar o professor com o aperfeiçoamento do curso normal.

Fonte: Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1884, p.58.

Percebe-se que, na sua perspectiva, o plano pretendia remover as circunstâncias desfavoráveis do ensino naquele contexto, tratando, a partir dele, de questões como ensino obrigatório e formação de professores, entre outras. De maneira geral, enfatizava-se a obrigatoriedade do ensino primário e a liberdade do ensino secundário. Reforçava a divisão das escolas por gênero, normatizando que haveria uma para cada sexo, por cada 500 habitantes livres, em cada freguesia e que, sobre sua localização quem as definiria seria o Juiz de Paz ou Presidente da Província.

Determinava que as escolas deveriam ter uma frequência média de 60 alunos, durante dois anos consecutivos e onde não houvesse 20 alunos frequentando efetivamente o ensino seria suspenso. Nestas escolas seria obrigatório que o adjunto fosse habilitado pela Escola

Normal e recebesse a quantia mensal de 50\$000 (cinquenta mil Réis)<sup>31</sup>. Haveria também estabelecimentos de ensino chamados “subsidiários” que eram criados por professores onde não houvesse escolas públicas, fazendo referência às subvenções públicas. Os professores destas escolas receberiam 3\$000 (três mil Réis) por até 20 alunos, devendo suprir a escola com a mobília indispensável. As escolas subsidiárias, como as públicas, receberiam os livros necessários ao ensino e uma contribuição anual para sua manutenção que seria entregue trimestralmente.

Sobre o ensino primário, especificava que as disciplinas a serem ensinadas seriam as seguintes: 1. Instrução religiosa, educação moral e cívica. 2. Leitura e caligrafia. 3. Gramática portuguesa. 4. Aritmética inclusive o sistema métrico. 5. Noções de ciências físicas e naturais aplicáveis ao uso da vida. 6. Noções de geometria plana, desenho linear e de ornato. 7. Noções de Geografia e História do Brasil. 8. Noções práticas de escrituração mercantil por partidas dobradas. 9. Trabalhos de Agulha, de costura e corte de roupas brancas, nas escolas das meninas. 10. Ginástica higiênica, sem caráter acrobático.

As disciplinas de Instrução religiosa, Educação Moral e Cívica, Leitura e Caligrafia, Gramática portuguesa, Aritmética, incluindo o sistema métrico e, exclusivamente nas escolas de meninas, a de Trabalhos de Agulha, de costura e corte de roupas brancas eram obrigatórias nas escolas públicas. As escolas subsidiárias apenas ensinariam Instrução Religiosa, Educação Moral e Cívica. As demais disciplinas (elencadas nos itens 5 a 8, acima) somente poderiam ser lecionadas por professores habilitados pela Escola Normal.

Neste plano, a idade mínima para matrícula voluntária era de seis anos, e a máxima, para fins de frequência, era de quinze anos. Também abordava a Escola Normal, definindo seu currículo com as seguintes disciplinas: Língua nacional, Língua francesa, Matemáticas – compreendendo a aritmética completa e noções de geometria plana - e escrituração mercantil; História Sagrada e Doutrina Cristã; Geografia, História Universal, História do Brasil, Corografia da Província, Cosmografia; princípios de Ciências Físicas e Naturais, noções de Agricultura e Zootecnia; Pedagogia compreendendo: Metodologia, Administração Escolar e Educação Cívica; Caligrafia e Desenho de imitação; Costura, Trabalhos de Agulha e corte de roupas brancas, para as alunas-mestras. O Curso Normal deveria ser de quatro anos e a idade mínima para matrícula era de quinze anos para os homens e quatorze anos para as mulheres.

---

<sup>31</sup> LIMEIRA (2010) ao analisar os possíveis consumidores dos impressos investigados por ela registrou que o *Jornal do Commercio* custava 100 Réis o exemplar, 32 mil Réis por semestre, ou 60 mil anual, o que excluiria um escravo de ganho (urbano) do público alvo do jornal, pois esse recebia entre 80 e 100 Réis como pagamento diário por suas atividades. Estudos como este fornecem indícios acerca do poder de compra dos valores informados sobre a remuneração docente à época.

As pessoas que, por razões financeiras, desejassem ingressar na Escola Normal e não pudessem, receberiam 40\$000 (quarenta mil Réis) de pensão, abonada pelo Presidente da Província. Tal abono poderia ser recebido por apenas 20 pessoas. Esse incentivo, no entanto, estabelecia que se o recebedor abandonasse o curso ou não desejasse seguir o magistério público após a sua habilitação teria que indenizar a província.

A primeira nomeação do professor dependeria de sua qualificação moral, legalmente comprovada. No caso de dois candidatos à mesma Cadeira seria preferido o que contasse mais anos de diploma de habilitação; se a data fosse a mesma, preferir-se-ia o mais velho. O Plano tratava, também, das remoções dos professores, que só poderiam ocorrer findos dois anos; e dos auxílios para transporte e instalação. Especificava, também, os professores provisórios que assumiriam as turmas no caso de não haverem professores habilitados pela Escola Normal.

No contexto da proposição desta reforma, que não foi aprovada e, portanto, não virou uma lei ou regulamento, estava em vigor na Província do Rio de Janeiro, o Regulamento de 16 de dezembro de 1876 (que continha 264 artigos).<sup>32</sup> O mesmo não está disponível para pesquisa na internet e não foi publicado integralmente nos relatórios oficiais (Presidente da Província ou Ministro dos Negócios do Império), ele consta disponível fisicamente no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Neste caso, não podendo ser analisado em razão da pandemia, os dados acerca dessa regulamentação foram encontrados de maneira fragmentada na historiografia da educação e nos relatórios.

Em uma de suas determinações, pelo artigo 37, estabeleceu que:

nas freguesias em que as escolas não tenham a frequência legal, ou uma tenha e outra não, poderá o presidente da província dar a uma delas o caráter de escola mista, em que matriculem alunos de um e outro sexo. § 1º Para a regência dessas escolas serão preferível as professoras. § 2º quando for absolutamente impossível a preferência, poderão se regidas por professores, com tanto porém que sejam casados e vivam em companhia de suas mulheres. § 3º No regimento das escolas se estabelecerão as regras para a entrada e saída dos alunos, separação na sala da escola, serviço interno, e para tudo o mais que se julgar conveniente. § 4º Ficam excetuadas as atuais escolas da cidade de Petrópolis, em que a matrícula e frequência já são mistas. (Regulamento de 1876, Artigo 37, p. 288-9).

<sup>32</sup> PROVÍNCIA do Rio de Janeiro. Regulamento da Instrução Pública de 16 de dezembro de 1876. In: Coleção de Leis, Decretos, Atos e Decisões do Governo da Província do Rio de Janeiro de 1876. Rio de Janeiro: Imperial Instituto Artístico, 1877, p. 277-339. Em termos de legislação provincial do ensino, nós temos Lei nº 1 de 1837, que, entre outras coisas, instituiu o cargo de diretor da instrução, o Regulamento da Instrução Primária e Secundária na Província do Rio de Janeiro de 14 de dezembro de 1849, o Regulamento da Instrução Primária e Secundária de 24 de dezembro de 1859, o Regulamento da Instrução de 30 de abril de 1862 e, por fim, o Regulamento da Instrução de 16 de dezembro de 1876. Somado a esses, há a Deliberação de 1852 que criou os Conselhos Municipais, a Deliberação de 1871, que estabeleceu o cargo de inspetor municipal e a Deliberação de 1876 (SANTOS, 2016).

O referido artigo trata da flexibilização do atendimento aos sexos nas escolas públicas, que não eram mistas naquele período, mas separadas em escolas de meninas e escolas de meninos. As determinações em permitir que algumas escolas (com baixa frequência) pudessem atender ambos os sexos, demandava uma série de restrições, como preferir professora mulher ou, na ausência desta opção, professores casados. Havia intensos debates acerca das questões morais, de sexualidade e de gênero naquele período, que se faziam presentes no campo da educação.<sup>33</sup>

Vinicius Teixeira Santos, que pesquisou o sistema de fiscalização na província do Rio de Janeiro, destaca que o Regulamento de 1876 reativou a ideia da inspeção geral, para distinguir os inspetores dos anteriores e mesmo do inspetor geral que ocupava o cargo máximo na Diretoria da Instrução fluminense. Eram previstos seis inspetores,

d'entre os cidadãos que por suas letras, moralidade e actividade possam auxiliar o director da inspeção, fiscalisação e visita das escolas e estabelecimentos de instrucção públicos e particulares. Art. 20. No cumprimento de seus deveres se dirigirão estes funcionarios pelas disposições d'este regulamento, e pelas instrucções publicas ou reservadas que lhes der o director (Regulamento de 1876, p.280).

Como se vê, a função dos fiscalizadores do ensino permaneceria atrelada aos princípios da moralidade, como constava nas demais legislações. Outros artigos, abordavam os procedimentos durante as visitas desses agentes do governo:

Art.24. Os inspectores geraes em visita, com indispensável discrição, se informaram de pessoas insuspeitas e dignas de credito por sua moralidade e independência, qual o procedimento civil e moral do professor: se tem os necessários conhecimentos das matérias que ensina; se os sabe communicar aos seus alumnos; se cumpre a lei e regulamentos, observando o programma do ensino; se é assíduo no desempenho dos seus deveres, e trata os alumnos com carinho e paciência. Art. 25. Durante as visitas, nos domingos, os inspetores geraes farão uma conferencia no paço da comarca municipal, em alguma casa publica ou particular ou nos consistórios das matrizes, na qual desenvolverão o ponto do programma que lhes for transmittido pelo director, conforme a ordem da visita. § Se a conferencia houver de fazer-se na sede do município, serão convidados para assistir a Ella o presidente da camara, o superintendente do ensino, os inspetores parochiaes, os magistrados, os vigários, os professores, as autoridades e mais pessoas da cidade ou villa, por meio de annuncios nos jornaes, se houver, verbalmente e por escripto, conforme for possível. Nas freguezias ruraes os convites serão dirigidos as mesmas pessoas, quando possam concorrer e particularmente ao vigário e autoridade (Regulamento de 1876, p. 284).

Com indispensável descrição, os inspetores deveriam realizar seu trabalho, inclusive, aos domingos. De acordo com Santos (2016), o Regulamento de 1876 “consistia em uma aposta mais substantiva” do governo na inspeção e fiscalização da instrução primária na

<sup>33</sup> Acerca disso, conferir, entre outros: PASCHE, Aline de Moraes Limeira e NASCIMENTO, Fátima Aparecida do. "Actos que a decência manda calar": aspectos da relação entre escola, magistério e sexualidade no século XIX. Pro-Posições [online]. 2016, vol.27, n.3, pp.179-200.

Província do Rio de Janeiro, configurando-se “no ápice da tentativa de forjar mecanismos administrativos, pedagógicos e políticos para afirmar a escola e dirigir a difusão da instrução” (p.87).

Ao lado do Regulamento de 1876, estava em vigor a Deliberação de 01 de agosto de 1876, responsável pela organização da administração provincial e que continha 11 capítulos e um total de 185 artigos: Capítulo I, Administração Pública provincial; Capítulo II, Da instrução pública e particular; Capítulo III, Da fazenda provincial; Capítulo IV, Das obras públicas; Capítulo V, Das substituições; Capítulo VI, Das gratificações extraordinárias; Capítulo VII, Da nomeação e acesso dos empregados; Capítulo VIII, Das licenças; Capítulo IX, Das aposentadorias e jubilações; Capítulo X, Das penas; Capítulo XI, Disposições geraes. Como se observa, apenas o Capítulo II referia-se aos assuntos da instrução, possuindo 65 artigos. No Relatório do Presidente da Província (1876, p.30) constava

Figura 9 – Fala do Presidente da Província sobre o Regulamento de 1876

Como já estava decretado, o ensino primario é obrigatorio nas cidades e villas. O regulamento, que se ha de expedir brevemente, dará os meios praticos para execução desta disposição. Tenho por certo que, em termo razoavel, segundo o tempo que exigirem as providencias indispensaveis, se realizará este ponto da reforma, e serão attendidas as reclamações que geralmente se fazem.

Reconheceu-se a cada freguezia o direito de ter duas escolas publicas, uma para cada sexo; manteve-se a necessidade de frequencia de vinte alumnos pelo menos, para a conservação das escolas. Se de taes disposições parece resultar antinomia, esta desaparecerá no orçamento, que é o regulador supremo do serviço.

Forão as escolas classificadas em tres categorias, segundo a importancia das localidades, as quaes d'ora em diante terão todas professores effectivos ou vitalicios. Estes gozarão de direitos certos e definidos, que só a antiguidade regulará. As remoções por bem do serviço publico só poderão ser decretadas dentro da categoria em que estiver servindo o professor.

Fonte: Relatório do Presidente da Província, 1876, p.30.

O presidente anunciava que a Deliberação de 1876 reafirmava o ensino primário obrigatório nas cidades e vilas da província, a obrigatoriedade da existência de duas escolas em cada freguesia fluminense e a classificação das escolas primárias em três categorias. Ao mesmo tempo, fazia referência ao Regulamento de 1876 que seria aprovado logo após, em dezembro de 1876.

Na Corte Imperial, a última reforma do ensino em vigor, era, naquele contexto, o Decreto de 19/04/1879, do Ministério Leôncio de Carvalho. Com este decreto realizou-se uma reforma do ensino que permitia “a cada um expor livremente suas ideias e ensinar as doutrinas que acredite verdadeiras, pelos métodos que julgue melhores”. A liberdade de ensino integrava sua política e foi constituído em um de seus princípios orientadores. Advogava-se pela liberdade de escolha das instituições escolares por parte das famílias e dos cidadãos, mas também propugnava a obrigatoriedade do ensino primário para todas as crianças entre 7 e 14 anos de idade (com exceção apenas para os meninos que habitassem a mais de um quilômetro das escolas).

O Projeto de Reforma da Instrução Pública de Leôncio de Carvalho mantinha o ensino religioso, de acordo com o art. 4º: “O ensino nas escolas primárias do 1º grau do município da Corte constará das seguintes disciplinas: instrução moral, instrução religiosa, escrita”. Entretanto, o §1º do mesmo artigo apontava que “Os alunos acatólicos não são obrigados a frequentar a aula de instrução religiosa que por isso deverá efetuar-se em dias determinados da semana”, fora do horário regular das aulas, “sempre antes ou depois das horas destinadas ao ensino das outras disciplinas” (PASCHE, 2014).

No ano de 1882, Rodolpho Souza Dantas registrava em seus relatórios anuais que as reformas de instrução realizadas na Corte não haviam produzido mudanças expressivas na organização de sua sociedade, argumentando que a instrução popular no Brasil ainda estava bastante “atrasada”:

Se n’ outras esferas as reformas carecem de obedecer a lenta sucessão, nas que tocam à educação da inteligência nacional toda a transação com a atualidade não servirá senão para, sob a aparência de enganosos melhoramentos, perpetuar o statu quo, eivando de morte, pelo contagio dos elementos reinantes, as tentativas parciais de renovação, que se ensaiarem. Só um programa radical nesta parte, poderá preservar da ruína a mentalidade e o caráter brasileiro, substituindo quase tudo que existe por uma organização nova e reparadora (Relatório do Ministro do Império, 1883, p.4).

No seu projeto de reforma da Instrução Pública, Rodolpho Dantas expressava que “O Estado não tem o direito de ser indiferente ao cultivo da inteligência popular” e que, portanto, “as mais imperiosas necessidades e os mais sagrados direitos nacionais estão envolvidos nessa questão. Não é lícito, portanto, o Governo cruzar os braços ante o retardamento da instrução popular nas Províncias” (Idem, p.10).

A defesa dos princípios da obrigatoriedade do ensino, e da secularização da escola pública, reaparecem no seu relatório. Nesses aspectos, estava de acordo com o decreto de Leôncio de Carvalho, inclusive no tocante ao ensino religioso facultativo. De acordo com Alessandra Schueler, em relação à educação feminina, o ministro Rodolpho Dantas

aproximava-se da reforma de 1879, emitindo opiniões que até mesmo superavam os princípios liberais daquela lei. Segundo ele, haveria uma “igualdade” entre os sexos e a experiência americana teria comprovado que as meninas se empenhavam muito mais do que os meninos nos estudos (MARTINEZ, 1999).

No ano da supracitada sessão da Assembleia Provincial (1883), o Ministro era Pedro Leão Velloso, para quem o movimento pela instrução popular havia penetrado em todos os espíritos. Ele defendia a ação conjunta entre os municípios, os governos provinciais e a pasta do Império, assemelhando suas ideias ao do anterior, Rodolpho Dantas. Leão Velloso, porém, mais do que afirmar a ação do Estado definia qual seria a “missão” do ensino público. Utilizando uma frase de Montaigne, dizia que “a Instrução é um meio e não um fim” (Relatório do Ministro do Império, 1883, p.13).

A leitura dos relatórios referentes aos anos 1880 revelou a permanência de temas considerados problemas para o ensino desde a década anterior. Embora muitas questões se repetissem, como, por exemplo, a liberdade e a obrigatoriedade de ensino, o papel da instrução popular, a formação do magistério, etc., nesses anos, outras problemáticas foram levantadas com maior ênfase. Uma delas dizia respeito à formação da nação e à “busca de um povo” presentes nas preocupações dos homens públicos e intelectuais desde, pelo menos, meados do século XIX (MARTINEZ, 1999).

Voltando à exposição do Deputado Rodrigues Coelho na sessão da Assembleia realizada em 1883, foram lançadas perguntas que nortearam a argumentação sobre os pontos que ele entendia como fundamentais para a melhoria da causa da instrução pública:

Meus senhores, de que depende especialmente este entorpecimento que se nota na instrução publica, de modo que o dispendio avulta e os resultados são negativos?  
[...] Será por que o número de escolas não preencha os seus fins? Será por que a collocação dessas escolas seja ainda má? Será, finalmente, por que não se tenha estabelecido neste ramo do serviço uma inspecção tal como seria para desejar? Na minha opinião não depende desta ou daquella causa: depende de todas conjuntamente.

Neste caso, para conferir legitimidade ao seu discurso, Rodrigues Coelho apresentou “as estatísticas colhidas de todos os dados officiaes” (Jornal do Commercio, 1883, p.2) organizadas em uma tabela que reproduzimos a seguir:

Figura 10 – Quadro comparativo expressando quantitativo de crianças para cada escola

MUNICIPIOS	POPULAÇÃO LIVRE	POPULAÇÃO ESCOLAR	PARA CADA UMA ESCOLA
Angra dos Reis.. ..	17 289	3.457	287
Araruama .. ..	13.416	2.683	206
Barra de S. João. ..	5.581	1.116	223
Barra-Mansa. .. ..	14 822	2.564	213
Cabo-Frio .. ..	13.107	2.621	262
Campos. .. ..	44.701	8.940	298
Castagallo .. ..	12.648	2.529	168
Capivary .. ..	13.348	2.669	667
Estrella. .. ..	7.134	1.426	158
Ignassú. .. ..	14 081	2.816	148
Itaborahy .. ..	18.274	3.854	218
Itaguahy .. ..	9.072	1.814	226
Macahé. .. ..	19.339	3.867	297
Magé .. ..	12.319	2.463	153
Mangaratiba. .. ..	5.818	1.163	232
Maricá. .. ..	10.601	2.120	151
Nitherohy .. ..	35.673	7.134	109
Nova-Friburgo .. ..	8.972	1.694	188
Parahyba do Sul. ..	16.311	3.262	295
Paraty .. ..	10 125	2.025	405
Petropolis .. ..	6.786	1.357	150
Pirahy .. ..	11.938	2.387	184
Rezende. .. ..	19 527	3.905	325
Rio-Bonito .. ..	18.771	2.754	344
Rio-Claro .. ..	14.730	2.945	589
Sant'Anna de Macaé.	16.771	3.354	372
Santa Maria Magda- lena .. ..	10.366	2.263	452
S. Fidelis .. ..	28 045	5.629	625
S. João da Barra. ..	11 552	2.210	219
S. João do Príncipe..	9.777	1.185	131
Sapucaia .. ..	8.038	1.607	401
Saquarema .. ..	9.838	1.967	196
Valença. .. ..	22.586	4.517	410
Vassouras .. ..	19.085	3.817	254

Fonte: Jornal do Commercio, 1883, p.2.

De acordo com Caldeira-Machado, Biccas e Faria Filho (2013), o uso de dados estatísticos reveste os discursos acerca da educação de um caráter científico. Este caráter é forjado

[...] não apenas pela mobilização dos números, mas também, e, sobretudo, pelas formas de dar visibilidade aos mesmos (tabelas, gráficos, imagens...), que autoriza e justifica a ação dos gestores sobre a realidade que, no mesmo ato, dá a ver (CALDEIRA-MACHADO, BICCAS E FARIA FILHO, 2013, p.655).

Entendemos dessa maneira que o discurso político, ao dar visibilidade a tais números, procurava adensar, legitimar e convencer pelas suas ideias. A tabela supracitada apresenta os municípios da província e seus respectivos quantitativos de acordo com as categorias: “População livre” (não escravizada); “População escolar” (em idade escolar, de acordo com as leis da obrigatoriedade que era de 6 a 14 anos); “Para cada uma escola” (distribuição bruta

da população em idade escolar para cada escola pública existente). Não aponta, porém, dados sobre a Corte Imperial e não confirma nossa suspeita de que tais números são apenas contabilizados para o ensino primário e instituições públicas (excluindo ensino secundário, que não era obrigatório e colégios particulares).

Quanto às categorias a que mais nos chamou a atenção foi a última, pois o número de alunos para cada escola atingiu a casa de três dígitos em todos os municípios, sendo S. João do Príncipe o que apresentou o menor déficit entre população em idade escolar e escolas disponíveis para ministrar a instrução (131). O maior déficit estava localizado na cidade de Capivary, que apresentava 667 alunos como demanda escolar para as instituições públicas existentes. Parece-nos que a contabilidade pretendia dar relevo ao discurso sobre a necessidade da ampliação da instrução para além da capital brasileira, apontando as lacunas na província do Rio de Janeiro.

Quanto ao método, Rodrigues Coelho informou que a partir da população livre de cada município, destacou 20% desses totais e considerou essa porcentagem como população escolar, já o quantitativo de escolas foram retirados dos relatórios do Presidente da Província e do Diretor da Instrução Pública. Coelho afirma que onde a população aumenta (sem informar de qual fonte registrou esse incremento populacional) o número de escolas diminui. Para exemplificar a má distribuição das escolas foram citados os municípios de Niterói e Campos:

Assim, o municipio da provincia, onde é maior a população, a cidade de Campos, o recenseamento de 44,701 pessoas livres deduzindo-se 20% para a população escolar, acho 8,940. Qual o numero de escolas que conta a cidade de Campos? Apenas 30 escolas; quando a cidade de Nitherohy, que contém menor população, isto é, 35,673 e 7,134 para a frequencia escolar, tem mais do duplo, tem 65 escolas! (Jornal do Commercio, 1883, p.2).

Na análise da tabela, Rodrigues Coelho afirmou que esta era uma investigação que não devia, tampouco podia parar. Como solução para a criação de escolas públicas na região fluminense, o parlamentar apresentava o alto custo com alugueis de casas para escolas, alegando que a verba dispendida com estes alugueis poderia ser usada com maior proveito a partir da expansão da oferta e de melhores condições de ensino. A fim de corroborar com esta afirmação, apresentou outro quadro<sup>34</sup> expondo a despesa da província com alugueis de casas e professores discriminadas por município, bem como o número de escolas e a respectiva frequência<sup>35</sup>:

<sup>34</sup> Optamos por digitar o quadro, devido à resolução do arquivo neste ponto e ao alinhamento do quadro como consta na página do jornal, o que poderia dificultar a visualização dos dados.

<sup>35</sup> Mantivemos a grafia de acordo com a publicação. Em alguns pontos do quadro só foi possível chegar aos valores a partir do somatório ou diminuição dos valores legíveis, o que acabou por demonstrar um possível erro de digitação para o município de Petrópolis, cujo total da despesa, considerando os valores apresentados, seria de 16:942\$607.

Tabela 4 – Despesa com professores e alugueis de casas para escolas por município

Municípios	Escolas	Despeza do professorado	Alugueis de casas	Total	Frequencia
Nitherohy	65	94:091\$678	36:436\$599	130:528\$277	2.770
Campos	30	34:355\$981	12:173\$507	46:529\$488	1.746
Itaborahy	19	23:999\$981	5:839\$987	29:839\$968	937
Vassouras	17	20:944\$983	5:856\$561	26:801\$544	575
Magé	16	20:664\$342	5:261\$000	25:925\$342	494
Iguassú	15	20:744\$782	3:105\$000	23:849\$782	590
Cantagallo	15	16:925\$223	5:960\$000	22:886\$223	502
Maricá	14	18:684\$183	3:810\$000	22:494\$183	573
Valença	11	16:446\$707	5:595\$531	22:042\$707	587
Barra Mansa	12	15:942\$243	4:952\$032	20:894\$275	450
Araruama	13	17:225\$825	3:159\$999	20:385\$824	533
Rezende	12	16:360\$453	3:801\$617	20:162\$070	530
Pirahy	13	15:320\$254	4:440\$000	19:760\$254	523
Angra dos Reis	12	14:726\$974	3:717\$988	18:444\$962	671
Macahé	13	12:381\$661	6:039\$996	18:421\$657	273
Petropolis	9	10:967\$623	5:974\$984	16:942\$609	457
Parahyba do Sul	11	12:167\$032	3:390\$320	15:557\$352	418
Nova-Friburgo	9	10:759\$338	4:697\$769	15:457\$107	373
Cabo-Frio	10	12:250\$144	2:886\$000	15:136\$144	398
Sant'Anna de Macacú	9	11:745\$492	2:599\$994	14:345\$486	308
S. João da Barra	11	10:678\$500	3:336\$660	14:015\$160	460
Saquarema	10	11:107\$430	2:409\$993	13:517\$423	464
Rio Bonito	8	10:190\$310	2:820\$000	13:010\$310	409
S. Fidelis	9	9:099\$907	3:267\$789	12:367\$696	466
Estrella	9	9:580\$392	2:533\$354	12:113\$746	231
Itaguahy	8	9:287\$308	2:064\$000	11:351\$308	253
S. João do Principe	8	7:739\$915	2:380\$000	10:119\$915	271
Barra de S. João	5	6:766\$856	1:381\$428	8:148\$284	165
Rio-Claro	5	6:725\$000	1:200\$000	7:925\$000	155
Mangaratiba	5	6:732\$477	1:064\$000	7:796\$477	338
Santa Maria Magdalena	5	5:112\$114	2:480\$000	7:592\$114	165
Sapucaia	4	5:352\$840	1:840\$000	7:192\$840	129
Paraty	5	4:400\$000	1:660\$000	6:060\$661	183
Capivary	4	2:889\$861	960\$000	3:849\$861	280

Fonte: Jornal do Commercio, 1883, p.2.

Como é possível observar, a matemática acionava o número de escolas públicas existentes em cada cidade, os valores gastos com professores, com as despesas da escola e o número de alunos e alunas atendidas em cada instituição. Sapucaia, uma das localidades com menor número de escolas, tinha um investimento de cerca de 1:800\$000 Réis (mil e oitocentos contos de Réis) com cada uma de suas 4 escolas, que atendiam 129 alunos (cerca de 32 por instituição). Nitherohy, como uma cidade que possuía o maior número de escolas, tinha um investimento de 2:000\$000 Réis (dois mil contos de Réis) para cada uma das 65 escolas, com seus 2.770 alunos e alunas (cerca de 42 por instituição).

Num quadro apresentado cinco anos antes, em 1878, o Presidente da Província apresentava os investimentos totais em instrução:

Figura 11 – Investimentos totais em instrução

Na minuta que enviei á directoria da fazenda, de conformidade com a deliberação de 1 de Agosto de 1876, notei a necessidade das seguintes quantias :

Directoria.....	73:000\$000
Escolas Normaes.....	31:080\$000
Instrução secundaria.....	3:600\$000
Instrução primaria.— Ordenados e gratificações ordinarias e extraordinarias aos professores publicos, gratificação aos substitutos, subvenção as escolas particulares, gratificação aos professores das escolas nocturnas, e ajuda de custo aos removidos.....	602:000\$000
Aluguel de casas, custeio, moveis e utensis, livros para as escolas publicas e subvencionadas, sello.	235:018\$000
	944:698\$000

Fonte: Relatório do o Presidente da Província, 1878, Anexo S6-30.

No documento oficial, o administrador relatava valores destinados ao ensino primário, secundário, escolas normais, escolas particulares subvencionadas, a Diretoria da Instrução, remuneração de professores, aluguel de casas de escolas, compra de utensílios e livros. Sobre as despesas totais, quase novecentos e cinquenta mil contos de Réis, ele afirmava que as mesmas representavam um quarto (1/4) da renda fluminense e que estava dentro dos parâmetros legais.

Naquele contexto, os referidos investimentos relacionavam-se a determinados números de sujeitos e instituições:

Figura 12 – Estatística da instrução primária

Coordenando os algarismos mencionados, resume-se a estatística da instrução primaria na provincia pelo modo seguinte :

	1875		1.º SEMESTRE DE 1876	
	Sexo masc.	Sexo fem.	Sexo masc.	Sexo fem.
Escolas publicas.....	9.324	4.734	8.986	4.601
Subvencionadas.....	1.324	295	1.557	339
Particulares.....	2.115	818	2.460	710
Nocturnas.....	171	.....	180	.....
	12.844	5.847	13.183	5.650
	18.619		18.833	

Fonte: Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1876, Anexo S5-11.

Como se vê, comparativamente entre 1875 e 1876, houve um pequeno aumento entre os números de matrículas totais (cerca de 214 matrículas a mais), mas no que se refere aos dados específicos, nota-se redução na matrícula de meninas (nas escolas públicas e particulares) e um aumento de meninas e meninos em escolas subvencionadas, da mesma

forma, o número de alunos matriculados em escolas noturnas também aumentou (9 matrículas a mais).

Em termos de distribuição dessas matrículas pelos municípios fluminenses, o relatório divulgava o seguinte:

Figura 13 – Matrículas nos municípios fluminenses (1876 e 1877)

MUNICIPIOS	1876					1877				
	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	MASCULINO		FEMININO		TOTAL
	Publicas	Subvencionadas	Publicas	Subvencionadas		Publicas	Subvencionadas	Publicas	Subvencionadas	
Angra dos Reis.....	253	80	94	....	532	385	80	90	....	555
Araruama.....	380	60	138	....	578	334	60	126	....	520
Barra Mansa.....	241	59	143	....	443	268	60	154	....	482
Barra de S. João.....	112	20	66	....	198	115	20	74	....	209
Cabo Frio.....	297	....	107	....	404	305	....	114	....	419
Campos.....	756	257	290	60	1.363	709	256	320	60	1.345
Cantagallo.....	183	....	161	20	364	187	....	174	20	381
Capivary.....	62	120	18	....	200	88	120	23	....	231
Estrella.....	208	40	164	....	412	203	40	159	....	402
Iguassú.....	327	48	149	....	524	381	60	166	....	607
Itaboraay.....	503	180	204	20	907	465	180	186	20	851
Itaguay.....	169	20	50	40	279	195	20	48	40	303
Macahé.....	169	58	119	....	346	176	40	141	....	357
Magé.....	292	40	170	....	502	281	40	181	....	502
Mangaratiba.....	168	20	28	40	256	172	20	30	40	262
Maricá.....	407	40	94	20	561	383	40	85	20	528
Niteroy.....	1.202	60	1.093	20	2.375	1.207	60	1.105	20	2.392
Nova Friburgo.....	90	36	68	....	203	124	40	65	....	229
Parahyba do Sul.....	201	....	101	....	302	281	....	119	....	400
Paraty.....	155	40	64	....	259	185	40	53	....	278
Petropolis.....	264	....	246	20	530	233	....	287	20	540
Pirahy.....	356	20	102	....	478	357	40	113	20	530
Rezende.....	268	....	100	....	368	279	....	109	....	388
Rio Bonito.....	215	40	83	....	338	166	60	73	....	299
Rio Claro.....	93	....	29	....	122	88	....	34	....	122
Sant'Anna de Macacú...	184	29	89	....	302	177	32	97	....	306
Santa Maria Magdalena.	63	....	33	....	96	64	....	33	....	97
S. Fidelis.....	131	....	63	....	194	153	....	64	....	217
S. João da Barra.....	322	....	91	....	413	305	....	85	....	390
S. João do Principe.....	156	....	83	....	239	160	....	69	....	229
Sapucaia.....	30	20	32	20	102	26	20	38	20	104
Saquarema.....	232	....	55	....	287	247	....	47	....	294
Valença.....	283	20	129	20	452	303	20	132	20	475
Vassouras.....	333	20	141	....	494	373	20	153	....	546
Somma.....	9.219	1.327	4.597	280	15.423	9.375	1.368	4.747	300	15.790

Foi a matrícula em 1876 nas escolas de ambas as classes 15,423 meninos de ambos os sexos. A matrícula verificada no 1º semestre d'este anno ascende a 15,790, havendo nas escolas publicas o excesso de 306 alumnos e nas subvencionadas de 61.

Fonte: Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1877, Anexos S5-17.

De acordo com o quadro, a cidade de Niterói (então capital da província) apresentava o maior quantitativo de matrículas de meninos e meninas (2.375 em escolas públicas, subvencionadas e particulares), seguida da cidade de Campos (1.363) e Itaboraay (907). Em relação aos municípios com menor contingente, temos Santa Maria Madalena (96), seguida de Sapucaia (102) e Rio Claro (122).

O que se vê no território fluminense é uma distribuição desigual de matrículas, que, na verdade, se configurava a partir da densidade populacional também. Sobre isso, afirmava-se:

Figura 14 – Má distribuição das escolas

Sendo para mim evidente que da má distribuição das escolas pelas diferentes regiões da provincia depende em parte o serem algumas pouco frequentadas, e actarem-se privadas dellas outras localidades com direito á sua creação, julguei, que, sendo esse mal dos que podem ser remediados pelo estudo das condições topographicas com relação á densidade da população, devia iniciar qualquer medida, em ordem a facilitar á administração a apreciação de dados que reputo da maior importancia em tal assumpto.

Pela repartição das obras publicas fiz organizar a carta escolar, por municipios e freguezias, com o calculo aproximado da população livre, sua densidade relativa, por área kilometrica, com a respectiva notação de todas as escolas publicas da provincia. Esse trabalho, que não póde deixar de resentir-se de defficiencia de dados completos, não deve comtudo ser considerado de pouco valor, e constitue antes um incentivo para futuros e mais perfeitos. Ao zelo e

Fonte: Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1878, p.48.

Para o presidente da província, havia uma má distribuição de escolas no Rio de Janeiro, decorrente da pouca frequência escolar em algumas regiões, provavelmente relacionada à baixa densidade populacional também, como observamos. Sobre isso, ele afirma como solução um estudo topográfico da província, a fim de estudar a distribuição populacional. Ele diz que tomou medidas no sentido de compreender melhor esses números, quando criou a carta escolar na repartição de obras públicas, fazendo-se, a partir dela, um cálculo aproximado da população livre por área quilométrica, com respectiva notação de todas as escolas públicas.

Em outro relatório, se explorava ainda a mesma questão:

Figura 15 – “Não faltam alumnos, porém escolas”

Não é, por certo, satisfactorio este quadro. Segundo calculos da probabilidade bem assentados em estudos seguidos, uma população de 1.000 habitantes deve dar a matricula escolar de 150 meninos nos lugares em que não ha salas de asylo, por que n'estes a matricula deve ser de 200, por comprehender as crianças de 4 e 5 annos de idade. Ora, a Provincia do Rio de Janeiro conta uma população livre maior de 500.000 habitantes, e deveriam estar matriculados pelo menos 75.000 ; entretanto não temos nem um quarto nas escolas publicas e subvencionadas.

Ao relatorio da presidencia do anno passado foi junto um quadro demonstrativo da relação em que estão as escolas publicas com a população e área de cada freguezia, resultando dos exames e estudos feitos, que entre nós por 1.000 habitantes ha 20 discipulos. O calculo foi feito em attenção á frequencia e não á matricula de 1877. Do quadro demonstrativo ficou provado que faltam ao povo meios de instruir-se.

Para uma população de 526.972 habitantes existem apenas 370 escolas publicas, isto é, uma escola para 1.424 habitantes. Nesta relação estamos acima de Portugal que conta uma escola para 1.775 habitantes, e abaixo da Irlanda onde a proporção é de uma para 1.396. Os Estados-Unidos têm uma escola para 244 habitantes. Sirvo-me dos dados fornecidos por M. Monthaye na sua obra—*L'Instruction populaire en Europe et aux Etats-Unis d'Amerique*.

As nossas escolas publicas, com a matricula de 15.020 alumnos, que foi a do anno passado, receberam, umas por outras, 45,4, isto é, pouco menos de 3/4 da matricula maxima. Não faltam alumnos, porém escolas. Os municipios de Nictheroy, de Campos e de Itaborahy que occupam lugar conspicio na estatistica, devem-o ao grande numero de escolas que possuem.

Penso que o mesmo facto se nota nas outras provincias do Imperio. One-

Fonte: Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1879, Anexo A3-3.

Nos seus cálculos sobre números satisfatórios, deveria haver uma matrícula de 150 meninos para cada 1.000 habitantes (e 200 meninos no caso da localidade possuir algum asilo, além de escolas, porque essas instituições atendiam crianças a partir de 4 anos de idade). Nessa conta, a província do Rio de Janeiro, que possuía 500 mil habitantes livres, deveria ter 75 mil matrículas no ensino público (e a realidade não era nem de 1/4 desse número, nas instituições públicas e subvencionadas). Diante de nossa realidade, segundo ele, estávamos "acima" de Portugal (com uma escola para cada 1.775 habitantes) e "abaixo" da Irlanda (com uma escola para cada 1.396 habitantes). Longe dessas realidades, no entanto, estava os Estados Unidos que tinha números surpreendentes: uma escola para cada 244 habitantes.

Em registros posteriores, os administradores do ensino relatavam números referentes à criação de escolas na década de 1880:

Figura 16 – Criação de escolas públicas em 1880

Segundo a deliberação presidencial de 3 de Março passado, estavam creadas, em 31 de Dezembro 630 escolas primarias, sendo 375 para o sexo masculino e 255 para o outro, as quaes se distribuem do modo seguinte pelos Municipios da Provincia.

	Sexo masculino	Sexo feminino		Sexo masculino	Sexo feminino
Angra dos Reis.....	18	10	Nova Friburgo.....	8	7
Araruama.....	10	10	Parahyba do Sul.....	9	7
Barra Mansa.....	9	8	Paraty.....	6	5
Barra de S. João.....	5	2	Petropolis.....	8	5
Cabo Frio.....	9	4	Pirahy.....	9	6
Campos.....	39	22	Rezende.....	9	6
Cantagallo.....	11	13	Rio Bonito.....	9	6
Capivary.....	6	2	Rio Claro.....	4	3
Estrella.....	11	8	Sant'Anna de Macacu... ..	8	3
Iguassú.....	12	7	Santa Maria Magdalena..	5	3
Itaborahy.....	12	9	S. Fidelis.....	15	8
Itaguahy.....	9	5	S. João da Barra.....	16	5
Macahé.....	9	8	S. João do Principe.....	6	6
Magé.....	13	8	Sepucaia.....	3	4
Mangaratiba.....	8	4	Saquarema.....	8	6
Maricá.....	11	5	Valença.....	9	9
Nitheroy.....	34	35	Vassouras.....	11	6

Fonte: Relatório Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1881, A5-3

Segundo os dados que faz circular, havia um número de 630 escolas (375 para meninos e 255 para meninas), sendo Campos, Magé, Angra dos Reis, São Fidelis e São João da Barra, locais que se destacavam com maior número de escolas para meninos e Niterói, Campos e Cantagalo, com escolas para meninas. No entanto, tais números de escolas criadas não significavam números de escolas com frequência escolar. Sobre isso, ele observava:

Figura 17 – Escolas públicas em funcionamento (1880)

Funcionavam em 31 de Dezembro 405 escolas publicas, 247 para o sexo masculino e 158 para o feminino, assim repartidas pelos seguintes municipios:

	Sexo masculino	Sexo feminino		Sexo masculino	Sexo feminino
Angra dos Reis.....	11	1	Nova Friburgo.....	5	4
Araruama.....	8	5	Parahyba do Sul.....	7	4
Barra Mansa.....	8	5	Paraty.....	4	1
Barra de S. João.....	3	2	Petropolis.....	3	4
Cabo Frio.....	7	3	Pirahy.....	8	5
Campos.....	19	10	Rezende.....	7	5
Cantagallo.....	8	6	Rio Bonito.....	5	3
Capivary.....	3	1	Rio Claro.....	3	2
Estrella.....	4	5	Sant'Anna de Macacú...	6	3
Iguassú.....	9	6	Santa Maria Magdalena.	3	2
Itaborahy.....	11	7	S. Fidelis.....	4	3
Itaguahy.....	5	2	S. João da Barra.....	9	2
Macahé.....	5	5	S. João do Principe....	4	4
Magé.....	8	6	Sapucaia.....	2	1
Mangaratiba.....	4	1	Saquarema.....	7	2
Maricá.....	10	4	Valença.....	7	5
Nictheroy.....	30	33	Vassouras.....	10	6

Fonte: Relatório Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1881, A5-4

Ou seja, das 630 escolas, funcionavam apenas 405 (247 para meninos e 158 para meninas). Neste caso, com maiores números reais de escolas em funcionamento estavam entre Niteroi e Campos. Em termos de matrículas totais da província, no ano de 1881, o mesmo relatório indicava os seguintes dados:

Figura 18 – Matrículas nas escolas em 1881

	Sexo masculino	Sexo feminino
Escolas publicas. . . . .	10.520	5.396
» subvencionadas . . . . .	1.440	560
» particulares . . . . .	3.264	1.736
Aulas nocturnas publicas. . . . .	119	
» » particulares. . . . .	156	
Colonia Orfanologica e Nucleos agricolas publicos . . . . .	105	
Somma. . . . .	15.604	7.692

O total é de 23.296.

Fonte: Relatório Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1881, A5-6

Havia um total de 15.604 meninos matriculados em escolas públicas, particulares, subvencionadas, noturnas, na colônia orfanológica e nos núcleos agrícolas públicos, enquanto o número de meninas era menos da metade, 7.692, apenas em escolas diurnas, públicas, particulares e subvencionadas. O total de crianças nas instituições escolares naquele período era de 23.296.

Um aspecto muito recorrente nos relatórios e demais fontes pesquisadas, referia-se ao sistema de fiscalização da instrução naquele contexto em que os números de escolas e matrículas aumentava significativamente em toda província do Rio de Janeiro. De acordo com especialistas, a maquinaria da inspeção na capital brasileira, a Corte Imperial, estava centralizada na Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte (Reforma Couto Ferraz, 1854), um aparato estatal de fiscalização da instrução desenvolvida nas escolas, estrutura que tornou a Inspeção um dispositivo interessado por produzir e zelar por normas e leis do ensino (BORGES, 2008; SANTOS, 2017).

No que se refere à província, a Lei de 1837 pode ser vista como a primeira no Rio de Janeiro que começa a organizar a estrutura da inspeção das escolas, definindo os papéis e atributos de cada agente da **Diretoria da Instrução**. Por intermédio dela é criado em cada município o cargo de "Inspetor das Escolas" (ou Inspetor Municipal), nomeado pela respectiva Câmara Municipal. O Regulamento da Instrução de 1849 estabeleceu a inspeção das escolas como encargo do presidente da Província, por intermédio do inspetor geral (equivalente ao diretor), auxiliado pelos inspetores paroquiais, e com a supervisão dos **Conselhos Municipais**. O Regulamento da Instrução de 1876, ampliando ainda mais o quadro da fiscalização da instrução, instituiu a **Superintendência de Ensino** em cada município da Província do Rio de Janeiro. Ao longo do século XIX, houve uma série de regulamentos que alteravam as designações, criavam ou extinguíam cargos relativos à fiscalização, ampliavam as funções, normatizavam regras e remuneração desses agentes.

De todo modo, cabia ao inspetor geral em suas visitas perscrutar: a atividade docente quanto ao zelo, moralidade e prudência nas atividades de ensino; se cumpriam “fielmente” os Regulamentos e as ordens do governo; as condições dos estabelecimentos de ensino; a proporção de meninos em relação ao número de escolas; a frequência escolar e o aproveitamento dos alunos; os métodos de ensino, o regime da escola e os meios disciplinares empregados; se os párocos auxiliavam a educação religiosa e a autoridade paterna quanto à frequência ao ensino; a mobília escolar e a sua escrituração. Como observa Vinícius Santos, “as constantes mudanças ocorridas na estrutura de inspeção e fiscalização, a exemplo da

Superintendência de Ensino, demonstram as tentativas do governo provincial em tentar forjar o olho e a mão da autoridade sobre a instrução” (SANTOS, 2016, p.111).<sup>36</sup>

Sobre isso, o deputado Rodrigues Coelho teceu considerações em seu discurso na Câmara, em 1883. Na sessão pública, o deputado apresentou as seguintes informações quanto aos sugeridos distritos escolares: número de escolas por município, totais de escolas a serem inspecionadas por distrito e observações que ele considerou cabíveis naquela exposição, cuja transcrição segue abaixo:

Tabela 5 – Sugestão de organização dos distritos escolares

DIVISÃO DOS DISTRICTOS ESCOLARES			
DISTRICTOS <sup>37</sup>	ESCOLAS	DISTRICTO DE INSPEÇÃO	OBSERVAÇÕES
<b>4º</b>			
Nitherohy	65	.....	Tem uma aula nocturna.
Itaborahy	19	.....	Idem
Maricá	14	98	Admittindo as subvencionadas eleva-se o numero a 122; mas, subdividido o districto, caberá 61 escolas.
<b>5º</b>			
Macahé	13	48	Com as subvencionadas caberá 62 escolas
Barra de S. João	5		
Cabo-Frio	10		

<sup>36</sup> O Regulamento de 1849 modificou a designação do cargo de diretor da instrução para inspetor geral e de inspetores nos municípios (sob a designação de paroquiais nas freguesias). Em 1859, mais uma vez o Regulamento da Instrução é alterado, com o novo texto introduzindo modificações, entre elas o retorno da nomenclatura de diretor da instrução e a introdução dos cargos de inspetores gerais e a manutenção de inspetores paroquiais. Pelo Regulamento de 1859, os inspetores gerais, na hierarquia da fiscalização, não estavam vinculados a uma comarca ou município especificamente. Eram uma espécie de emissários diretos da Diretoria de instrução que poderiam averiguar em qualquer escola da Província que a repartição determinasse. Pode-se inferir que se tratava de uma tentativa de criar uma supervisão, inclusive, sobre as atividades dos inspetores paroquiais. O Regulamento da Instrução de 1862, pouco alterou as funções desses inspetores paroquiais, mas acrescentou às suas incumbências, a nomeação de substitutos dos professores e a notificação das penas ao diretor e aos inspetores de comarca, que substituíram os inspetores gerais. Quanto à substituição dos inspetores de paróquia, diferente do Regulamento de 1859 que não definia quem poderia os substituir, o Regulamento de 1862 determinava que os subdelegados em exercício, os juizes de paz em exercício ou os párocos (nesta ordem) assumiriam as funções da inspeção. O Regulamento da Instrução de 1862 instituiu os "Inspeções de Comarca", em substituição aos inspetores gerais. Entre as suas funções encontrava-se velar sobre o ensino primário e secundário, averiguando se o Regulamento estava sendo cumprido e visitar, duas vezes ao ano, todos os estabelecimentos de instrução primária e secundária da sua comarca. em 22 de fevereiro de 1871, é expedida uma Deliberação modificando, mais uma vez, a estrutura da inspeção na Província do Rio de Janeiro. Os inspetores de comarca foram abolidos e foram criados os inspetores municipais remunerados e os inspetores de distrito escolares (estes na mesma relação da divisão das subdelegacias de polícia) e sem remuneração. Essa Deliberação criou o “emprego” de "Inspeção Municipal Remunerado", com previsão de vencimentos. Determinava, ainda, que o inspetor da capital da Província era membro do Conselho de Instrução. Além disso, no lugar onde residiam os inspetores municipais, estes acumulavam as funções dos inspetores de distritos escolares e de inspetores de município. Outra novidade instituída pela Deliberação de 1871 era o favorecimento da experiência para provimento de qualquer emprego para ambas as categorias de inspetores (municipais e de distrito), caso estivessem ocupando a função por mais de dez anos, condicionadas, também, as suas habilitações. o Regulamento de 1876 reativou a ideia da inspeção geral, para distingui-los dos anteriores e mesmo do inspetor geral que ocupava o cargo máximo na Diretoria da Instrução fluminense (SANTOS, 2016, p.79).

<sup>37</sup> Não constam informações sobre o 1º a 3º distritos na fonte consultada, tampouco conseguimos identificar os motivos que levaram a essa omissão.

Tabela 5 – Sugestão de organização dos distritos escolares

DIVISÃO DOS DISTRICTOS ESCOLARES			
DISTRICTOS <sup>37</sup>	ESCOLAS	DISTRICTO DE INSPEÇÃO	OBSERVAÇÕES
Araruama	10		
Saquarema	10		
<b>6º</b>			
Campos	30	41	Com as subvencionadas caberá 49 e outros estabelecimentos de instrução
S. João da Barra	11		
<b>7º</b>			
Cantagallo	15	29	Com as subvencionadas caberá 35 escolas
Santa Maria Magdalena	5		
S. Fidelis	9		
<b>8º</b>			
Nova-Friburgo	9	30	Com as subvencionadas caberá 47 escolas
Sant'Anna de Macacú	9		
Capivary	4		
Rio Bonito	8		
<b>9º</b>			
Parahyba do Sul	11		
Sapucaia	4		
Petropolis	9	.....	Tem uma escola nocturna.
Estrella	9	54	Com as escolas subvencionadas caberá 59 escolas.
Magé	16		
Iguassú	15		
<b>10º</b>			
Valença	11	28	Tem uma escola nocturna. Com as subvencionadas caberá 31 escolas.
Vassouras	17		
<b>11º</b>			
Barra Mansa	12		
Rezende	12		
Pirahy	13	37	Com as subvencionadas caberá 40 escolas.
<b>12º</b>			
Itaguahy	8	43	Tem dous nucleos orphanologicos. Com as subvencionadas caberá 62 escolas.
S. João do Principe	8		
Rio Claro	5		
Mangaratiba	5		
Angra dos Reis	12		
Paraty	5		

Fonte: Jornal do Commercio, 1883, p.2.

A fiscalização deveria submeter tanto as escolas públicas quanto as particulares e as subvencionadas ao seu aparato de controle, mas o parlamentar destacou em sua exposição apenas as escolas públicas e as subvencionadas. Ao narrar os números, Coelho passou a sugerir que os distritos escolares fossem subdivididos tomando por base a divisão dos distritos eleitorais e fornecendo para cada distrito um delegado de instrução com as atribuições dos inspetores gerais, “dando-se-lhes ao mesmo tempo uma especie de acção no seu districto.” Defendeu o projeto por considerar que a despesa para executá-lo seria “insignificantissima”

diante do panorama que se apresentava à época, com dois inspetores gerais supervisionando 420 escolas.<sup>38</sup>

Ao encerrar sua exposição, o deputado Rodrigues Coelho observou: “nenhum meio eu encontro do que fallar á provincia com a realidade das estatisticas, com os algarismos, para que cada um municipio saiba e comprehenda quanto gasta, com quanto concorre e o que é necessario fazer para seu melhoramento” (Jornal do Commercio, 1883, p.3). No seu discurso e nas demais sessões públicas da Assembleia provincial, como vimos, havia uma clara propaganda à verdade dos números como matemática da eficiência administrativa. Era preciso contabilizar para saber tornar eficiente a gestão do sistema público, privado e subvencionado do ensino na região fluminense e no Império Oitocentista.

No século XIX, o estatuto de “escolarizado” ou “escolarizável”

se encontrava definido quando observamos na lei os impedidos de matrícula: escravos, doentes contagiosos e não-vacinados. No primeiro caso, tratava-se de uma medida que colaborava para a manutenção do regime de trabalho escravo, impedindo que os submetidos a esta condição tivessem acesso a qualquer outro tipo de saber. Nos dois últimos, tratava-se de uma política à qual a escola se vê associada, de prevenir e evitar a propagação de doenças, sobretudo em lugares em que se supunha contato direto e continuado em pequenos aglomerados. Portanto, nesta perspectiva, a escola é convertida em lugar para livres e sãos, daí as exclusões previstas. (GONDRA e SCHUELER, 2008, p.53 e 54).

A instrução é forjada como um dos direitos fundamentais de garantia individual dos cidadãos brasileiros e um dever do Estado pela Constituição de 1824. Esta mesma legislação definia a abrangência e os limites do que se compreendia por cidadania e de quem se compreendia por cidadão.<sup>39</sup> No caso, os critérios fundamentais para o exercício dos direitos de cidadania (civis e políticos), passavam pela posse de atributos como liberdade (não condição

<sup>38</sup> Para justificar o que pareceria um aumento desmesurado da despesa com a criação de diversos cargos de delegados de instrução, o deputado mencionou a recente criação de seis cargos de inspetores gerais, com ordenado de 7:800\$, dos quais quatro cargos foram suprimidos (sem mencionar a razão da supressão), ficando apenas dois inspetores gerais, totalizando o dispêndio de 15:600\$000. Pelo projeto seriam dispendidos 22:000\$000, caso a subdivisão fosse adotada para todos os distritos, e 18:000\$000, se a Assembleia Legislativa Provincial optasse por não subdividir os distritos 4º e 6º, o que nos parece ir contra a alegação de reduzir a quantidade de escolas por inspetor como um dos fatores para proporcionar a melhoria do ensino, pois apenas o 4º distrito possuía 98 escolas.

<sup>39</sup> O direito de cidadania no Império do Brasil, desde a Constituição de 1824, foi estabelecido em bases censitárias, e dividiu os cidadãos (pessoas nascidas no Brasil e estrangeiros naturalizados), de acordo com suas rendas, em três categorias: cidadãos que não podiam votar e nem se candidatar, porque não tinham a renda mínima exigida para isso; cidadãos que apenas podiam votar (porque ganhavam o mínimo exigido) e cidadãos que podiam votar e se candidatar. Os “ingênuos” (nascidos no Brasil), de acordo com os requisitos de renda, podiam galgar as três posições na hierarquia na cidadania brasileira, mas os libertos (com exceção dos africanos) podiam ser apenas, votantes. Ou seja, os ex-escravos sofriam restrições políticas. E os filhos de africanos nascidos no Brasil (escravos “crioulos”), poderiam chegar a ser “forros”, e com isso, ingressar na base da pirâmide da cidadania do império do Brasil. Conferir CARVALHO, José Murilo de. I- A Construção da Ordem. A elite política Imperial. II- Teatro das sombras. A política Imperial. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

de escravidão) e propriedade (renda), a partir dos quais estava excluída a maior parcela da população do Império: os escravos.<sup>40</sup>

Na capital brasileira, em termos de legislação, não havia interdição de caráter étnico (negro, branco, mulato, mestiço, pardo, judeu, oriental, índio), cultural, econômico ou social (rico, pobre) para o ingresso dos alunos e alunas nas escolas públicas ou particulares. A Reforma de 1854 (Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Corte Imperial) apropriou-se do estatuto jurídico-político (livre ou ingênuo, liberto ou forro, escravo ou cativo) declarado na Constituição do Império, porém negou aos escravos o acesso à Instrução Pública e particular (e as crianças com doenças contagiosas ou não vacinadas). No que se refere à Província do Rio de Janeiro, entretanto, havia uma lei publicada em 1835 que determinava a proibição da frequência escolar para pretos africanos (livres ou libertos), impedindo-os de obter instrução nas escolas do governo (MARTINEZ, 1999).

Em 1854, a obrigatoriedade escolar foi instituída, na capital brasileira, para o público entre 7 e 14 anos, e opcional para crianças de 5 e 6 anos. Em 1879, Leôncio de Carvalho advogava pela liberdade de escolha das instituições escolares por parte das famílias e dos cidadãos, mas também propugnava a obrigatoriedade do ensino primário para todas as crianças entre 7 e 14 anos de idade (com exceção apenas para os meninos que habitassem a mais de um quilômetro das escolas).

No que se refere à província do Rio de Janeiro não havia até a década de 1870 uma legislação específica acerca da obrigatoriedade da frequência escolar, como aconteceu em Minas Gerais (1835), por exemplo.<sup>41</sup> Esta normatização vai aparecer na Deliberação provincial de 01 de agosto de 1876. Sobre isso, o Presidente da Província menciona a Deliberação e afirma que o Regulamento (aprovado em 12 de dezembro de 1876) reafirmaria o caráter obrigatório do ensino, conforme vimos anteriormente. No seu relato do ano posterior, o Presidente, fazia considerações sobre a dificuldade de pôr em prática a obrigatoriedade escolar:

---

<sup>40</sup> Nos limites impostos à participação política, os homens pobres estariam cerceados da possibilidade de elegerem e serem elegíveis. Acerca disso, conferir GONDRA E SCHUELER, 2008: de acordo com a Constituição de 1824, as eleições se faziam em dois turnos, sendo no âmbito local (diretas) e no âmbito provincial (indiretas). Para eleger os Juizes de Paz, vereadores e o corpo de eleitores a escolher os representantes para a câmara dos Deputados e para as assembleias provinciais, estavam aptos os maiores de 25 anos, com rendimento comprovado de 100 mil Réis anuais. No nível local, os libertos poderiam participar, sendo votantes. Os candidatos elegíveis deveriam comprovar rendimento de 400 (deputados) a 800 (senadores) mil Réis anuais. E os integrantes do colégio eleitoral, que escolheriam estes candidatos, comprovariam renda de 200 mil Réis.

<sup>41</sup> Acerca disso, conferir, entre outros, ALMEIDA, Cíntia. Entre a “tiramnyia cruel” e a “pedra fundamental”: A obrigatoriedade do ensino primário como uma técnica de governo em Minas Gerais. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, UERJ, 2012.

Figura 19 – Empecilhos para a prática da obrigatoriedade escolar

De todos esses meios indirectos tenho usado, e com quanto deva confessar que melhoramentos importantes se tem conseguido, é forçoso, em respeito á verdade, dizer que o atrazo ainda é muito grande e devemos continuar na luta com maior ardor.

Sei bem que os illustrados autores de projectos sobre instrução publica primaria reputam medida salvadora a execução da lei que declarou obrigatorio o ensino. A maxima parte dos professores pensam do mesmo modo, e são acompanhados por inspectores parochiaes; muitos que se preocupam com os negocios publicos não se embaraçam com as difficuldades, para nós verdadeiras impossibilidades, da execução.

Para que e por que nos illudimos? O povo não reclamará contra a execução da lei, sujeitar-se-ha a todas as exigencias da autoridade, a todos os vexames que lhe queiram abusivamente impôr; mas pôde o governo executal-a? Quando digo governo não me refiro sómente ao poder executivo, mas a todos os poderes constituídos. Ainda limitada como foi a obrigação ás cidades e villas, no que ha clamorosa injustiça pela desigualdade, não tem o governo forças para nomear tantos professores, instalar tantas escolas, quanto sejam bastantes para a população escolar existente, ainda conservando o limite maximo de 60 alumnos por escola, reconhecido actualmente como excessivo. Nem as terá tão cedo.

Lembro-me que em principio do anno passado a camara dos deputados em França, exigindo do ministro da instrução o estabelecimento immediato do ensino obrigatorio, teve de ceder, ainda que com repugnancia, ás mesmas razões de impossibilidade; e este anno votou credito avantajado (cento e vinte milhões de francos) para construcção e mobílias de escolas.

Fonte: Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1878, Anexo S6-6

Nas suas palavras, o atraso da instrução fluminense ainda era muito grande e que políticos e até professores eram contrários à execução da lei da obrigatoriedade. Para ele, o povo não reclamaria, mas se sujeitaria às exigências da lei e das autoridades. Ele também menciona como exemplo de progresso nos assuntos da instrução o caso da França, cujo ministro recebeu da câmara dos deputados a exigência da determinação da obrigatoriedade.

No projeto de reforma do ensino na província, datado de 1883, havia a inclusão do capítulo 5 com o tema “Do ensino obrigatório”, composto por 121 artigos:

Figura 20 – Extrato do Capítulo V do projeto de reforma de 1883

**CAPITULO V**

**Do ensino obrigatorio**

Art. 81. Os pais, tutores, curadorès ou protectores em relação aos menores em idade escolar sob a sua autoridade ou guarda são obrigados pela sua frequencia em escola primaria, diurna ou nocturna.

Igual dever compete aos proprietarios, administradores ou gerentes de qualquer estabelecimento industrial relativamente aos menores seus empregados ou operarios.

Art. 82. Os donos de taes estabelecimentos, não querendo utilizar-se das escolas publicas para a educação dos menores seus empregados ou operarios, são obrigados a ministrall-a particularmente.

Parapho unico. Os infractores deste preceito incorrerão na multa de 100\$000, e de 200\$000 nas reincidencias.

Art. 83. A idade escolar obrigatoria é a comprehendida entre 7 e 13 annos.

Parapho unico. A frequencia obrigatoria estender-se-ha aos 15 annos de idade, se o alumno não tiver sido approvedo em todas as materias obligatorias da escola que frequentar.

Art. 84. A frequencia é obrigatoria dentro de um perimetro, cujo raio será

Fonte: Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1884, p.71.

Diferente das normas na Corte, a proposta citada determinava como obrigatório o ensino entre 7 e 13 anos de idade, estendendo-se aos 15 anos, apenas se o aluno ou aluna ainda tivesse pendências de conclusão do ensino primário. Como vimos, a proposta não foi aprovada e, portanto, o projeto não entrou em vigor na prática. Tal fato não torna irrelevante o fato de que a problemática da obrigatoriedade foi abordada e discutida como objeto no meio político fluminense.

No seu relatório, o presidente da província, José Leandro, observava:

Figura 21 – “Ensaiai a execução do ensino obrigatorio”

A obrigatoriedade é idéa cuja execução não pôde mais ser adiada.

Imposta por imperiosa necessidade, e sancionada pela infallibilidade do resultado, não ha recuar ante dificuldades de occasião, sejam quaes forem, attentas as seguranças de um exito inquestionavel.

Parecendo-me opportuno congregar elementos para com os proprios meios rudimentares estatuidos na deliberação de 16 de Dezembro de 1876 ensaiar a execução do ensino obrigatorio, pelo menos na capital da provincia, exigi do dr. chefe de policia as listas de familia necessarias aos trabalhos da classificação.

Reconhecendo as difficuldades da empreza pela insufficiencia dos meios de effectividade, que nenhum existe de seguro resultado na referida deliberação, não me senti comtudo desanimado, porque confio firmemente na boa vontade da população, e no predominio das idéas uteis.

Fonte: Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1884, p.58

Considerando que, naquele contexto, outras províncias já haviam adotado a obrigatoriedade escolar e mesmo a capital brasileira, desde 1854, o administrador afirma que a mesma, enquanto medida pública, não poderia ser adiada, por se tratar de “imperiosa necessidade” e pela sua “infallibilidade do resultado”.

O quadro geral da escolarização na província do Rio de Janeiro era bastante amplo em termos quantitativos, como vimos (estatísticas sobre escolas, matrículas, professores). Mas, como encaminhamento de finalização do capítulo, gostaríamos de salientar a diversidade ou amplitude de tais dados em termos qualitativos (diversidade de institutos, escolas, sociedades, colégios).

Na Corte Imperial, por exemplo, funcionavam duas escolas especializadas no atendimento de crianças cegas e surdas, desde a década de 1850.<sup>42</sup> No relatório oficial, o

<sup>42</sup> Conferir, entre outros, LIMEIRA, Aline de Moraes; SILVA, Flávia Barreto. ESPAÇOS DE APRENDIZAGENS PARA SURDOS, MUDOS E CEGOS: INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS DO SÉCULO XIX. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 89, p. 325-340, 2008.

Ministro dos Negócios do Império registrava a existência de 51 alunos no Imperial Instituto dos Meninos Cegos (36 do sexo masculino e 15 do sexo feminino) e 30 alunos no Instituto Imperial dos Surdos Mudos (Relatório do Ministro dos Negócios do Império, 1879).

Num outro documento também era possível notar aspectos dessa diversidade de espaços destinados à instrução de meninos e meninas:

Figura 22 – Espaços diversificados de ensino

A Associação Brazil Industrial manteve em seu estabelecimento de fiação e tecidos uma escola primaria frequentada por 60 meninos empregados ali, aos quaes alimenta e veste,

Existe desde 1874, na fazenda da Roça Grande (municipio do Rio Claro), propriedade do tenente Bento Rodrigues de Souza, uma escola regida por D. Gracinda Candida Vaz, na qual estavam matriculadas 14 meninas e 5 meninos. Esta professora recebe do tenente Souza a gratificação annual de 600\$000, e o custeio para a escola. O proprietario da fazenda alimenta os meninos e a alguns dá o necessario vestuario. Os alumnos são filhos de visinhos pobres, afilhados, sobrinhos, etc.

Em uma das fazendas do commendador Joaquim José de Souza Breves foi por elle estabelecida uma escola, na qual ensina-se a lêr, escrever, contar (as quatro operações) e doutrina. E' regida por um escravo do commendador, e frequentada por 30 alumnos (termo médio) de ambos os sexos, ingenuos, libertos, poucos escravos e alguns livres.

A associação de S. Vicente de Paulo fundou em Nictheroy uma escola dominical, onde se ensina a doutrina catholica. Além das explicações do catechismo, exercitam-se os meninos em canticos religiosos. Segundo me consta, a associação dá a alguns meninos vestuario para que se apresentem limpos e decentes na escola.

Alves & Irmão, proprietarios da fazenda Bôa-União, em Itaborahy, ha muito tempo conservam em excellente casa gratuitamente a escola subvencionada de Montevideo.

Bem desejava dar uma informação completa dos estabelecimentos particulares importantes da provincia; tenho feito esforços para esse fim, mas baldados. Insistirei, e sem usar dos meios que me faculta o regulamento, tanto hei de pedir e rogar, que por fim hei de triumphar da reluctancia, não direi accintosa mas desdenhosa, contra a publicidade, da qual aliás não pôdem nem devem receiar-se.

A comunidade Evangelica estabeleceu em Petropolis uma escola particular, dirigida pelo pastor Johannes Vorster, limitando-se o ensino ás materias da instrucção primaria; aprendem todos os alumnos a lingua portugueza e a allemã. A maioria dos discipulos são filhos de Allemaes.

Em 1875 o padre J. B. Moreira fundou um collegio com 4 internos e 6 externos. Terminou o anno de 1878 com 15 internos e 3 externos, por não querer o director admittir maior numero. Quasi todos os alumnos têm-se matriculado no curso secundario. Por ora o collegio só se obriga a preparal-os em portuguez, francez, inglez, allemão, latim, calligraphia, arithmetica, geographia e religião. Os comendios adoptados são em geral os que o conselho de instrucção publica e commissões examinadoras mais parecem recommendar. Apresentou a exames na côrte 10 alumnos dos quaes foram approvados: com distincção 5 em portuguez, 2 em francez e 1 em inglez; plenamente 4 em portuguez, 2 em francez e 3 em inglez; simplesmente 1 em portuguez, 4 em francez e 1 em inglez.

Nota-se a existência de uma escola primária mantida para meninos trabalhadores da Associação Brazil Industrial, outras escolas mantidas em fazendas, como a de Rio Claro, mantida pelo tenente Bento, outra mantida pelo comendador Breves (cujo professor era um de seus escravos e também contava com alunos ingênuos, libertos, livres e escravos), e uma escola em Itaborahy, mantida pela fazenda Boa União. Também se registram escolas mantidas por religiosos: escola particular em Petrópolis, dirigida por um pastor e um colégio de ensino secundário mantido por um padre.

No ano de 1875, havia um anúncio no *Almanak Laemmert* onde o Collegio de Instrução e Educação de Meninas de Nossa Sr<sup>a</sup> da Glória, localizado na cidade de Valença observava: “estabelecido numa cidade notável por sua salubridade” (*Almanak Laemmert*, 1875, p.444). Naquele caso, a perspectiva do espaço físico aparecia como elemento de distinção entre os demais colégios e aspecto de concorrência com os colégios das cidades mais urbanizadas, se forem levadas em consideração as prescrições do movimento higienista, para as quais, estas cidades dispunham de mais saúde. Isso porque, defendia-se que o núcleo urbano era lugar inadequado à vida moral, intelectual e fisicamente sadia, e por isso, “não poderia e não deveria abrigar os colégios pois a influência geográfica e climática, tida como perniciososa e desaconselhável” (GONDRA, 2004, p.165).

Talvez por este motivo, um dos vestígios que, de forma bastante recorrente, salta aos olhos nos anúncios analisados é a perspectiva da salubridade, do asseio. As instituições, portanto, procuravam observar indiretamente que, apesar de situados num local insalubre como a Corte, dispunham de ambientes arejados. A oferta de educação em localizações “mais salubres” consistia no mais atual e forte atestado de qualidade daquele tempo (LIMEIRA, 2010).

Localizado em uma das melhores localidades “serra acima”, o colégio de ensino primário e secundário anunciava:

Figura 23 – Anúncio do “Collegio Vassourense”

**COLLEGIOS DE MENINOS.** 444

## COLLEGIO VASSOURENSE <sup>430</sup>

DIRIGIDO PELOS BACHAREIS EM DIREITO  
**ALEXANDRE RODRIGUES DA SILVA CHAVES**  
**LUIZ ROMULO PERES DE MORENO**

Este estabelecimento, situado em uma das melhores localidades de serra acima, pela salubridade do clima e facilidade de communicações (visto achar-se a vinte minutos da estação de Vassouras, estrada de ferro de D. Pedro II, e quatro horas da Côrte), e offerecendo todas as condições hygienicas, como sejão, casa espaçosa e arejada, chacara com banheiro, arvoredos, etc.; está montado com proporções para um grande internato.

### PROFESSORES

*Primeiras letras, Grammatica nacional, Systema metrico e Historia sagrada.*— Antonio Candido Tolentino.  
 1.<sup>a</sup> *Cadeira de latim.*— Dr. Manoel Sinoes de Souza Pinto.  
 2.<sup>a</sup> *Cadeira de latim.*— Anjonio Joaquim Pinto da Fonseca.  
*Inglês.*— Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves.  
*Arithmetica, algebra, geometria e geographia.*— Alberto Olympio Brandão.  
 1.<sup>a</sup> *Cadeira de francez.*— Dr. Luiz Romulo Peres de Moreno.  
 2.<sup>a</sup> *Cadeira de francez.*— Alberto Olympio Brandão.  
*Historia.*— Dr. Luiz Romulo Peres de Moreno.  
*Rhetorica.*— Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves.  
*Philosophia.*— Dr. Rodolpho Leite Ribeiro.

**PREÇOS PAGOS POR TRIMESTRES ADIANTADOS SEM DESCONTO ALGUM POR  
 AUSENCIA OU FERIAS**

CURSO PRIMARIO	CURSO SECUNDARIO
Pensionistas, por mez . . . . . 35\$000	Pensionistas, por mez . . . . . 40\$000
Meio-pensionistas, idem. . . . . 20\$000	Meio-pensionistas, idem. . . . . 25\$000
Externos, idem. . . . . 10\$000	Externos, idem. . . . . 10\$000

Além da pensão os alumnos internos pagarão por uma vez, na occasião da entrada, a quantia de 40\$000, pelo uzo dos objectos de propriedade do estabelecimento, como sejão, leito, lavaletorio, bacia, etc.

### ENXOVAL DOS INTERNOS

Uma sobrecasaca ou jaqueta de panno ou casimira preta, <i>conforme a idade</i> . Um chapéo ou bonet, <i>idem, idem</i> . Um par de calças pretas e duas brancas.	Um collete preto e dois brancos. Duas gravatas de seda preta. Um par de botinas.
--	--

Trarão mais a roupa precisa para tres mudas por semana, roupa de camia, toalhas, etc., para duas mudas, um cobertor e dois pares de sapatos abotinados; escovas de feto, cabello e dentes, uma tesoura de unhas, um pente de cabeleira ou alisar, um dito fino e um sacco de roupa suja (O estabelecimento encarrega-se de fornecer todo o enxoval por conta dos pais dos alumnos.)  
 A lavagem e engomado da roupa dos alumnos internos poderá ficar á cargo do estabelecimento, mediante a quantia de 5\$000 mensaes, paga por trimestre.  
 Os alumnos internos que adoecerem serao tratados no estabelecimento, correndo as despezas de medico e botica por conta de seus pais, caso estes não preferão trata-los em suas casas.  
 O estabelecimento fornece livros, papel, pennas, etc., por conta dos pais dos alumnos.— Os estatutos serão remettidos a quem os pedir.

Fonte: Almanak Laemmert, 1871, p.441)

O Collégio Vassourense de meninos, dirigido por bacharéis em direito, destacava o clima da região, o quadro de professores, os valores de matrículas e os enxovais necessários para alunos internos. E na edição 246, de 04 de setembro de 1882 do Jornal do Comércio (p.3), foi anunciado o 54º aniversário do “Asylo das Orphãs”, mantido pela Imperial Sociedade Amante da Instrução:

Figura 24 – Anúncio do 54º aniversário do “Asylo das Orphãs”

**ASYLO DAS ORPHAS DA IMPERIAL SOCIEDADE  
AMANTE DA INSTRUÇÃO  
54ª SESSÃO ANNIVERSARIA**

HONRADA COM A AUGUSTA PRESENÇA DE  
**SS. MM. IMPERIAES E ALTEZAS**

**Terça feira 8 do corrente,  
às 6 horas da tarde, effe-  
ctuar-se ha a 54ª sessão anni-  
versaria desta imperial so-  
ciedade, na casa da rua do  
Barão de S. Felix n. 130, onde  
se acha estabelecido o asylo  
das orphãs da mesma socie-  
dade.**

**Em nome da administração  
e conselho, convido a todos  
os Srs. socios e suas Exmas.  
familias para que se dignem  
de comparecer á referida fes-  
tividade.**

**Os Srs. socios que ainda não  
recebêrão os seus convites  
podem mandar busca-los á  
casa do Sr. thesoureiro, rua  
do Theatro n. 13.**

**Secretaria da Imperial So-  
ciedade Amante da Instruc-  
ção, em 1 de Setembro de  
1882—O 1º secretario, Coruja  
Junior.**

Fonte: Jornal do Commercio, 1882, p.3.

Para a celebração da instituição criada em 1828, estavam sendo convidados os sócios e suas famílias. Na edição 282 de 10 de outubro de 1882 (Jornal do Commercio, p.1), também apareceram referências sobre a criação de engenhos centrais e de colônias orfanológicas. O engenheiro Nicoláo Viriato Chaves Barcellos e Antonio Domingues dos Santos Silva (não foi informada a profissão) apresentaram um requerimento às comissões da fazenda provincial do comércio, agricultura, indústria e colonização do Rio de Janeiro solicitando garantia de juros de 7% ao ano sobre o capital de 2.000:000\$ destinado à fundação de quatro engenhos centrais para fabricar açúcar nos municípios de Campos, S. Fidélis, Iguassú e Estrella. Como contrapartida, estaria estabelecido, a construção de colônias orfanológicas ao lado destes engenhos. As colônias deveriam receber os órfãos dos municípios citados e os ingênuos, “em número nunca inferior a 50, devendo a empresa dar-lhes de preferencia o ensino agricola, e adquiri-los por meio de contrato lavrado perante o respectivo juiz de orphãos” (Jornal do

Commercio, 1882, p.1). Na mesma página, consta a apresentação desse requerimento em forma de decreto a ser apreciado pela Assembleia Legislativa Provincial, com garantia de juros de 7% ao ano pelo período de 15 anos sobre o capital máximo de 500:000\$ para cada um. O parecer das comissões entendeu que caberia a garantia de 6% ao ano e com essa ressalva o projeto foi impresso para apreciação com o destaque conferido pelas comissões. No entanto, a partir da edição 353 do Jornal do Commercio de 20 de dezembro de 1883, verificamos que foi concedida a licença para abertura de engenhos em Estrella e Iguassú, porém não há qualquer desdobramento quanto à construção das colônias orfanológicas:

Figura 25 – Concessão de licença para abertura dos engenhos centrais

**Engenhos centraes** — Por decreto n. 9,066, de 24 do passado, forão concedidos á companhia organizada pelo engenheiro Alberto Eugenio de Andrade Parreiras Horta, os favores mencionados no art 6º do regulamento que baixou com o decreto n. 8,357, de 24 de Dezembro de 1881, com excepção do de garantia ou fiança de juros, para o estabelecimento de dois engenhos-centraes, destinados ao fabrico de assucar de canna, nos municipios de Iguassú e da Estrella, provincia do Rio de Janeiro, não tomando o Estado, directa ou indirectamente, qualquer responsabilidade de fatura concessão de garantia ou fiança de juros, e podendo a companhia, que começará as obras de construcção dentro do prazo de um anno, contado da data da approvação do plano e orçamento, e as concluirá um anno depois, augmentar a força dos seus machinismos á medida que se fôr desenvolvendo a lavoura da canna nos referidos municipios.

Fonte: Jornal do Commercio, 1883, p.1.

Como se vê, as iniciativas ou propostas de criação de escolas, colégios e associações não se tratavam de uma função exclusiva do Governo Imperial, mas de muitos agentes da sociedade civil. Os números que nos retrataram indiciariamente o cenário da instrução fluminense, representam um conjunto amplo e diverso de espaços, sujeitos, práticas e experiências relacionadas ao fenômeno educativo, não são apenas estatísticas, mas vestígios acerca das experiências de escolarização fluminense. Os números também nos evidenciaram a maneira distinta a partir da qual cada região ou cidade experimentou e pôs em prática suas formas de instruir meninos e meninas, suas demandas, suas ofertas, suas lacunas. Neste sentido, compreendendo alguns aspectos e especificidades do cenário da instrução na Província do Rio de Janeiro, seguiremos na análise de uma de suas regiões, ativando uma redução no nível de escala da análise aqui empreendida.

## 2 EM IGUASSÚ: EDUCAÇÃO/INSTRUÇÃO, SOCIEDADE E POLÍTICA

Se o objeto do nosso estudo é o processo de escolarização, por que apresentar um tópico dedicado às sociabilidades e forças políticas em Iguassú?

Gondra e Schueler (2008) nos auxiliam a responder esta questão: “Para nós, o jogo social mais amplo ajuda a compreender o jogo educacional, colaborando, inclusive, para se perceber e aquilatar as funções atribuídas às diversas iniciativas educativas.” (p.15). Neste sentido, conhecer como era articulada a relação da província do Rio de Janeiro com o município de Iguassú, por meio da análise de debates protagonizados pela elite política local, auxiliará na apreensão de como se deu o processo de escolarização neste município.

Desta forma, por meio da Hemeroteca da Biblioteca Nacional<sup>43</sup>, buscamos periódicos, dentro do recorte temporal proposto (1879 a 1889), que contivessem o termo “Iguassú” para assim poder encontrar ocorrências que não tratassem especificamente da instrução pública, mas que trouxessem a atuação de diversos atores sociais, o “jogo social mais amplo”<sup>44</sup>, reconhecendo que ao utilizar os impressos como fonte “[...] Estamos, na maior parte das vezes, perante reflexões muito próximas do acontecimento, que permitem construir uma ligação entre as orientações emanadas do Estado e as práticas efetivas na sala de aula.” (NÓVOA et al., 2002, p.13). Nessa busca o Jornal do Commercio destacou-se ao totalizar 1028 ocorrências distribuídas pelas 4000 edições referentes ao período pesquisado.

Um dos entraves quanto à escolha deste método foi o tempo demandado na análise de cada ocorrência. Separamos as ocorrências que tratavam especificamente sobre instrução em Iguassú das ocorrências de cunho geral, tamanha a diversidade de temas que emergiram dessas ocorrências, variando desde a solicitação para que “S. Manoelzinho que dê um pão maior e melhorzinho”<sup>45</sup> à tramitação do código de posturas de Iguassú. Descartamos também as ocorrências que tratavam sobre Iguassú no Paraná, que com a mesma grafia de Iguassú na província do Rio de Janeiro, poderia induzir-nos ao erro de considerá-la como parte integrante deste estudo. Organizamos os dados coligidos pelas categorias ano de publicação, edições, nº de ocorrências por ano, ocorrências sobre instrução em Iguassú e ocorrências sobre Iguassú no Paraná e sintetizamos esses dados na tabela a seguir:

<sup>43</sup> Em virtude da pandemia, obtivemos acesso apenas às edições digitalizadas, tanto na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, quanto no Center for Research Libraries (CRL), mantido pela Universidade de Chicago.

<sup>44</sup> Termo cunhado por Gondra e Schueler (2008), citados anteriormente.

<sup>45</sup> Edição 22 de 22 de janeiro de 1883, p.3.

Tabela 6 – Edições do Jornal do Commercio e ocorrências

Ano	Edições	Nº de ocorrências	Ocorrências sobre instrução em Iguassú	Ocorrências sobre Iguassú no Paraná
1879	363	54	01	02
1880	363	38	05	01
1881	363	103	10	06
1882	363	119	11	10
1883	363	110	06	09
1884	364	124	12	06
1885	363	131	17	02
1886	365	102	16	06
1887	365	87	24	01
1888	364	86	12	12
1889	364	74	18	11
Total	4000	1028	132	66

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Analisando os dados apresentados na tabela, verificamos números distintos de edições por ano, variando entre 363 e 365 edições, sendo 363 o total de edições mais corrente, representando 06 dos 10 anos pesquisados.<sup>46</sup> Dentre as ocorrências de cunho geral, ou seja, não pertinentes à instrução, o ano de 1879 chama-nos a atenção, pois das 54 ocorrências reportadas pela busca, nenhuma dizia respeito à instrução, em sua maioria trataram-se de editais para venda de escravos. A única ocorrência sobre instrução em Iguassú neste ano foi identificada a partir da leitura da página em que constava uma das ocorrências sinalizadas, por

<sup>46</sup> Essa predominância em relação ao total de 363 deve-se em grande parte pela publicação de uma edição compreendendo dois dias, por exemplo, em 1879, nas edições 104, referente à segunda-feira, dia 14 e terça-feira, 15 de abril, e 359, de sexta-feira, 26 e sábado, 27 de dezembro, notamos a junção de datas em um jornal de circulação diária. Acreditamos que esta junção de datas em uma mesma edição se deve às festas religiosas da Páscoa e do Natal, quando talvez a redação fosse fechada. Partimos de tal suposição, por não encontrar no próprio periódico nada que indicasse o porquê dessas junções. O ano de 1879 foi o ano 58 de circulação do jornal, sendo assim, a junção das edições deveria ser fato conhecido do público leitor. No que concerne aos anos que compreenderam 364 edições, destacamos que os anos de 1884 e 1888 foram bissextos, então houve a junção de datas que mencionamos no parágrafo anterior, porém foi publicada mais uma edição pelos anos de 1884 e 1888 terem tido um dia a mais. Em relação ao ano de 1889, também com 364 edições, houve apenas uma junção de datas para uma mesma edição, no caso a edição 112 de segunda-feira 22 e terça-feira 23 de abril. Sobre os anos com 365 edições, 1886 e 1887, verificamos que no ano de 1886 não houve junção das edições de dezembro, apenas em abril (edição 116 referente à segunda-feira, dia 26 e terça-feira, 27 de abril). A edição 353 deste ano não consta do corpo documental, mas pelas datas das edições 352 (19/12/1886) e 354 (21/12/1886), acreditamos que tenha sido publicada a edição 353, no entanto, a mesma não está disponível no acervo. Há ainda uma espécie de suplemento, com quatro páginas e título “Commercio Retrospecto de 1885”. Parece-nos que esse suplemento foi adotado em caráter experimental, pois não verificamos a existência de suplementos semelhantes ao longo das edições analisadas. Desta forma, ao considerar o suplemento e a edição 363, temos 365 edições para o ano de 1886. Em relação ao ano de 1887, há problemas na numeração das edições, por exemplo, as edições de 04, 05 e 06 de outubro receberam o mesmo número: 276. Verificamos que não houve junção das edições, conforme ocorreu nos anos anteriores. Não há edições com os números 290, 291, 292, 316 e 317, mas como as datas das edições seguem o calendário, acreditamos que de fato não tenham sido publicados jornais com esses números. Em oposição à inexistência de edições com os números citados, temos duas edições com o número 269, três edições com o número 276, duas com o número 314 e duas com o número 315, com conteúdo e datas distintas, demonstrando que embora tivessem o mesmo número tratavam-se de edições diferentes. Considerando o uso repetido dos números, o que levaria a cinco edições sem numeração própria, e a inexistência de edições com os números 290, 291, 292, 316 e 317, julgamos que houve uma falha quanto a numeração das edições nos impressos, o que se traduz em um total de 365 edições do Jornal do Comercio para o ano de 1887.

este motivo apresentamos na tabela uma ocorrência sobre instrução em Iguassú. Já o ano de 1887 chama-nos a atenção por motivo totalmente oposto, por ser o ano com o maior número de ocorrências sobre instrução: 24. As 24 ocorrências versavam, em sua maioria, sobre solicitações dos professores(as) de licença para tratar da saúde e remoções.

Ainda sobre as ocorrências de cunho geral, verificamos em 1883 muitas publicações sobre o assassinato do português José Gonçalves Ferreira Vianna que desenrolaram-se pelas edições seguintes, inclusive com publicações de particulares (utilizando-se de pseudônimos) na coluna “Publicações a pedido”, porém toda esta mobilização não foi suficiente para identificar e capturar o assassino ou assassinos, pois os suspeitos foram absolvidos por falta de provas. Em 1884 destacaram-se a discussão acerca do Código de Posturas de Iguassú e o falecimento do líder da Assembleia Legislativa Provincial, representante do 9º distrito eleitoral e vereador de Estrella, Sr. Bernardino Alves Machado. Em 1885 tiveram continuidade as discussões acerca do Código de Posturas de Iguassú e entraram em pauta as desapropriações em decorrência das obras para o abastecimento de água da capital. O ano de 1886 registrou o prosseguimento das discussões de 1885. Quanto as ocorrências referentes à Iguassú no Paraná, versaram majoritariamente sobre a construção de uma colônia militar no lugar denominado Chopim.

Quanto ao *Almanak Laemmert*, o mesmo se encontra disponível também na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. A partir da seleção das edições do *Almanak Laemmert*, empreendemos busca utilizando o termo “Iguassú”; verificamos em que seção estava vinculado o termo e traçamos correlações entre as edições selecionadas e outras fontes, com o objetivo de recolher indícios que pudessem auxiliar na compreensão do contexto social e econômico e do processo de escolarização em curso durante o recorte temporal estabelecido em nossa pesquisa.<sup>47</sup>

Ainda quanto à escolha do *Almanak Laemmert* como fonte, destacamos a presença de dados dos municípios, não só da Corte Imperial<sup>48</sup>, fornecendo nomes que encontraram

---

<sup>47</sup> Está em curso uma modificação da apresentação dos conteúdos, de forma que para o período de 1844 a 1889, o *Almanak Laemmert* pode ser acessado por meio de um banco de imagens das páginas (formato .jpg) que permite a busca de verbetes nestas imagens. Neste primeiro acesso, foram reportadas 938 ocorrências para a palavra “Iguassú”, com registros nos anos de 1844 a 1885. No Center for Research Libraries (CRL), mantido pela Universidade de Chicago, é possível efetuar o download tanto por página, seja em formato .jpg ou .pdf, quanto do arquivo em sua totalidade, desde que não ultrapasse o limite de 500 páginas por arquivo gerado. Nesta base de dados podem ser encontrados os exemplares do *Almanak Laemmert* pelo mesmo período da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (1844 a 1889).

<sup>48</sup> O *Almanak Laemmert* também dispunha de uma seção dedicada às províncias, capaz de transformá-lo em uma fonte muito rica a partir dos questionamentos que pode suscitar. A primeira edição do referido almanaque parecia preconizar este caráter ao afirmar que o impresso para o leitor seria como “a bússola ao marítimo”.

ressonância nas matérias do *Jornal do Commercio* ou que acrescentaram dados nesta busca. Empreender um estudo de caráter regional/local, estabelecendo como recorte geográfico um município cujas fontes encontram-se dispersas, traz grande dificuldade no estabelecimento de séries, gerenciamento das fontes e análise, e ir ao encontro do *Almanak Laemmert*, com seções organizadas e fornecendo dados mais claros principalmente quanto aos professores subvencionados, confere ao referido periódico um status de bússola a auxiliar no descortinar de outras fontes.

Todavia, impressos tomados como fonte demandam uma postura cautelosa do investigador:

Na verdade, os apelos que transportam e induzem o pesquisador a configurações quase pictóricas do passado, tal como um espelho disforme, refletem imagens falsas, imagens de superfície, que requerem investigação e decodificação. (MARTINS, 2001, p.21).

Ou seja, é necessária uma operação teórico-metodológica na qual o documento seja questionado, estranhado, desnaturalizado, percebendo suas características e os sujeitos envolvidos com sua produção. Os impressos não são retratos do passado que queremos investigar, mas dá relevo aos vestígios desse passado, do qual ele próprio é produto e produtor. Luciano Mendes de Faria Filho (2004) postula que o termo “escolarização” pode ser dotado de dois sentidos. Em um primeiro sentido, a escolarização é pensada como

[...] o estabelecimento de processos e políticas concernentes à “organização” de uma rede, ou redes, de instituições, mais ou menos formais, responsáveis seja pelo ensino elementar da leitura, da escrita, do cálculo e, no mais das vezes, da moral e da religião, seja pelo atendimento em níveis posteriores e mais aprofundados. (p.522).

Já no segundo, a ênfase é posta nas repercussões sociais, culturais e políticas dos processos de escolarização. Neste sentido, o estudo de “questões relacionadas ao analfabetismo, ao reconhecimento ou não de competências culturais e políticas dos diversos sujeitos sociais e à emergência da profissão docente no Brasil.” (idem). Reconhecemos que, no nosso trabalho, a pesquisa acerca dos processos de escolarização em Iguassú pretende transitar pelos dois sentidos propostos por Faria Filho (2004), na medida em que localizamos materiais distintos que fornecem indícios tanto sobre os critérios estabelecidos politicamente para a criação de escolas quanto a discussão em torno da forma de atuação docente, por exemplo.

O trânsito pelas fontes e a percepção de que estas permeiam ambos os sentidos propostos por Faria Filho (idem) desnudam um outro caráter dos estudos que se propõem a abarcar uma ótica regional/local, que é a dificuldade em encontrar fontes que subsidiem um trabalho nestes moldes, haja vista as poucas iniciativas pela preservação de acervos que

contemplem a história da região hoje conhecida como Baixada Fluminense, que podemos dizer, sem exagero, que são iniciativas heroicas. De posse dessa reflexão, vemos que ela vai ao encontro da fala de Guedes (2012) ao afirmar que “a junção das mesmas [as fontes] para fins de pesquisa tem se configurado para mim na montagem de um imenso quebra-cabeça” (p.19).

O “quebra-cabeça” aqui apresentado, ainda que com muitas peças em falta, traz personagens, experiências e paisagens que nos seriam negados caso optássemos por manter a nossa investigação apenas sobre os documentos produzidos a partir dos governantes da época. A visão oficial dos fatos fornece indícios do que a gestão daquela época defendia em termos de valores, conteúdos, requisitos para a formação docente, espaços adequados para as escolas, ao mesmo tempo em que fornece dados quantitativos acerca do número de instituições mantidas pelo poder público ou privado, perpassando, assim, os dois sentidos de escolarização apontados por Faria Filho (2004). Associados a eles, os demais documentos apontam outros ângulos, detalhes e vestígios acerca do cenário social, político e educacional iguassuano.

Desta feita, julgamos importante trazer informações quanto ao contexto histórico de Iguassú durante a década final do Império e os possíveis impactos dessa conjuntura no processo de escolarização desta região.

Figura 26 – Mapa da Vila de Iguassú



Fonte: Sítio Eletrônico do Instituto Histórico e Geográfico Itaboraense (<http://www.ihgi.org/443871604>).

O mapa acima foi disponibilizado no site do Instituto Histórico e Geográfico Itaborahyense, porém não há qualquer menção quanto a autoria ou a data de produção deste, havendo a indicação do ano de 1837 no mapa (não sabemos, porém, se a data refere-se à sua publicação ou ano de referência de sua representação). No entanto, optamos por reproduzi-lo, considerando que os nomes indicados na legenda poderiam fornecer indícios quanto à ocupação deste território, sobre o processo de constituição da vila e dos eventos que concederam a Iguassú os elementos necessários para que ela recebesse o título de “antiga”.

O primeiro ponto que nos chama a atenção é que no mapa não há indicação apenas dos caminhos, estradas, morros e portos, mas optou-se pela sinalização de locais específicos como a Matriz de Nossa Senhora da Piedade, da Câmara Municipal e da Cadeia de Iguassú, o que conduz-nos a considerar que essas três instituições seriam as bases da constituição desse município. Gênesis Torres (2004) apontou um processo de ocupação da Baixada Fluminense<sup>49</sup> pela fé, onde:

A sede de uma freguesia<sup>50</sup> se caracterizava pela igreja da matriz, o que propiciaria a existência de filiais. Batizados, nascimentos, casamentos, óbitos, testamentos e visitas pastorais eram registrados nos livros da matriz ou, por causa da distância em que se encontravam os “fregueses”, em alguma filial. Os nomes das freguesias associavam o símbolo de devoção católica à topografia: Nossa Senhora do (rio) Pilar, N. S. da Piedade do (rio) Inhomirim, São João do (rio) Meriti, etc. As freguesias mais importantes da memória da Baixada Fluminense foram implantadas às margens dos rios, fazendo conexão com nossos primeiros caminhos, do ouro e do café. Caminhos associados aos portos fluviais. (TORRES, 2004, p.18)

Desta maneira, a Matriz desempenhava papel fundamental no processo de ocupação do território pela fé, conforme descrito por Torres (2004). Já a Câmara Municipal seria a instância de interlocução entre a gestão do município e o poder central que era representado pelo presidente da província e pela Assembleia Legislativa Provincial.

As freguesias que compunham o município de Iguassú quando da sua criação, em 1833, eram: N. S. da Piedade do Inhomirim, N. S. do Pilar, N. S. da Piedade do Iguassú, Santo Antônio de Jacutinga, São João do Meriti e N. S. da Conceição de Marapicu<sup>51</sup>. Antes da

<sup>49</sup> De acordo com Simões (2011) não há um consenso quanto aos municípios que compreendem a Baixada Fluminense. Tal discordância não estaria associada aos municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias que são compreendidos como núcleos dessa região, tampouco com Belford Roxo, São João de Meriti, Nilópolis, Mesquita, Queimados e Japeri, mas na discussão em torno dos municípios de Magé, Guapimirim, Itaguaí, Seropédica e Paracambi como pertencentes à Baixada Fluminense (p.15).

<sup>50</sup> As freguesias contavam “com o mínimo de dez casas ou famílias, estas unidades, as menores da administração pública, eram áreas submetidas à jurisdição espiritual de um cura que também exercia o governo civil. Quando as dispersas comunidades se institucionalizavam pela elevação de suas capelas a paróquias através de um alvará que determinava os seus limites, o governo começava a exercer o padroado sobre elas e a sustentá-las com parte das rendas provenientes dos dízimos da Ordem de Cristo ali arrecadado.” (FRIDMAN, 2011, p.6).

<sup>51</sup> Torres (2004, p.19) elaborou uma tabela contendo algumas freguesias da Baixada Fluminense e seus respectivos anos de criação. Dentre as freguesias que citamos como pertencentes à Iguassú em 1833,

elevação de Iguassú à categoria de Vila, estas freguesias subordinavam-se à Câmara da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. As freguesias de Pilar e Inhomirim deixaram de pertencer à Iguassú em 1846, com a criação da Vila de Estrella. Em 1855 foi criada a freguesia de Sant'Anna das Palmeiras e em 1882 ocorreu a tramitação de um projeto de lei visando a extinção desta, conforme publicação na edição 291 do Jornal do Commercio, de 19 de outubro de 1882 (p.2):

Figura 27 – Projeto de extinção da freguesia de Sant'Anna das Palmeiras

**São julgados objecto de deliberação, os seguintes projectos :**

**1.º — 1882 — « N. 3,198 — A assembléa legislativa provincial do Rio de Janeiro resolve :**

**« Art 1.º Fica extincta a freguezia de Sant'Anna de Palmeiras, no municipio de Iguassú, respeitandose, na distribuição de seu territorio, os seguintes limites naturaes :**

**« § 1.º A vertente da serra do Commercio até a linha divisoria, estabelecida pela margem esquerda do rio S. Pedro, será annexada à freguezia de Nossa Seabora da Piedade de Iguassú.**

**« § 2.º A margem esquerda do ribeirão do Livramento, a partir de suas nascentes até o lugar denominado Quilombo, inclusive o terreno comprehendido entre a margem direita do rio S. Pedro e a ponte da estrada do Commercio sobre o mesmo rio, será annexada à freguezia da Sacra Familia do Tinguá.**

**« § 3.º Ficarão annexados à freguezia do Paty do Alferes todos os terrenos que não se acharem comprehendidos naquellas demarcações.**

**« Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.**

**« Sala das sessões, 17 de Outubro de 1882.— Marcellino da Gama Coelho. » — A' commissão de estatística.**

Fonte: Jornal do Commercio, 1882, p.2.

Alçada ao posto de vila em 1833, perdendo o título em 1835 e retomando-o em 1836<sup>52</sup>, Iguassú possui uma histórica dinâmica como os caminhos abertos que outorgaram-lhe o caráter de “entreposto comercial”, conforme afirmou Marlucia Santos de Souza (2014).

---

destacamos: Nossa Senhora do Pilar, criada em 1612; Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, em 1698; Nossa Senhora da Piedade do Iguassú e Santo Antonio de Jacutinga, em 1755; Nossa Senhora da Conceição de Marapicu, em 1759.

<sup>52</sup> Souza (2014) afirmou que a retomada do título de vila deveu-se sobretudo ao prestígio da nobiliarquia iguassuana, dentre eles o Marquês de Itanhaém, tutor de D. Pedro II, o Barão do Pilar, o Barão de Mesquita e o Conde de Iguassú, que se casou com a filha de D. Pedro I com a Marquesa de Santos.

Quanto à extinção da Vila de Iguassú em 1835, Souza (2014) identificou três motivos. O primeiro referiu-se à intervenção da Câmara de Iguassú em assuntos de ordem particular, como a cessão de uma casa para a Comissão Sanitarista sem o consentimento do dono e interferências no porto administrado por um proprietário.<sup>53</sup>

O segundo motivo apontado por Souza (2014) para a extinção da vila de Iguassú também estava relacionado com questões de trato individual a repercutir no âmbito público, expresso a partir do desentendimento entre a Câmara e o Juiz de Paz. Por fim, as tensões entre os proprietários de Inhomirim e a administração municipal, alimentadas pela perda do poderio político destes proprietários, que deveriam subordinar-se legalmente às normas impostas pelos gestores iguassuanos.

No livro *Imagens Iguaçuanas*, de Ruy Afrânio Peixoto (1968), intelectual inserido nas redes sociais, políticas e educativas de Iguazu do século XX, há um relato acerca de Inhomirim, a quem é atribuída, única e exclusivamente, a perda temporária do status de Vila por Iguassú. O relato teve por objetivo demonstrar que Inhomirim sempre pertenceu a Iguassú, embora fosse mais ligado a Magé. Segundo Peixoto (1968), ao ser restaurada a condição de município de Iguassú (através da lei nº 57 de 10 de novembro de 1836) determinou-se que a vila seria restabelecida nos mesmos termos de sua criação, logo, com Inhomirim fazendo parte de seu território, porém quando da criação da Vila de Estrella, a partir da lei nº 397 de 20 de maio de 1846, foi informado que comporia a Vila de Estrella a freguesia de Inhomirim, enquanto integrante do município de Magé. Sendo assim, para Peixoto (1968) inexistia qualquer dispositivo legal que justificasse a perda dessas terras, no entanto, ainda segundo Peixoto, não havia interesse da Nova Iguazu de 1968 em retomar Inhomirim, na medida em que “[...] a mesma estaria separada por terras de Duque de Caxias, como um ‘corredor polonês’” (p.53).

Ruy Afrânio Peixoto, foi um dos representantes a reivindicar um lugar de memória iguaçuana. O objetivo era torná-la parte da vida cultural da cidade, com suas experiências e demandas próprias. Ele foi membro da Arcádia Iguazuana de Letras (AIL), cofundador do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguazu (IHGNI) e administrou seu próprio ginásio escolar, instituição privada que levou seu nome. Foi professor e escreveu dois livros enquanto esteve na AIL.

---

<sup>53</sup> Não localizamos em nossa pesquisa os nomes do dono da casa e do proprietário do porto, ou proprietária, já que assim se refere Alves (2020) com base no trabalho de Pereira (1970).

*Imagens Iguaçuanas* “possui uma estrutura peculiar e reúne atos culturais da recordação, ou seja, está para além da memória como uma sistematização topológica do conhecimento” (ALEXANDRE, 2018, p.221). A obra de 73 páginas apresenta uma primeira parte sobre a fundação do município e sua história nos séculos XVIII e XIX, desde a fundação da vila de Iguaçu à inauguração da Estrada de Ferro Dom Pedro II, atual Central do Brasil. O autor descreve a genealogia de famílias, a festa do padroeiro Santo Antônio e fazendeiros da região. No segundo momento Ruy Afrânio constrói um pequeno histórico sobre a sede do município, seus distritos e apresenta características sobre as partes deste todo. Por fim, são elencados “ilustres” iguaçuanos do século XIX, vultos históricos consagrados no município. Segundo Maria Lúcia, “Os fatos eleitos pelo autor são, antes de um ato de recordação, a memória onde estão uma forma de armazenamento” (ALEXANDRE, 2018, p.222).

Ao analisar esse tipo de produção, observa a pesquisadora, há que se considerar o objetivo de quem escreve e sobre o que está sendo redigido. As relações entre memória e historiografia não são uniformes, uma vez que a memória se torna uma narrativa a partir de uma intervenção intelectual, na qual se ordena cronologicamente, narram-se causas e consequências em uma tentativa de convencimento de que o passado aconteceu exatamente da forma como foi narrado. Por vezes este tipo de produção local, dita memorialista, é julgada enquanto uma construção que funde sujeito e fato, mas esquece-se o saber cientificamente estabelecido, produto de mecanismo de persuasão capazes de tornar uma determinada historiografia verdadeira. Portanto, a literatura produzida pela Arcádia é fruto do seu tempo e, como a historiografia acadêmica, uma resposta para o não esquecimento de uma recordação.

Escrever sobre Nova Iguaçu ressalta silenciamentos e ditos que podem evidenciar um espaço próprio para estes acadêmicos. Segundo ela, a escrita da história iguaçuana cumpre um exercício de refutamento ou não de episódios sobre a cidade, movimento similar dentro da historiografia. E esta “narrativa não é menor, mas opera de forma diferente, possuindo uma demanda do presente, uma cronologia e atores frutos de uma memória histórica construída” (ALEXANDRE, 2018, p.225).

Abaixo reproduzimos outro mapa elaborado pela professora Lúcia Helena Pereira da Silva, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), com base em Oliveira Junior (1946), que pode fornecer mais detalhes quanto à dinâmica espacial entre os municípios de Estrella, Iguassú e Magé a partir da demonstração do território ocupado pelo Município de Iguassú desde 1840 até 1940:

Figura 28 – Mapa demonstrativo do território de Iguassú de 1840 a 1940



Fonte: <https://serambientalingua.wordpress.com/vila-de-iguassu/>

Podemos identificar no mapa onde ficava localizada a sede da vila de Iguassú, assinalada na legenda pelo triângulo com os dizeres “Iguaçu Velha”. Também podemos identificar Maxambomba, através do círculo, local para onde foi transferida a sede do município em 1891. Na legenda, abaixo da palavra “Maxambomba” se encontra “Nova Iguaçu”, pois com a emancipação do então arraial de Maxambomba, buscou-se, com o uso da palavra “Nova” no nome do município, desvincular a imagem da decadente vila de Iguassú, grassada com doenças e portos decadentes, para abrigar os prósperos laranjais e próximo à ferrovia Central do Brasil. Segundo Knauss (2019), “a partir de então, as águas que haviam sido a solução histórica passaram a ser encaradas como o obstáculo do desenvolvimento regional [...]” (p.33).

Verificamos ainda no mapa as diferentes configurações do município em consonância com os eventos que se desenrolaram. Sendo assim, a linha cinza compreende o município de Iguassú até 1840, a tracejada o município de Estrella, desde a elevação à categoria de vila até a extinção, enquanto a linha preta abarca o município de Iguassú a partir da transferência de sua sede e finda com o incremento dos movimentos por emancipação dos distritos que ganharam corpo, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial.

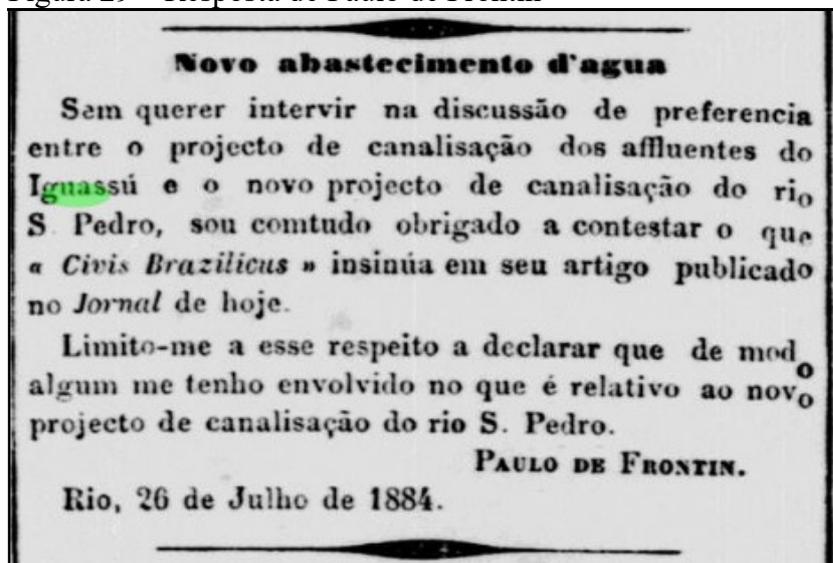
Durante o período investigado emerge das fontes a questão hídrica, onde as águas do Rio D’Ouro, território iguassuano, foram canalizadas para abastecimento da Corte Imperial, que enfrentava uma seca<sup>54</sup>. Os tubos de ferro utilizados na obra foram transportados por uma ferrovia conhecida por Ferrovia Rio D’Ouro.

<sup>54</sup> Peres (2019) destacou o episódio da “água em seis dias”, segundo ele o prazo irrisório de seis dias para resolver um problema complexo como o abastecimento de água da Corte foi dito pelo Dr. Paulo de Frontin,

A edição 130 do *Jornal do Commercio*, de 11 de maio de 1881, fornece indícios de como este movimento repercutiu na região, a partir da informação de que Antonio José Pereira da Costa<sup>55</sup> despachou um requerimento para o Ministério da Agricultura propondo estabelecer por ele mesmo ou por intermédio de uma companhia “um serviço de cargas e passageiros entre esta cidade, seus suburbios até ao municipio de Iguassú, utilizando-se para tal fim do tramway do rio do Ouro.”. A resposta recebida foi de que enquanto o serviço de abastecimento de água não estivesse estabelecido, o governo não poderia deliberar a respeito. Demonstrando que naquele momento a utilização da estrada de ferro Rio do Ouro estaria ligada, exclusivamente, à viabilização do abastecimento de água da Côrte.

A questão hídrica gerou intensa discussão a partir de publicações no *Jornal do Commercio* assinadas por “Civis Brasilicus” e “Egeia”. Não conseguimos descobrir quais pessoas esses pseudônimos esconderam, mas verificamos que as defesas veementes contidas nessas publicações acabaram por mobilizar o engenheiro Paulo de Frontin a responder uma delas, em que foi citado, a partir de um texto conciso e sem utilização de pseudônimo na assinatura:

Figura 29 – Resposta de Paulo de Frontin



Fonte: *Jornal do Commercio*, 1884, p.3.

recém-formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. O Imperador ao saber desta sentença convocou o Dr. Paulo de Frontin para que expusesse as ideias e em encontrando ressonância no governo, Frontin prosseguiu rumo à execução da promessa, que uma vez cumprida propiciou ao Dr. Paulo de Frontin uma recepção calorosa na Estação do Caju findada a obra.

<sup>55</sup> O requerimento não fornece maiores informações sobre Antonio José Pereira da Costa e a ausência deste nome em outras edições e demais fontes consultadas mobilizou-nos a buscar dados sobre o autor de um requerimento de tal monta. Localizamos requerimentos de Antonio Costa solicitando privilégio para a construção de carris de ferro em Iguassú desde 1873, com indeferimentos acumulados desde então. No “*Diario do Rio de Janeiro*” de 1876 publicou-se a lista de qualificação dos votantes da Côrte, na qual Antonio José Pereira da Costa aparece como um dos votantes da Freguesia da Candelária. Informou-se que Antonio possuía 38 anos e filiação ignorada, acrescentou-se que era solteiro, negociante e sabia ler.

A higiene surge como uma questão de ordem pública, afinal havia em curso uma mudança tanto em relação ao papel da medicina quanto em que consistiria a higiene, ou seja, “a medicina multiplicaria sua potência e seria ainda mais eficaz quando pudesse evitar o aparecimento da doença [...], configurando a higiene como ramo desse saber que se ocupa da prevenção.” (RIZZINI e GONDRA, 2014, p.564). Temos um exemplo desta configuração a partir da edição 83, de 24 de março de 1882, do *Jornal do Commercio*, que na primeira página trouxe o retorno do cargo de “medico de partido” para a Câmara de Iguassú, em virtude das febres que assolaram este território na época em decorrência das chuvas que alagaram a região, seria assim, um cargo mantido às expensas do cofre provincial, porém com o intuito de evitar a proliferação de maiores enfermidades:

Figura 30 – Autorizo do pagamento de ordenado do “medico de partido”

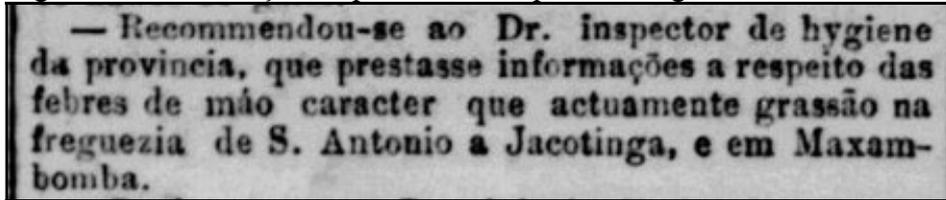
Dia 20 — Palacio do governo da provincia do Rio de Janeiro — Nitheroby, 20 de Março de 1882 —  
 Attendendo que não está revogado o art. 19 da lei n. 1,760 de 30 de Novembro de 1872, que creou o lugar do medico de partido da camara municipal de Iguassú; que todas as leis de orçamento municipal depois da criação desse emprego tem votado credito para pagamento do ordenado respectivo; que a falta desse credito na do anno corrente é inteiramente casual; attendendo especialmente á gravidade das circumstancias e condições de salubridade do municipio, onde a parte da população desfavorecida de fortuna, e a quem utilisão immediatamente os serviços do medico de partido, tem sido acommettida de febres intermitentes e outras de peor character, devidas a estagnação das aguas das ultimas chuvas: autoriso o pagamento do ordenado do medico de partido da camara municipal de Iguassú pela verba—pessoal—da respectiva lei de orçamento; devendo, porém, a camara solicitar da assembléa legislativa provincial na proxima reunião o augmento da referida verba conforme o artigo de lei já citado e o orçamento de despeza que apresentou o anno passado. O que comunico a mesma camara para os fins convenientes em resposta ao officio de seu presidente de 9 do corrente. Deus guarde a Vms.—Bernardo Avelino Gavião Peixoto.—Sr. presidente e mais vereadores da camara municipal de Iguassú.

Fonte: *Jornal do Commercio*, 1882.

Dentre os sujeitos responsáveis pela manutenção da ordem grassavam não só os inspetores de quarteirão, os inspetores paroquiais, mas despontou também a figura do inspetor de higiene que, por sua vez, deveria apresentar relatórios quanto a atuação dele nas localidades consideradas insalubres.

Há um exemplo do que seria a “inspeção do inspetor” na edição 127 do Jornal do Commercio (1886, p.2), onde solicitou-se ao inspetor de higiene da província parecer acerca das febres de “máo caracter” na freguesia de Santo Antonio da Jacotinga e em Maxambomba:

Figura 31 – Solicitação de parecer do inspetor de higiene



— Recommendou-se ao Dr. inspetor de hygiene da provincia, que prestasse informações a respeito das febres de máo caracter que actuamente grassão na freguezia de S. Antonio a Jacotinga, e em Maxambomba.

Fonte: Jornal do Commercio, 1886, p.2.

A produção agrícola da região envolvia café, mandioca, entre outros gêneros alimentícios. Por ser entreposto, a quantidade de “vendas”, hospedarias e hotéis emergia em meio a este cenário das grandes propriedades. Registra-se a presença da Ordem Beneditina na fazenda Iguassú<sup>56</sup> e de quilombos que ficaram conhecidos como a “Hidra Iguaçua”, pois, segundo as autoridades da época, semelhante ao personagem mitológico “Hidra”, cortava-se a cabeça e nasciam mais, ou seja, quanto mais quilombos eram desarticulados, mais quilombos eram gerados.

Durante o recorte temporal por nós investigado, próximos aos “rios Iguaçú, Sarapuú e Meriti havia uma forte concentração de comunidades de quilombolas que se refugiavam nos pântanos e florestas da região.” (BEZERRA, 2012, p.39). Ainda segundo Bezerra (2012), essas comunidades conseguiram manter-se por um longo período de tempo, apesar das investidas tanto do poder público, representado pela polícia, quanto dos “donos” das pessoas escravizadas que organizavam comitivas para capturar os fugitivos. Os meios de manutenção encontrados pelas pessoas que conseguiam fugir do cativeiro foram o cultivo de pequenas lavouras, furtos nas proximidades dos rios e, sobretudo, o comércio da lenha, no qual os quilombolas extraíam a lenha e vendiam para os taberneiros da região, que por sua vez revendiam para a cidade do Rio de Janeiro.

Na edição 64 do Jornal do Commercio, de 04 de março de 1880, há um pedido de providências do Chefe de Polícia da província do Rio de Janeiro sobre “escravos homisiados no Bomba, no rio Iguassú, e que vivem em ampla convivencia, se não em commum, com a gente da Ilhota, no rio Sarapuhy.”. O suplicante afirmou que recebeu estas informações de

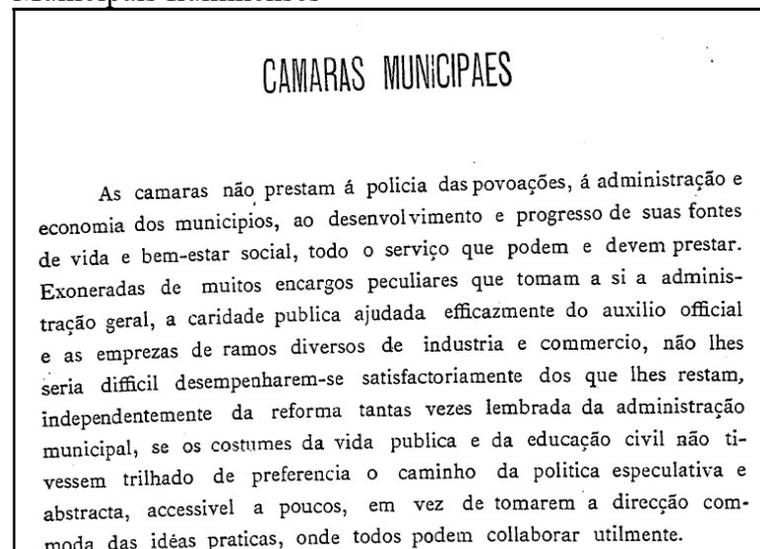
<sup>56</sup> A fazenda de Iguassú pertencia a Cristóvão Monteiro, com a morte deste, em 1591, a herdeira Marquesa Ferreira doou parte da fazenda a Ordem Beneditina, como evidenciam as Cartas de Doação de Sesmaria, os registros de Monsenhor Pizarro em “Memórias Históricas do Rio de Janeiro” e os Inventários de Transmissão de Abadia da referida fazenda. Ainda de acordo com as fontes mencionadas, os beneditinos expandiram seus limites e aumentaram a produção açucareira a partir do século XVII. Em 1870 a escravidão foi abolida na fazenda Iguassú e em 1922 a empresa Melhoramentos desapropriou as terras da fazenda da Ordem Beneditina, com respaldo do governo federal (SOUZA, 2014).

peessoas de “inteiro credito”, e que é “um dos muito prejudicados, que lá temos nossos escravos”. O suplicante pede que o Chefe de Polícia acione o arsenal da marinha, a fim de que este cruze o rio Iguassú, “syndicando da procedencia e da direção dos barcos e embarcações outras que sigão o referido rio, que asseguramos a V. Ex. tudo desaparecerá: comercio, quilombolas e quilombos.” (p.3). Há estudos sobre a produção agrícola quilombola neste local, bem como da origem das pessoas que formavam os quilombos, basicamente oriundos da região conhecida como “Vale do Café”<sup>57</sup>.

Outro elemento que compunha o quadro social de Iguassú e que falamos anteriormente é a Câmara Municipal. A disputa para ingressar na Câmara era acirrada e ser membro da mesma concedia outros privilégios, em uma espécie de retroalimentação do que José Murilo de Carvalho, analisando a teoria de Mosca<sup>58</sup>, afirma ser “força social”. Desta forma, conseguiria o poder local, e o manteria, aquele que controlasse alguma força dominante, quais sejam dinheiro, terras, conhecimento ou religião que predomine naquele contexto social. Segundo Carvalho (2017, p.25), “modificada a distribuição de forças, a classe política desaparece para ceder lugar a outra que controle a nova força social dominante.”.

Podemos verificar através do Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro de 08 de agosto de 1885 críticas sobre a atuação das Câmaras Municipais fluminenses (p.29 e 39):

Figura 32 – Críticas sobre a atuação das Câmaras Municipais fluminenses



Fonte: Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro de 08 de agosto de 1885, p.29.

<sup>57</sup> Para estudo mais aprofundado ver: Forte, 1933; Peixoto, 1968; Pereira, 1977; Bezerra, 2004; Rodrigues, 2006; Simões, 2011; Dias, 2012; Guedes, 2012; Silva, 2013; Souza, 2014; entre outros.

<sup>58</sup> “Para Mosca, a classe política constrói e mantém o domínio na medida em que suas habilidades possuam algum sentido social, na medida em que controle alguma ‘força social’ (dinheiro, terra, conhecimento, religião) que seja predominante. Modificada a distribuição de forças, a classe política desaparece para ceder lugar a outra que controle a nova força social dominante.”. (CARVALHO, 2017, p.25)

### Figura 33 – Mais críticas sobre a atuação das Câmaras Municipais fluminenses

As rendas municipaes não são abundantes, mas estão evidentemente na razão directa dos recursos actuaes de cada municipio, e tanto basta para que applicadas com ordem, zelo, economia e real utilidade, chegassem de sobejo para custear os serviços existentes e fomentar outros que por seu turno se constituiriam fontes de receita.

A reluctancia dos vereadores em comparecer ás sessões da camara quando não tem nas decisões interesse immediato, politico ou individual, ainda que de terceiros; a facilidade com que soccorrem-se de qualquer pretexto para allegar e pedir após o galardão da victoria nas urnas infundadas escusas dos cargos, para os quaes não teriam sido eleitos se não solicitassem instantemente, ou ao menos não inspirassem a seus concidadãos uma confiança a que se recusam corresponder; a indolencia no civismo, talvez desviado para outra ordem de preocupações e empregos, dignos sem duvida de attenção, mas em todo caso prejudiciaes a compromissos anteriormente contrahidos com a sociedade; e ainda a aptidão e experiencia que todos julgam ter para gerir e expedir negocios de administração publica, e

Fonte: Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro de 08 de agosto de 1885, p.39.

A reclamação, como se vê, consistia no mau funcionamento dessas instituições, que não prestavam o serviço que deveriam prestar. Reconhecendo que os recursos não eram, muitas vezes, abundantes, o presidente da província observa, no entanto, que havia má gestão de tais recursos, faltando ordem, zelo e economia.

Em 1886<sup>59</sup> houve a suspensão de cinco vereadores dos sete da Câmara de Iguassú e a instauração de um processo de responsabilidade devido a denúncias de desfalque pelo ex-procurador da câmara, Manoel Lobo de Alarcão. Enquanto desenrolou-se o processo, não foram pagos os subsídios à respectiva câmara, em 1887<sup>60</sup> encontraremos uma autorização para que se restituam estes valores sem maiores explicações e o *Almanak Laemmert* revela a manutenção destes políticos no poder.

Os crimes parecem ter assombrado as gestões (ou a população teria sido assombrada por elas), na medida em que, em 1887,<sup>61</sup> o vereador eleito e exercendo o cargo, Pedro Rodrigues dos Santos França Leite, foi pronunciado no art. 264 do código criminal (“estellionatario”), após ter assumido diversos cargos públicos na província, dentre eles inspetor da instrução pública e subdelegado em Iguassú. Houve intensa discussão na Assembléia Legislativa Provincial, tanto que o extrato dessa discussão ocupou duas páginas do *Jornal do Commercio*. Na discussão, formaram-se dois grupos: um que defendia a perda do mandato, considerando que Pedro Leite não deveria sequer ter sido votado, e outro que apregoava que a denúncia não comprovava crime, logo sem condenação não haveria motivos para a perda do mandato. O presidente da província do Rio de Janeiro foi acusado de ter

<sup>59</sup> Edição 294 do *Jornal do Commercio* de 22 de outubro de 1886, p.1.

<sup>60</sup> Edição 56 do *Jornal do Commercio* de 25 de fevereiro de 1887, p.1.

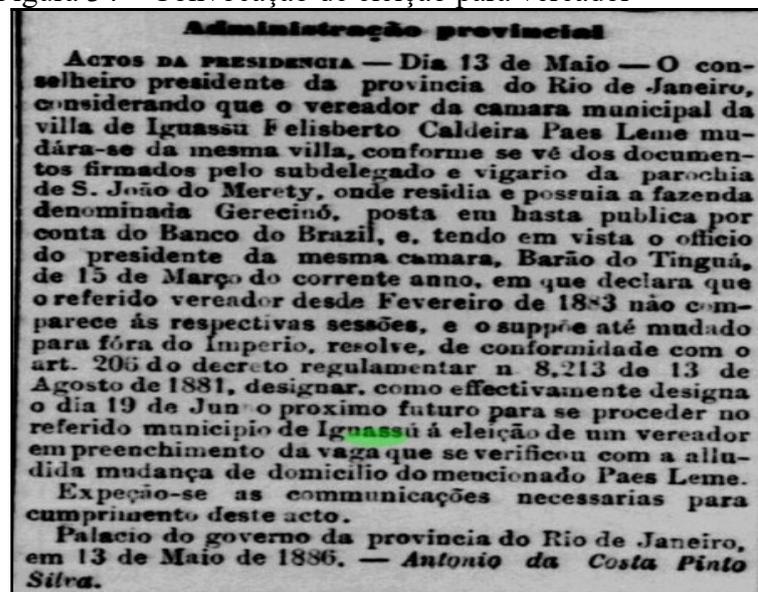
<sup>61</sup> Edição 305 do *Jornal do Commercio* de 01 de novembro de 1887, p.1 e 2.

procedimentos diferentes quando se tratava de acusados pertencentes aos partidos liberal ou conservador.

Na tentativa de encontrar indícios quanto a resolução deste caso, já que não encontramos mais discussões circunscritas no *Jornal do Commercio*, recorremos ao *Almanak Laemmert*, porém o ano de 1885 contemplou a última edição consultada que trata especificamente das freguesias de Iguassú, na qual Pedro Rodrigues dos Santos França Leite aparece como um dos procuradores da freguesia de Santo Antonio de Jacutinga. De forma, não foi possível verificar se houve ou não a cassação do mandato de Pedro Leite. De todo modo, há nesse episódio indícios da forma como alguns sujeitos circulavam em múltiplas funções ou espaços públicos ou políticos. O vereador, que integrava a restrita rede de elegíveis e eleitores do Império<sup>62</sup>, ocupou concomitantemente funções no campo político e da instrução pública.

Caso intrigante também se processa em 1886<sup>63</sup>, quando foram convocadas novas eleições para vereador em virtude do desaparecimento de Felisberto Caldeira Paes Leme das sessões desde 1883, havendo inclusive a suposição de que Paes Leme teria saído do Império, segundo informações do subdelegado e do vigário da paróquia de São João do Merety:

Figura 34 – Convocação de eleição para vereador



Fonte: Edição 134 do *Jornal do Commercio* de 15 de maio de 1886, p.2.

<sup>62</sup> Nos limites impostos à participação política, os homens pobres estariam cerceados da possibilidade de elegerem e serem elegíveis. Acerca disso, conferir GONDRA E SCHUELER, 2008: de acordo com a Constituição de 1824, as eleições se faziam em dois turnos, sendo no âmbito local (diretas) e no âmbito provincial (indiretas). Para eleger os Juizes de Paz, vereadores e o corpo de eleitores a escolher os representantes para a câmara dos Deputados e para as assembleias provinciais, estavam aptos os maiores de 25 anos, com rendimento comprovado de 100 mil Réis anuais. No nível local, os libertos poderiam participar, sendo votantes. Os candidatos elegíveis deveriam comprovar rendimento de 400 (deputados) a 800 (senadores) mil Réis anuais. E os integrantes do colégio eleitoral, que escolheriam estes candidatos, comprovariam renda de 200 mil Réis.

<sup>63</sup> Edição 134 do *Jornal do Commercio* de 15 de maio de 1886, p.2.

O processo eleitoral em Iguassú, de acordo com a bibliografia consultada, parece seguir pelos mesmos caminhos do processo eleitoral operado nas distintas províncias do Império, ou seja, “fraudulentas”<sup>64</sup>. Segundo Souza (2014), “votavam os mortos e os vivos [...] e os que queriam ser eleitos deveriam fazer combinações, participar de algum grupo de amigos bem situados ou pertencer a alguma família importante.” (p.69). Alves (2020) identifica neste momento “as raízes de um coronelismo poderoso, capaz de se renovar e se perpetuar ao longo da história da Baixada” (p.88).

Como um exemplo das inconsistências encontradas nas eleições, a edição 145 do *Jornal do Commercio*, de 26 de maio de 1881, em sua seção “Publicações a pedido” trouxe a publicação de “Solon”, afirmando que o Sr. Pindahyba de Mattos utilizou nas eleições municipais qualificação efetuada em 1878, estando a qualificação de 1880 assinada somente em 21 de dezembro, o que inviabilizaria a remessa desta em tempo hábil para o tribunal competente.

Para Solon, essa omissão foi fruto, sobretudo, do intuito de afastarem-se diligências no município que efetuariam um “verdadeiro corpo de delicto que traria a luz da verdade.” (p.3). Sendo assim, solicitou que fosse efetuada uma diligência para averiguar os livros da qualificação, seguido de um aviso: “não confiarem mais sem detido exame nas informações de tão geitoso collega.”:

Porfirio Candido de Assis Araujo, serventuário vitalicio de um dos officios de escrivão do tribunal da relação do Rio de Janeiro por S. M. o Imperador a quem Deus guarde, etc.

Certifico que revendo os autos de recurso eleitoral n.256, de Iguassú, em que é recorrente o tenente-coronel Francisco de Paula Sayão e recorrida a junta municipal de Iguassú, deles consta e me foi apontado e pedido por certidão o seguinte:

Illm. Sr. Dr. – Em observancia ao venerando despacho de V.S., cumpre-me dizer que os livros de que trata o petionario tenente-coronel Francisco de Paula de Bulhões Sayão, pedindo em confiança o coronel Francisco José Soares, presidente da camara municipal, afim de tirar umas notas para calcular o numero de eleitores que podia o municipio dar: e eu não hesitei em confia-los, visto como já se havia feito as eleições, e pela qualificação de 1878, em razão de não se achar regularmente concluida a qualificação de 1880, pois, apesar de meus esforços não se póde conseguir terminar em tempo esta qualificação, que apenas foi assignada pela junta municipal a 21 de Dezembro, não havendo por conseguinte tempo de se extrahir e remetter-se as authenticas a S. Ex. o Sr. Conselheiro presidente da provincia e a S. Ex. o Sr. Dr. juiz de direito da comarca, muito menos para se extrahirem as listas que, na fôrma da lei, tinham de ser publicadas nas diferentes parochias do municipio, por 60 dias, espaço que não se dará entre o dia em que se ultimou o lançamento dos nomes dos votantes nos referidos livros. Tambem cumpre-me acrescentar que tendo-me prestado a auxiliar ao secretario da junta, Valentim Braz Tinoco da Silva, para o dito lançamento, e tendo ele se negado absolutamente a isso e afinal até retirando-se da villa, com licença ou sem ella, fui por V. S. nomeado secretario interino para subscrever os mencionados lançamentos. Os livros a que me

<sup>64</sup> Mais informações em CARVALHO, José Murilo. *A monarquia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Ao Livro Técnico, 1993.

refiro são de Iguassú, Jacutinga e Marapicú, porque o de Palmeiras, acha-se em poder de um dos membros da junta municipal, e nestes termos pedirei ao dito coronel Soares a remessa dos livros e V. S. se dignará decidir como entender mais acertado. Aguardo, pois, a respeito, as ordens de V. S. Iguassú, 12 de Fevereiro de 1881 – O procurador da camara, *Manoel Lobo de Alarcão*.

*Documento fl.23.*

O cidadão Valentim Braz Tinoco da Silva, secretario da camara municipal da villa de Iguassú, certifico que do archivo da junta municipal da villa de Iguassú constão os dous officios do presidente da camara e do membro da junta advogado Marinho, os quaes *verbum ad verbum* são do teor seguinte: - Illm. Sr. – Accuso a recepção do officio de V.S. datado de 15 do corrente, pelo qual ordena-me que remeta par ao archivo da camara municipal os livros das qualificações de votantes das freguesias de Iguassú, Jocutinga e Marapicú existentes em meu poder, por nós confiado o procurador da mesma camara, em cujo poder estavam os ditos livros. Em resposta, pois, cumpre-me respeitosamente ponderar, primeiro explicando a razão de se acharem taes livros em poder do procurador da camara, e segundo em meu poder. Achavão-se os livros em poder daquele, porque excusando-se o secretario da camara, Valentim Braz Tinoco da Silva, de escrever as qualificações de votantes, o que ha muito devia ter feito, como era obrigado, offereceu-se o procurador da camara para fazer essa escripta sem compensação alguma, o que fez por si por prepostos seus; feita a escripta, tendo-se ausentado da villa ou mesmo do municipio, o secretario Tinoco, nomeei ao procurador secretario interino da camara, em cujo character, e pela mesma razão de ausencia daquelle Tinoco, nomeou a V.S. tambem secretario interino da junta municipal para como tal subscrever as referidas qualificações que tinham de ser assignadas pelo presidente e membros da junta, o que feito conduzio ainda o secretario interino os livros, para não só passar as qualificações para o livro geral, como para extrahir as authenticas necessarias; e as listas que devião ser publicadas nas parochias, adoeendo o secretario interino, e mesmo não havendo tempo antes das eleições municipaes que se ia proceder, tanto mais que taes eleições tinham de ser feitas pela qualificação de 1878, a ultima conhecida regularmente, deixou de ser feito este ultimo trabalho. E neste caso desejando eu tomar algumas notas das qualificações, pedi em confiança os livros, que me forão confiados e por esquecimento não os devolvi; tambem o secretario Tinoco regressou á villa, e não se lhe importou procurar pelos ditos livros e nem ao menos indagar do que se havia feito com relação ás qualificações. Eis, pois, a explicação, que, por deferencia a V.S. entendi de meu dever dar; e quanto á remessa dos livros, assim que me fôr possível ir á villa, os levarei commigo. Serei deles o próprio portador. Deus guarde a V. S. Jacutinga, 16 de fevereiro de 1881. – Illm. Sr. Dr. João Antonio de Barros Junior, muito digno juiz municipal do termo de Iguassú e presidente da junta municipal. – O presidente da camara, *Francisco José Soares*. Porfirio Candido de Assis Araujo, serventuario vitalicio de um dos officios de escrivão do tribunal da relação do Rio de Janeiro, por S. M. o Imperador, a quem Deos guarde, etc. (p.3)

Não encontramos nas fontes consultadas indícios de que tenha sido efetuada qualquer diligência para averiguação do relato publicado, ainda que este tenha sido composto por documentos pertinentes à denúncia processada sob a utilização do pseudônimo de “Solon”. Sobre este aspecto, Carvalho (2017) considera que:

Muitos políticos [...] escreviam em jornais nos quais o anonimato lhes possibilitava dizer o que não ousariam da tribuna da Câmara ou do Senado. A imprensa era, na verdade, um fórum alternativo para a tribuna, importante principalmente para o partido na oposição muitas vezes sem representação alguma na Câmara. (p.54)

Corroborando a afirmação de Carvalho (2017), temos na edição 146 do Jornal do Commercio de 27 de maio de 1881 uma resposta, possivelmente do desembargador Pindahyba de Mattos ou de algum aliado, acerca da publicação de Solon:

Depois de longa gestação apareceu, enfim, sob o pseudonymo de Solon, o candidato que pretende recommendar-se aos eleitores do seu districto, aggredindo ao illustre desembargador, cujo nome tomou para epigraphe do seu artigo.

Felizmente os créditos do Sr. desembargador Pindahyba, como magistrado, estão de sobra conhecidos e não receião a diffamação em que se pretende estribar o successo de uma candidatura.

Perante o tribunal da relação forão expostos, com toda a minuciosidade, os factos relativos ao recurso eleitoral de Iguassú e por grande maioria de votos reconhecida a nullidade.

Para provar-se a parcialidade da aggressão e a ineptia com que é dirigida a publicação – Carta aos eleitores -, basta attender-se que evidentemente condemna aos dignos juizes que opinárão diversamente da maioria do tribunal.

Se essa maioria deixou-se guiar pelo relatorio do desembargador Pindahyba, unico elemento da decisão, em que escudou a minoria o seu illustrado parecer, quando não teve outros esclarecimentos senão os que forão offerecidos pelo digno relator, que lia as peças do recurso e dava as informações pedidas?

Felizmente, tanto os dignos desembargadores que votárão contra, como os que votárão a favor da nullidade, pouco se importão com os elogios e censuras do candidato, que aquilata pelo interesse proprio o merecimento das decisões alheias. Tanto uns como outros não receião *vaias* com que alternadamente serão recebidos se julgarem em contrario ás conveniencias do candidato bastante conhecido nesta capital.

O Sr. desembargador Pindahyba que é liberal e tem desempenhado elevadas commissões durante o governo do seu partido, votando contra uma eleição que diz o candidato ser favorável aos interesses dos liberaes de Iguassú, deu mais uma prova de independencia de character, e de modo imparcial pelo qual desempenha as funções de magistrado, prova que certamente *Solon* nem póde comprehender, nem iroitar.

F. C.

Continuaremos. (p.1)

O “Continuaremos” no fim da publicação promove a abertura de réplicas e trélicas que em termos práticos parecem não produzir efeitos, pois conforme mencionamos, não há, nas fontes consultadas, qualquer indicativo de que a diligência solicitada tenha sido efetuada.

Encontramos indícios de que a atuação da elite política iguassuana não se restringia às eleições, mas que esta atuação se expandia (ou recuava) para onde fosse julgado necessário, a fim de manter-se no poder. Sob este aspecto, Souza (2014) afirmou que a sustentação de um regime escravocrata e de grandes propriedades para poucos proprietários só foi possível graças à intervenção do poder central, estabelecendo uma dinâmica de subordinação da elite iguassuana a partir desta dependência das intervenções do poder central:

Logo, podemos considerar que as frações da classe dominante que atuavam no local possuíam uma relação de reciprocidade e de dependência da mediação ou da intervenção da sociedade política presente no Estado Imperial (SOUZA, 2014, p.80).

Um exemplo desta relação de reciprocidade consta na edição 329 do Jornal do Commercio de 26 de novembro de 1885 (p.1), onde uma discussão na Assembleia Legislativa

Provincial tomou corpo a partir da exposição do deputado Bulhões Sayão. Junto ao Sr. Martinho de Campos, Bulhões Sayão foi eleito para representar o 9º distrito<sup>65</sup>, do qual Iguassú fazia parte, e apresentou denúncias quanto a um funcionário público que foi exonerado por perseguição política e um professor que foi mantido no cargo, a despeito de todas as reclamações da população, por ter apoio da elite local. Em 1880, Martinho de Campos afirmou que o Sr. José Luiz de Vargas Dantas não poderia exercer o cargo de escrivão na freguesia de Santo Antônio de Jacutinga por não ter condições de ocupar o cargo, pois um juiz de direito (não disse o nome) considerou a certidão apresentada por José Dantas fraudulenta.

As acusações de Martinho de Campos não tiveram andamento e José Dantas assumiu o cargo, no entanto, foi pronunciado o subdelegado da freguesia de Santo Antônio de Jacutinga<sup>66</sup> por ter permitido que José Dantas assumisse o cargo de escrivão. Em 1885, José Dantas foi demitido sem apresentação de motivos para tal. Bulhões Sayão apresentou como motivo da demissão o fato de José Dantas “não querer prestar-se [...] a ser capacho do mandão da localidade”:

O Sr. BULHÕES SAYÃO: - Mas muito demora. Cinco annos de demora e de silencio. O motivo da demissão foi não querer prestar-se o Sr. Vargas Dantas a ser capacho do mandão da localidade [...] O Sr. BULHÕES SAVÃO: - Como dizia, pois, Sr. presidente, o motivo a que o nobre deputado o Sr. Martinho Campos quis attribuir a exoneração do Sr. Vargas Dantas não existe, foi um verdadeiro castello no ar. O motivo da demissão foi, repito, o pequenino desrespeito do mandão da localidade. Mas o subdelegado de Jacotinga por tão pouco não podia privar-se dos serviços deste cidadão, que tem 20 annos de pratica. E' só por não ter conhecimento da pessoa do subdelegado de Santo Antonio de Jacotinga que o Sr. Martinho Campos fez semelhante accusação. Acredito que se o conhecesse, não seria capaz de vir acensa-lo pela maneira por que o fez (, 26/11/1885, Edição 329, p.1).

Todo o “castello no ar”, ou exagero, um possível sinônimo da expressão do deputado Soares, traz indícios sobre as relações entre local e regional. É interessante perceber que questões específicas inscritas na realidade do município de Iguassu pudessem se tornar temas

<sup>65</sup> No relatório do Presidente da Província de 08 de agosto de 1881 informa-se que o Decreto nº 8.112 de 21 de maio de 1881 dividiu a Côrte e a Província do Rio de Janeiro em 9 distritos eleitorais: “O 9º districto eleitoral terá por cabeça a cidade da Parahyba do Sul e se comporá: do municipio da Parahyba do Sul, comprehendendo as parochias de S. Pedro e S. Paulo, Santo Antonio da Encruzilhada, Sant'Anna de Cebolas e Nossa Senhora da Conceição da Bemposta; do municipio da Sapucaia, comprehendendo as parochias de Santo Antonio da Sapucaia, Nossa Senhora da Conceição d'Apparecida e S. José do Rio Preto; do municipio de Petropolis, constituido pela parochia de S. Pedro de Alcantara; do municipio da Estrella, comprehendendo as parochias de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, Nossa Senhora do Pilar e Nossa Senhora da Guia de Pacopahyba ; do municipio de Magé, comprehendendo as parochias de Nossa Senhora da Piedade de Magé, Nossa Senhora d'Ajuda de Guapimirim, Santo Antonio de Theresopolis e S. Nicolau de Suruhy ; e do municipio de Iguassú, comprehendendo as parochias de Nossa Senhora da Piedade de Iguassú, Nossa Senhora da Conceição de Marapicú, Santa Anna das Palmeiras, Santo Antonio de Jacutinga e S. João de Merity.” (p.26).

<sup>66</sup> O nome do subdelegado não foi informado. Tentamos localizá-lo no Almanak Laemmert, mas na edição de 1880 não foram apresentados estes dados. Já na edição de 1885 consta como subdelegado da freguesia de Jacutinga o Comendador Antonio José Souza.

de debate em sessões públicas da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro, com protagonismos de tais deputados. Da mesma forma, o episódio pode indicar as relações conturbadas entre público e privado naquela localidade, onde um funcionário do Estado queixava-se das intromissões de particulares, sujeitos com determinada liberdade de exercer poder de ordem, decisão ou escolha.

Na mesma sessão, Bulhões Sayão afirmou que um professor (que semelhante ao juiz de direito não teve o nome citado), atuante na freguesia de Jacutinga, era tão protegido por políticos da região que por mais que se processassem reclamações contra este professor nada era feito nesse sentido, na medida em que

Houve uma representação dirigida ao diretor da instrução publica, este remetteu-a ao superintendente das escolas de Iguassú, e o mesmo abafou-a. Tal era a protecção de que o profesor gozava. O superintendente das escolas, que commetteu essa prevaricação, não foi o Sr. Dr. Oliveira, que não era capaz disso. O SR. ALVES DA SILVA: - O Dr. Oliveira é um caracter muito distincto. O SR. BULHÕES SAVÃO: - Eu dou testemunho de que elle era incapaz de praticar semelhante acto: não era preciso que o nobre deputado viesse em socorro do Dr. Oliveira. Como dizia, essa representação ficou nas mãos do superintendente das escolas. O SR. MARTINHO CAMPOS FILHO: - Eu affirmo que nunca chegou à directoria da instrução. O SR. BULHÕES SAVÃO: - V. Ex. garante que nunca foi, e eu assevero que ella foi à directoria da instrução, a assembléa julgará como entender [...] O SR. BULHÕES SAVÃO: - Assim pois, não era possível que chegassem ao poder competente as reclamações que a população do Brejo apresentava contra esse professor, porque era altamente protegido e por motivos que a decencia me manda calar. Essas razões não podião prevalecer ante a moralidade do actual governo, e por isso acabou-se com o escândalo publico (Jornal do Commercio, 26/11/1885, Edição 329, p.1).

Como se vê, Martinho Campos disse que essa representação nunca chegou à Diretoria de Instrução Pública, o que fez com que a acusação de abafar o caso recaísse sobre o superintendente das escolas de Iguassú, que, ao menos nas fontes consultadas, não parece ter sido chamado para prestar esclarecimentos.

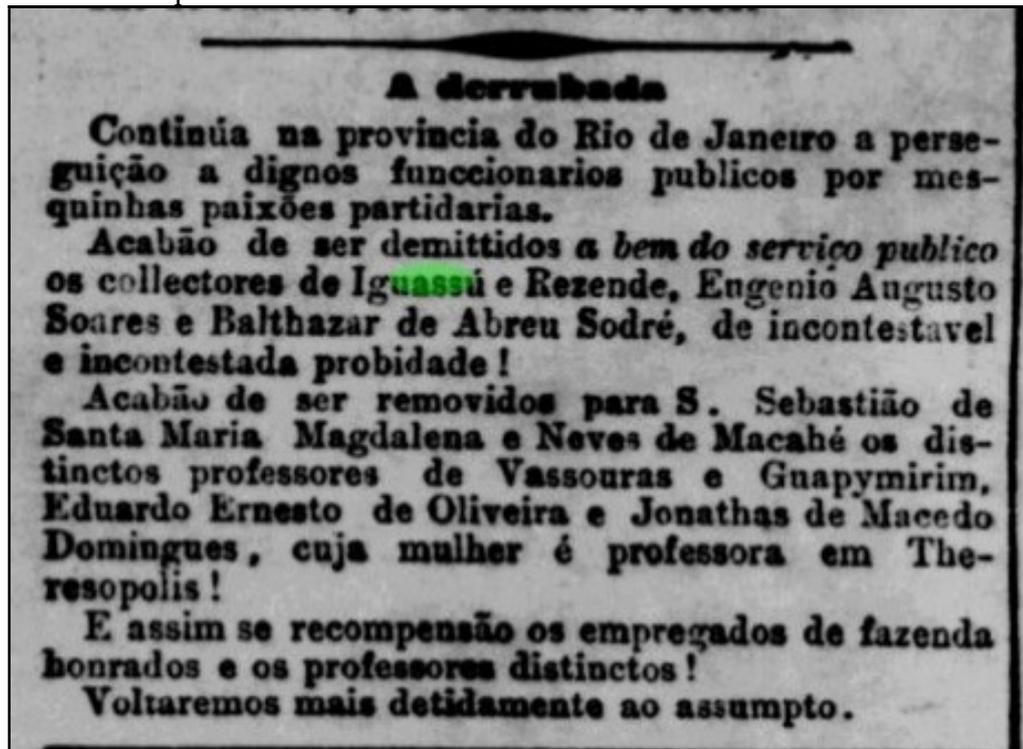
Acerca de tal episódio, observamos que não se tratava de algo incomum, mas acontecimento com certa recorrência nos assuntos da educação no século XIX, apesar de haver uma enorme lacuna nos estudos da História da Educação em relação a tal tema. Sobre silenciamentos do Estado ou da população que utilizava os serviços escolares, diante da atuação de professores praticando supostos atos “que a decencia manda calar”, verificamos o estudo empreendido por Pasche e Nascimento (2016). Nele, as pesquisadoras analisaram três episódios distintos, envolvendo professores e alunos, e evidenciaram a busca para evitar o escândalo público e a consequente contestação de um modelo social estabelecido:

[...] parecem ter norteado as opções por determinadas “punições”, “soluções” e encaminhamentos dos casos apresentados; a imbricação das esferas pública e privada na organização e no funcionamento do ensino denota, entre outras coisas, a imagem construída a respeito do modelo de docência, fazendo com que estivessem

misturadas questões pessoais (moralidade, integridade, princípios, valores) e profissionais (autorização ou não para o exercício do magistério). (PASCHE e NASCIMENTO, 2016, p.196)

No ano de 1886 continuaram as publicações no *Jornal do Commercio* exigindo esclarecimentos quanto à demissões e remoções de funcionários públicos sem justificativa, desta vez principalmente na seção “Publicações a pedido”, algumas destas sem assinatura:

Figura 35 – Exigência de esclarecimentos acerca de demissões e remoções de funcionários públicos



Fonte: *Jornal do Commercio*, 1886, p.3.

Tratam-se dos casos de dois coletores de impostos públicos (coletor das rendas gerais e provinciais do município de Iguassú e Rezende) que, segundo o deputado Rufino Furtado, tinham “incontestavel e incontestada probidade”, apenas por “mesquinhas paixões partidarias”. O deputado Rufino Furtado<sup>67</sup> solicitou que o Presidente da Província informasse se havia queixas contra os coletores exonerados e em caso afirmativo, de qual teor, mas não obteve resposta.

O funcionário de Iguassú, Eugênio Augusto Soares, defendeu-se da seguinte forma:

<sup>67</sup> Edição 246 do *Jornal do Commercio* de 04 de setembro de 1886, p.4.

Figura 36 – Fala do funcionário exonerado

**● ex-collector de Iguassú ao publico**

Fui demittido do lugar de collector das rendas geraes e provinciaes do municipio de Iguassú da provincia do Rio de Janeiro. Trata-se de um emprego de fazenda e geralmente suppõe-se ser a prevaricação a causa unica que determina a exoneração de taes empregos..

Prezando acima de tudo a minha reputação e tendo consciencia de haver sempre com o maior escrupulo cumprido os meus deveres de funcionario publico, ouse solicitar do Exm. Sr. ministro da fazenda e vice-presidente da provincia do Rio de Janeiro a declaração do motivo da minha demissão.

Tendo sido adiada sobre este assumpto a discussão provocada na camara dos deputados por um requerimento do illustre Sr. Dr. Affonso Celso Junior, por haver pedido a palavra o Sr. Mattoso Camara, com estranheza vi guardar sobre elle o mais profundo silencio o mesmo Sr. Mattoso, que aliás occupou a tribuna no proximo passado sabbado (dia destinado para a discussão dos requerimentos), tratando unicamente da demissão do thesoureiro da alfandega do Espirito-Santo!

VV. EEx., Srs. ministro da fazenda e vice-presidente da provincia do Rio, não têm o direito de marear a reputação de um chefe de familia, expondo-a a interpretações malignas.

**EUGENIO AUGUSTO SOARES.**

**Iguassú, 16 de Junho de 1886.**

Fonte: Jornal do Commercio, 1886, p.4.

Segundo ele, a causa única da demissão de tal emprego geralmente é a "prevaricação". Porém, no seu caso, sempre cumpriu seu dever com escrupulo e, em razão disso, solicitava ao Ministro da Fazenda e ao vice-presidente da Província do Rio de Janeiro a declaração do motivo de sua demissão. Afirmou que tal solicitação já havia sido feita na Câmara dos Deputados, com requerimento aceito pelo deputado Affonso Celso Junior, mas que o assunto foi adiado algumas vezes. Parece constar nessa ausência de uma justificativa para a referida demissão, o fato do deputado afirmar que as demissões tratavam-se de perseguição partidária.

No contexto político de Iguassú das décadas finais do Império, a educação surge como elemento de distinção, sobretudo a educação superior. Carvalho (2017) postula que a elite era "uma ilha de letrados num mar de analfabetos". Veremos com mais detalhes no próximo capítulo os números da instrução em Iguassú e a inexistência de escolas voltadas para o ensino secundário e a educação superior.

Ainda segundo Carvalho (2017):

Os filhos de famílias de recursos, que podiam aspirar a uma educação superior, iniciavam a formação com tutores particulares, passavam depois por algum liceu, seminário ou, preferencialmente, pelo Pedro II, e afinal iam para a Europa ou escolhiam entre as quatro escolas de direito e medicina. As quatro cobravam anuidades e seus cursos duravam cinco anos (direito) e seis anos (medicina). Um estudante típico entraria numa dessas escolas na idade de 16 anos e se formaria entre 21 e 22 anos. Outra alternativa para os ricos era a Escola Naval, sucessora da Real Academia de 1808, onde, apesar da gratuidade do ensino, era mantido um recrutamento seletivo baseado em mecanismos discriminatórios, o mais importante dos quais a exigência de custosos enxovais (p.74).

Trajetória de formação semelhante à descrita por Carvalho (2017) se deu com o iguassuano Francisco Rangel Pestana, que, mesmo não vindo de família abastada, foi agraciado com privilégios, pois o pai de Pestana, João Jacinto Pestana, atuou como tabelião e secretário na câmara de Iguassú, o que possibilitou o ingresso em uma rede de sociabilidade capaz de conferir à Francisco Rangel Pestana as condições para que cumprisse:

[...] a trajetória escolar reservada aos meninos que se sobressaíam intelectualmente em seu meio, assegurando, assim, uma carreira e ascensão social: fez estudos secundários no colégio oficial da corte, o Colégio Pedro II, preparatórios em colégios particulares e o curso superior na Academia de Direito, em São Paulo. Não podemos deixar de lembrar, aqui, que os irmãos mais velhos de Pestana haviam sido encaminhados para o comércio, iniciando seu aprendizado como caixeiros de lojas de pessoas das relações dos Pestana, o que, sem dúvida, garantia para a família condições mínimas de realização do projeto de um filho doutor na pessoa do caçula. (HILSDORF, 1988, p.21).

O projeto de obter o diploma de bacharel em letras, fornecido aos alunos do Colégio Pedro II, o qual lhe permitiria o acesso direto ao curso superior, foi interrompido com a morte do pai e a necessidade de apressar o seu ingresso na Academia. Pestana já completara na ocasião 16 anos, idade superior à média dos alunos iniciantes dos cursos superiores, e decidiu trocar os estudos secundários regulares e seriados ministrados no Pedro II pela frequência a cursos preparatórios avulsos e a posterior realização de exames parcelados nas disciplinas específicas, cujos certificados de aprovação eram exigidos por lei para matrícula no curso jurídico. Essa reorganização da vida escolar de Pestana implicava em ônus financeiro para a família e, provavelmente, ela foi postergada até que recursos advindos de um legado da madrinha de batismo possibilitassem a sua transferência para São Paulo, para perto da Academia. Segundo uma tradição transmitida, Pestana fez seus preparatórios em 1857 no Colégio Mamede. No início de 1858, Rangel Pestana realizou exames parcelados de preparatórios perante a banca instalada junto à Academia de São Paulo, e iniciou seu curso acadêmico no ano seguinte, fazendo a matrícula em 1859, vindo a integrar a turma que se diplomou em 1863 (HILSDORF, 1988).

Segundo Hilsdorf, o nobre iguassuano possuía múltiplas facetas, republicano histórico, propagandista do regime, jornalista político, empresário, intelectual, parlamentar, professor e fundador de escolas, e que isso ofereceu subsídios à discussão de questões como o papel social da escola pública e dos educadores escolares, dos meios de comunicação de massa, e a responsabilidade dos homens públicos na construção de uma nação. Nas suas palavras, “Pestana foi educador, educador enquanto jornalista, enquanto político, enquanto professor, não um pedagogista, um teórico da educação”, um homem “comprometido com o seu tempo, com o ideário liberal democrático, cuja realização passa necessariamente pela via da educação escolar” (Idem, p.9).

Saindo do Iguassú Oitocentista para complementar seus estudos, Pestana estabeleceu, a partir da instrução, laços e redes sociais, culturais e políticas bastante amplas, constituindo-se figura “integrante e condutora da vanguarda política e pedagógica de São Paulo” (p.20). O caçula da família de Iguassú esteve ligado ao grupo do agrarismo plantador de café no Centro-Oeste da Província de São Paulo e empresário na capital, que concretizou a república dos fazendeiros. Com Campos Sales, Francisco Quirino, Francisco Glicério, Prudente de Moraes e outros, transitou do liberalismo clássico para o cientificista positivista. Foi diretor do Partido Republicano Paulista desde meados da década de 70, e procurou definir, no interior do ideário republicano, uma política de educação e uma proposta de implementação dessa política. Os elementos que compunham sua escola ideal eram: princípios liberais e democráticos como doutrina e como prática, conteúdo cientificista e positivista. Pestana batalhou por ela na imprensa, nas instituições educativas e no parlamento, realizou a passagem do jornalismo acadêmico literário para o político ainda enquanto aluno da Faculdade de Direito de São Paulo. Ele próprio fundou e trabalhou em escolas alternativas, mantidas pela iniciativa particular para meninos e meninas, a maioria delas de curta duração, mas cujos nomes teriam ressonâncias na educação brasileira: a Escola do Povo, o Liceu de Artes e Ofícios, a Escola Neutralidade, o Colégio Pestana, Colégio Morton, o Internacional, a Escola Americana. Todas, “escolas inovadoras, críticas” (p.20).

Como chefe de partido e deputado republicano à Assembleia Legislativa de São Paulo, propôs e fez aprovar leis que exprimiam essas concepções também no âmbito do ensino oficial. São da responsabilidade de Rangel Pestana os projetos de reforma da instrução pública paulista que, sucessivamente, votados e revogados pela oposição monárquica no decorrer dos anos 80, teriam seus pontos capitais consagrados pela grande reforma republicana da década de 90. São eles: a transformação da escola normal e da escola primária anexa em órgão de demonstração metodológica; a escola primária seriada, embrião do futuro

grupo escolar; a captação de recursos para a educação com a criação do imposto de captação; a instituição dos conselhos de ensino municipais e gerais eletivos (Idem).

Como ele, era comum verificar, neste período, pessoas ocupando diversos cargos ou funções públicas e particulares naquela sociedade. Por exemplo, na edição de 1879 do *Almanak Laemmert*, o tenente-coronel Francisco Pinto Duarte aparece como vereador, depositário público interino, delegado de polícia, agente consular de Portugal, provedor da Irmandade do Santíssimo Sacramento, Fazendeiro de cana, café e tapioca e vice-presidente da Sociedade Dramática Particular Iguassuense, ou Antonio José de Castilho que, na mesma edição do *Almanak Laemmert*, surge como advogado, inspetor de distrito, inspetor da instrução pública, subdelegado, juiz de paz e tesoureiro da Irmandade do Santíssimo Sacramento.

A Sociedade Dramática Particular Iguassuense consta apenas nas edições dos anos de 1879 e 1880 do *Almanak Laemmert* antecedida pelo título “Theatro” seguida dos membros da diretoria da Sociedade:

Figura 37 – Sociedade Dramatica Particular Iguassuense

<p><b>Theatro.</b></p> <p><i>Sociedade Dramatica Particular Iguassuense.</i></p> <p><b>DIRECTORIA.</b></p> <p><i>Presidente.</i> — Bernardino José de Souza Mello, ¶ 2.</p> <p><i>Vice-Presidente.</i> — Tenente-coronel Francisco Pinto Duarte, ¶ 3.</p> <p><i>Secretario.</i> — Lucio José da Silva.</p> <p><i>Thesoureiro.</i> — Commendador Manoel Luiz de Souza Mello, ¶ 2.</p> <p><i>Procurador.</i> — Alferes Bento Borges Monteiro.</p>
---

Fonte: *Almanak Laemmert*, 1879, p.157.

A Sociedade Dramática Particular Iguassuense, ainda de acordo com o *Almanak Laemmert*, ficava na freguesia da Vila (Nossa Senhora da Piedade do Iguassú) que, como vimos no início deste capítulo, ficou conhecida por Iguaçu Velha quando da transferência da sede do município para Maxambomba e posterior mudança do nome do arraial de Maxambomba para Nova Iguaçu.

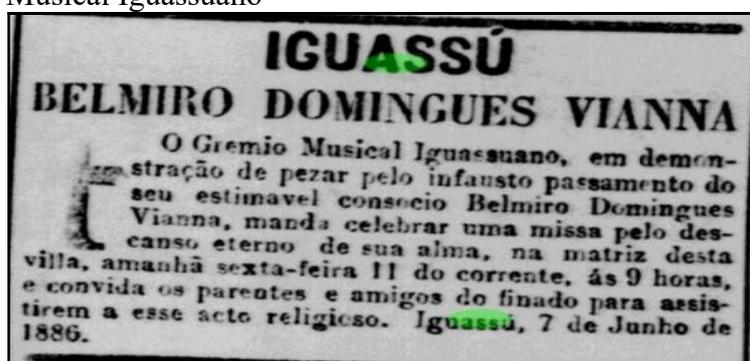
Da composição da diretoria da referida Sociedade, destacamos o secretário Lúcio José da Silva, que aparece tanto nas edições do *Almanak Laemmert*, do *Jornal do Commercio*, quanto nos relatórios do Diretor da Instrução Pública como professor público atuante na freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú, revelando que a atividade docente não era

a única desenvolvida por Lúcio José da Silva. Todavia, a ausência de fontes que possam revelar maiores detalhes quanto a ação dos professores e professoras que exerciam suas atividades em Iguassú não nos permite considerar como regra o que pode ser uma exceção, ou seja, não podemos afirmar que todos os docentes em Iguassú desenvolviam outras atividades a fim de garantir sua subsistência ou ampliar seus recursos.

Nas edições de 1879 a 1881 do *Almanak Laemmert* os professores de música João Targine das Chagas e José Targine das Chagas são relacionados na seção “Instrução Publica” pertinente à freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicú. Porém nas edições seguintes os professores de música aparecem em uma seção própria, da mesma forma que outras profissões, como pedreiros, pintores e médicos, indicando o caráter de profissão liberal da docência, ou uma possível concepção da redação do anuário de que a música não faria parte dos saberes considerados próprios da instrução pública. Já na edição de 1883 do *Almanak Laemmert*, o professor João Targine das Chagas não é mencionado, mas a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicú continua contando com dois professores de música: Belisario de America Pinheiro de Andrade e José Targine das Chagas, nomes que se repetem na edição de 1885.

A edição 160 do *Jornal do Commercio* de 10 de junho de 1886 (p.7) contém um convite para assistir uma missa. Por intermédio deste convite, descobrimos que Iguassú teve um grêmio musical: “Gremio Musical Iguassuano”, instituição que não foi mencionada em nenhuma outra fonte. Ainda que o Grêmio Musical Iguassuano tenha solicitado a celebração da missa pela morte de Belmiro Domingues Vianna, consocio do referido grêmio, na matriz da Vila, faltam dados para descortinar uma possível relação entre este grêmio e a Sociedade Dramática Particular Iguassuense, bem como da localização daquele:

Figura 38 – Celebração de missa solicitada pelo Grêmio Musical Iguassuano



Fonte: *Jornal do Commercio*, 1886, p.7.

No entanto, tais indícios podem favorecer uma determinada compreensão do contexto cultural, educacional e social de Iguassú naquelas décadas finais do Império. Assim como na Corte Imperial e em outras localidades, houve em Iguassú iniciativas diversas e difusas em

prol da cultura e da educação que se constituíam a partir da criação de sociedades, agremiações, associações e institutos, promovidas pela Sociedade Civil com apoio e autorização do Estado. Tais experiências constituíam importantes espaços de promoção da cultura e da educação, formas de estabelecer e manter redes de contato, de formação. A pesquisadora Luciana Penna-Franca aponta que, entre 1861 e 1930, por exemplo, existiram 196 associações dramáticas amadoras (intituladas sociedades, grêmios, clubes ou grupos) atuantes na Corte e Rio de Janeiro. As mesmas podem ser tomadas como formas associativas de expressão que lutavam por algum tipo de reconhecimento, maior instrução, melhorias urbanas, sociais ou trabalhistas ou exercitavam práticas de diversão na construção e na afirmação de sua cidadania no cotidiano da capital. Espalhadas por toda a cidade, reuniam operários, funcionários públicos, militares, advogados, banqueiros do jogo do bicho, indivíduos pertencentes a diferentes grupos sociais (PENNA-FRANCA, 2018).

Retornando à questão escravocrata, muito presente na localidade, principalmente após a Lei do Ventre Livre de 1871, (citada no primeiro capítulo), Alves (2020) registrou a existência de uma onda de medo entre os senhores de escravos, pois a abolição não tardaria e para eles “o liberto era um potencial bandido, à margem da sociedade e disposto a se vingar dos antigos senhores.” (p.99). Como estratégia para lidar com a abolição que se avizinhava e com possíveis revoltas, alguns fazendeiros optaram por conceder a liberdade antes que algum dispositivo legal o determinasse, o que acreditamos ter sido o caso do Comendador Jeronymo Roberto de Mesquita, filho do Conde de Mesquita, conforme consta na edição 82 do Jornal do Commercio de 22 de março de 1888 (p.1), onde foi transcrita uma carta do Comendador Jeronymo Mesquita dirigida ao Conselheiro Ferreira Vianna na qual informou ter libertado 88 pessoas escravizadas das fazendas Cachoeira e S. Matheus em Iguassu:

Figura 39 – Libertação de 88 pessoas

**Manumissões —** O Sr. commendador Jeronymo Roberto de Mesquita libertou 88 escravos das fazendas da Cachoeira e S. Matheus, em Iguassu, e declarou-lhes que os que quizessem retirar-se podião fazê-lo e os que quizessem continuar a servi-lo, receberião salario.

Conservou tão sómente seis delles, que por velhos não poderãõ facilmente ganhar pelo trabalho; a estes darã tudo quanto lhes fór necessario.

Em carta, que com data de hontem dirigio ao Sr. conselheiro Ferreira Vianna, diz o Sr. commendador Jeronymo Mesquita :

« Ninguem melhor do que eu sabe do sacrificio que lhe foi imposto pela consciencia do dever; confie, porém, na justiça nacional que não recusa o premio devido aos seus esforçados e desinteressados servidores.

Fonte: Jornal do Commercio, 1888, p.1.

Como é possível notar, no registro se indica a permanência de 6 escravos por sua condição de velhice, não podendo assim sustentar-se pelo trabalho livre. De fato, alguns meses depois seria assinada a Lei nº 3353, conhecida como Lei Áurea, que abolia legalmente a escravidão no Brasil. A edição 141 do Jornal do Commercio (que compreendia os dias de segunda-feira 21 e terça-feira 22 de maio de 1888), estava repleta de telegramas parabenizando a princesa Isabel pela assinatura da Lei Áurea.

Os telegramas vieram de diversas partes do Império e também de outras nações:

Figura 40 – Telegramas parabenizando a princesa Isabel

*Telegrammas— S. A. a Princesa Imperial Regente*  
 recebe os seguintes telegrammas de congratulação pela lei n. 3,353 de 13 do corrente, declarando extincta a escravidão no Brazil: da assembléa provincial do Pará, da camara municipal da Cachoeira, da junta commercial da capital do Ceará, da directoria da Associação de Soccorros Mutuos Principe do Grão-Pará, da Sociedade Portugueza de Soccorros Mutuos Maria Pia, de Montevideo, dos brazileiros residentes em Buenos-Ayres, representados pelo consul do Brazil naquella capital, João Adriano Chaves, vice-consul Joaquim Pedro da Rocha e muitas outras pessoas, da camara municipal de Barbacena, da Associação de Soccorros Mutuos Memoria d'El-Rei D. Affonso Henriques, do Instituto do Ceará, do Instituto Archeologico Pernambucano, da mesa da Santa Casa de Misericordia da capital do Ceará, da Sociedade Brasileira de Beneficencia, de Montevideo, do director da Agencia Havas, de Montevideo, De Neri e Luisello, de Montevideo, do superintendente do ensino de Iguassú, Miguel Ferreira Lopes Trant, inspector do districto Joaquim Ignacio Bueno de Faria e professores das escolas daquella villa, do juiz de direito de Barbacena, Dr. Virgilio M. Mello Franco, dos libertos do municipio de S. Fidelis representados pelo collecter da villa de Padua

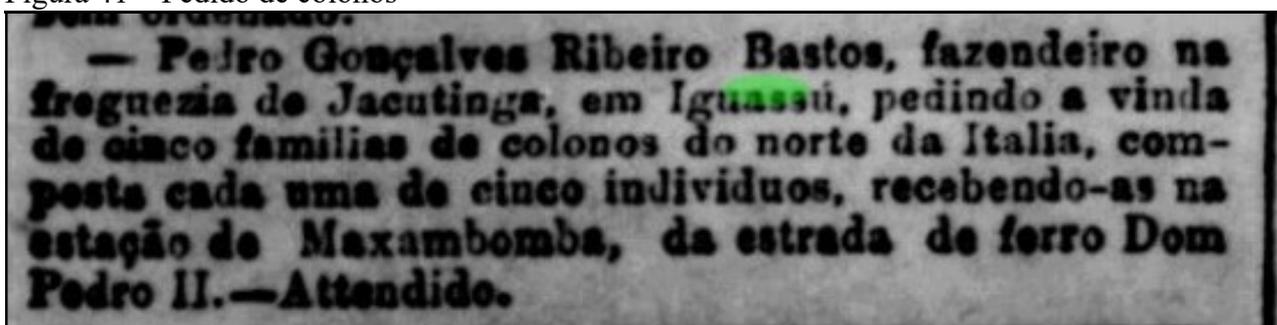
Fonte: Jornal do Commercio, 1888, p.1.

No meio desse emaranhado de felicitações foi possível localizar uma menção a esse telegrama supracitado, que foi enviado pelo Superintendente do Ensino de Iguassú, Miguel Ferreira Lopes Trant, Inspector do Distrito, Joaquim Ignacio Bueno de Faria e professores das escolas daquela Vila, sem, no entanto, mencionar os nomes dos professores. Não temos indícios para afirmar que os nomes dos professores não se fizeram presentes no telegrama, pois não obtivemos acesso ao telegrama em si, apenas à transcrição efetuada pela redação.

Com a abolição do sistema escravista se intensificaram os discursos em favor da modernização da lavoura, máquinas substituiriam a mão de obra humana, todavia, para alguns fazendeiros avessos à ideia do uso de maquinário, por não a considerarem viável, já que as plantações deles ficavam em terrenos acidentados, a imigração seria a grande solução da

questão da mão de obra, para isso bastava que os imigrantes executassem o trabalho manual, representando baixo custo e com caráter dócil. Alves (2020) afirmou que os chineses eram exaltados como possuídores dessas virtudes, considerados “escravos amarelos”. Também localizamos um pedido de Pedro Gonçalves Ribeiro Bastos, Fazendeiro de Jacutinga:

Figura 41 – Pedido de colonos



Fonte: Jornal do Commercio, 1888, p.1.

Nesse caso, sua solicitação era para a vinda de cinco famílias de colonos do norte da Itália, com a exigência de que cada família fosse composta por cinco indivíduos.

E o que observamos, de modo geral, é a presença de debates nacionais, como esse da abolição, num contexto local, de Iguassu, a partir de um redimensionamento da escala de análise. Ou seja, vimos Iguassu aparecer na sua respectiva Câmara Municipal, mas também na Assembleia Provincial e na imprensa de circulação nacional, no , no *Almanak Laemmert*. Percebemos os debates entre os “mandões do lugar” e o Estado Imperial, com evidências de uma relação que se caracterizava por uma reciprocidade quanto aos “protegidos” pela elite política (caso do professor do Brejo que mesmo com diversas reclamações da população não sofreu qualquer tipo de sanção).

## 2.1 “Monumento de sabedoria”: a instrução no Código de Posturas iguassuano

No relatório do Presidente da Província de 08 de agosto de 1882 foi feita uma distinção entre educação e instrução, na qual a educação estaria ligada à família, à religião, e a instrução à escola, à ciência. A instrução seria a responsável por estabelecer o papel do indivíduo na sociedade, assegurando “á cada classe o seu papel e á cada homem o seu lugar.” (p.24):

Figura 42 – Distinção educação x instrução

A educação, escrevia um jornalista imaginoso, é o lar, a infância, a família, a religião, a lenda, e a fé; a instrução é a escola, a mocidade, o meio exterior, a sciencia, o desenvolvimento da razão, a constituição progressiva do *eu* humano.

Os edificios precisam de alicerces; não ha segurança e solidez onde o sólo vascilla; a instrução é a alicerce das intelligencias, o sólo nivelado, onde as idéas pódem edificar com duração.

Em um governo representativo, como o do Brazil, é força reconhecer-o, repetindo o que outros disseram em relação a paizes de instituições iguaes: só um systema de ensino geral, graduado, especial, profissional, poderá illuminar a obscuridade das massas, substituir todas as demarcações arbitrarías, assegurar á cada classe o seu papel e á cada homem o seu logar.

Fonte: Relatório do Presidente da Província, 1882, p.24.

Em um grupo social como o descrito anteriormente, com uma elite considerada “uma ilha de letrados num mar de analfabetos” (CARVALHO, 2017), a defesa pela disseminação da instrução entre as populações ou da iluminação destas para que saiam da obscuridade está intrinsicamente ligada ao papel e ao lugar que se deseja que aquela população ocupe. Esta defesa relaciona-se à distribuição das escolas, sobre a escolha do local em que deveriam ser estabelecidas as instituições de ensino secundário e os estudos superiores, por exemplo, bem como ampara a propaganda das escolas subvencionadas enquanto únicas instituições competentes e viáveis economicamente para sanar a demanda por instrução.

A dificuldade quanto ao acesso às fontes pertinentes à instrução em Iguassú, revelada sobretudo no âmbito das legislações específicas do município, foi intensificada quanto ao recorte temporal adotado. No entanto, tivemos acesso ao Código de Posturas (ou posturas municipais) de Iguassú que dispõe de um capítulo dedicado à instrução pública.

Os códigos de posturas eram documentos compostos por diversas normas elaboradas com o intuito de manter a ordem vigente e de punições previstas para aqueles que as desobedecessem. Sendo assim, as posturas municipais balizavam a relação público x privado, o que seria aceito nos lugares comuns a todos os cidadãos e o que deveria ficar restrito aos lares. “Assim que o crime for cometido, e sem perda de tempo, virá a punição, traduzindo em ações o discurso da lei e mostrando que o Código, que liga as ideias, liga também as realidades.” (FOUCAULT, 2014, p.108)

Historicamente, com a Lei Imperial de 1º de outubro de 1828, se instituiu o processo de reestruturação dos parâmetros políticos vigentes desde o período colonial, cujo principal objetivo era disciplinar as Câmaras Municipais, estipulando medidas restritivas para sua atuação como instituição. Resultando assim, a ascensão gradual do poder assumido pela

Assembleia Legislativa, na qual começa a exercer funções e atribuições de centro provincial das ações políticas, sendo apenas submetidas ao Estado Imperial. Houve uma importante ampliação de controle por parte do governo provincial sobre os assuntos da municipalidade, por enfatizar que caberiam apenas as Assembleias Legislativas Provinciais aprovar as deliberações das Câmaras Municipais sobre a fixação de despesas, além de inspecionar diretamente aspectos atinentes às demandas internas das câmaras, como a criação, supressão e nomeação para os empregos municipais. A lei de 1828 previa em seus decretos o estabelecimento de parâmetros de atuação das câmaras para que estipulassem formas de condução para suas eleições, funções municipais, aplicações das rendas, até medidas sobre as posturas policiais. Portanto, serão nas normas das posturas policiais que estarão contidas todas as medidas sobre o ordenamento dos espaços urbanos, sendo estas leis diretrizes centrais à condução e organização de um espaço civilizado. No entanto, caberiam aos membros das Câmaras Municipais, a obrigatoriedade de delegar e implantar leis que pudessem abarcar as necessidades concretas e imediatas das cidades. Deste modo, os vereadores deveriam contribuir também com a idealização de soluções que permitissem sanar as eventuais carências das cidades por conhecerem e estarem sensíveis às peculiaridades dos comportamentos sociais de cada municipalidade (SANTANA, 2013).

Naquela conjuntura, um dos instrumentos considerados apropriados com o objetivo de estabelecer uma nova ordem de convívio social, normatizando práticas individuais e coletivas, públicas e privadas, foram os Códigos de Posturas Municipais. E ao longo do século XIX, as posturas foram se tornando, cada vez mais, expressão das disputas de poder travadas pelos diferentes grupos políticos que rivalizavam, que tinham interesses, muitas vezes antagônicos. A partir da análise desses documentos é possível perceber como as atividades políticas, econômicas e sociais reverberaram neles, e como os vereadores implantaram normas que permitiram a modificação dos espaços em determinadas localidades, expondo certas dinâmicas que se concretizaram através de relações sociais e de poder (PINHEIRO, 2004; SÁ, 2010).

Verificamos, por meio dos Relatórios dos Presidentes da Província do Rio de Janeiro, se haveriam outros Códigos de Postura que tratassem da instrução em moldes semelhantes ao texto apresentado pelos legisladores iguassuanos, mas encontramos apenas uma menção quando tratou-se das posturas municipais de Niterói, procedendo a uma alteração no artigo 10, desmembrando a Comissão de Instrução Pública da Comissão de Saúde:

Figura 43 – Alteração nas posturas municipais de Niterói

*Posturas.*—Por deliberação de 19 de janeiro do corrente anno approvei a postura da camara municipal de Nictheroy, declarando que nas disposições do art. 75 do código de posturas estão comprehendidos os vendedores de agua, que ficam obrigados a aferir os respectivos barrís, pagando o imposto na fórma da tabella de 16 de dezembro de 1873.

A 27 do mesmo mez approvei a postura da mesma camara, que declara ficar prohibida a construcção de latrinas de qualquer systema sem exame do engenheiro da camara e licença desta, sujeitando o contraventor á mulcta de 30\$000 ou 8 dias de prisão, e o dobro nas reincidencias.

Por deliberação de 24 de fevereiro approvei outra postura dessa camara, declarando que a commissão de instrucção pública, a que se refere

o art. 10, n. 4 do regimento interno de 3 de janeiro de 1871, fica desmembrada da de saúde e constituida uma só, tendo a seu cargo tudo o que diz respeito áquelle ramo e ao de redacção.

Finalmente, por deliberação de 7 do corrente approvei a postura da mesma camara sobre o exame e matrícula dos boleiros e cocheiros.

Fonte: Relatório do Presidente da Província, 1882, p. 20 e 21.

Esse silenciamento intensificou a nossa busca por publicações/trabalhos acadêmicos que tivessem utilizado os códigos de postura como fonte para tratar da instrução. Nesta busca verificamos uma multiplicidade de enfoques para operar com as posturas municipais a partir do contato com trabalhos voltados para discussões acerca da cultura urbana e dos movimentos sociais; do tratamento cidade/constituição do urbano; os códigos de postura enquanto instrumento de controle social e de proliferação de doenças<sup>68</sup>. As posturas municipais também foram citadas nos trabalhos de Silva (2009), Oliveira (2018) e Souza (2014), destacamos o trabalho de Souza, por tratar dos códigos de postura de Iguassú e Estrella enquanto instrumentos de manutenção da ordem presentes no recôncavo guanabarrino. Localizamos somente uma dissertação cujo tema versava sobre os códigos de postura, mas infelizmente o texto não está disponível para visualização<sup>69</sup>.

<sup>68</sup> MAIA, Doralice Sátyro. Normativas urbanas no Brasil Imperial: a cidade e a vida urbana na legislação brasileira (1822 – 1850). Disponível em: <https://www.ufpb.br/ppgg/contents/producao-docente/doralice-satyro-maia/14407-48919-2-pb.pdf>. VICENTE, Marcos Felipe. O Código de Posturas como instrumento de controle social: reflexões sobre o Código da Vila de Guarany (1898). Disponível em: [http://uece.br/eventos/semanadehistoriadafeclesc/anais/trabalhos\\_completos/245-1545-05072016-174241.pdf](http://uece.br/eventos/semanadehistoriadafeclesc/anais/trabalhos_completos/245-1545-05072016-174241.pdf). SCHMACHTENBERG, Ricardo. Código de Posturas e Regulamentos: Vigiar, Controlar e Punir. Disponível em: [https://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1209158027\\_ARQUIVO\\_CODIGOSDEPOSTURAS.pdf](https://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1209158027_ARQUIVO_CODIGOSDEPOSTURAS.pdf). SÁ, Tânia Regina Braga Torreão. Códigos de posturas municipais como instrumentos normativos da produção de novas lógicas territoriais: estudo de caso do centro histórico de Salvador. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/percurso/article/view/309/274>. Todos os trabalhos foram acessados em: 21 de setembro de 2020.

<sup>69</sup> WEBER, Beatriz Teixeira. Códigos de posturas e regulamentação do convívio social em Porto Alegre no século XIX. Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em História da UFRGS, 1992.

Um dos textos consultados contemplou a relação posturas municipais e educação, tendo sido apresentado por Adriana Cristina Pinheiro no terceiro Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE), realizado na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). O trabalho intitulado “Urbanização e normatização: o código de posturas do município e a educação do povo no início da República” como o próprio título nos deixa entrever, trata de recorte temporal distinto ao que adotamos nesta pesquisa, e analisa o Código de Posturas da Vila de Rio Preto, em São Paulo, enquanto uma produção de espaço de cunho pedagógico, “já que dentre outros intuitos, visa ensinar o homem a se comportar nessa nova sociedade que vem se constituindo.” (PINHEIRO, 2004, p.3). A utilização do adjetivo “nova” revela o caráter de transição de regimes políticos, Império X República, e não há dentre os capítulos da postura municipal analisada qualquer um que trate especificamente da instrução pública.

Partindo dessa perspectiva, analisamos a proposta inicial do Código de Posturas de Iguassú, submetido em 1884 para apreciação na Assembleia Legislativa Povoacional. Tal proposta de autoria da Câmara Municipal de Iguassú<sup>70</sup> foi debatida e discutida amplamente, tendo sido aprovada, com alterações, somente em 09 de novembro de 1886, portanto, dois anos depois. Deste modo, nos interessa analisar a referida proposta inicial, seus debates ao longo dos anos de submissão à Assembleia e sua proposta final, interrogando as alterações realizadas.

Obtivemos acesso a esse projeto inicial do Código de Posturas, por meio da edição 296 do *Jornal do Commercio* de 23 de outubro de 1884<sup>71</sup>. A composição dessa proposta de legislação foi a seguinte: 18 capítulos divididos em 108 Artigos. Sendo o Capítulo I – Das ruas e praças da villa e povoações do municipio (com 05 Artigos), Capítulo II – Das casas que se edificarem e reedificarem na villa e povoações (05 Artigos), Capítulo III – Do arruador, suas obrigações e vantagens (07 Artigos), Capítulo IV – Concessões, terrenos fechados á margem das ruas e praças e limpeza destas (06 Artigos), Capítulo V – Providencias para a segurança e tranquillidade publica (02 Artigos), Capítulo VI – Servidão, transito publico, caminhos e estradas (10 Artigos), Capítulo VII – Salubridade publica (10 Artigos), Capítulo VIII – Instrucção publica (03 Artigos), Capítulo IX – Moralidade publica (03 Artigos), Capítulo X – Providencias e utilidades agricolas (08 Artigos), Capítulo XI – Cautela acerca da

---

<sup>70</sup> “Foi presente á comissão de camaras municipaes e da justiça um officio do secretario do governo, datado de 29 de Setembro e lido a 1 de Outubro do anno passado ao qual acompanhava outro da camara municipal da Villa de Iguassú, de 24 de Setembro do mesmo anno, remetendo o codigo de posturas organizado pela mesma camara e que pede sua approvação. As comissões, lendo attentamente esse codigo de posturas, entendem que elle deve ser sujeito á discussão da assembléa, afim de ser approvado, salvas as emendas e correccões necessarias e para esse fim apresentam o seguinte projecto”. (*Jornal do Commercio*, edição 296, de 23 de outubro de 1884).

<sup>71</sup> Não podemos precisar a quantidade de páginas da proposta, pois o acesso se deu através da edição mencionada, na qual o código de posturas de Iguassú ocupou a primeira página.

pescaria (03 Artigos), Capítulo XII – Licença sobre o commercio e quaesquer profissões (03 Artigos), Capítulo XIII – Dos medicos, cirurgiões, dentistas e boticarios (04 Artigos), Capítulo XIV – Uso de armas offensivas (02 Artigos), Capítulo XV – Offensas á moral, á religião e aos bons costumes (03 Artigos), Capítulo XVI – Ordem publica (07 Artigos), Capítulo XVII – Cemiterios publicos e enterramentos (05 Artigos), Capítulo XVIII – Disposições geraes (21 Artigos).

Destacamos para análise o Capítulo VIII dedicado à temática da Instrução Pública. Este capítulo englobava três artigos (46, 47 e 48) que norteavam os deveres da câmara municipal, dos fiscais do município e daqueles que seriam responsáveis pela matrícula das crianças em idade escolar. Os procedimentos que buscavam empreender envolviam a tentativa de controlar a matrícula e frequência escolar das crianças em idade escolar, fazendo-se cobrar e cumprir a execução da obrigatoriedade escolar da Província do Rio de Janeiro (Deliberação de 1 de Agosto de 1876 e Regulamento de 12 de Dezembro de 1876). Essa proposta do Código definia a convocação ao paço municipal, mediante agendamento de dia e horário, dos pais e tutores que não haviam matriculado nas escolas públicas ou subvencionadas os seus filhos, tutelados, famulos<sup>72</sup> e ingênuos, de ambos os sexos, sem, no entanto, especificar qual seria o procedimento adotado na câmara municipal em relação aos responsáveis por essas crianças. Sendo assim, não possuímos dados quanto a quem receberia esses responsáveis na Câmara Municipal, já que o quarto parágrafo indica apenas uma preleção, “qualquer”, cujo discurso deveria minimamente destacar a importância da escola e do recebimento da instrução, além do registro do ato “tanto censuravel quanto indesculpavel, que comettem os pais, tutores ou aquelles que sob sua guarda têm meninos ou meninas, e não os fazem matricular e frequentar as referidas escolas”.

O segundo artigo (47), impunha aos fiscais do município que estes elaborassem uma listagem anual junto à freguesia em que atuassem contendo os nomes, idade, filiação e residência das crianças órfãs ou de pai e mãe pobres que não estivessem aprendendo a ler. Essa listagem deveria ser remetida à câmara municipal, sob pena do fiscal perder um mês de ordenado e caso ainda assim não fizesse a listagem incorreria na perda do emprego. Ressalta-se que não foi estabelecida na legislação a quem o fiscal deveria entregar a listagem ou datas específicas em que essa listagem deveria ser entregue.

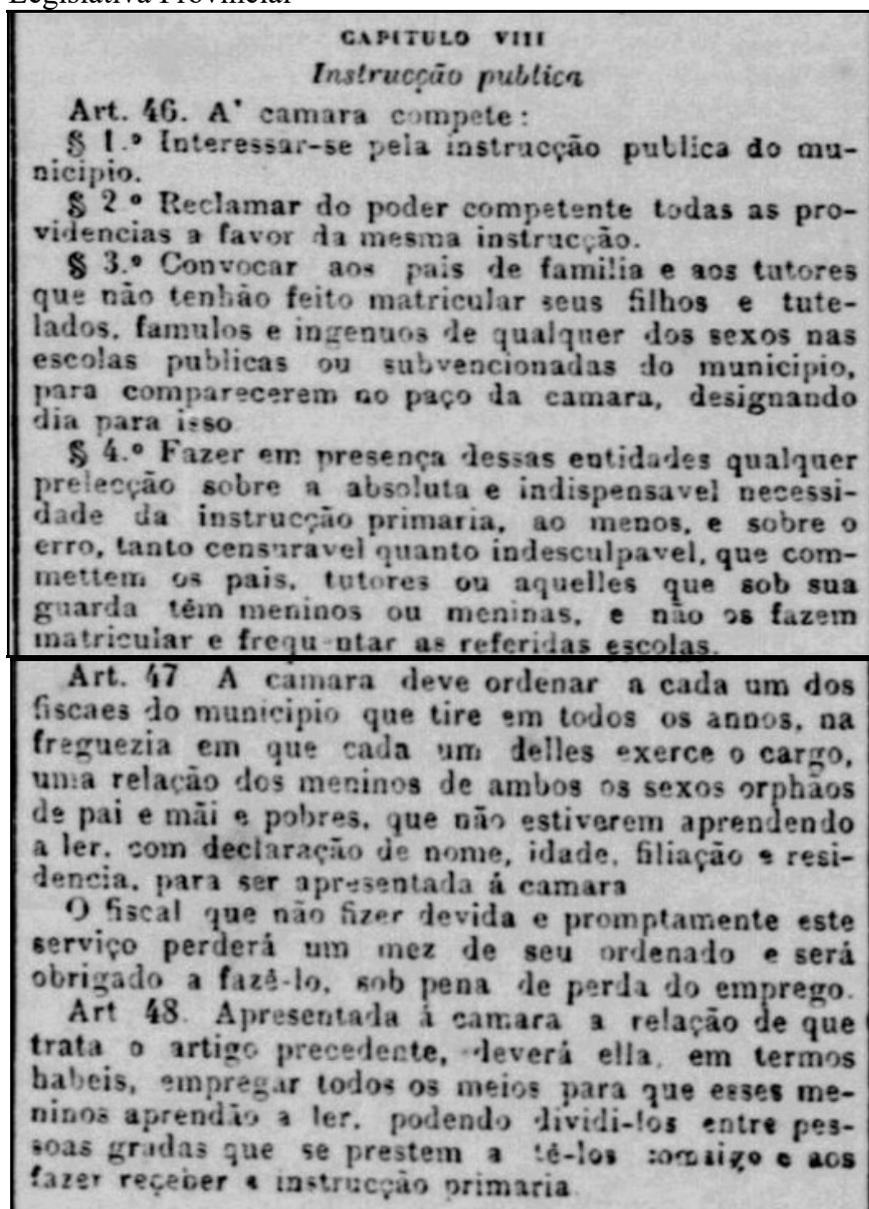
Outro ponto que chama-nos a atenção refere-se à abertura de um precedente quanto aos saberes devidos a cada extrato social, na medida em que ao pobre ou ao órfão seria exigido legalmente apenas o aprendizado da leitura, postura afirmada no Artigo 48, onde é

---

<sup>72</sup> Plural de fâmulo, sinônimo de criado, servo. “Etimologicamente falando – a palavra família, segundo os dicionários, vem do latim “família”, que por sua vez emana da uma palavra da língua dos oscos, povo do norte da península da Itália, “famel” que significa escravo. Em latim, as palavras “famulus”, “famuli” é fâmulo, corresponde a escravo.”. (NUNES, 2014)

aventada a possibilidade desses meninos e meninas serem divididos entre pessoas “gradas que se prestem a tê-los consigo e aos fazer receber a instrução primaria”:

Figura 44 – Recorte do projeto apresentado à Assembleia Legislativa Provincial



Fonte: Jornal do Commercio, 1884, p.1.

A instrução é retomada no Capítulo XV dedicado à “Offensas á moral, á religião e aos bons costumes”. Neste, se estabelecia multa de 30\$000 para quem desobedecesse qualquer parágrafo do Artigo 74. Em nosso trabalho interessa-nos sobremaneira os parágrafos quarto, quinto e sexto deste Artigo 74, pois os mesmos estabelecem punição para aqueles que se negassem a dar educação moral e intelectual aos filhos e pupilos, que convencessem os pupilos dos outros a “tê-los consigo privados da educação” ou tivesse crianças pobres, que não fossem da família, nem tutelados por esta, e negassem dar-lhes educação:

Figura 45 – Punições relativas ao não oferecimento de instrução/educação

Art 74 Julgar-se-ha offensa aos bons costumes:  
 § 1.º Negar-se absolutamente ao trabalho.  
 § 2.º Vagar pelas ruas e estradas.  
 § 3.º Viver vida deshonesta.  
 § 4.º Deixar de dar a necessaria educação moral e intellectual aos filhos e pupilos.  
 § 5.º Seduzir aos pupilos de outros, os quaes estejam se educando, para tê-los comsigo privados da educação.  
 § 6.º Ter mesmo comsigo meninos de um ou outro sexo estranhos á familia e pobres, sem que sejam tutelados, sem se lhes dar a educação.  
 § 7.º A pratica opposta ao bem.  
 § 8.º A falta de respeito aos mais velhos.  
 O infractor de qualquer destes paragraphos incorrerá na multa de 30\$000.

Fonte: Jornal do Commercio, 1884, p.1

Como já observado previamente, o texto apresentado em 1884 tornou-se alvo de debates na Assembleia Legislativa Provincial, com manifestações principalmente do deputado Bezamat e do deputado Oliveira Pinto:

Figura 46 – Debate sobre Código de Posturas Iguassuano

SESSÃO EM 22 DE OUTUPRO DE 1884

PRESIDENCIA DO SR. ALVES DOS SANTOS

Lê-se e é julgado objecto de deliberação o projecto n. 3,594 (código de posturas da camara municipal de Iguassú.)

O SR. OLIVEIRA PINTO pede dispensa de impressão para a 1ª discussão.

O SR. BEZAMAT : — Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE : — Tem a palavra o nobre deputado.

O SR. BEZAMAT faz algumas observações.

O SR. Oliveira Pinto (pela ordem) :— Sr. presidente, as posturas de Iguassú, que estão sujeitas á approvação desta assembléa, forão apresentadas o anno passado ou o anno atrazado, de maneira que, quando eu pedia que fossem dadas para a discussão sem serem impressas, era para que fossem sujeitas á discussão desde logo e pedessem vigorar como lei neste exercicio. Sorprende-me ouvir o illustrado deputado, Sr. Bezamat, dizer que estas posturas parecião um monumento de sabedoria, quando S. Ex. e seus co-religionarios deixáráo aqui passar posturas de S. João da Barra que tiverão de ser reformadas.

seus co-religionarios deixarão aqui passar posturas de S. João da Barra que tiverão de ser reformadas artigo por artigo, sem que entretanto SS. EEx. considerassem-nas um *monumento de sabedoria* igual á este.

Devo acrescentar, Sr. presidente, que o parecer da commissão, assignado pelos Srs. Bernardo Vasconcellos e Costa Pimenta, é favoravel ás posturas de que se trata. Portanto a commissão que se avenha com a classificação dada pelo Sr. Bezamat.

Tanto o parecer é favoravel á aceitação das posturas que elle diz. (*Lé*)

Salvo as emendas e correccões necessarias, quer dizer que este código de posturas não é um *monumento de sabedoria*, como foi dito ironicamente pelo Sr. Bezamat; quer dizer apenas que pôde ter defeitos que, entretanto, não davão direito ao nobre deputado.

O SR. BEZAMAT: — Perdõe-me V. Ex., o direito que tenho de enunciar a minha opinião com toda a liberdade, enquanto eu fôr deputado provincial, V. Ex. não m'o pôde tolher.

O SR. OLIVEIRA PINTO: — Eu sei que V. Ex. tem toda a liberdade para classificar estas posturas, mas a verdade é que a classificação de V. Ex. é toda ironica, e della se deduz que estas posturas não erão mais do que um conjunto de incongruencias. (*Contestação do Sr. Bezamat.*)

O que eu não quero, Sr. presidente, é que passe como caso julgado que as posturas de Iguassú devem ser consideradas como um *monumento de sabedoria*.

● Sr. Bezamat pronuncia um discurso que publicaremos depois.

Fonte: Jornal do Commercio, 1884, p.2.

Observamos que, de forma irônica, Bezamat chamou o Código de Posturas da Villa de Iguassú de “monumento de sabedoria”, o que incomodou o Sr. Oliveira Pinto que resolveu responder na Assembleia às provocações e ressaltar a longa tramitação do texto que já havia sido apresentado no “anno passado ou o anno atrazado”.

No Jornal do Commercio, em novembro de 1884, na seção “Publicações a Pedido”, há um artigo assinado por “A verdade” que parecia ser uma resposta às críticas que teria sofrido o Código de Posturas de Iguassú no jornal Gazeta de Noticias. Fragmentos de tal comentário crítico, reproduzimos abaixo:

Figura 47 – Críticas na Gazeta

Comecemos pela app: . . . ção da respectiva assembléa ás posturas da camara municipal de Iguassú, publicadas a 23 do corrente no *Jornal*.

Passemos por alto a postura relativa ás edificações nas ruas ou praças da villa, nas quaes não se poderá edificar *onde já estiver edificado*.

Deixemos de parte a postura do art. 9º — que não permite « que as casas tenham telhado que deitem aguas para o quintal do visinho, nem poço ou fonte encanadas ou dirigidas para tal quintal, assim como não é permittido atirar para elle aguas servidas ou qualquer cousa opposta á limpeza. »

Bem se vê que dinheiro ou perolas a postura permite que se atire a elle quintal do visinho.

Idem não fazemos cabedal do art. 10, que prohibe « as casas terem rotulas nas portas ou nas janellas; » e menos aos artigos que preceituam: « que o arruador seja conservado emquanto bem servir; »

Fonte: Gazeta de Notícias, 26/10/1884, Edição 300, p.1.

O longo texto, que ocupa quase meia página inicial do editorial, tece críticas acerca de vários artigos referentes ao Código de Posturas, mas nenhuma delas fazia referência à instrução. Como se vê, o editor da seção Chronica da Semana (não identificado) escreve em tom jocoso mencionando o que pareciam ser contradições, como, por exemplo, o Artigo 9 que não permitia que casas tenham telhado que deitem água para o quintal do vizinho, assim como não era permitido atirar para o quintal vizinho qualquer coisa "oposta à limpeza". Neste fragmento o editor comenta: "bem se vê que dinheiro ou pérolas a postura permite que se atire".

A resposta publicada no Jornal do Commercio foi pautada em termos superlativos que não só defendiam o texto, como postularam que o Código de Iguassú deveria “servir de modelo aos presentes e futuros organizadores de codigos municipaes” (p.3):

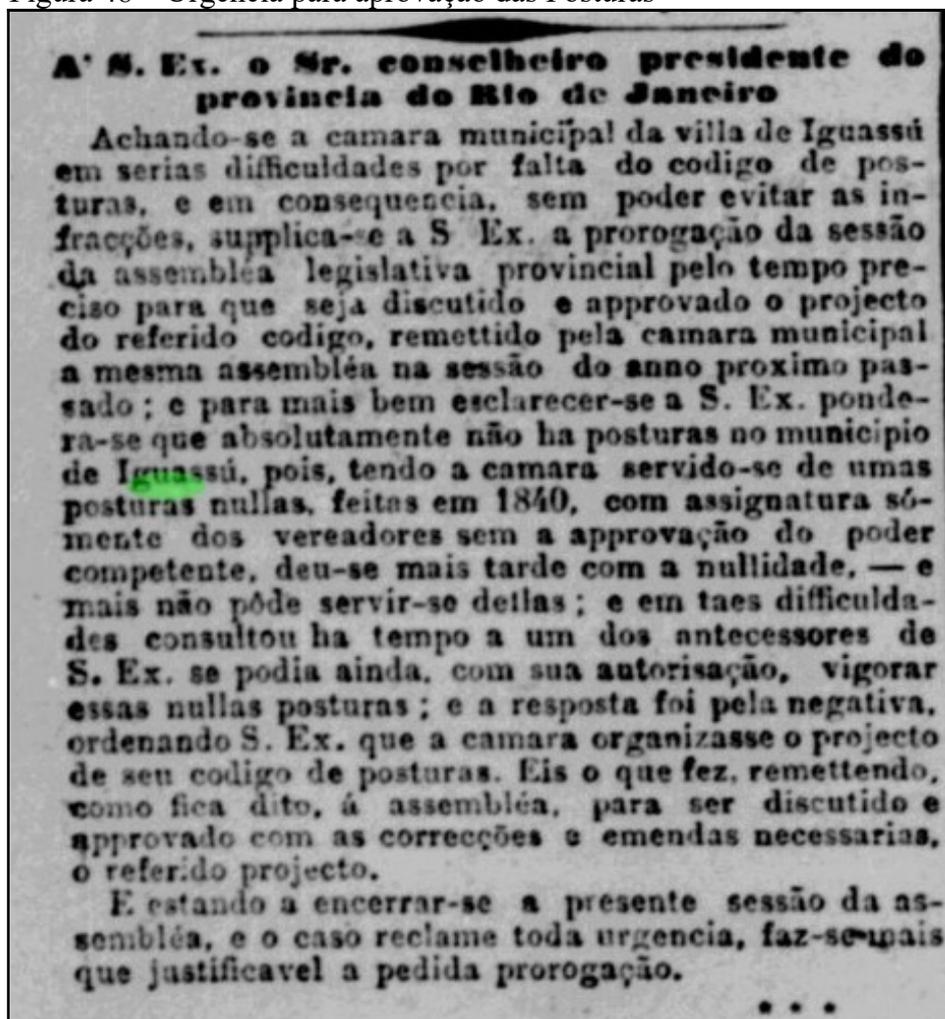
Que desejo de offender! Com este titulo appareceu a defesa do codigo de posturas da camara de Iguassú censurado pela Gazeta de Noticias. Tem razão os defensores e não podião proceder de outro modo conhecendo como conhecem a força intelligente do autor cuja variada instrucção e os variados conhecimentos deleitão e enthusiasmo aos que o lêem ou ouvem. Não podia escrever se não cousa muito boa aquelle cujo cerebro é uma torrente e despejar bellezas sobre bellezas. Se o escriptor da Gazeta conhecesse os grandes homens deste paiz veria que occupa entre elles lugar eminente o autor do codigo de posturas municipaes de Iguassú feita com tal primor que pôde servir de modelo e se como Castilho podessemos fazer com que uma só não contivesse todos os outros codigos, os fariamos desaparecer nas profundezas do mar, para o de Iguassú, elle só elle, servir de modelo aos presentes e futuros organizadores de codigos municipaes. A verdade (Jornal do Commercio, 16/11/1884, Edição, p.2).

Como se observa, o texto anônimo exaltava o autor do projeto de posturas municipais de Iguassú, destacando-o como intelectual e um dos grandes homens do país. Não

identificamos nos documentos a autoria do referido projeto. O que podemos pôr em relevo, afinal, não é necessariamente as críticas ou elogios ao referido documento em análise no espaço público legislativo, mas o destaque que adquire tal episódio, o objeto e seus sujeitos, no cenário nacional, tanto na imprensa, quanto na Assembleia. Um debate local, adquirindo certa visibilidade nacional a partir de determinadas representações e narrativas.

Assim, independente das manifestações veiculadas tanto na própria Assembleia Legislativa Provincial, quanto em publicações nos jornais, o ano de 1885 transcorre sem a aprovação do texto proposto para as posturas municipais. Na edição 309 do Jornal do Commercio de 06 de novembro de 1885, foi exposta a urgência para que o mesmo fosse aprovado:

Figura 48 – Urgência para aprovação das Posturas



Fonte: Jornal do Commercio, 1885, p.3.

Como se observa, havia na publicação um destaque para o histórico da longa tramitação e na ausência de um Código de Posturas anterior para o município

tendo a camara servido-se de umas posturas nullas, feitas em 1840, com assignatura sómente dos vereadores sem a approvação do poder competente, deu-se mais tarde com a nullidade, e mais não póde servir-se dellas” (p.3).

Em 1886, publicou-se o projeto nº 3.881<sup>73</sup>, substitutivo do de nº 3.594 (proposta de 1884) que voltou às Comissões das Câmaras Municipais e da Justiça por deliberação da Assembleia Legislativa Provincial de 06 de outubro de 1885:

Figura 49 – Projeto substitutivo

1886 — « N. 3,881 ( substitutivo do de n. 3,594 ) :  
 « As commissões das camaras municipaes e da justiça, tendo examinado o projecto n. 3594 em 2ª discussão, o qual voltou ás commissões por deliberação da assembléa, de 6 de Outubro de 1885, apresentão o seguinte substitutivo :  
 « A assembléa legislativa provincial do Rio de Janeiro, resolve :  
 « Artigo unico. Fica approvedo o seguinte codigo de posturas da camara municipal da villa de Iguassú. Revogadas as disposições em contrario.  
 « Sala das commissões em 27 de Setembro de 1886.  
 — *Leitão da Cunha.* — *Candido Drummond.* — *Mello Cunha.* » — Dispensado de impressão para a 1ª discussão a pedido do Sr. Mello Cunha.

Fonte: Jornal do Commercio, 1886.

Figura 50 – Solicitação de aditivo

O SR. ALVARO DE LACERDA:—É se o imposto já está decretado, a que vem o aditivo?  
 O SR. CANDIDO DRUMMOND:— Eu respondo já aos honrados collegas. Estamos discutindo um codigo de posturas para a camara municipal de Iguassú, que nenhum tem; e pois deve essa codificação comprehender todas as posturas exparsas, modificando-as, se assim o exigir o interesse publico, como succede em relação á contida na lei n. 2,368 de 4 de Novembro de 1879, que estabeleceu a contribuição de 100 rs. a que se refere o aditivo. Essa lei dispõe: «Artigo unico § 1.º O gado vaccum destinado ao consumo da cidade do Rio de Janeiro, que tiver de ser vendido no municipio de Iguassú, será feirado em leilão. § 2.º O leilão terá lugar, cada semana, ás terças e sextas-feiras, ou no dia immediato, quando algum destes fór de guarda, podendo a camara municipal, em caso extraordinario, designar qualquer outro dia. § 3.º Fará o leilão um preposto dos interessados, na presença do fiscal da camara ou seu immediato, percebendo o cofre municipal 100 rs. pela venda de cada rez. § 4.º Os infractores ficão sujeitos ás penas impostas pelo art. 72 da lei de 1º de Outubro de 1823.»

Fonte: Jornal do Commercio, 1886.

<sup>73</sup> Edições 271 e 272 do Jornal do Comércio, respectivamente 29 e 30 de setembro de 1886.

A terceira discussão do projeto nº 3.881 ocorreu na sessão da Assembleia Legislativa Provincial de 01 de novembro de 1886 e versou sobre o aditivo solicitado pelo deputado Candido Drummond que estabelecia uma contribuição de 100 rs para permitir a venda de gado em Iguassú. Candido Drummond alegou que o imposto de 100 rs já estava previsto na Lei nº 2.368 de 04 de novembro de 1879 (Artigo único, §1º ao 3º) ao que foi indagado pelo deputado Alvaro de Lacerda sobre a necessidade do aditivo no código de posturas tendo em vista que o imposto já estava decretado. Candido Drummond respondeu que o objetivo do código de posturas seria compreender “todas as posturas exparsas, modificando-as, se assim o exigir o interesse publico”. No caso do aditivo, a mudança se fazia necessária, pois durante anos os boiadeiros deixaram de passar por Iguassú e rumavam para Santa Cruz, porém a alta dos impostos em Santa Cruz ocasionou o retorno dos boiadeiros à Iguassú. Candido Drummond informou que a contribuição era paga com regularidade pelos boiadeiros, porém o código de posturas viria modificar o trâmite da venda de gado, que não precisaria acontecer em leilões, mas que evitasse que “a venda do gado seja como convier aos interessados”:

A aprovação do Código de Posturas de Iguassú ocorreu em 09 de novembro de 1886, através da Lei nº 2.840, que tivemos acesso por meio de um dos tomos do compilado de leis e decretos da Província do Rio de Janeiro. Na primeira página da lei consta como uma espécie de nota de rodapé: “Sellada e publicada na Secretaria do Governo em 13 de novembro de 1886 – O secretário, Francisco Paulino Soares de Souza” e na última página há os dizeres: “Assinado pelo jurista Luiz H. Vieira Souto”.

O texto aprovado apresenta 14 capítulos, subdivididos em 83 artigos, dispostos em 24 páginas. No Capítulo I retirou-se o termo “do municipio” e manteve-se “Das ruas e praças da villa e povoações”. Suprimiram-se os capítulos terceiro, décimo segundo e décimo terceiro da proposta inicial. O “Capítulo XV – Offensas á moral, á religião e aos bons costumes” transformou-se no Capítulo XII e suprimiu-se “á religião”. Outra mudança verificada diz respeito às “Disposições geraes” que na proposta foi o título do capítulo XVIII e possuía 21 artigos que foram reduzidos a 16.

Reproduzimos abaixo a versão aprovada do Capítulo VII do Código de Postura:

Capítulo VII – Instrucção publica

Art. 37 – A' camara compete:

§ 1º - Interessar-se pela instrucção publica do municipio.

§2º - Reclamar do poder competente todas as providencias a favor da mesma instrucção.

§3º - Convocar aos pais de familia e aos tutores que não tenham matriculados seus filhos e tutelados, famulos e ingenuos de qualquer dos sexos nas escolas publicas ou subvencionadas do municipio, para assim o fazerem, ou a comparecerem no paço da camara, designando dia para isso.

§4º - Fazer em presença dessas entidades prelecção sobre a absoluta necessidade da instrucção e sobre o erro que commettem os pais, tutores ou aquelles que sob sua guarda tem meninos ou meninas e não os fazem frequentar as referidas escolas.

Art. 38 – A camara deve coordenar a cada um dos fiscaes do municipio que tirem todos os annos, na freguezia em que exercer o cargo, uma relação dos meninos de ambos os sexos, orphãos de pai e mãe e pobres, que não estiverem aprendendo a ler, com declaração de nome, idade, filiação e residência, para ser apresentada á camara.

Art. 39 – Apresentada á camara a relação de que trata o artigo precedente, deverá ella, em termos habeis, empregar todos os meios para que esses meninos aprendam a ler, podendo dividil-os entre pessoas gradas que se prestem a têl-os comsigo e os fazer receber a instrucção primaria.

Verificamos que no texto aprovado foi retirada a multa de 30\$000 que constava da proposta apresentada em 1884, no capítulo pertinente à ofensa à moral e aos bons costumes, da mesma forma que a punição com o não pagamento do ordenado de um mês aos fiscais do município que não enviassem a listagem prevista no Artigo 38. Não fornecer instrução aos filhos ou tutelados deixou de ser um ato indesculpável e digno de ocupar os parágrafos pertinentes à ofensa moral para ser considerado um erro. Também não há menção quanto à intervenção de terceiros no intuito de afastar crianças em idade escolar, não pertencentes à família do indivíduo, do acesso à instrução.

O que importa destacar, de modo geral, é a presença dos assuntos referentes à instrução neste documento, já que havia leis específicas para tratar da instrução nas províncias, responsáveis pela gestão da Instrução Primária. Assim como havia determinações imperiais para a gestão do ensino secundário e superior no Brasil. Desta feita, a exigência de matrícula nas escolas, expressa por essa legislação iguassuana nos coloca algumas questões: defesa da obrigatoriedade escolar, demandas e ofertas de escolas entre as crianças em idade escolar, atuação de docentes em número adequado para atender possíveis demandas por instrução, entre outras. Objetivando aprofundar a análise de tais problemáticas, investigaremos números, dados e informações acerca da instrução em Iguassú no próximo capítulo.

### 3 NÚMEROS E SUJEITOS DA ESCOLARIZAÇÃO

Neste capítulo, objetivamos apreender, por meio das estatísticas e dos sujeitos da escolarização, aspectos das demandas por escolarização em Iguassú, forjadas pelos dispositivos legais, e examinar a sua respectiva oferta escolar, respeitando, obviamente, os limites que as fontes impõem.

Em relação à capital<sup>74</sup>, Niterói, Iguassú representava 40% da população livre, 16% da população escolarizada (que estava na escola) e 54% da população escolarizável (crianças com a idade escolar obrigatória, entre 6 e 15 anos<sup>75</sup>). Foi possível estabelecer este comparativo com base nos dados disponibilizados pelo censo de 1872. Abaixo apresentaremos este comparativo por meio de tabelas e com maior detalhamento ao considerar os números pertinentes às freguesias que compunham cada um destes municípios:

Tabela 7 – Pessoas alfabetizadas em Iguassú e Niterói

	Homens	Mulheres	Total	Homens que sabem ler	Homens analfabetos	Mulheres que sabem ler	Mulheres analfabetas
Iguassú	7098	6983	14081	2623	4475	1782	4901
Nitherohy	19167	16501	35668	6919	? <sup>76</sup>	3591	11757

Fonte: Recenseamento do Brasil, 1872.

Tabela 8 – Crianças na escola em Iguassú e Niterói

	Meninos que frequentam a escola	Meninos que não frequentam a escola	Meninas que frequentam a escola	Meninas que não frequentam a escola
Iguassú	235	966?	172	1305
Nitherohy	1630	2489	989	1745

Fonte: Recenseamento do Brasil, 1872.

Tabela 9 – Dados da instrução atinentes às populações livre e escravizada das freguesias de Niterói

NICTHEROY						
LIVRES	São João Baptista de Nitherohy	São Lourenço	São Sebastião de Itaipú	São Gonçalo	N. S. Conceição de Jurujuba	N. S. Conceição de Cordeiros
Homens	8811	2748	1487	3153	948	2020
Mulheres	7515	2080	1340	2820	860	1886
Total	16326?	4834 ?	2823 ?	5973	1811	3906
Homens sabem ler	3937	989	213	1004	117	659?
Homens analfabetos	4874	1759	1274	2149	82?	?

<sup>74</sup> Tomamos os dados da capital para traçar este breve comparativo com os números pertinentes à Iguassú, considerando que as dinâmicas estabelecidas nas cidades-capitais servem de laboratório para os outros municípios. Desta forma, os dados estatísticos a que tivemos acesso podem nos auxiliar a pensar questões quanto ao aumento demográfico e a escolarização.

<sup>75</sup> A faixa etária entre 6 e 15 anos está de acordo com o que foi estabelecido no censo de 1872, de onde extraímos os dados para compor este quadro comparativo em relação à capital.

<sup>76</sup> Inserimos uma interrogação onde os valores encontravam-se ilegíveis ou de difícil visualização. Reproduzimos este procedimento ainda que se tratassem de totalizadores, uma vez que os números obtidos por meio da soma das parcelas não tinham semelhança com os algarismos apresentados, por exemplo, em relação ao total de pessoas livres na freguesia de São João Batista de Nitherohy.

Tabela 9 – Dados da instrução atinentes às populações livre e escravizada das freguesias de Niterói

NICTHEROY						
LIVRES	São João Baptista de Nictherohy	São Lourenço	São Sebastião de Itaipú	São Gonçalo	N. S. Conceição de Jurujuba	N. S. Conceição de Cordeiros
Mulheres sabem ler	2604	728	88	84	86	201
Mulheres analfabetas	4911	1303?	1248	1830	780	1685
Meninos freq. Escola	897	270	95	117	61	190
Meninos não freq. escola	954	33?	850	267	131	254
Meninas freq. Escola	619	187	60	3	50	70
Meninas não freq. escola	828	99	221	228	139	230
ESCRAVIZADOS	São João Baptista de Nictherohy	São Lourenço	São Sebastião de Itaipú	São Gonçalo	N. S. Conceição de Jurujuba	N. S. Conceição de Cordeiros
Homens	1934	659	550	1882?	358	1326
Mulheres	2261	609	440	871	310	1225
Total	4195	1268	990	2753?	668	2551
Homens sabem ler	8	0	1	0	1	3
Homens analfabetos	1991?	659	549	1882	357	1323
Mulheres sabem ler	0	0	0	0	0	0
Mulheres analfabetas	2261	609	440	871	310	1225

Tabela 10 – Dados da instrução sobre as populações livre e escravizada das freguesias de Iguassú

IGUASSÚ					
LIVRES	Nossa Senhora da Piedade de Iguassú	N.S. da Conceição de Marapicú	Santo Antonio da Jacutinga	São João do Merity	Sant'Anna das Palmeiras
Homens	1490	1789	2341	891	587
Mulheres	1609	1833	2117	857	567
Total	3099	3622	4458	1748	1154
Homens sabem ler	702	598	927	256	140
Homens analfabetos	788	1191	1414	635	447
Mulheres sabem ler	517	489	539	197	40
Mulheres analfabetas	1092	1344	1278	660	527
Meninos freq. Escola	75	9	79	44	28
Meninos não freq. escola	150	181	339	174	123
Meninas freq. Escola	37	47	48	26	14
Meninas não freq. escola	149	211	453	367	125
ESCRAVIZADOS	Nossa Senhora da Piedade de Iguassú	N.S. da Conceição de Marapicú	Santo Antonio da Jacutinga	São João do Merity	Sant'Anna das Palmeiras
Homens	754	1028	1072	466	403
Mulheres	632	974	1016	310	329
Total	1386	2002	2088	776	732
Homens sabem ler	0	0	0	0	0
Homens analfabetos	754	1028	1072	466	403
Mulheres sabem ler	0	0	0	0	0
Mulheres analfabetas	632	974	1016	310	329

Fonte: Recenseamento do Brasil, 1872.

Em Niterói a freguesia com o maior número de analfabetos livres era São João Baptista de Nictherohy, freguesia da Vila (9785 pessoas), já em Iguassú a freguesia com o maior número de pessoas livres que não sabiam ler era Santo Antonio da Jacutinga (2692

analfabetos). Tanto em Niterói quanto em Iguassú, nas freguesias com o maior contingente populacional foram verificados o maior número de analfabetos, respectivamente 16.326 e 4458 pessoas livres. Em relação às pessoas escravizadas, havia 13 homens que sabiam ler em Niterói, enquanto em Iguassú não havia nenhum homem ou mulher escravizado que soubesse ler, de acordo com os registros. Registros que podem ser bastante arbitrários, visto que talvez não houvesse interesse em produzir tais registros.

No primeiro capítulo apresentamos alguns entraves registrados pelos dirigentes da época quanto à realização do censo de 1872 e julgamos desnecessário retomá-los aqui, por isso, o nosso texto neste ponto versará primordialmente sobre a produção das estatísticas escolares. Caldeira-Machado, Biccas e Faria Filho (2013) ressaltaram que o incremento no processo de escolarização baseou-se na implantação de serviços capazes de operar o recenseamento da população escolarizada, e, simultaneamente, na determinação legal da população escolarizável:

Não resta dúvida de que a obrigatoriedade escolar e sua conexão com a contagem das crianças em idade de frequentar a escola marcam mais uma forma de instituição do raciocínio estatístico no processo de escolarização da instrução pública, auxiliando no governo da população e na legitimação destes campos de saber (instrução e estatística) ao longo do século XIX e início do século XX. Especialmente quanto à instrução o “raciocínio contábil” interfere também no estabelecimento e reconhecimento de uma infância a ser escolarizada em uma determinada idade escolar fixada legalmente, além de ajudar no controle e na própria definição de uma frequência. Isto significa dizer que, além da ideia de fiscalização e controle, nesse momento, as estatísticas também conformam as categorias da instituição escolar. (CALDEIRA-MACHADO, BICCAS e FARIA FILHO, 2013, p.652).

Todavia, se o processo de escolarização apresentava suas dificuldades para avançar e legitimar a instrução enquanto campo do saber, dificuldades também eram vivenciadas ao tratar da implantação dos serviços capazes de controlar e definir a frequência escolar, principalmente em se tratando de instituições particulares.

Desta forma, encontramos relatos dessas dificuldades com certa constância pelos Presidentes da Província, com respaldo dos relatórios elaborados pelo Diretor da Instrução Pública, como o apresentado em 15 de outubro de 1889, no qual o Diretor afirmou que os dados não exprimiam a realidade, pois “muitos outros collegios e escolas existem na provincia; mas os respectivos directores não se prestam a remetter á directoria a estatistica dos seus alumnos.”:

### Outros estabelecimentos de instrução particular

Segundo os mappas recebidos funcionaram no anno passado 36 estabelecimentos de instrução particular, entre escolas e collegios, sendo 16 do sexo masculino e 14 do feminino com a seguinte matricula :

Nas do sexo masculino.....	567
»       »       feminino. ....	411
	<u>978</u>

Estes dados não exprimem a realidade. Muitos outros collegios e escolas existem na provincia; mas os respectivos directores não se prestam a remetter á directoria a estatistica dos seus alumnos.

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1889.

Dias (2014) ressaltou que o desenvolvimento de uma ciência que buscava apreender a realidade, como se esta fosse objetiva, por meio da organização e classificação, representava uma justificativa para as ações políticas empreendidas pelo Estado. Desta maneira,

A própria produção dessa sistematização já implicava a definição de categorias, de nomeações, a imposição de critérios, de valores, de modos de mensurar e julgar a “realidade” que se pretendia flagrar pelos números. Tanto a produção de estatísticas, quanto os discursos e práticas pela disseminação da educação escolar, constituem a construção dos Estados modernos, tanto na configuração do aparelho burocrático quanto nas formas de governo da população. (DIAS, 2014, p. 121 e 122).

Como a estatística representava uma estratégia de governo da população e de legitimação da instrução, encontraremos no relatório do Diretor da Instrução Pública, apresentado em 08 de agosto de 1881, uma iniciativa adotada com o intuito de registrar o crescimento no número de escolas na província a partir das ações desenvolvidas pela Diretoria de Instrução Pública, pois “como documento historico offereço à consideração de V. Ex. o seguinte quadro das escolas creadas na Provincia, quando foi installada em 1835, as que estavam então providas e os ordenados que se pagavam”:

Figura 52 – Escolas públicas criadas e em funcionamento - 1835

MUNICIPIOS	FREGUEZIAS	SEXOS					
		MASCULINO			FEMININO		
		CREADAS	PROVIDAS	ORDENADAS	CREADAS	PROVIDAS	ORDENADAS
Praia Grande.....	Villa.....	1 (a)	1	400\$000			
	S. Gonçalo.....	1	1	300\$000			
Itaborahy.....	Villa.....	1	1	240\$000			
	Rio Bonito.....	1		150\$000			
	Tambi.....	1		150\$000			
Magé.....	Villa.....	1	1	300\$000			
	Inhomerim.....	1		150\$000			
Santo Antonio de Sá..	Villa.....	1		150\$000			
	Maricá.....	1		150\$000			
	Ilha Grande.....	1	1	240\$000			
Paraty.....	Villa.....	1 (b)	1	400\$000			
	Villa.....	1	1	150\$000			
Mangaratiba.....	Villa.....	1 (a)	1	250\$000			
	Itaguahy.....	1	1	300\$000			
	Rezende.....	1		200\$000			
Valença.....	Villa.....	1 (a)	1	400\$000			
	Dores.....	1		200\$000			
	Conservatoria.....	1		200\$000			
Barra Mansa.....			300\$000				
S. João do Principo...			300\$000				
Iguassú.....	Villa.....	1		150\$000			
	Pilar.....	1		300\$000			
	Santo Antonio de Jucutinga.....	1		200\$000			
Campos.....	Villa.....	1	1	150\$000	1	1	300\$000
	Villa.....	1 (b)	1	400\$000			
	S. Sebastião.....	1	1	200\$000			
	Aldeia da Pedra.....	1		200\$000			
S. João da Barra.....			250\$000				
Macahé.....	Villa.....	1		200\$000			
	S. João da Barra (termo da villa).....	1		200\$000			
Cabo Frio.....	Cidade.....	1	1	150\$000	1	1	200\$000
	S. Pedro d'Aldeia.....	1		150\$000			
	Passagem.....	1	1	200\$000			
Cantagallo.....	Villa.....	1	1	300\$000			
	Arraial de Santa Rita.....	1	1	250\$000			
Parahyba.....	Villa.....	1	1	200\$000			
	Sant'Anna de Cebolas.....	1		200\$000			
	Matosinhos.....	1		200\$000			
Vassouras.....	Villa.....	1	1	240\$000			
	Sacra Familia.....	1	1	200\$000			
Nova Friburgo.....			150\$000	1		300\$000	
Rio Bonito.....			200\$000				
S. José.....			200\$000				

(a) Preparada para applicar o ensino mutuo.  
(b) Ensino mutuo applicado.

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1881.

O Diretor da Instrução Pública, Josino Nascimento<sup>77</sup>, analisou, pela exposição dos quantitativos de escolas criadas e providas em 1835, que havia apenas 22 escolas providas, vinte destinadas ao sexo masculino e duas destinadas ao sexo feminino e que em 45 anos a província contava com quase o décuplo dessas escolas (considerando neste cálculo apenas as que se encontravam em funcionamento). Ainda nesta tabela, verificamos que Iguassú possuía três escolas criadas, uma na freguesia da Villa (Nossa Senhora da Piedade do Iguassú), outra na freguesia do Pilar e a última na freguesia de Santo Antonio de Jacutinga. No entanto, ainda de acordo com o quadro, nenhuma dessas escolas se encontrava provida, ou seja, não estava funcionando neste em 1835.

Diante dos dados coligidos por Josino Nascimento e da afirmativa de um aumento considerável em relação ao número de escolas na província, vamos ao encontro dos números da instrução em Iguassú com o intuito de verificar se tal aumento, ao menos estatisticamente, também se processou neste município.

### 3.1 Uma matemática Iguassuana do ensino

Faria Filho (2016) aponta para a existência de uma “rede de escolarização doméstica” no século XIX que seria responsável pela maioria dos atendimentos da população escolarizável, superior inclusive aos atendimentos mediados por um docente vinculado ao Estado. Tal fala vem ao encontro das queixas do Diretor da Instrução Pública relatadas por diversas vezes, e da qual oferecemos um exemplo acima, acerca da dificuldade em mapear e, por conseguinte, controlar as iniciativas desenvolvidas por particulares.

Diante desse cenário e com o incremento do poder do Estado Imperial forjaram-se representações sobre os espaços e objetos adequados ao desenvolvimento da instrução, discutiram-se aspectos sobre a formação docente, ao mesmo tempo em que foram eleitos os que deveriam ser educados e para quais fins. Neste contexto, não poderia mais ser aceita a utilização de locais improvisados para as aulas, porque

---

<sup>77</sup> “Josino do Nascimento Silva, magistrado e político brasileiro (Campos RJ 1811-Rio de Janeiro RJ 1886). Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi promotor público, juiz municipal, procurador dos feitos da Fazenda Nacional, diretor-geral da Secretaria de Justiça, advogado do Banco do Brasil, **diretor da Instrução Pública da Província do Rio de Janeiro**, presidente do Conservatório Dramático do Rio de Janeiro. Como jornalista, foi um dos fundadores do "Cronista" (1836) e colaborador do "Jornal do Comércio" e "Correio Mercantil". Como membro do Partido Conservador foi, em várias Legislaturas, membro da Assembléia Provincial do Rio de Janeiro e deputado à Assembléia Geral (1844-1847). Foi Presidente da Província do Rio de Janeiro e, depois, da de São Paulo.(FONTE: Delta Larousse, 1971).”. Disponível em: [http://catrd.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=bs&pr=manuscritos\\_guiã\\_pr&db=manuscritos\\_guiã&use=data&di sp=list&ss=NEW&arg=1828-1862](http://catrd.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=bs&pr=manuscritos_guiã_pr&db=manuscritos_guiã&use=data&di sp=list&ss=NEW&arg=1828-1862)

[...] a construção de espaços específicos para a escola era imprescindível para uma ação eficaz junto às crianças, indicando, assim, o êxito daqueles que defendiam a superioridade e a especificidade da educação escolar frente às outras estruturas sociais de formação e socialização, como a família, a Igreja e, mesmo, o grupo de convívio. (FARIA FILHO, 2016, p.145)

Em Iguassú esta dinâmica foi processada de forma semelhante aos mecanismos efetuados por outros municípios da província do Rio de Janeiro: aluguel de casas para sediar escolas. Os aluguéis surgiram para suprir a falta de espaços próprios destinados ao ensino, pois “os [prédios] já existentes em vilas e povoados, em sua grande maioria, já estavam ocupados e não eram considerados próprios para o funcionamento de unidades escolares.” (GUEDES e GONDRA, 2008, p.3). Em relação à avaliação para considerar um espaço físico próprio ou impróprio ao ensino, havia uma série de elementos em jogo, como salubridade, iluminação, localização, circulação de ar, de acordo com os principais preceitos médicos higienistas do período (RIZZINI e GONDRA, 2014).

No relatório apresentado pelo Diretor Josino Nascimento em 1880 há quadros com a relação das casas alugadas para escolas de instrução pública divididas por municípios, bem como ao público a que se destinam (sexo masculino ou feminino). Abaixo reproduzimos o quadro pertinente à Iguassú:

Figura 53 – Quadro das casas alugadas para escolas em Iguassú

Iguassú				
ESCOLAS DE MENINOS				
Localidade	Data do contrato	Preço annual	Tempo annos	Proprietario
Villa.....	20 de Julho de 1878..	480\$000	5	Bernardino José de Souza Mello.
Palmeiras.....	31 de Maio de 1876...	480\$000	4	Francisco Pinto Duarte.
Jacutinga.....	1 de Julho de 1868..	400\$000	3	Dr. João Fernandes da Costa Tibáu.
Rio d'Ouro.....	4 de Abril de 1873..	300\$000	2	Antonio Estanislão de Ascenção.
Merety.....	1 de Janeiro de 1852.	200\$000	...	Augusto da Costa Barreto.
Queimados.....	2 de Outubro de 1879	300\$000	5	Joaquim Antunes de Lemos Suzano.
Marapicú.....	1 de Janeiro de 1856.	240\$000	...	Irmandade do SS. Sacramento.
Brejo.....	1 de Abril de 1876..	250\$000	3	Antonio José Coelho da Rocha Carvalho.
Sarapuhy.....	20 de Fev. de 1879...	300\$000	2	Francisco Antonio Thomé Filho.
ESCOLAS DE MENINAS				
Villa.....	15 de Fev. de 1868...	360\$000	4	Francisco José Soares.
Jacutinga.....	26 de Março de 1872.	400\$000	3	João Fernandes da Costa Tibáu.
Merety.....	4 de Julho de 1877..	300\$000	2	Manoel Alves de Almeida.
Queimados.....	29 de Outubro de 1879	300\$000	5	Antonio José de Carvalho.
Marapicú.....	19 de Fev. de 1873...	300\$000	2	José Alves de Souza Oliveira.

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1880.

O quadro de 1880 subdivide-se pelas categorias: Localidade, Data de contrato, Preço anual, Tempo do aluguel em anos e Proprietário do prédio. Em Iguassú foram registradas nove escolas de meninos e cinco escolas de meninas. A casa alugada há mais tempo localizava-se em Merity e era destinada a sediar uma escola de meninos (01 de janeiro de 1852), já a casa com data de aluguel mais próxima à data de elaboração do quadro é da escola de meninas de Queimados (29 de outubro de 1879).

O preço dos aluguéis variou entre 200\$000 (a mesma casa alugada por mais tempo) e 480\$000, pertinentes à duas casas para escolas de meninos, uma na freguesia da Villa e outra na freguesia de Sant'Anna das Palmeiras. Dr. João Fernandes da Costa Tibáu é o único, dentre a listagem apresentada, que possuía duas casas alugadas para servirem de escolas, ambas em Jacutinga.

Supomos que a casa da escola de Sant'Anna das Palmeiras apresentada na tabela seja a mesma descrita pelo relatório escolar datado de 18 de dezembro de 1883 e elaborado pelo professor João Antonio de Barros. Não obtivemos acesso ao relatório escolar, apenas a trechos deste em um texto organizado por Guilherme Peres (no prelo), que acredita que a fonte primária tenha sido perdida diante das múltiplas transferências de local que o Instituto de Pesquisas e Análises Históricas da Baixada Fluminense (a quem cabia a guarda da fonte) sofreu.

Guedes (2012) inseriu trechos do relatório escolar mencionado em seu trabalho e diante da raridade de tais informações optamos por inserir estes trechos, ainda que caracterizados enquanto fontes secundárias. O professor João Antonio de Barros registrou que a casa alugada para servir de escola ficava na raiz da Serra do Comércio e possuía cômodos distintos para o funcionamento da escola e para residência do professor e da família dele, contendo a seguinte disposição: “[...] sala para aula e um quarto para o cabide, talha e acessórios, mais uma sala, três quartos, varanda de jantar, cozinha para vivenda do professor e sua família”.

No relatório escolar constava o registro estimado entre a distância da escola em Palmeiras e a escola mais próxima, que o professor considerou tratar-se de nove quilômetros: “não há nesta freguesia [Sant'Anna das Palmeiras] escola pública além desta, nem subvencionada nem particular, a mais próxima é da sede da Vila [N. S. da Piedade do Iguassú]”.

Outro ponto abordado no relatório escolar refere-se à mobília, registrada como péssima, por possuir bancos sem encosto, “taboa de cálculo, mesa para professor, estrado, cadeira (em mau estado), duas cadeiras para visitas imprestáveis e um armário”, apontando que “o que falta na escola é uma reforma geral”. Anteriormente mencionamos que além da

representação de locais específicos houve a construção de um ideário sobre os objetos considerados adequados, então,

[...] a escola vai sendo invadida por um arsenal inovador de materiais didático-pedagógicos (quadro-negro, lousas individuais, cadernos, livros...) para os quais não era possível, mais, ficar adaptando os espaços, sob pena de não colher, destes materiais, os reais benefícios que podiam trazer para a instrução. (FARIA FILHO, 2016, p.146)

Encontramos uma classificação da mobília apenas no relatório apresentado pelo Diretor da Instrução Pública em 1881 com as seguintes categorias: boa, regular, má e péssima. Não havia especificação sobre os critérios pelos quais a mobília estava sendo avaliada, tampouco que mobiliários estavam sendo avaliados, quantas mesas ou cadeiras e de que tipo, por exemplo. De acordo com as categorias expostas, Iguassú apresentava o seguinte quadro em 1881: Uma mobília considerada boa, três regulares, três em más condições e sete julgadas como péssimas.

Verificamos que a partir de 1884 os relatórios do Diretor da Instrução Pública possuem quadros informando a distribuição de mobília pelos municípios, nos quais o termo “mobília completa” não nos dá a conhecer o que estaria de fato sendo enviado para as escolas. Organizamos uma tabela contemplando os móveis que teriam sido distribuídos para as escolas de Iguassú de julho de 1883 a junho de 1889:

Tabela 11 – Móveis distribuídos para as escolas de Iguassú (1883 – 1889)

Período	Localidade	Mobília fornecida
Julho de 1883 a junho de 1884	Marapicú - Escola para o sexo masculino	Mobília completa (menos tábua de cálculo)
	Queimados – Escola para o sexo masculino	Mobília completa
Julho de 1884 a junho de 1885	Queimados – Escola para o sexo masculino	Mobília completa
Julho de 1885 a junho de 1886	Riachão – Escola para o sexo masculino	Mobília completa
Julho de 1886 a junho de 1887	Villa – Escola para o sexo feminino	Mobília completa
	Rio do Ouro – Escola para o sexo masculino	Cinco cadeiras sendo uma de braços
Julho de 1887 a junho de 1888	Villa – Escola para o sexo masculino	Mobília completa
	Brejo – Escola para o sexo masculino	Uma mesa para o professor, cinco cadeiras, sendo uma de braços, um armário, oito bancos-carteiras, uma tábua de cálculo e cavalete, 12 quadros com vidros, uma escrivaninha e cabides
Julho de 1888 a junho de 1889	Villa – Escola para o sexo masculino	Mobília completa

Fonte: Relatórios do Diretor da Instrução Pública de 1883 a 1889.

Os dados expostos nos permitem entrever apenas uma parte do que comporia a mobília de uma escola neste período, pois na maioria dos envios registra-se “mobília

completa”. A instituição que nos permitiu entrever esse extrato da mobília considerada adequada para o funcionamento de uma escola foi a instituição destinada ao sexo masculino localizada no Brejo, que recebeu: uma mesa para o professor, cinco cadeiras, sendo uma de braços, um armário, oito bancos-carteiras, uma tábua de cálculo e cavalete, 12 quadros com vidros, uma escrivaninha e cabides. Dados que corroboram o relato do professor João Antonio de Barros.

Estudiosos do tema defendem a tese de que o mobiliário escolar é uma (re)invenção da modernidade educativa oitocentista, e que não apenas os sentidos e significados a ele atribuídos passaram por uma ressignificação nesse período, mas também daquilo que se considerava pedagógico e higiênico. Ao analisar o “lugar” que esse artefato passou a ocupar em projetos de escolarização da infância, se observou a forte presença de argumentos em torno de um mobiliário que não deveria mais servir apenas como um item de apoio às práticas escolares, mas merecedor de maiores investimentos por parte de médicos e educadores, tornando-se, assim, um “problema” da competência do Estado (SOUZA, 2019).

Em outras pesquisas, baseadas numa história econômica, se analisaram os meios usados pela administração pública (paulista) para equipar as escolas com um item que foi se tornando cada vez mais indispensável ao seu funcionamento: a carteira escolar. Nesse estudo, a autora identificou correspondências de professores e professoras com solicitações de mesas e bancos ou a liberação de verba para pagamento dos mesmos. A forma da escola moderna passou a exigir para o seu funcionamento espaços em que os alunos pudessem sentar para ler e escrever e, desse modo, não seria possível pensar a expansão da rede de ensino sem equipar as instituições com móveis para aquele fim. Sobre isso, Wiara Alcântara afirma que para promover o processo de escolarização, a simples criação de escolas e pagamento do salário da professora não seriam suficientes. Fazia-se necessária a criação das condições físicas de funcionamento das instituições de ensino. Nesse processo de organização da escola e da própria administração pública, percebemos os diferentes meios de que se valeu o poder público para atender às demandas de fornecimento de mobiliário, sobretudo, mesas, bancos e carteiras. Inicialmente, os professores e as professoras, para providenciar o mobiliário, requeriam verba para esse fim. Embora não tivesse desaparecido, esse procedimento foi cedendo lugar a um outro, mais formal, que era a solicitação dos próprios móveis na Secretaria da Instrução Pública (SP). Como o aumento crescente do número de escolas e de alunos impunha um modo mais célere de provimento mobiliário das instituições de ensino, na década de 1870, houve uma tentativa de produção estatal de mesas e bancos escolares em São Paulo (ALCÂNTARA, 2018).

No que se refere aos conhecimentos a serem desenvolvidos nas escolas, acabou por determinar também a forma como esse conhecimento chegaria às escolas e como seria transmitido. Com base nas leis e regulamentos gerenciadores da instrução pública, “ao ‘ler, escrever e contar’ agregaram-se outros conhecimentos e valores, que a instituição escolar deveria ensinar às novas gerações, sobretudo às crianças.” (FARIA FILHO, 2016, p.139). Sobre este aspecto, chamou-nos a atenção a adoção de livros voltados para a educação religiosa.

De acordo com as fontes acionadas, localizamos apenas dois quadros onde constavam os livros que foram distribuídos em 1878 e no primeiro semestre de 1879 para todos os municípios da província do Rio de Janeiro. Os quadros foram concebidos pelo Diretor da Instrução Pública e possuem data de elaboração de 31 de julho de 1879.

Diante da quantidade de dados expostos e da resolução baixa do arquivo, optamos por elaborar tabelas que contemplassem as análises ora empreendidas. As obras discriminadas nos quadros foram: Grammatica; Missão de Christo; 1º, 2º e 3º livro de leitura do Dr. Abilio; Historia do Brazil; Historia Sagrada; Syllabario; Contos de Schimid; Catechismo de doutrina christã; Arithmetica; Systema metrico; Taboadas. Cabe ressaltar que da mesma forma que uma escola criada não significava uma escola em funcionamento, os quadros mencionam somente a distribuição dos livros, o que não implica no recebimento destes pelas escolas, sequer da utilização dos livros pelos professores.

Em relação à distribuição, elaboramos duas tabelas contendo os municípios que teriam recebido menos exemplares de cada uma das obras mencionadas e aqueles que teriam recebido mais exemplares em 1878 e no primeiro semestre de 1879:

Tabela 12 – Municípios com mais e menos exemplares em 1878

Livros	Município com mais exemplares em 1878	Município com menos exemplares em 1878
Grammatica	Nictheroy - 430	Rio Claro – 06
Missão de Christo	Angra dos Reis – 12	Macahé – 03
1º livro de leitura do Dr. Abilio	Nictheroy - 190	Rio Claro – 06
2º livro de leitura do Dr. Abilio	Nictheroy - 226	S. João do Principe - 02
3º livro de leitura do Dr. Abilio	Nictheroy – 138	Maricá – 08
Historia do Brazil	Nictheroy – 206	Rio Bonito – 02
Historia Sagrada	Nictheroy – 311	Sapucaia – 03
Syllabario	Nictheroy – 723	Sapucaia – 17
Contos de Schmid	Nictheroy – 321	Capivary, Itaguahy e Rio Claro – 06 exemplares para cada
Catechismo de doutrina christã	Nictheroy – 497	Rio Claro e S. João do Principe – 18 exemplares para cada
Arithmetica	Nictheroy – 450	Sapucaia – 03
Systema metrico	Nictheroy – 174	Rio Claro – 06
Taboadas	Nictheroy – 459	Capivary – 10

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1879.

Tabela 13 – Municípios com mais e menos exemplares em 1879

Livros	Município com mais exemplares em 1879	Município com menos exemplares em 1879
Grammatica	Nictheroy - 451	Mangaratiba – 06
Missão de Christo	Campos - 15	Macahé e Valença – 12 exemplares para cada
2º livro de leitura do Dr. Abilio	Campos - 150	Itaborahy – 02
Historia do Brazil	Nictheroy - 225	Barra de S. João – 04
Historia Sagrada	Nictheroy - 327	Capivary – 08
Syllabario	Nictheroy - 905	Santa Maria Magdalena - 12
Contos de Schmid	Nictheroy - 490	Capivary e Parahyba do Sul – 08 exemplares para cada
Catechismo de doutrina christã	Nictheroy - 528	Parahyba do Sul – 05
Arithmetica	Nictheroy – 562	Santa Maria Magdalena - 12
Systema metrico	Nictheroy – 263	Sant’Anna de Macacú – 03
Taboadas	Nictheroy – 410	Macahé e Santa Maria Magdalena – 12 exemplares para cada

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1879.

No tocante ao município que teria recebido mais exemplares, Nictheroy é o que se apresenta tanto em 1878 quanto em 1879. Dentre os que receberam menos livros há uma variação a partir da diversidade de municípios tipificados neste caso, sendo os menos agraciados Rio Claro, em 1878, e Santa Maria Magdalena, em 1879. Verificamos que o livro “Missão de Christo” obteve a menor distribuição nos dois anos analisados, enquanto o “2º livro de leitura do Dr. Abilio” foi o mais distribuído durante o período. Exemplares de “Grammatica”, “Syllabario” e “Systema metrico” foram distribuídos para todos os municípios em 1878, já em 1879 os títulos “Historia Sagrada” e “Contos de Schimid” assumiram esta posição de serem distribuídos para todos os municípios. Capivary aparece em 1879 como o município que menos recebeu livros, ao ter recebido somente os títulos que foram endereçados a todos os municípios no ano citado.

Destacando as informações pertinentes à Iguassú temos o seguinte quadro:

Tabela 14 – Exemplares distribuídos para Iguassú

Livros	1878	1º semestre de 1879
Grammatica	83	84
Missão de Christo	Não recebeu	Não recebeu
1º livro de leitura do Dr. Abilio	Não recebeu	Não foi distribuído
2º livro de leitura do Dr. Abilio	20	Não recebeu
3º livro de leitura do Dr. Abilio	18	Não foi distribuído
Historia do Brazil	72	57
Historia Sagrada	73	44
Syllabario	108	117
Contos de Schimid	96	72
Catechismo de doutrina christã	117	79
Arithmetica	78	87
Systema metrico	71	78
Taboadas	94	87

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1879.

Na análise dos dados, verificamos que Iguassú não recebeu “Missão de Christo” em nenhum dos anos investigados, assim como o “1º livro de leitura do Dr. Abilio”, porém cabe observar que este livro não foi distribuído para nenhum município ao menos no primeiro semestre de 1879. O livro com maior distribuição no período foi “Syllabario”, com 225 exemplares, e com menor distribuição o “3º livro de leitura do Dr. Abilio”, que, assim como o “1º livro de leitura do Dr. Abilio”, não foi distribuído em 1879. Ressaltamos que foram totalizados 830 exemplares distribuídos para Iguassú em 1878 e somente no primeiro semestre de 1879 foram registrados 705 livros, o que confere a diferença de apenas 98 livros distribuídos em relação ao ano anterior no termo de seis meses.

De acordo com as pesquisas especializadas, no período imperial, a instrução primária foi percebida pelas autoridades governamentais como um caminho possível para a formação dos sujeitos, a partir de um programa civilizador e, nesse projeto do governo, o livro foi entendido, como um dos veículos de viabilização das pretensões governamentais, já que ele poderia estar presente no cotidiano das escolas, com professores e alunos, e também com as famílias, contribuindo, desta forma, para formação e doutrinação destes distintos sujeitos. Desta maneira, articulado às mensagens morais, religiosas, civilizatórias, científicas ou patrióticas que desejavam transmitir, foi possível perceber que os “livros escolares” foram eleitos instrumentos privilegiados para viabilização das propostas existentes. Diante deste quadro, se tornou necessário, uma série de normas que os regulassem, a fim de que cumprissem os objetivos previamente estabelecidos. Apesar dos compêndios muitas vezes fazerem parte de diferentes projetos, eles buscavam, cada um à sua maneira, inculcar certas normas de comportamentos que pudessem produzir um autocontrole nos sujeitos, e o consequente alcance da ordem desejada. Assim, uma das principais funções atribuída ao livro foi a de estabelecer a ordem a um povo composto por diferentes características e que os mesmos podem ser tomados como objetos privilegiados para se tentar compreender o funcionamento da escola e as relações da mesma como o tecido social de modo mais geral (TEIXEIRA, 2008).

No que se refere à composição da malha escolar em Iguassú, considerando a existência das iniciativas pública, privada e subvencionadas, temos o relato do professor de Sant’Anna das Palmeiras que, em 1883, atestou a inexistência de escolas particulares ou subvencionadas na região. Sobre isso, o relatório de 08 de agosto de 1881 trouxe críticas do Diretor da Instrução Pública sobre as iniciativas particulares de instrução:

O ensino particular entre nós é por ora muito limitado. A maxima parte das pessoas que estabelecem escolas tem em mira a subvenção; outras, por falta de ocupação,

tentam o professorado que abandonam tão promptamente como adoptaram, se a sorte lhes depara emprego de melhores proveitos e menos fadiga, ou se as pensões dos alumnos não correm immediatamente avultadas. Ordinariamente evitam dar noticia dos seus estabelecimentos e dos resultados obtidos; e disseminados pelo extenso territorio da Provincia escapam com facilidade á vigilancia dos Inspectores. (RELATÓRIO DO DIRETOR DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1881, p.7)

As críticas são retomadas por Manoel Ribeiro de Almeida<sup>78</sup>, substituto de Josino Nascimento no cargo de Diretor da Instrução Pública no relatório de 08 de agosto de 1886 quanto aos entraves para melhor proveito das escolas subvencionadas. Segundo ele, esses entraves dariam-se por dois motivos: Falta de habilitação do professor e falta de “inspiração efficaz”.

Quanto ao primeiro motivo, Manoel de Almeida apontou que pelo regulamento de 16 de dezembro de 1880 o professor particular que desejasse obter subvenção deveria submeter-se a exame perante o superintendente de ensino e apresentar atestado de ter sido aprovado nas matérias do ensino primário, no entanto, tal determinação parecia não se traduzir na prática, “porque a maior parte das escolas subvencionadas são regidas por professores que não têm as habilitações mais essenciaes.”. Com vistas a sanar esta lacuna a estratégia sugerida por Manoel de Almeida seria aplicar com mais severidade os exames e para isso produziria instruções para regular esse serviço com maior efetividade.

Sobre a falta de “inspiração efficaz” relatou a necessidade de um bom sistema de inspeção para conter os “abusos que se dão nestas escolas” e concluiu com a fala do inspetor geral sobre uma escola que visitara como exemplo desses “abusos”:

Figura 54 – Relato do Inspetor Geral sobre escola subvencionada

2.<sup>a</sup> Falta de inspiração efficaz.— Só um bom systema de inspecção pôde pôr cobro aos abusos que se dão nestas escolas. Os professores abrem e fecham a aula quando muito bem lhes parece, e de ordinario a frequencia notada no livro do ponto é simulada, como tem observado o inspector geral em suas visitas. Sirva de exemplo o que elle diz a respeito de uma escola: « Acredito que a escripturação do ponto é simulada, porque havendo o professor attribuido o grande atrazo dos seus alumnos a repetidas faltas, e tendo eu observado-lhe que o motivo não era real, por figurarem no livro do ponto muito poucas faltas em Fevereiro e Março do corrente anno, declarou-me que tinha necessidade de preparar a sua escripturação de modo a ter direito mensalmente á subvenção completa ».

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1886.

Localizamos escolas subvencionadas em Iguassú pelo Jornal do Commercio, *Almanak Laemmert* e pelos relatórios do Diretor de Instrução Pública. Neste tópico privilegiaremos os

<sup>78</sup> “Manoel Ribeiro de Almeida foi professor público da Corte brasileira, cooperador nas publicações do jornal *A Instrução Publica*; publicou nesse jornal um artigo denominado *A Arithmética* (Jornal nº 8 de 2 de junho de 1872). Elaborou e teve aprovado pela corte o compêndio *Sillabaco*”. (FARIAS, 2014, p.168).

dados fornecidos pela documentação oficial, tendo em vista a sistematização destes dados. Nos relatórios foram apresentados quantitativos expressos a partir de 1883 até 1888, porém sem informar a localidade.

Em 1883, duas escolas para o sexo masculino e uma para o feminino foram subvencionadas, em 1884 uma escola para cada um dos sexos, demonstrando a interrupção de uma subvenção para uma escola do sexo masculino. Em 1885 são relatados os mesmos números de 1883 sugerindo o retorno da subvenção ou a concessão da subvenção para outro professor. Ressaltamos que em dezembro de 1885 esses números sobem para quatro escolas para o sexo masculino e três para o feminino. Os mesmos números de dezembro de 1885 são apresentados em 1886 e há um aumento em 1887, com cinco escolas para o sexo masculino e seis para o feminino, o que representa a primeira vez em que o número de escolas subvencionadas para as meninas foi superior às subvenções concedidas para as escolas de meninos.

No relatório de 08 de agosto de 1888 (p.15) há a informação de que foi fechada uma escola subvencionada em Iguassú, mas foram subvencionadas 4 escolas, sem mencionar os sexos que estas instituições atenderiam:

Figura 55 – Dados sobre escolas subvencionadas - 1888

<p>Deram-se as seguintes alterações no corrente anno:</p> <p>Fecharam-se : 2 em Araruama, 1 em Barra Mansa, 1 em Iguassú, 1 em Macahé, 1 em Rezende, 1 em S. João da Barra.</p> <p>Mudaram-se : 1 de Araruama para Saquarema, 1 da Barra de S. João para Cabo Frio, 1 de Itaborahy para o Rio Bonito, 1 de Saquarema para o Rio Bonito.</p> <p>Suspendeu-se a subvenção : 1 em Angra dos Reis, 1 em Magé e 1 em Macahé.</p> <p>Foram subvencionadas : 2 em Angra dos Reis, 8 em Araruama, 6 em Barra Mansa, 1 na Barra de S. João, 6 em Cabo Frio, 4 em Campos, 1 em Cantagallo, 3 em Capivary, 4 em Iguassú, 2 em Itaborahy, 2 em Itaguahy, 1 em Macahé, 1 em Magé, 4 em Mangaratiba, 1 em Maricá, 5 em Nictheroy, 3 em Paraty,</p>
--

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1888, p.15.

No mesmo relatório, na página seguinte, Manoel de Almeida retomou as críticas às escolas particulares a partir dos mesmos motivos apontados em 1886, mas defendeu a existência dessas instituições onde não fosse possível instalar escolas públicas, pois devia ser conferida a “instrução elementar, que é o patrimonio intellectual do menino pobre”:

Figura 56 – Escolas particulares onde não for possível instalar escolas públicas

gratuita a todos os cidadãos, quando consagra uma idéa tão grande e generosa, que faz dos primeiros conhecimentos uma dívida do Estado, não é licito desprezar o auxilio que podem prestar as escolas particulares nos lugares onde não for possível havel-as publicas, afim de pôr ao alcance das populações rurales essa instrução elementar, que é o patrimonio intellectual do menino pobre. Mas é indispensavel que essas escolas estabelecidas em casas pelo menos decentes e regidas por professores habilitados atestem a esclarecida direcção do governo, que sabe o que quer e que faz o que é possível no conseguimento do fim que tem em vista.

A facilidade com que os superintendentes dão attestados de habilitação litteraria aos pretendentes á subvenção, e a falta de uma inspecção local activa e zelozza são as principaes causas do deploravel estado da maior parte destas escolas, não sendo para admirar vê-las em miseraveis casebres, quasi nuas de moveis e até sem alumnos.

Entreinos no dominio dos factos, e V. Ex. vai ver uma série de abusos de que a directoria só teve conhecimento pelo relatorio do Dr. Inspector Geral.

« No dia da minha visita (26 de agosto de 1887), achei a escola sem alumnos, e o professor soffrendo de uma erysipela que o impedia de dar aula desde o dia 23 do mesmo mez, segundo declarou-me. Entretanto estava lançado o ponto daquelles dias, *dados como presentes todos os alumnos.*»

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1888.

A lei nº 3.062 de 07 de dezembro de 1888<sup>79</sup>, em seu artigo 55 viria extinguir estas escolas a partir do dia 31 daquele mês e delegando às câmaras municipais a concessão de subvenções através do aumento em 50% dos subsídios fornecidos às câmaras pelo cofre provincial. O regulamento das escolas subvencionadas de 08 de fevereiro de 1889 seria responsável por uniformizar e regularizar o serviço das escolas subvencionadas mantidas pelas municipalidades, todavia, não obtivemos acesso à integra tanto da lei quanto do regulamento citados.

Nas fontes não há registro de escolas mantidas pela câmara municipal de Iguassú após a adoção destes dispositivos legais. Assim, em 1889, a Diretoria de Instrução dispunha do quantitativo de 21 escolas subvencionadas mantidas pelas municipalidades:

Figura 57 – Escolas subvencionadas mantidas pelas municipalidades

MUNICIPIOS	Masculinas	Femininas	Mixtas
Angra dos Reis.....	2		
Carmo.....	2		
Estrella.....	2		
Itaguahy.....			2
Mangaratiba.....	1	1	
Rezende.....	3		
Rio Bonito.....	3		
Santo Antonio de Padua.....		2	
Valença.....	1		
Vassouras.....	1	1	
	15	4	2

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1889.

Há muito tempo já estava sendo veiculado pela presidência da província a transferência da responsabilidade pela criação e manutenção de escolas para as municipalidades, por exemplo, o Dr. João Marcellino de Souza Gonzaga, em relatório de 08 de setembro de 1880, defendeu o atendimento primeiro a quantidade e depois a qualidade,

<sup>79</sup> Lei de orçamento das Câmaras Municipais.

neste sentido o objetivo principal seria disseminar as escolas pelo Império para reduzir o número de analfabetos e, posteriormente, pensar em projetos que lançassem mão da inclusão de conhecimentos a serem apreendidos nas escolas além dos elementares. Para ele, a principal causa da dificuldade em difundir a instrução seria a disseminação da população por um território extenso e predominantemente ligado ao trabalho rural enquanto que a disseminação das escolas estaria mais ligada aos centros urbanos.

Com vistas a solucionar este problema aventou-se que a criação, manutenção, provimento e inspeção das escolas deveria ficar a cargo das câmaras municipais, pois “das instituições do Brazil é a municipalidade a unica que temos tradicional”, contudo, o propositor encontrou na premissa a própria negação ao afirmar saber da objeção que a ideia traria: a falta de verba das câmaras municipais. Para isso, sugeriu-se a criação de um imposto pelas municipalidades a ser destinado especificamente para a manutenção das escolas sob sua responsabilidade e à medida que as câmaras conseguissem criar as escolas com acesso facilitado à população rural, as escolas distantes dos povoados poderiam ser fechadas e as verbas dispendidas com as escolas fechadas seriam transferidas para as escolas mantidas pela municipalidade. Desta forma, “dentro de um decennio o número dos analphabetos terá diminuido em muito maior proporção que pelo regimen actual”.

O que o Dr. João Marcellino de Souza Gonzaga não reconhecia como entrave para a execução de seus propósitos era o pouco tempo de gestão na presidência, pois em agosto de 1881 o então Presidente da Província, Dr. Martinho Alvares da Silva Campos, revogou a deliberação de seu antecessor sobre a criação de escolas municipais, por entender que as municipalidades não tinham condições de arcar com os custos dessa criação:

Figura 58 – Suspensão do decreto de criação de escolas municipais

Conhecida a deficiencia de rendas das municipalidades, n'estas circumstancias, não pareceu-me conveniente sustentar a deliberação do meu illustrado antecessor, que julgou obrigatoria para as camaras municipaes a creação das escolas municipaes.

Se é o cofre provincial que deve sustentar taes escolas com as subvenções fornecidas ás camaras, então é mais conveniente augmentar o número das escolas públicas, que dão garantias de melhor ensino; as camaras municipaes podem inspeccionar conforme lhes prescreve a sua lei organica.

Foi desde 1876 pelo regulamento da instrucção decretado o ensino primario obrigatorio nas cidades e povoações da provincia.

Uma medida nova d'esta ordem exige para ser introduzida na pratica e costumes muita prudencia e esforço, para ganhar-se a seu favor a boa vontade da população. O govérno e os funcçionarios, que o conseguissem, seriam dignos das benções da patria e da humanidade. Mas só os meios brandos de persuasão, e auxilios aos escolares pobres, ajudados de uma admiravel dedicação ao bem da infancia e do proximo, poderiam conseguir este grande melhoramento. Quem vê o número crescido de meninos na melhor idade escolar, que vagueiam diaria e constantemente pelas ruas, praças e praias d'esta capital civilisada, é orçado a admittir a necessidade do ensino primario obrigatorio, e não duvida de que seja muito possivel fazê-lo aceitar pela população.

Seria grande a gloria das particulares associações ou auctoridades que o conseguissem. É indispensavel tentá-lo.

Fonte: Relatório do Presidente da Província, 1881.

Se as escolas públicas davam “garantias de melhor ensino”, formas de controlá-las e conformá-las em determinados padrões surgiriam neste período, como o estabelecimento de categorias para as escolas. O Decreto 2.496 de 08 de novembro de 1880 organizaria as escolas em três categorias, de acordo com as tabelas que se seguem para os sexos masculino e feminino. Devido à extensão dos arquivos, optamos por inserir apenas as tabelas que contivessem dados sobre Iguassú:

Figura 59 – Categorias das escolas para o sexo masculino em Iguassú

	1ª CATEGORIA	2ª CATEGORIA	3ª CATEGORIA
Iguassú	Merity. Palmeiras. Marapicú. Brejo. Riachão. Sarapuhy. Fazenda do Brandão. Passa Vinte. _____ 8	Villa. Queimados Sancto Antonio de Jacutinga. Rio do Ouro. _____ 4	

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1881.

Figura 60 – Categorias das escolas para o sexo feminino em Iguassú

	1ª CATEGORIA	2ª CATEGORIA	3.ª CATEGORIA
Iguassú	Merity. Palmeiras. Marapicú. _____ 3	Villa. Queimados. Jacotinga ou Maxabomba. Rio do Ouro. _____ 4	

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1881.

Abaixo sistematizamos dados concernentes aos municípios de Estrella, Iguassú e Magé considerando que o território compreendido por estes três municípios teria sido basilar para a constituição da região conhecida hoje como Baixada Fluminense, conforme apresentamos no primeiro capítulo. Estes dados foram extraídos do relatório de 15 de março de 1881 acerca das categorias das escolas:

### 3.1.1 Estrella

Escolas para o sexo masculino: 1ª categoria (9 escolas) – Guia; Ypiranga; Caioaba; Praia Grande; Taquara; Mantiqueira; Pilar; Inhomirim; Colonia Orphanologica. 2ª categoria (2 escolas) - Villa; Raiz da Serra. Não haviam escolas de 3ª categoria.

Escolas para o sexo feminino: 1ª categoria (06 escolas) – Guia; Ypiranga; Croará; Taquarussú; Pilar; Inhomirim. 2ª categoria (02 escolas): Villa e Raiz da Serra. Não haviam escolas de 3ª categoria.

### 3.1.2 Iguassú

Escolas para o sexo masculino – 1ª categoria (8 escolas) – Merity; Palmeiras; Marapicú; Brejo; Riachão; Sarapuhy; Fazenda do Brandão; Passa Vinte. 2ª categoria (4 escolas) – Villa, Queimados, Sancto Antonio de Jacutinga e Rio do Ouro. Não haviam escolas de 3ª categoria.

Escolas para o sexo feminino – 1ª categoria (3 escolas) – Merity; Palmeiras; Marapicú. 2ª categoria (4 escolas): Villa; Queimados; Jacotinga ou Maxambomba; Rio do Ouro. Não haviam escolas de 3ª categoria.

### 3.1.3 Magé

Escolas para o sexo masculino – 1ª categoria (11 escolas) – Suruhy, Guapymirim; Paquequer; Alto; Sancta Rita da Barra; Rio das Canôas; Nossa Senhora da Conceição; Guapy-Baixo; Sancto Aleixo; Caioaba; Sudré. 2ª categoria (1 escola): Porto da Piedade; 3ª categoria (1 escola) – Cidade.

Escolas para o sexo feminino: 1ª categoria (6 escolas) – Suruhy; Guapymirim; Paquequer; Alto; Sancto Aleixo; Sodrê. 2ª categoria (1 escola): Porto da Piedade. 3ª categoria (1 escola): Cidade.

Em agosto do mesmo ano (1881), o Presidente da Província, Dr. Martinho Alvares da Silva Campos, informou que a classificação das escolas proposta pelo antecessor precisava ser aprovada na Assembleia Legislativa Provincial e o Diretor da Instrução Pública, Josino Nascimento, apresentou o número de escolas criadas e em funcionamento por município:

Figura 61 - Escolas criadas

	Sexo masculino	Sexo feminino		Sexo masculino	Sexo feminino
Angra dos Reis.....	18	10	Nova Friburgo.....	8	7
Araruama.....	16	10	Parahyba do Sul.....	9	7
Barra Mansa.....	9	8	Paraty.....	6	5
Barra de S. João.....	5	2	Petropolis.....	8	5
Cabo Frio.....	9	4	Pirahy.....	9	6
Campos.....	39	22	Rezende.....	9	6
Cantagallo.....	11	13	Rio Bonito.....	9	6
Capivary.....	6	2	Rio Claro.....	4	3
Estrella.....	11	8	Sant'Anna de Macacú...	8	3
Iguassú.....	12	7	Santa Maria Magdalena..	5	3
Itaborahy.....	12	9	S. Fidelis.....	15	8
Itaguahy.....	9	5	S. João da Barra.....	16	5
Macahé.....	9	8	S. João do Principe.....	6	6
Magé.....	13	8	Sapucaia.....	3	4
Mangaratiba.....	8	4	Squarema.....	8	6
Maricá.....	11	5	Valença.....	9	9
Nitheroy.....	34	35	Vassouras.....	11	6

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1881.

Figura 62 - Escolas em funcionamento

	Sexo masculino	Sexo feminino		Sexo masculino	Sexo feminino
Angra dos Reis.....	11	1	Nova Friburgo.....	5	4
Araruama.....	8	5	Parahyba do Sul.....	7	4
Barra Mansa.....	8	5	Paraty.....	4	1
Barra de S. João.....	3	2	Petropolis.....	3	4
Cabo Frio.....	7	3	Pirahy.....	8	5
Campos.....	19	10	Rezende.....	7	5
Cantagallo.....	8	6	Rio Bonito.....	5	3
Capivary.....	3	1	Rio Claro.....	3	2
Estrella.....	4	5	Sant'Anna de Macacú..	6	3
Iguassú.....	9	6	Santa Maria Magdalena.	3	2
Itaborahy.....	11	7	S. Fidelis.....	4	3
Itaguahy.....	5	2	S. João da Barra.....	9	2
Macahé.....	5	5	S. João do Principe.....	4	4
Magé.....	8	6	Sapucaia.....	2	1
Mangaratiba.....	4	1	Saquarema.....	7	2
Maricá.....	10	4	Valença.....	7	5
Nichteroy.....	30	33	Vassouras.....	10	6

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1881.

Então, em 1881, Iguassú dispunha de doze escolas públicas criadas para o sexo masculino e sete para o sexo feminino, no entanto apenas nove escolas para o sexo masculino e seis para o sexo feminino estavam em funcionamento. Em 1884 apresentou-se o mesmo quantitativo de escolas em funcionamento, já em 1885 mais uma escola para o sexo masculino entrou em funcionamento, sendo mantido este quantitativo em 1886, sem o registro de escolas noturnas criadas. Sobre o número de escolas criadas e sem funcionamento (3 masculinas e 1 feminina), não há registros claros nas fontes que indiquem justificativas, mas podemos supor a falta de verba para adquirir mobiliários escolares, fornecer aluguel do espaço físico e não provimento de professores.

Com vistas a estabelecer um controle acerca da população escolarizável, foram produzidos quadros comparativos entre o quantitativo de habitantes e o quantitativo de escolas nos anos de 1879, 1882 e 1889. Abaixo reproduzimos o quadro apresentado em 1879:

Tabela 15 – Quadro comparativo entre o quantitativo de habitantes e o quantitativo de escolas

Freguesia	Habitantes	Quantitativo de escolas	Habitantes por escola
N. S. da Piedade de Iguassú	3099	3	1033
N. S. da Conceição de Marapicú	3622	4	905
Sto Antonio de Jacutinga	4458	3	1486
S. João Baptista de Merety	1748	3	582
Sant'Anna de Palmeiras	1154	1	1154
Total	14.081	14	5160

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1879.

O resultado da análise empreendida em 1879 aponta para 14 escolas distribuídas pelo território iguassuano um contingente de 5.160 pessoas. Em 1882 apresentou-se um quadro nos mesmos moldes de 1879, a única diferença apontada é quanto à criação de mais uma escola

em N. S. da Piedade de Iguassú, elevando para quatro o número de escolas desta freguesia e reduzindo a proporção de habitantes por escola a 774. O quantitativo total de escolas públicas em Iguassú ficou em 15.

Em 1889 foi utilizado um quadro desenvolvido em 1878 pela Diretoria de Obras Públicas quanto à superfície dos municípios em Km<sup>2</sup> e a população de cada município para formular um quadro da Diretoria de Instrução contendo a superfície, população, quantitativo de escolas masculinas, femininas e mistas. Os dados referentes à escolarização são de 1889.

O Diretor da Instrução Pública, Manoel Ribeiro de Almeida, observou que “convém notar que nesse quadro não se levou em conta a população que ainda então constituía o elemento servil.”. Desta forma, em 1878, a superfície de Iguassú possuía 1.305,47 Km<sup>2</sup> e 14.081 habitantes, sem considerar as pessoas que foram escravizadas, e em 1889, até a data de expedição do relatório, contava com nove escolas públicas masculinas, seis femininas e uma mista.

Destacamos o quadro comparativo elaborado em 1881, porque este quadro considerou a população livre, número de escolas públicas, subvencionadas e particulares, matrícula e frequência. Sobre a população livre adotou-se o mesmo quantitativo do censo realizado em 1872: 14.081 habitantes. Abaixo elaboramos duas tabelas com os dados fornecidos relativos à Iguassú, uma abrangendo as escolas públicas e outra as escolas subvencionadas e particulares<sup>80</sup>:

Tabela 16 – Matrículas e frequência nas escolas públicas de Iguassú

	Escolas públicas		
	Para o sexo masculino	Para o sexo feminino	Total
Matrículas	353	170	523
Frequência	270	125	395

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1881.

Tabela 17 – Matrículas nas escolas particulares de Iguassú

	Nº de matrículas nas escolas subvencionadas e particulares		
	Sexo masculino	Sexo feminino	Total
Subvencionada	40	20	60
Particular	30	----	30
Total	70	20	90

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1881.

As escolas públicas representavam o maior número de matrículas (523) em comparação às escolas subvencionadas e particulares (90), ao menos nos registros oficiais. Outro ponto que nos chama a atenção é a ausência de dados relativos à frequência das escolas

<sup>80</sup> A escola subvencionada também é uma escola particular, todavia, reproduzimos a terminologia tal qual constam nas fontes.

particulares, corroborando a fala de que os diretores destas instituições recusavam-se a fornecer os mapas de frequência:

Figura 63 – Fala do Diretor – difícil acesso aos mapas de frequência

Antes de quaesquer penderações a respeito deste quadro comparativo, peço licença para referir-me ao que fiz observar no meu relatório passado acerca da matrícula de 1882. Notava-se uma differença para menos na desse anno comparada com a de 1881, e procurei explical-a ou por falta de mappas de escolas, aliás comprehendidas neste anno, ou por maior escrupulo nas estatisticas parciaes. Exigi com instancia a remessa dos mappas e recebi os seguintes, accusando a matrícula de 165 meninos e de 56 meninas :

Araruama.—Morro Grande, masculina.....	21
» S. Vicente de Paulo, feminina.....	23
Cantagallo.—Porto Velho do Cunha, masculina.....	28
» Idem, feminina.....	16
Estrella.—Pilar, masculina.....	23
Macahé.—Cidade, feminina.....	36
» Conceição do Frade, masculina.....	24
Magé.—Santo Aleixo, masculina.....	26
» Idem, feminina.....	24

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1881.

Na mesma página do extrato acima foi exposta uma relação de meninos que frequentaram escolas voltadas para o sexo feminino diante da ausência de instituições específicas para atendê-los. Conforme vimos, a baixa frequência era fator preponderante para o fechamento de escolas, pois o custeio para a manutenção daquele espaço não produzia o resultado esperado. Com o fechamento das escolas públicas havia a proposta de subvencionar uma instituição privada para receber os alunos desassistidos. Neste contexto, a escola mista, embora permeada por questões morais, emerge como alternativa para sanar demandas por educação a partir da redução da verba dispendida com o atendimento de ambos os sexos na mesma instituição. Em Iguassú registrou-se treze meninos que frequentaram escolas de meninas, corroborando a hipótese de que a transformação das escolas de meninas em escolas mistas seria uma estratégia para suprir as demandas por instrução:

Figura 64 – Meninos que frequentaram escolas para meninas

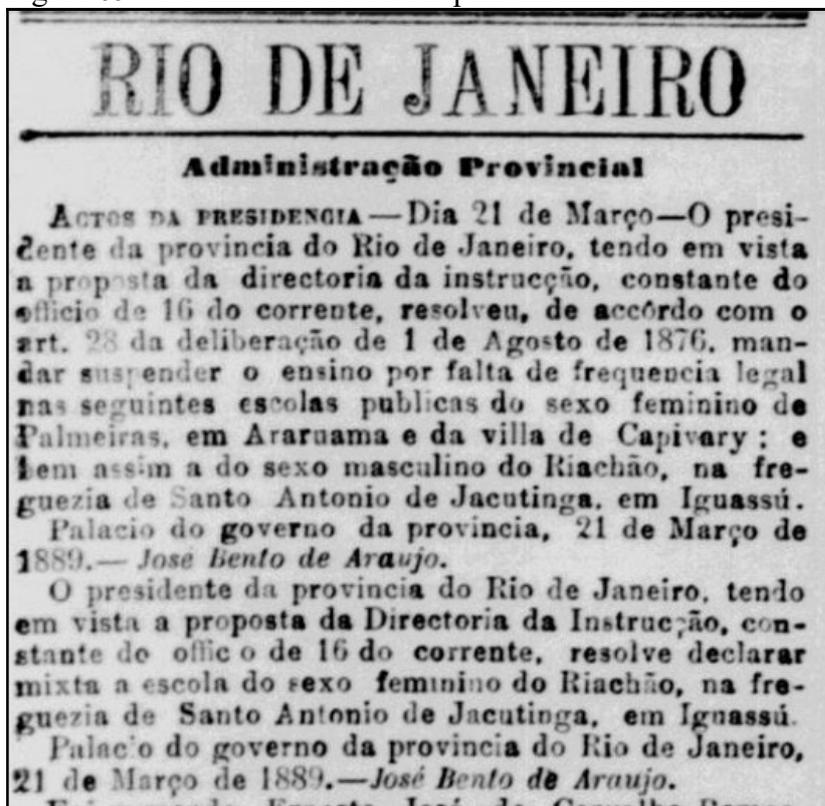
O anno de 1883, apezar das epidemias que se desenvolveram em diversas localidades atacando de preferencia as crianças, como sejam a coqueluche, a varicela e o sarampão, as quaes obrigaram a fechar temporariamente algumas escolas, a matrícula nas publicas e subvencionadas attingio ao numero de 18,394, sendo 12,088 nas destinadas ao sexo masculino e 6,306 nas outras. Nesta somma comprehendem-se 393 meninos que frequentaram as escolas do sexo feminino, os quaes distribuem-se pelos municipios seguintes:

Angra dos Reis.....	4
Araruamã.....	3
Barra de S. João.....	1
Barra Mansa.....	8
Campos.....	25
Carmo.....	1
Estrella.....	23
Iguassú.....	13
Itaborahy.....	37
Macabú.....	20
Magé.....	12
Macahé.....	5
Nitheroy.....	180
Nova Friburgo.....	10
Parahyba do Sul.....	6

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1881.

No que cabe à frequência escolar, verificamos uma imbricação entre esta e o processo de escolarização, na medida em que a baixa frequência era considerada fator responsável pelo fechamento de escolas. De acordo com a Deliberação de 1º de agosto de 1876, teriam o ensino suspenso as escolas que tivessem frequência inferior à 30 alunos, determinando através deste dispositivo a frequência considerada ideal para as escolas naquele período. Temos um exemplo da suspensão do ensino por baixa frequência na edição 84 do Jornal do Commercio de 25 de março de 1889 (p.1), onde foi reproduzido o ato do presidente da província determinando a suspensão de aulas na escola para o sexo masculino no Riachão por falta de frequência e transformando a escola feminina recém criada naquela localidade em mista:

Figura 65 – Fechamento da escola para meninos no Riachão



Fonte: Jornal do Commercio, 1889, p.1.

O Diretor da Instrução Pública, para atender ao disposto na lei orçamentária que determinava a suspensão do ensino nas escolas que não obtivessem a frequência de 30 alunos, organizou um quadro das escolas da província, classificando-as de acordo com os dados oficiais pertinentes ao ano de 1884:

Figura 66 – Escolas da província e faixa de frequência

MUNICIPIOS	SEXO MASCULINO					SEXO FEMININO						
	ATÉ 19	DE 20 A 29	DE 30 A 39	DE 40 A 49	DE 50 A 59	DE 60 E MAIS	ATÉ 19	DE 20 A 29	DE 30 A 39	DE 40 A 49	DE 50 A 59	DE 60 E MAIS
Angra dos Reis .....		7	3		1						1	
Araruama .....		4	2	2			2	3				
Barra de S. João .....			2	1				1		1		
Barra Mansa .....	2	4			1		3		2			
Cabo Frio .....	1	2	1		1	2	2					1
Campos .....	1	3	3	2	2	4	3	1	4		1	1
Cantagallo .....	1	1	1				3		2			
Capivary .....	1	1	1	1			1					
Carmo .....	1	1	1				1					
Estrella .....			1					1				
Iguassú .....		2	1	1	1	1		1	1			
Itaboraity .....	1	3	2	2	2			4	1			
Itaguaity .....	1	2	2					1	1	5	1	
Macaé .....	1	2	1	1		2		1			1	
Magé .....	2	2	1	1			2	1	2			
Mangaratiba .....		2				1		1				
Maricá .....	1	6	2	1			3	1				
Nitheroy .....	3	7	8	6	2	2	2	9	6	8	3	3
Nova Friburgo .....	1	1	2					2		1		
Paratyba do Sul .....		3				1			2			
Paraty .....	1	2	1					1				
Petropolis .....		1	1			2		1				3
Pirahy .....	1	3	1	2		1	2	1	1			
Rezende .....	1	2		2		2	2	2				1
Rio Bonito .....			3	1	1		1					
Rio Claro .....			2	1		1		1				
Sant'Anna de Macaé .....	3			1				2				
Santa Maria Magdalena .....	1	1									1	
Santo Antonio de Padua .....					1							
S. Fidelis .....		1	2	1	1							1
S. João da Barra .....	1	3	2	1	2			1	1		1	
S. João do Príncipe .....		2	1	1			2	1	1			
Sapucaia .....		1		2			1					
Saquarema .....	2	4		1				2	1			
Valença .....		4	3				1	4	2	1	1	
Vassouras .....		3	2	2			3	1				

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1884.

Com base no quadro acima, Iguassú possuía, para as escolas voltadas para o sexo masculino, duas escolas na categoria de 20 a 29 alunos, uma escola em cada uma das categorias de 30 a 39 alunos, de 40 a 49 alunos, de 50 a 59 alunos, de 60 e mais. Nenhuma escola na categoria “até 19”, o que se repete com as escolas para o sexo feminino que demonstraram quatro escolas na categoria de 20 a 29 alunas e uma escola de 30 a 39 alunas, com nenhuma escola se enquadrando nas categorias seguintes, demonstrando, nos dados oficiais, que a média de frequência em Iguassú, tanto das escolas para meninos quanto para meninas, girava em torno de 20 a 29 crianças.

Diante dos dados apresentados, o Diretor da Instrução, Manoel Ribeiro de Almeida, sugere, em 1886, que o critério para fechamento de escolas baixe a frequência de 30 para 20 alunos:

Figura 67 – Mudanças no critério de suspensão do ensino

Tratando da frequencia, peço-vos que reconsideréis, si vos parecer acertado, a deliberação que tomastes de mandar encerrar as escolas de menos de 30 alumnos frequentes, o que traria o resultado de apagar-se o ensino em quasi metade das escolas publicas installadas, ficando em disponibilidade com ordenado os respectivos professores e entregues ao abandono o mobiliario existente nessas escolas.

Parece que o minimo da frequencia pôde descer a 20, fechando-se as escolas que não attingirem a esse numero. As escolas subvencionadas

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1886.

Retomando o relato do professor João Antonio de Barros, em 1883, a falta de assiduidade foi considerada uma das causas que teria “retardado o progresso da escola”. Devido ao “sarampo outrora, e a coqueluche atualmente, esses flagelos reduziram a escola a frequência de seis, todas em silabarias, razão pela qual deixou de haver exames” (PERES, no prelo).

Ainda no relatório de 1886 o Diretor da Instrução Pública avaliou as dificuldades para que os alunos frequentassem a escola, destacando a incompreensão das famílias em relação aos benefícios advindos da instrução, o que fazia com que retirassem as crianças da escola tão logo fossem necessárias nas atividades domésticas; “muitos outros não mandam os filhos á escola por falta de roupa”. Também foram elencados como fatores para a baixa frequência a distância considerável entre as residências e as escolas, “os máos caminhos”, e em relação ao sexo feminino “a falta de quem guarde as meninas no trajecto de estradas desertas”(p.6):

Figura 68 – Empecilhos para a escolarização

E' sem duvida diminuto o numero de alumnos que frequentam as escolas publicas da Provincia, attendendo-se á população presumivel dos diversos municipios. Os beneficios da instrucção primaria não podem ser apreciados por aquelles que a não conhecem, além disso muitos paes não comprehendem quanto seus filhos ganhariam cultivando-lhes a intelligencia; muitos outros não mandam os filhos á escola por falta de roupa. A irregularidade da frequencia é tambem determinada por diversas causas, como as distancias, os máos caminhos, e quanto ao sexo feminino concorre ainda a falta de quem guarde as meninas no trajecto de estradas desertas. Muitos paes mandam os filhos á escola, mas retiram-nos logo que tem necessidade delles para trabalhos domesticos. Muitos outros retiram os filhos mal elles sabem ler e garatujar palavras, autes de terem gravado na intelligencia o pouco que aprenderam.

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1886.

Se a média de frequência em Iguassú girava em torno de 20 a 29 crianças, por diversos motivos que dificultavam o acesso do público alvo da escolarização, exceções eram celebradas, como expresso no relatório do Diretor da Instrução Pública, de 08 de agosto de

1885, parabenizando professores que obtiveram frequência igual a 60 alunos ou superior em 1884 e onde encontramos o professor Garcia Mascarenhas dos Santos Silva, de Marapicú (p.9):

Figura 69 – Recompensa por frequência

Peço licença a V. Ex., para neste logar fazer menção dos Professores Públicos, em cujas escolas a frequencia foi de 60 e mais alumnos. Sirva-lhes a publicação de seus nomes de recompensa, já que outra não lhes posso dar, dos esforços por elles empregados para conquistar nos logares em que exercem a sua ardua e muito honrosa profissão, a posição conspicua que lhes compete. Não é só a frequencia que qualifica os bons Professores; outros ha, e não são poucos, dignos de estima e de respeito, que não alcançaram nas escolas que regem matricula superior á legal (60) por causas que lhes não podem ser com justiça attribuidas.

Os Professores a que me referi são :

Francisco Lopes Lourenço (cidade de Cabo Frio).....	111
Luiz José Cardoso Junior (cidade de Nictheroy).....	99
Manoel Rodrigues Gomes (Jacarehy, Mangaratiba).....	96
Anacleto Bernardo de Mattos (Encruzilhada, Parahyba).....	94
Heleodoro de Paula Machado (Becco, Campos).....	92
Nicolau José d'Almeida (cidade de Macahé).....	91
Hênrique Monken (cidade de Petropolis).....	91
Noel da Gama Moret (cidade de Petropolis).....	90
Candido José Mendes Pereira (cidade de Campos).....	87
José Martiniano da Veiga Nobrega (cidade de Nictheroy).....	87
Manoel Jacintho Gonçalves (S. Gonçalo, Campos).....	77
Garcia Mascarenhas dos Santos Silva (Marapicú, Iguassú).....	71
Miguel Pereira da Silva Torres (Arraial do Cabo, Cabo Frio)....	70
Antonio Cactano Dias (cidade de Macahé).....	69
Luiz José da Cunha Bastos (Lapa, Campos).....	68
Mariano Ignacio de Souza Valente (Turvo, Pirahy).....	65
Procopio Honorio Alves Cabral (Rezende, cidade).....	64
Francisco Celestino de Castro (Rezende, Campos Elysios).....	60

• 1. P. 3

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1885.

Quanto às formas escolares, encontramos no relatório do Diretor da Instrução Pública de 1879 um quadro contendo as escolas públicas de ensino primário que funcionavam em regime de internato. Exposições deste teor inexistiram nos relatórios seguintes, o que impossibilitou o acompanhamento da evolução de dados sobre este tipo de instituição na região. Diante da escassez dos números e da especificidade que envolve o internato<sup>81</sup>, sobretudo público, optamos por expor dados pertinentes não só a Iguassú, mas em adotar o mesmo caráter de região, compreendendo Estrella, Iguassú e Magé, que adotamos ao tratar das categorias das escolas.

<sup>81</sup> “O internato foi uma experiência vivida no território colonial, sobretudo por intermédio da ação das Santas Casas de Misericórdia e dos Recolhimentos e Asilos. Ao longo do século XIX, porém, a experiência dos internatos conhecerá formas e finalidades diversas para públicos distintos, classificando, distinguindo e hierarquizando a população para a qual se destinava.” (GONDRA e SCHUELER, 2008, p.112).

Desta forma, ao considerar as informações concernentes a Estrella, Iguassú e Magé, haviam apenas dois internatos públicos na região, um em Estrella localizado na Raiz da Serra, regido pela professora Maria da Gloria L. de Almeida, com licença de funcionamento de 16 de novembro de 1875 e em 1876 contava com seis internas. Não foram mencionados os nomes das internas. Já Iguassú contava com um internato na Jacutinga, com regência do professor Oliverio Pereira Monteiro, licença de funcionamento obtida em 20 de novembro de 1878 e a presença de quatro internos, que não tiveram os nomes citados, da mesma forma que as internas de Estrella. Não havia registro de internato público em Magé.

O relatório do Diretor da Instrução Pública de 1888 informou que “abriram-se as escolas nocturnas das villas de Iguassú e da Barra de S. João.”(p.49), que além de atuar na redução da “massa de analphabetos” atuaria “afim de facilitar aos libertos os meios indispensáveis para sua completa regeneração” (p.5):

Figura 70 – Escolas noturnas

As escolas nocturnas, com excepção das de Nictheroy e Campos, não têm dado os resultados que dellas se esperavam, attendendo á sua frequencia em relação ao numero de alumnos que a grande massa de analphabetos poderia forneêr-lhes. Todavia parece-me necessario multiplicar esses fócios de instrucção, até agora limitados a poucas cidades e villas, afim de facilitar aos libertos os meios indispensaveis para sua completa regeneração.

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1888.

No Relatório de 15 de outubro de 1889, registrou-se a fala do Diretor da Instrução Pública de que a estratégia para “regenerar” os libertos não deu resultado nas escolas noturnas (p.11):

Figura 71 – Ensino noturno para libertos

No relatório do anno passado fui de parecer que convinha multiplicar as escolas nocturnas, afim de facilitar aos libertos os meios indispensaveis para sua completa regeneração. Infelizmente, porém, das escolas nocturnas existentes, tem sido concorridas pelos libertos sómente as tres que se abriram na freguezia de Cordeiros, no municipio desta capital, logo depois da lei de 13 de maio de 1888, pela generosa iniciativa do respectivo vigario conego Galdiño Xavier da Silva Malafaia e dos professores publicos Antonio Vieira da Rocha, Antonio Joaquim Alves de Vargas e Manoel Estacio da Costa e Silva.

A da séde da freguezia conta 21 libertos matriculados, a de Itatindiba 22, e a de Guaxinliba 26, ao todo 69 libertos.

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1889.

Se a frequência se fazia importante, o número de matrículas servia de base para endossar a frequência. Enquanto os números de matrícula apresentados pelas escolas públicas expunham variação, as escolas subvencionadas divulgavam os mesmos quantitativos em

todos os anos ou simplesmente não os divulgavam sem apresentar justificativa para tal. Um exemplo da dinâmica diferenciada quanto à apresentação dos dados entre estabelecimentos públicos e particulares se deu em 1884 quando não foi computada a matrícula das escolas públicas para o sexo masculino de Merity e Sarapuhy e do sexo feminino de Merity. Consideramos uma dinâmica diferenciada, porque a não apresentação de dados pelas escolas públicas deveria acompanhar a exposição de uma justificativa. No caso citado, a justificativa constante no relatório foi de que os mapas estatísticos não chegaram na repartição a tempo de integrarem o relatório. Abaixo exibimos dados sintetizados quanto às matrículas na província a partir das informações presentes nos relatórios do Diretor da Instrução Pública:

Tabela 18 – Matrículas nas escolas públicas e subvencionadas da Província do Rio de Janeiro

Ano	Escolas públicas para o sexo masculino	Escolas subvencionadas para o sexo masculino	Escolas públicas para o sexo feminino	Escolas subvencionadas para o sexo feminino	Total
1879	369	40	136	Não houve	545
1880	368	40	157	20	585
1882	356	40	164	20	580
1883	353	40	163	20	576
1884	296	20	144	20	480

Fonte: Relatórios do Diretor da Instrução Pública, 1879; 1880; 1882 a 1884.

Nos anos de 1883 e de 1885 a 1888 foram organizados quadros contendo a matrícula e frequência nas escolas públicas para os sexos masculino e feminino da província do Rio de Janeiro. Os quadros apresentavam dados subdivididos entre os municípios e respectivas freguesias, bem como dos lugares em que estavam instaladas as escolas, as categorias, os professores e professoras, a que classe os docentes pertenciam, matrículas por trimestre, frequência no ano e a quantidade de alunos(as) prontos para realização de exames.

Abaixo apresentamos o quadro de matrícula e frequência para as escolas públicas do sexo masculino instaladas em Iguassú no ano de 1883 e o quadro atinente às escolas públicas do sexo feminino também em Iguassú no ano de 1886:

Figura 72 – Reprodução do quadro de matrícula e frequência - 1883

Quadro da matrícula e frequência nas escolas publicas para o sexo masculino da provincia do Rio de Janeiro, no anno de 1883												
Municípios	Freguezias	Lugares	Categorias	Professores	Classe	Matricula por trimestre				Frequencia	Promoção	
						1.º	2.º	3.º	4.º			
Iguassú	N. S. da Piedade.....	Villa.....	2.ª	Luclio José da Silva.....	Effectivo	10	17	20	20	27	2	
	»	Rio do Ouro.....	»	José Constantino da Silva e Souza Junior	»	99	99	32	32	21		
	Santo Antonio de Jacutinga.....	Sédo.....	»	Oliverio Pereira Monteiro.....	»	53	53	58	49	44	2	
	»	Brojo.....	1.ª	Narico Jurbas Xavier.....	»	40	42	44	48	44		
	»	»	»	2.ª	Esteyão dos Santos Fasciotti.....	»	51	55	47	47	29	1
	N. S. da Conceição de Marapicá.....	Quelmadós.....	»	Garcia Mascarenhas dos Santos Silva.....	»	55	50	63	60	51		
	»	Sédo.....	1.ª	Mannel Antonio da Costa Burreto.....	»	»	»	»	23	20	2	
	S. João Baptista de Merity.....	Pavuna.....	»	João Baptista da Silva Borges.....	Provis.	»	»	»	32	23		
»	Sarapuby.....	»	»	»	»	»	»	»	»	2		
Sant'Anna de Palmeiras.....	Sédo.....	»	João Antonio de Barros.....	Effectivo	29	23	27	27	7			

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1883.

Figura 73 – Reprodução do quadro de matrícula e frequência - 1886

Municípios	Freguezias	Lugares	Professoras	Classe	Matricula por trimestre				Frequencia	Alunas Promovidas
					1.º	2.º	3.º	4.º		
Cantagallo	Santissimo Sacramento.....	Cidade.....	D. Maria Romana Wamosy Moss.....	Effectiva	47	54	50	47	39	3
	»	S. Sebastião do Paralyba	D. Luitza Adelaide de Ahräu Lima.....	Prov.	18	25	25	23	24	
	»	Bom Jardim.....	D. Augusta Amalia de Castro Botelho.	Effectiva	35	34	34	34	34	
	Santa Rita do Rio Negro.....	Sédo.....	D. Rosalina Wamosy de Az vado.....	»	20	22	23	21	20	
	»	Estrada Nova.....	D. Eugenia de Oliveira.....	»	8	10	13	16	13	
Capivary	Conceição das Duas Barras.....	Sédo.....	D. Eldina Fernandes Dias.....	»	»	21	21	13	4 e 8	1
	N. S. da Lapa.....	Villa.....	D. Josephina Pinto dos Reis.....	Effectiva	23	20	28	27	18 e 3	
N. S. do Carmo	N. S. do Carmo.....	Villa.....	D. Candida Carmina Caldas.....	Effectiva	11	10	20	21	14	1
	N. S. da Conceição do Paqueta.....	Sédo.....	D. Lourença de Oliveira Bezerra.....	»	33	31	»	29	24 e 1	
Estrella	N. S. da Piedade.....	Villa (*).....	D. Julieta de Sampaio Mayrink.....	Effectiva	0	5	4	8	4	2
	»	Raz da Serra.....	D. Izabel Alves Barrão.....	»	33	32	32	28	23 e 4	
	N. S. da Guin.....	Sédo (*).....	D. Rita Albertina dos Reis.....	»	23	26	26	26	25	
	»	Ipiranga.....	D. Maria Pereira Chalrés.....	»	23	26	27	28	14 e 11	
	»	Cayobá.....	D. Francisca Maria da Costa e Silva.....	Provis.	38	37	37	41	17 e 20	
»	S. Francisco de Croará (*).....	Sédo.....	D. Anna Josephina Nery da Silva.....	Effectiva	15	11	8	9	8	
Iguassú	N. S. da Piedade.....	Villa.....	D. Augusta Candida Xavier de Araújo.	Effectiva	37	38	41	39	28 e 7	2
	»	Rio do Ouro.....	D. Luitgarla Saraiva de A. curi.....	»	31	31	32	30	23 e 1	
	Santo Antonio de Jacutinga.....	Sédo.....	D. Maria Rosa Monteiro Pariz.....	»	27	20	30	30	Li	
	N. S. da Conceição de Marapicá.....	Quelmadós.....	D. Eugenia Carolina Ribeiro.....	Provis.	13	14	18	23	17 e 4	
	»	Sédo.....	D. Claudina Custodia Ribeiro Baptista.	Effectiva	25	29	30	24	23	
S. João Baptista de Merity.....	Sédo.....	D. Maria Leopoldina de Oliveira Barros.	»	21	21	22	22	8 e 9		

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1886.

Conforme podemos verificar, a coluna “categoria” não aparece no mapa de 1886, pois de acordo com o Decreto nº 2.782 de 1885 as categorias das escolas foram extinguidas. As fontes dos quadros são de difícil visualização devido à quantidade de dados que eles abarcam, com vistas a sanar esta problemática elaboramos duas tabelas contendo o número médio de matrículas e frequência tanto para o sexo masculino quanto para o feminino:

Ao analisar os dados da tabela acima, verificamos que a freguesia de N. S. da Conceição de Marapicú, na Séde, detinha o maior quantitativo em relação ao número médio de matrículas e frequência em 1883 e 1885. Em 1886 a média de matrículas da escola de Queimados, também em Marapicú, foi superior, no entanto a maior frequência continuou na escola da Séde de Marapicú. A escola de Queimados assumiu quantitativos de matrícula e frequência superiores às demais escolas do município no ano de 1887 e em 1888 a escola da Séde de Santo Antonio de Jacutinga obteve um incremento considerável ao atingir a média de 63 matrículas e frequência de 40 alunos em oposição ao ano anterior quando registrou média de 35 matrículas e frequência de 25 alunos. Ressaltamos que em 1888 a escola com frequência mais elevada voltou a ser a localizada na Séde de N. S. da Conceição de Marapicú (44 alunos).

Em relação às escolas do sexo masculino com menor número médio de matrículas e frequência, destacamos que não há registros em 1883 para as escolas localizadas no Riachão, em Santo Antonio de Jacutinga, e na Séde de São João Baptista de Merity, pois a primeira foi criada em 1885 e entrou em funcionamento em 1886, enquanto a segunda não enviou para a Diretoria de Instrução Pública os mapas de matrícula e frequência. Desta forma, para o ano de 1883, a escola da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú registrou a menor média de matrículas (19), porém a menor frequência ficou a cargo da escola de Sant’Anna das Palmeiras (7). Em 1885, a escola da Séde de Merity obteve o menor número de matrículas, contudo a menor frequência registrou-se na Séde de Jacutinga, que ficou com a menor média de matrículas e frequência no ano seguinte. A escola do Riachão sofreu queda no número de matrículas e frequência em 1887, assumindo, assim, os menores quantitativos naquele ano e no posterior.

Tabela 19 – N° médio de matrículas e frequência por ano das escolas públicas para o sexo masculino

Freguesia	Lugares	N° Médio de Matrículas e Frequência por Ano									
		1883		1885		1886		1887		1888	
		N° médio de matrículas	Frequência	N° médio de matrículas	Frequência	N° médio de matrículas	Frequência	N° médio de matrículas	Frequência	N° médio de matrículas	Frequência
<b>N. S. da Piedade</b>	Villa	19	27	35	41	40	31	43	37	44	35
	Rio do Ouro	33	24	42	34	42	30	41	25	40	26
<b>Santo Antonio de Jacutinga</b>	Séde	53	44	33	18	15	16	35	25	<b>63</b>	40
	Brejo	44	44	30	20	31	25	30	22	34	28
	Riachão	0	0	24	0	30	28	16	11	23	12
<b>N. S. da Conceição de Marapicú</b>	Séde	<b>59</b>	<b>51</b>	<b>70</b>	<b>60</b>	43	<b>49</b>	47	40	44	<b>44</b>
	Queimados	51	28	52	33	<b>53</b>	47	<b>51</b>	<b>49</b>	49	37
<b>S. João Baptista de Merity</b>	Pavuna	28	20	0	0	0	0	0	0	0	0
	Séde	0	0	20	19	20	23	38	27	29	24
	Sarapuhy	32	28	33	23	30	18	29	28	33	15
<b>Sant'Anna das Palmeiras</b>	Séde	26	7	35	28	28	22	33	31	28	23

Fonte: Relatórios do Diretor da Instrução Pública, 1883; 1885 a 1888.

Tabela 20 – N° médio de matrículas e frequência por ano das escolas públicas para o sexo feminino

Freguesia	Lugares	N° Médio de Matrículas e Frequência por Ano									
		1883		1885		1886		1887		1888	
		N° médio de matrículas	Frequência	N° médio de matrículas	Frequência	N° médio de matrículas	Frequência	N° médio de matrículas	Frequência	N° médio de matrículas	Frequência
<b>N. S. da Piedade</b>	Villa	24	23 e 03	42	27 e 11	<b>39</b>	<b>28 e 07</b>	<b>33</b>	<b>32</b>	31	26
	Rio do Ouro	23	17	<b>29</b>	<b>24 e 01</b>	31	22 e 01	23	14	21	19
<b>Santo Antonio de Jacutinga</b>	Séde	<b>39</b>	<b>30 e 02</b>	29	19	29	18	30	18	<b>52</b>	<b>42</b>
<b>N. S. da Conceição de Marapicú</b>	Séde	19	18	22	14 e 04	18	17 e 04	28	28	28	26
	Queimados	25	22	27	25	28	25	25	23	25	24
<b>São João Baptista de Merity</b>	Séde	22	10 e 08	23	4 e 13	22	08 e 09	25	17	23	17

Fonte: Relatórios do Diretor da Instrução Pública, 1883; 1885 a 1888.

A quantidade de escolas voltadas para o sexo feminino é 55% menor do que as escolas destinadas ao sexo masculino e quanto à frequência, os números apresentados em separado podem indicar a frequência de meninos nas escolas de meninas, considerando que apenas no ano de 1883 foi informada essa frequência no relatório do Diretor da Instrução Pública e somando os valores apresentados em separado chegamos ao mesmo valor divulgado em 1883: 13.

Ainda em 1883 a escola para o sexo feminino com a maior média de matrículas e frequência ficava localizada na Séde de Santo Antonio de Jacutinga, em 1885 a escola de Rio do Ouro, na freguesia de Nossa Senhora da Piedade, apresentou o mesmo número de matrículas que a escola da Séde de Jacutinga, porém a frequência registrada na Rio do Ouro foi superior. A escola da Vila de Nossa Senhora da Piedade apresentou quantitativos maiores tanto em matrículas quanto em frequência no ano seguinte.

Ressaltamos que em 1887 e em 1888 não aparecem mais números em separado quanto à frequência, o que pode indicar algum ato que tenha restringido o acesso de meninos em escolas de meninas. A escola da Vila de Nossa Senhora da Piedade apresentou novamente em 1887 dados superiores aos das demais escolas com uma característica peculiar, pois os números de matrícula foram próximos da frequência, 33 e 32 alunas, respectivamente. Em 1888 a escola da Séde de Jacutinga retomou o posto de instituição com maior número médio de matrículas e frequência, todavia com valores expressivos, que destoam dos apresentados até então (média de 52 matrículas e 42 alunas presentes).

Dentre as escolas com a menor média de matrículas e frequência verificamos que a escola da Séde da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicú apresentou-se nesta categoria nos três primeiros anos analisados, cedendo o lugar para a escola do Rio do Ouro em Nossa Senhora da Piedade nos dois anos seguintes. Em 1888 a referida escola detinha a menor média de matrículas, contudo a menor frequência foi registrada na escola da Séde de São João Baptista de Merity.

Dentre as professoras que atuavam nas escolas com maior número de matrículas destacamos: D. Maria Rosa Monteiro Pariz<sup>82</sup>, D. Luitgarda Saraiva de Moura e D. Augusta Candida Xavier de Araújo, já com o menor número temos: D. Maria Gertrudes Leal Vieira, D. Eugenia Carolina Ribeiro e D. Maria Leopoldina de Oliveira Barros. Quanto ao sexo masculino, ressaltamos os seguintes professores com maior número de matrículas: Garcia Mascarenhas dos Santos Silva, Estevão dos Santos Fasciotti e Ignacio Augusto Almeida

---

<sup>82</sup> Ou “Paris”, encontramos com as duas grafias.

Fortuna. Em relação ao menor número temos os professores: Lucio José da Silva, João Antonio de Barros, Manoel Antonio da Costa Barreto, Oliverio Pereira Monteiro, Ambrosio de Sant'Anna e Augusto Ferreira da Silva. No próximo tópico trataremos acerca destes sujeitos da instrução.

### 3.2 Professores em trânsito: licenças, remoções, promoções

Gondra e Schueler (2008) ressaltaram que ao ler fontes oficiais é perceptível um movimento no sentido caracterizar a ação docente enquanto missão. Neste aspecto, assemelhando-se aos sacerdotes, o exercício do magistério trazia consigo uma esfera redentora, capaz de retirar a população da ignorância, alçando-a ao posto de civilização e reforçando o conceito de nação que se tentava imprimir. O relatório do Diretor da Instrução Pública de 1881, por exemplo, registrou que o trabalho mais importante na disseminação da instrução cabia ao professor:

[...] de sorte que o menino possa em tempo breve prestar á familia serviços uteis com o que houver aprendido na escola; manter relações com as familias para alcançar matricula e frequencia, e por seu comportamento publico e privado conquistar a estima e respeito geral. São os professores os melhores propagandistas da instrucção primaria, e tomando esse encargo não fazem mais do que cumprir o dever a que se obrigaram pelo facto da nomeação. (p.26 e 27)

Antes de exercer o respectivo dever enquanto docente, haviam caminhos diversos que poderiam ser percorridos até o exercício do magistério. A comprovação da habilidade em atuar nesta esfera poderia ser obtida através de exames públicos e orais ou a partir da solicitação de dispensa destes exames por meio do reconhecimento da experiência profissional na área. Em ambos os casos, o Estado detinha o poder decisório, na medida em que uma solicitação de dispensa indeferida implicava na submissão do candidato aos exames públicos, cuja banca era selecionada pelo Ministério do Império<sup>83</sup>, com designação do Inspetor Geral baseada em consulta ao Conselho Superior de Instrução (GONDRA e SCHUELER, 2008).

O reconhecimento da formação pela prática ocasionou no enfraquecimento de instituições voltadas para a formação profissional de docentes, como a Escola Normal, que ficava com cadeiras sem professor designado por meses e até anos, conforme atestaram os

---

<sup>83</sup> Conforme explicitado no primeiro capítulo, o Ministro do Império era responsável pela administração da instrução pública na Corte Imperial e o Diretor da Instrução Pública pela instrução pública na província. Desta maneira, o processo seletivo para professores que desejassem atuar na província compreendia banca selecionada pelo Diretor da Instrução Pública.

relatórios elaborados pelo diretor da referida escola. Outra consequência dessa dependência verificava-se na constituição de uma complexa “rede de lealdades”, cujo ponto principal seria a concessão de cargos públicos (VILLELA, 2014).

Villela (2014) afirmou que a documentação pertinente ao provimento de cargos como a docência em escolas públicas “não deixa dúvidas sobre o funcionamento dessa economia de favores. A correspondência da Diretoria de Instrução contém vários requerimentos pedindo um lugar no magistério público” (p.112). Também encontramos vestígios da “economia de favores” nos relatórios do Diretor da Instrução Pública, por exemplo, em 1881, ao defender a manutenção das categorias para as escolas, pois a partir do estabelecimento destas os alunos da Escola Normal pararam de importunar “pessoas influentes” por nomeações “do seu desejo”:

Figura 74 – Relato do Diretor da Instrução Pública em defesa da manutenção das categorias das escolas

Não posso deixar de ocupar a atenção de V. Ex. com a questão das categorias, tão reprovadas por alguns professores, e que foram estabelecidas e parece-me devem ser mentidas por interesse publico e dos mesmos professores.

A classificação das escolas por categorias assegura ás familias do interior o provimento das cadeiras estabelecidas para o seu serviço, que não teriam professor habilitado, se os pretendentes podessem esperar occasião favoravel para conseguirem a nomeação desejada. O facto já o demonstrou; depois do estabelecimento das categorias não ha, como outr'ora, alumnos da Escola Normal com habilitação para o professorado, que vivam aqui na capital importunando ás pessoas influentes para obterem nomeação do seu desejo. Muitas habilitadas pela mesma escola tem aceitado nomeações, que não aceitariam, se tivessem esperança de ver satisfeita a sua vaidade. Actualmente contam-se apenas algumas d'essas habilitadas desempregadas, porque circumstancias particulares não lhes permittem sahir da capital.

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1881, p.27.

Um exemplo da rede de lealdades também pode ser verificado a partir do favorecimento de alguns alunos quando da execução de exames, conforme edição 24 do Jornal do Commercio, de 24 de janeiro de 1880, que traz na seção “Publicações a pedido” uma análise do estado da instrução pública com o título: “Máscaras A’baixo”. A provocação implícita no título, e que se desdobra no artigo propriamente dito, talvez tenha amparo no anonimato de seu autor que, sob o pseudônimo de “Booz”, iniciou o artigo afirmando que a instrução estava um caos e que em nosso país não passava de uma “expressão abstrata”, sobretudo, porque “os programmas sem criterio e a influencia politica não a deixão caminhar;

a improbidade a assalta na estrada, e, roubando-lhe o prestígio do nome, a torna escrava de seus interesses” (p.3).

Para exemplificar a afirmação de que os programas não eram adequados e da influência política perniciosa à causa da instrução pública, Booz narra uma situação que teria ocorrido na secretaria da instrução<sup>84</sup>:

Hontem de noite, dizem os taes educadores, logo que entrão na secretaria da instruccão: estivemos com o ministro F., e, conversando relativamente a exames, parece-nos que tudo isto vai passar por grande reforma, e deu-nos igualmente a entender que a secretaria vai tambem ser objecto de especial attenção.

Da nossa parte promettemos fornecer aos amigos do ministerio a nossa particular e intima opinião.

Cumpre que estes examinadores e empregados da instruccão saibão que não somos directores destes collegiosinhos sem nome e sem prestígio.

Os nossos nomes e os nomes de nossos alumnos são bem conhecidos; um simplesmente não serve; para taes nomes só distincções.

Os empregados da secretaria ouvem estas conversações; os examinadores que paixão pelo salão, ficão sabendo que estes educadores estão em intimidade com os ministros; os bidéis, finalmente, tambem ficão conhecendo os senhores a que têm de servir.

Depois deste prologo, pouco edificante, começa a arça.

A ordem das chamadas é logo alterada; os examinadores dão o braço aos influentes directores, e enquanto estes passeião pela secretaria, combinando chapas eleitoraes, concursos do Pedro II, novas edições de pontos, futuras nomeações de examinadores e até banquetes nos restaurantes, os bedéis movem-se em todas as direções, transmittindo entre os examinandos privilegiados e os professores ad hoc, que esperão nos corredores, e nos botequins, os distinctos telegramas.

Eis o espetaculoso diário que oferece a instruccão. (p.3)

Demonstrando a influência das “redes de lealdades” erigidas não só na câmara municipal iguassuana e na Assembleia Legislativa Provincial, conforme expusemos no segundo capítulo, mas na própria Secretaria da Instrução, na medida em que, segundo Booz a instrução não passa de uma “manta de retalhos”, onde o aluno conhece alguns pontos, mas não é capaz de estabelecer qualquer relação entre eles. Desta forma, os exames seriam convertidos em uma loteria na qual os bilhetes premiados chegariam às mãos daqueles a quem a “sorte sorriso-lhe ou a escamoteação o protegeu”:

Os pontos convertem os exames em uma verdadeira loteria, e se prestão a todas as subtilezas.

Um bom alumno apresenta-se a exame, mas tem a infelicidade de tirar um ponto que não tem bem gravado na memoria. Se tem padrinho alcaide, póde retirar-se e entrar em novo exame, se não tem padrinho, está reprovado.

Um outro entra em exame, sabendo meia duzia de pontos. A sorte sorriso-lhe ou a escamoteação o protegeu; é então uma distincção que se mostra ao publico. (p.3)

Uma vez dotados do Título de Capacidade e nomeados, os desafios da profissão docente não estariam totalmente transpostos, tanto que em 1883 houve uma reunião na capital

<sup>84</sup> Por tratar da Secretaria da Instrução e do Ministério compreendemos que tal passagem tenha ocorrido na Corte Imperial.

da província na qual alguns professores<sup>85</sup> redigiram uma representação a ser exposta ao Presidente da Província, José Leandro de Godoy e Vasconcellos<sup>86</sup>. A representação sugeria alterações na legislação com vistas a melhorar o desempenho dos docentes e versava sobre três pontos: aumento dos vencimentos<sup>87</sup> e do custeio, além da extinção das categorias em que se classificavam as escolas.

Quanto ao aumento de vencimentos, o Diretor da Instrução Pública afirmou que não seria viável naquele momento, embora reconhecesse a defasagem de salários dos professores, contudo, “sem dar todo o peso a previsões sinistras em relação ao estado financeiro da província, a mais simples reflexão recommenda, senão impõe imperiosamente, a maior cautella na decretação das despesas publicas.” (1884, p.7 e 8).

Tentando apresentar uma resposta à reclamação reconhecida como justa, Josino Nascimento pensou em três medidas que poderiam ser adotadas, considerando os 420 professores públicos que a província dispunha à época: melhorar o vencimento conforme antiguidade aliado ao parecer das autoridades locais indicando merecimento; retomar o sistema de classes adotado antes das categorias por escolas; igualar todos os vencimentos e conceder vantagens aos professores que registrarem maior frequência. Concluiu que:

Figura 75 – Resposta à representação docente

Qualquer que seja a solução que se houver de dar á dificuldade terá inconvenientes. Se para o augmento de vencimentos tivermos em mira o merecimento, é de temer o favoritismo; se porém attendermos sómente a anti-guidade serão por certo contemplados muitos sem serviços de valor. Como quer que seja, é necessario quebrar o laço que prende os melhores vencimentos ás cathegorias.

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1884.

Sobre a categoria das escolas, não era de interesse da Diretoria da Instrução Pública que as categorias fossem extintas, porque tanto para o diretor quanto para a comissão de instrução as escolas em locais mais afastados da sede das vilas, onde os professores deveriam receber os vencimentos, ou em locais reconhecidos como insalubres não entrariam em

<sup>85</sup> A documentação não cita os nomes dos professores e sequer o lugar em que estariam lotados.

<sup>86</sup> “Colaborou o Godoy na “Opinião Liberal” e agitou-se no “Clube Radical”, em companhia dos grandes chefes liberais “progressistas” ou “históricos” do seu tempo. Esse fogo e espírito de combate de detentor da paixão e intransigência política, tão contrários ao feito urbano e cordial, inerentes à mansuetude do homem particular, Godoy resfriava-os em casa e na sociedade que ornava, tanto era afetuoso, risonho e de são e discreto juízo nas suas relações particulares. Marat, a fera exasperada do “Ami du Peuple”, não foi, na intimidade, o mais doce e cordato dos homens? Tendo sido o Godoy advogado e Presidente de três províncias, deixou-as envolvido na tradição de honra e pobreza desses políticos da velha guarda do Império.” (TONIN, 2009, p.161).

<sup>87</sup> De acordo com a Deliberação de 1º de agosto de 1876, os vencimentos dos professores seriam de 800\$000 para a 1ª categoria (valor inicial), 1:000\$000 para a 2ª categoria e 1:200\$000 na 3ª categoria. A mudança de classes seria feita após cinco anos atuando em uma classe.

funcionamento ou seriam ocupadas exclusivamente por professores substitutos, caso as categorias não estivessem em vigor. Sendo assim, a manutenção das categorias era encarada pelo Estado como uma questão de “interesse publico”. Todavia, o entrave maior seria retirado caso os vencimentos deixassem de ser atrelados às categorias. Por fim, em relação ao aumento do custeio:

Figura 76 – Parecer acerca do aumento do custeio

*Augmento de custeio.*—E' necessario concedel-o. Esta questão foi muito estudada pe'lo Conselho de Instrucção, quando discutio o regimento das escolas. Votou então que o custeio para os alumnos frequentes nas escolas de ambos os sexos fosse de 4\$000 em vez de 2\$000; e que para os trabalhos de agulha nas escolas de meninas se dêsse ás professoras 2\$000, em vez de 1\$000. A disposição do regimento foi approvada pelo governo, mas suspensa na execução até que o corpo legislativo provincial consignasse fundos para a despeza.

Por mais de uma vez tenho solicitado o cumprimento da promessa; e parece-me que não attender á representação dos professores nesta parte, é autorizar abusos, além de faltar á obrigação que temos de dar gratuitamente a instrucção.

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1884, p.12.

Conforme expusemos no tópico anterior, o Decreto nº 2.782 de 1885 extinguiu a categoria das escolas, com isso, o sistema de promoção dos professores (determinado pelo decreto citado) estava atrelado a um regime de três classes no qual os docentes foram alocados segundo a categoria a que pertenciam as escolas regidas por cada um. Fixou-se para a 2ª e 3ª classes um número determinado de professores, com a mesma configuração das categorias anteriormente empregadas. Sendo assim, ainda que fosse registrado tempo superior a 10 anos de serviço, o docente só poderia mudar de classe caso algum dos colegas que ocupassem as classes almeçadas fossem desligados dos cargos.

Diante deste cenário, Manoel Ribeiro de Almeida, Diretor da Instrução Pública, sugeriu, em 1889, uma mudança no sistema de classes ao considerar somente o tempo de exercício:

Figura 77 – Mudança no sistema de classes

Para que a promoção dos professores seja feita de modo equitativo e constitua um beneficio real para o magisterio, parece-me que deve ficar dependente sómente do tempo de exercicio, sendo promovidos á 2ª classe os que contarem 15 annos de effectivo exercicio e á 3ª os que contarem 20 e pelo menos 5 da 2ª. Assim os vencimentos dos professores irão melhorando de 5 em 5 annos a partir de 15 de serviço; aos 15 e 20 annos com augmento de ordenado, e aos 20 e 25 com augmento de gratificação em conformidade do Decreto n. 2521 de 8.108,

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1889, p.12.

No quadro de matrícula e frequência de 1883 e 1885 constavam as categorias dos professores e foi possível verificar que dos 16 docentes públicos<sup>88</sup> de Iguassú, seis professores pertenciam à primeira categoria e quatro à segunda categoria, enquanto duas professoras vinculavam-se à primeira categoria e quatro à segunda categoria. A partir do quadro de 1886 as classes apresentadas nos quadros subdividem-se em efetivo, substituto e provisório<sup>89</sup>. Não conseguimos obter uma relação consolidada dos professores e suas respectivas classes, porém o contato com as fontes possibilitou a construção de duas listas contendo os nomes dos professores. A maioria dos professores citados no *Jornal do Commercio* atuavam no ensino público, por isso, alguns nomes estão presentes apenas no *Almanak Laemmert* que divulgava também as iniciativas particulares:

Tabela 21 - Docentes que atuaram em Iguassú (1879-1889)

Docentes	Estatuto	Fonte
Amália do Couto Braga	Público	Almanak Laemmert
Antonio de Sant'Anna Goulart	Substituto	Jornal do Commercio
Antonio José Maldonado	Público	Jornal do Commercio
Antonio José Ribeiro Paraguassú	Público	Jornal do Commercio
Antonio Severino Barbosa da Silva	Subvencionado	Almanak Laemmert
Augusta Candida Xavier de Araujo	Público	Almanak Laemmert e Jornal do Commercio
Augusto da Costa Almeida Barreto	Substituto	Almanak Laemmert
Augusto Ferreira da Silva	Público	Almanak Laemmert e Jornal do Commercio
Augusto Monteiro Pariz	Particular	Almanak Laemmert
Belisario de America Pinheiro de Andrade	Professor de música (particular?)	Almanak Laemmert
Bernardo Gonçalves da Costa	Provisório	Jornal do Commercio
Candido da Costa Moura	Público	Jornal do Commercio
Capitão Augusto da Costa Barreto	Público	Almanak Laemmert
D. Amália da Cunha Barbosa	Subvencionado	Jornal do Commercio
D. Benedicta Perpetua de Oliveira	Substituto	Jornal do Commercio
D. Claudina Custodia Ribeiro	Público	Almanak Laemmert
D. Engracia Flavia de Macedo Oliveira	Público	Almanak Laemmert
D. Filisbina Rosa de Azambuja Barreto	Substituto	Almanak Laemmert
D. Henriqueta Gonçalves da Silva	Substituto	Almanak Laemmert
D. Josephina Pinto dos Reis	Público	Almanak Laemmert e Jornal do Commercio
D. Luitgarda Saraiva de Moura <sup>90</sup>	Público	Almanak Laemmert e Jornal do Commercio
D. Maria Isabel Alves Barrão <sup>91</sup>	Público	Almanak Laemmert
D. Maria Leopoldina de Oliveira Barros <sup>92</sup>	Público	Almanak Laemmert
D. Maria Leopoldo Thompson	Público	Almanak Laemmert
D. Maria Rosa Monteiro Paris <sup>93</sup>	Público	Almanak Laemmert e Jornal do Commercio

<sup>88</sup> Em 1883 haviam 15 professores. O aumento se deu a partir da criação de uma escola para o sexo masculino em Santo Antonio de Jacutinga, no lugar denominado Riachão, em 1885.

<sup>89</sup> O professor substituto (ou adjunto) era um aluno-mestre sem nomeação; o provisório era aprovado em concurso da Escola Normal e dependia da aprovação nas matérias do curso normal no prazo de cinco anos para ser efetivado; já o efetivo era o professor nomeado e, portanto, vitalício (MOACYR, 1939).

<sup>90</sup> A grafia no *Jornal do Commercio* é D. Luitgarda Saraiva de Moura.

<sup>91</sup> No *Jornal do Commercio* há professora pública chamada D. Izabel Alves Barrão, contudo não foi possível, por meio das fontes acionadas, certificarmos de que se trata da mesma pessoa.

<sup>92</sup> A edição de 1885 nomeia como “Maria Leopoldina de Oliveira Ramos”. Acreditamos também se tratar de um erro de digitação considerando as edições anteriores do próprio *Almanak Laemmert* e a disposição de Maria Leopoldina de Oliveira Barros como professora pública na freguesia de S. João Baptista de Merity desde a edição de 1879.

Tabela 21 - Docentes que atuaram em Iguassú (1879-1889)

Docentes	Estatuto	Fonte
D. Paula Norbertina Trachet	Público	Jornal do Commercio
D. Theresa Maria de Faria	Particular	Almanak Laemmert
Emiliano Fagundes Varella Junior	Público	Jornal do Commercio
Ernesto Borges Monteiro	Substituto	Almanak Laemmert
Estevão dos Santos Fasciotti	Público	Almanak Laemmert e Jornal do Commercio
Eugenia Carolina de Souza	Provisório	Jornal do Commercio
Eugenia Carolina Ribeiro <sup>94</sup>	Provisório	Jornal do Commercio
Fernando Mendes da Costa	Público	Almanak Laemmert e Jornal do Commercio
Francisco de Salles Cordeiro Lobato de Araujo Lima	Público	Almanak Laemmert e Jornal do Commercio
Garcia Mascarenhas dos Santos Silva	Provisório	Almanak Laemmert e Jornal do Commercio
Georgeta de Paula Domingues	Subvencionado	Jornal do Commercio
Ignacio Augusto de Almeida Fortuna	Público	Jornal do Commercio
Januario da Costa Côrtes	Subvencionado	Almanak Laemmert
João Antonio de Barros	Público	Almanak Laemmert
João Baptista da Silva Borges	Público	Almanak Laemmert e Jornal do Commercio
João Evangelista Pereira Neves	Público	Jornal do Commercio
João Targine das Chagas	Professor de música (particular?)	Almanak Laemmert
Jonathas de Macedo Domingues	Público	Jornal do Commercio
José Constantino da Silva Souza Junior	Público	Almanak Laemmert e Jornal do Commercio
José Corrêa Lobo de Alação	Subvencionado	Jornal do Commercio
José Targine das Chagas	Professor de música (particular?)	Almanak Laemmert
Leopoldo Pereira Monteiro	Substituto	Jornal do Commercio
Lucio José da Silva	Público	Almanak Laemmert e Jornal do Commercio
Luiz José da Cunha Bastos	Público	Jornal do Commercio
Manoel Lobo de Alarcão Netto	Particular	Jornal do Commercio
Maria Gertrudes Vieira Leal	Público	Almanak Laemmert e Jornal do Commercio
Maria Tavares da Silva Netto	Público	Jornal do Commercio
Moysés Ferreira da Costa Franco	Público	Jornal do Commercio
Narico Jarbas Xavier	Público	Almanak Laemmert e Jornal do Commercio
Oliverio Pereira Monteiro	Público	Almanak Laemmert e Jornal do Commercio
Pedro José Paulo de Magalhães	Público	Jornal do Commercio
Prospero José Leite Pereira Filho	Substituto	Jornal do Commercio
Tenente Manoel Antonio da Costa Barreto	Público	Almanak Laemmert e Jornal do Commercio

Fonte: Almanak Laemmert, Jornal do Commercio e Relatórios do Diretor da Instrução Pública, 1879 a 1889.

Analisando os dados apresentados, verificamos que as fontes trouxeram os nomes de 37 professores e 21 professoras, portanto um total de 58 docentes que atuaram em Iguassú dentro do recorte cronológico estabelecido na pesquisa. O número superior de professores pode ser um reflexo do número inferior de escolas destinadas às meninas em oposição às escolas para meninos (55% menor). Em relação ao estatuto, a maioria de docentes eram públicos. Desta feita, se a quantidade de escolas públicas em Iguassú não ultrapassou o

<sup>93</sup> Na edição de 1885 aparece como “Maria Rita Monteiro Pariz” o que nos parece um erro de digitação, pois em outras fontes, bem como na bibliografia consultada, encontramos a mesma grafia das edições anteriores do Almanak Laemmert: “D. Maria Rosa Monteiro Paris”.

<sup>94</sup> Considerando que as fontes apontam que a professora Eugenia Carolina Ribeiro atuava como provisória na escola de meninas em Marapicú, nos anos de 1886 e 1887, e que Eugenia Carolina de Souza atuou como provisória na escola de meninas em Marapicú, nos anos de 1888 e 1889, podemos supor que se trata da mesma pessoa com sobrenome modificado após contrair matrimônio.

número de 16, durante o recorte temporal estabelecido, como explicar a tabela com 35 professores(as) públicos?

Borges e Dias (no prelo) nos auxiliam a responder esta questão ao salientar a rotatividade acentuada dos professores, que não permaneciam por longos períodos na escola para a qual tinham sido nomeados, e trazem o termo “tropeiros da instrução” criado por Jara (2017) a partir da percepção de um comportamento semelhante entre os professores e os tropeiros, na medida em que com base nas trajetórias docentes o projeto de instrução primária era veiculado em diversos locais. Percebemos que professores lotados no interior da província solicitavam remoções para Iguassú, talvez pelo território não representar um afastamento deveras considerável da Côte<sup>95</sup> e isto pudesse facilitar uma possível remoção para alguma escola da capital. Borges e Dias (no prelo) também consideram que:

A distância em relação ao seu lugar de origem, o difícil acesso, a insalubridade de muitas regiões geravam insatisfação nos professores que, assim que possível, solicitavam remoção para escolas em localidades que atendessem melhor suas necessidades ou que reduzissem os transtornos da distância. O problema permaneceu nos momentos em que o governo decidiu prover as escolas com professores formados pela Escola Normal.

Contrastando com as medidas que ocasionaram o enfraquecimento da Escola Normal e o retorno de suas atividades em 1862, a exigência de formação profissional como requisito para nomeação trouxe para Iguassú egressos desta instituição. Acerca disso, estudiosos do tema refletem acerca da formação do professor primário, analisando a maneira como este deveria ser preparado, por meio de quais saberes, normas e regras que puseram em funcionamento a Escola Normal da Corte e, conformaram este profissional de acordo com as necessidades daquele momento. Marina Uekane observa que o debate acerca da formação dos professores e da constituição das redes educativas no século XIX passou por inúmeras dificuldades ao longo deste período, adquirindo novos contornos após a publicação do Ato Adicional de 1834. Ato que delegou às províncias a responsabilidade sobre a organização da instrução primária e secundária, ficando assim, responsável pela formação dos professores que ocupariam essas escolas. Sob este regime, várias províncias desenvolveram iniciativas voltadas para a escolarização da população. Na esfera e nos limites da execução deste projeto, o tema do preparo dos professores se constituiu em uma constante e que pode ser evidenciada em um duplo registro que se encontra fortemente articulado: o programa da formação prévia distinto da aprendizagem profissional pela prática, via figura dos adjuntos e o ritmo de

---

<sup>95</sup> A freguesia mais próxima do Município Neutro era São João Baptista do Merity.

afirmação do modelo escolarizado de formação de professores, via Escolas Normais. Segundo ela

tanto o ritmo quanto seus intervalos podem ser compreendidos em um jogo causal múltiplo, no qual falta de recursos, perspectiva política, conhecimento prévio, fraca institucionalização da escola, carreira pouco atrativa, condições de trabalho não condizentes com a função devido a falta de materiais e locais adequados para o funcionamento das escolas se combinam e terminam por definir irregularidades às experiências das escolas normais no Brasil. Evidentemente que as irregularidades também estão associadas às lutas de paradigmas relativos aos modelos de formação profissional para o exercício do magistério primário, um possuindo caráter mais “prático” que priorizava a rotina e a memorização e, outro, pautado nos saberes científicos e pedagógicos modernos, promovido via Escola Normal (UEKANE, 2008, p.181).

Durante o processo de constituição dos sistemas provinciais de ensino o debate acerca da organização e da formação do corpo docente se apresentou como questão a ser considerada para o desenvolvimento do ensino público. Assim, diferentes iniciativas foram postas em funcionamento nas províncias, como no Rio de Janeiro, ao longo do século XIX adaptadas às possibilidades financeiras de cada local, sendo este o argumento, muitas vezes, utilizado para explicar a ausência de uma instituição ou modelo para a preparação dos professores primários. Apesar de algumas províncias terem enfrentado dificuldades para a implantação do modelo escolar e para encontrar sujeitos interessados na carreira, o discurso da necessidade de uma formação prévia ao exercício do magistério esteve presente ao longo do Oitocentos. Preocupação com a formação dos docentes comprovada pelas iniciativas implementadas em dezenove das vinte províncias do Império, sem contar com a Corte, até o ano de 1882, em que quase todas as províncias já tinham, ao menos oficialmente, estabelecido suas escolas de formação de professores. Nesse sentido, a preocupação com a formação dos professores para as escolas elementares estava articulada a um projeto de construção da nação e busca de progresso e prosperidade para o Império brasileiro. Assim, o professor deveria estar preparado à altura da sua missão já que era o responsável por disseminar as “luzes” da instrução para o povo (UEKANE, 2008).

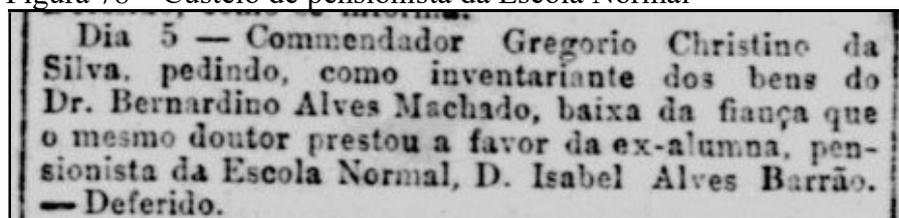
Borges e Dias (no prelo) descrevem a trajetória de dois professores atuantes em Iguassu: Augusto Ferreira da Silva e Claudina Custódia Ribeiro Baptista. Não obtivemos maiores informações acerca da professora Claudina, além da menção no *Almanak Laemmert*, mas as edições do Jornal do Commercio também nos trouxeram o nome do professor Augusto Ferreira da Silva.

Augusto Ferreira da Silva matriculou-se no preparatório da Escola Normal em 1874, cursou com aproveitamento o 1º ano da referida escola no ano seguinte e constava no relatório do diretor da Escola Normal como matriculado no 2º ano. Não há informações quanto ao

aproveitamento no 2º ano, nem da matrícula no 3º ano do curso. Ainda assim, em 1877, Augusto Ferreira da Silva foi nomeado como efetivo para a escola do Brejo, em Iguassú e em 1888 foi removido para a escola do Riachão, também na freguesia de Santo Antonio da Jacutinga (BORGES E DIAS, no prelo). Em 1889 suspendeu-se o ensino na escola do Riachão e Augusto Ferreira da Silva, com nova remoção, passou a atuar na escola do Tira-o-Chapéu, em Saquarema<sup>96</sup>.

Outra egressa da Escola Normal identificada como regente em Iguassú foi a professora D. Isabel Alves Barrão. Na edição 39 do Jornal do Commercio de 08 de fevereiro de 1887 o Commendador Gregorio Christino da Silva pediu, como inventariante dos bens do Dr. Bernardino Alves Machado, baixa da fiança que o mesmo doutor prestou a favor da ex-aluna, pensionista da Escola Normal, D. Isabel Alves Barrão (p.1). Não nos foi possível encontrar mais fontes que fornecessem subsídios para identificar de qual natureza seria a relação de Isabel Alves Barrão com o Dr. Bernardino Alves Machado a fim de que o mesmo custeasse os estudos dela:

Figura 78 – Custeio de pensionista da Escola Normal



Fonte: Jornal do Commercio, 1887.

Em 12 de abril de 1881, como professora da escola em Rio do Ouro, D. Isabel Alves Barrão solicitou “mais 30 dias de licença para continuar a tratar da sua saúde” (p.1). A licença foi concedida até o dia 30 de abril, ou seja, a professora não conseguiu o tempo solicitado para tratar-se<sup>97</sup>.

Com relação à habilitação pela Escola Normal, destacamos a professora Josephina Pinto dos Reis que aparece como uma das alunas signatárias de um tributo de gratidão<sup>98</sup> direcionado ao professor Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho<sup>99</sup>, egresso da Escola

<sup>96</sup> Edição 84 de 25 de março de 1889, p.1.

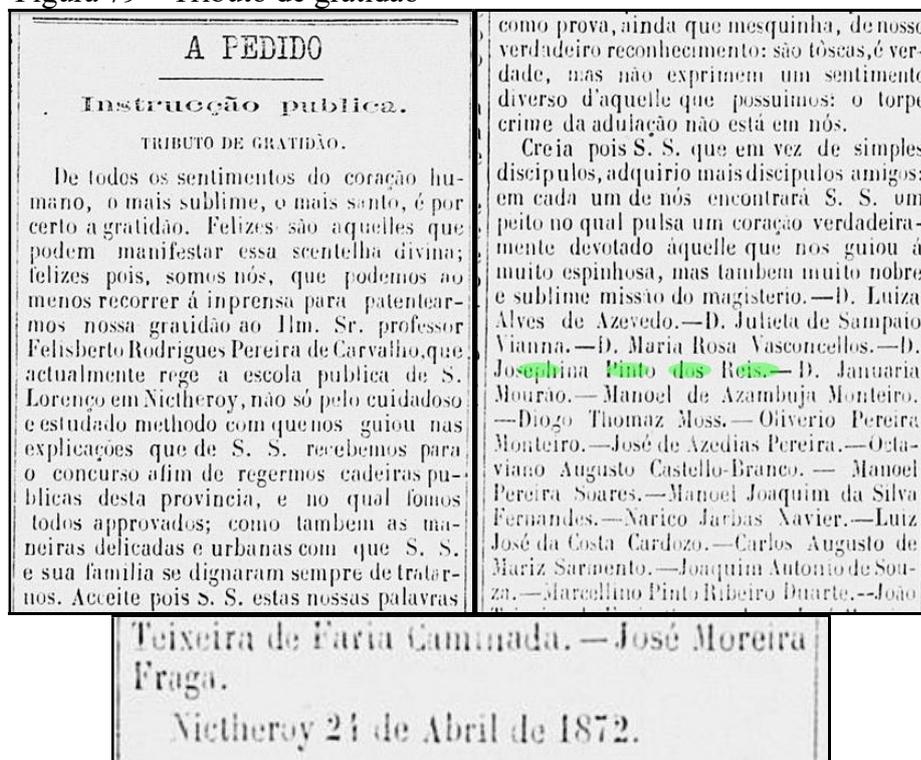
<sup>97</sup> Edição 102 de 12 de abril de 1881.

<sup>98</sup> Publicação no jornal “A Patria” de 1872.

<sup>99</sup> “Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho, nasceu em Niterói, em 9 de agosto de 1850 e faleceu no Rio de Janeiro em 18 de outubro de 1898. Formou-se em Jornalismo, Música, atuou como professor, além de escrever livros didáticos que foram utilizados em prol da educação brasileira por muitos anos. Deixando, desta forma, uma marca significativa na memória nacional brasileira. Segundo pesquisa de Heloísa Vilella (2004), Felisberto de Carvalho formou-se na Escola Normal de Niterói em 1870, fazendo parte de uma geração conhecida como Geração da década de 1870. Esta geração ficou reconhecida como formuladora de uma nova pedagogia brasileira, com novos métodos, metodologia e livros didáticos. Em Minas Gerais, seus

Normal, “pelo cuidadoso e estudado methodo com que nos guiou nas explicações que de S. S. recebemos afim de regermos cadeiras publicas nesta provincia, e no qual fomos todos approvados”:

Figura 79 – Tributo de gratidão



Fonte: Jornal “A Patria”, 1872.

Desta forma, D. Josephina Pinto dos Reis figurará como professora, com 10 alunos no município de Santo Antonio de Sá em 1875<sup>100</sup>. Nas edições do *Almanak Laemmert*, durante os anos de 1876 a 1883, a referida professora lecionou em Iguassú. Em junho de 1883<sup>101</sup>, na listagem de professoras removidas por promoção para escolas de 2ª categoria, ela deixou Marapicú, em Iguassú, para lecionar na escola da Villa de Capivary, onde permaneceu em exercício até 1891, ano de seu falecimento.

Na mesma relação de professoras removidas por promoção encontramos D. Augusta Candida Xavier de Araujo, oriunda do Rosario dos Quatis, na Barra Mansa, para reger a escola da Villa de Iguassú:

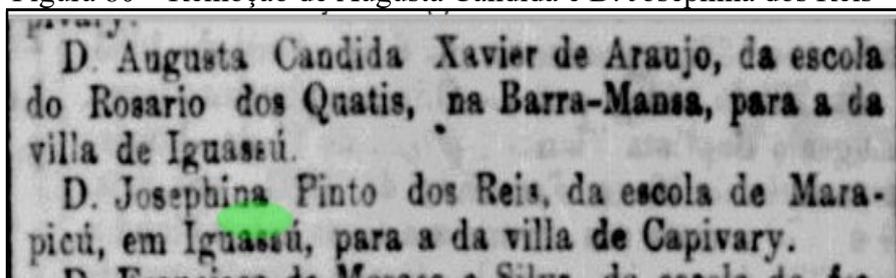
livros foram usados por várias gerações nas escolas de instrução pública, dentre estas, as Escolas Normais, responsáveis pela formação de novos professores, no final do século XIX e meados do século XX.”

Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Felisberto\\_Rodrigues\\_Pereira\\_de\\_Carvalho](https://pt.wikipedia.org/wiki/Felisberto_Rodrigues_Pereira_de_Carvalho)

<sup>100</sup> Jornal Diario do Rio de Janeiro, edição 12 de 1875.

<sup>101</sup> Jornal do Commercio, edição 165 de 15 de junho de 1883, p.1.

Figura 80 – Remoção de Augusta Candida e D. Josephina dos Reis

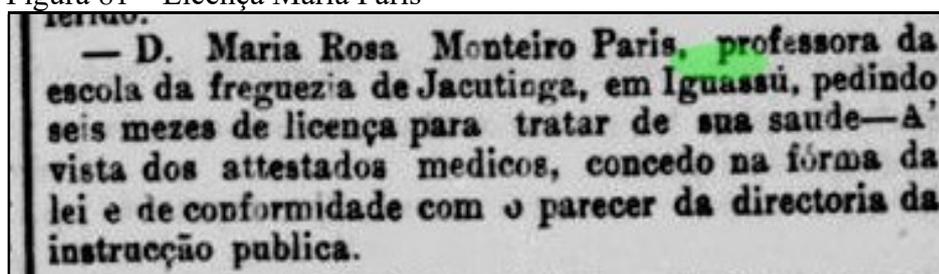


Fonte: Jornal do Commercio, 1883, p.1.

Outros exemplos de solicitações de remoção aparecem nas edições do Jornal do Commercio e selecionamos algumas delas, como as remoções a pedido do professor provisório Garcia Mascarenhas dos Santos Silva da escola do Amparo do Taby, em S. João da Barra, para Marapicú<sup>102</sup> e do professor João Evangelista Pereira Neves da escola da freguesia de Duas Barras, em Cantagallo, para a escola do Riachão<sup>103</sup> ou ainda o professor Estevão dos Santos Fasciotti também removido a pedido para a escola de Queimados, em Marapicú<sup>104</sup>.

Os professores com maior tempo de exercício em Iguassú, conforme demonstrado por Borges e Dias (no prelo), foram Maria Rosa Monteiro Paris e Estevão dos Santos Fasciotti. Cabral (2017) tratou das experiências do magistério tanto de Maria Rosa Monteiro Paris quanto do filho dela, Augusto Monteiro Paris. Maria Paris ficou lotada em Iguassú de 1876 a 1892, quando faleceu. Encontramos uma solicitação da professora Maria Rosa Monteiro Paris, datada de 1882, de afastamento por seis meses para tratar da saúde. A licença solicitada foi concedida tendo em vista os atestados médicos apresentados<sup>105</sup>:

Figura 81 – Licença Maria Paris



Fonte: Jornal do Commercio, edição 297 de 25 de outubro de 1882, p.2.

Ainda em 1882 o professor Augusto Monteiro Paris teve o pedido de nomeação como professor público negado, negativa que não o afastou do magistério, pois o *Almanak Laemmert* reporta em 1885, na seção “Collegios”, o Collegio Augusto Monteiro Pariz, único

<sup>102</sup> Jornal do Commercio, edição 226 de 15 de agosto de 1881, p.1.

<sup>103</sup> Jornal do Commercio, edição 43 de 12 de fevereiro de 1886, p.1.

<sup>104</sup> Jornal do Commercio, edição 354 de 21 de dezembro de 1885, p.1.

<sup>105</sup> Jornal do Commercio, edição 297 de 25 de outubro de 1882, p.2.

colégio reportado em todas as edições consultadas do anuário. No *Almanak Laemmert* e no *Jornal do Commercio* o nome do professor Augusto Paris também figurou no quadro da polícia como tenente e suplente, revelando que as atividades desenvolvidas na docência e na área de segurança pública eram exercidas simultaneamente. Sobre esta concomitância, Cabral (2017) acrescenta:

[...] enquanto as informações sobre Maria Rosa Monteiro Paris sempre se referiram à sua condição de professora, as notícias sobre seu filho, Augusto Monteiro Paris, demonstram uma trajetória profissional dividida entre o magistério e a carreira como quadro da polícia de Maxambomba, agente dos correios, tenente, capitão e major, e, concomitantemente, professor particular diretor do Collegio Paris, sendo, esta última condição, a que parece ter sido se afirmar ao longo do tempo e pela qual ficou sua memória lembrada.” (p.45)

Já o professor Estevão dos Santos Fasciotti emergiu das fontes oficiais como um dos professores com o maior quantitativo de matrículas e frequência nos anos de 1886 e 1887, enquanto no *Jornal do Commercio* foram priorizados dados acerca de solicitações desse docente, quais sejam a requisição de pagamento de gratificações<sup>106</sup>; dos vencimentos de dezembro de 1885 e do interstício quando de sua remoção para a escola em Queimados<sup>107</sup>; o pagamento do custeio da escola relativo ao primeiro trimestre de 1886<sup>108</sup> e a solicitação de baixa do filho, Oscar Fasciotti, soldado do corpo policial. A última solicitação de Estevão foi julgada como “não tem lugar”<sup>109</sup>.

Se as remoções sejam por promoções ou a pedido eram uma constante, as licenças para tratar da saúde também se avolumavam, por exemplo, D. Maria Gertrudes Leal Vieira, professora de Marapicú, solicitou três meses de licença para cuidar da saúde e esta foi concedida, porém com a entrada no gozo da licença apenas a partir da ocupação do cargo por outro professor<sup>110</sup>. Em 1886 registrou-se novo pedido da professora Maria Gertrudes Leal Vieira de seis meses de licença para tratar da saúde, mas foram concedidos somente três meses<sup>111</sup>. Ainda em 1886 Maria Gertrudes Leal Vieira obteve remoção para Niterói e D. Eugenia Carolina Ribeiro assumiu a regência da escola em Marapicú<sup>112</sup>:

<sup>106</sup> Edição 293 de 21 de outubro de 1883, p.1.

<sup>107</sup> Edição 103 de 13 de abril de 1886, p.1.

<sup>108</sup> Edição 191 de 11 de julho de 1886, p.1.

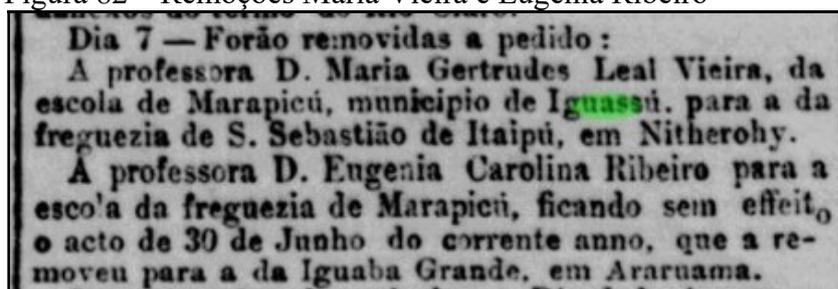
<sup>109</sup> Edição 309 de 06 de novembro de 1889, p.1.

<sup>110</sup> Edição 311 de 08 de novembro de 1884, p.1.

<sup>111</sup> Edição 149 de 30 de maio de 1886, p.1.

<sup>112</sup> Edição 219 de 08 de agosto de 1886, p.2.

Figura 82 – Remoções Maria Vieira e Eugenia Ribeiro



Fonte: Edição 219 de 08 de agosto de 1886, p.2.

Com menos de um ano atuando em Marapicú, a professora D. Eugenia Carolina Ribeiro adoeceu e pediu licença de três meses para tratar-se e foi concedida<sup>113</sup>. Em 1889 nova solicitação de Eugenia Carolina de Souza de três meses de licença para tratar da saúde. A licença foi concedida, mas sem vencimentos<sup>114</sup>. Ainda em 1889, Eugenia Carolina de Souza solicitou reconsideração do despacho sobre a concessão de mais três meses de licença, porém sem vencimentos e foi atendida em sua solicitação, obtendo a licença de três meses com vencimentos<sup>115</sup>.

Todavia, o nome que liderou as solicitações de teor diverso, mas em especial de licenças, foi o professor Oliverio Monteiro, o mesmo responsável pelo internato público de Iguassú e signatário do tributo de gratidão direcionado ao professor Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho, egresso da Escola Normal, junto à professora D. Josephina Pinto dos Reis. Abaixo expomos uma tabela contendo as 14 solicitações do professor Oliverio Monteiro encontradas no Jornal do Commercio:

Tabela 22 – Solicitações do Professor Oliverio Monteiro

Edição do Jornal do Commercio	Requerimento	Parecer
115 de 26 de abril de 1881	Seis meses de licença para tratar da saúde	Concedidos apenas dois meses.
180 de 30 de junho de 1881	Mais meses de afastamento em prorrogação da licença já concedida	Desgaste da página impede que seja visto o período de licença solicitado e o período de licença concedido
266 de 24 de setembro de 1881	Quatro meses de licença para tratar da saúde	Concedido
321 de 18 de novembro de	Remoção para escola recém criada	Indeferido

<sup>113</sup> Edição 95 de 05 de abril de 1887, p.1.

<sup>114</sup> Edição 309 de 06 de novembro de 1889, p.1.

<sup>115</sup> Edição 318 de 15 de novembro de 1889, p.1.

Tabela 22 – Solicitações do Professor Oliverio Monteiro

Edição do Jornal do Commercio	Requerimento	Parecer
1881	em Niterói	
21 de 21 de janeiro de 1882	Ser elevado à 2ª categoria	Indeferido
169 de 19 de junho de 1882	Reconsideração do pedido anterior	Indeferido
144 de 25 de maio de 1882	Seis meses de licença para tratar da saúde	Indeferido
03 de 03 de janeiro de 1883	Pagamento do ordenado de 1 de maio a 30 de outubro de 1882	Somente ordenado do dia 1 de maio, por estar esse dia dentro do período em que esteve de licença
09 A (09 B é o suplemento) de 09 de janeiro de 1886	Seis meses de licença para tratar da saúde	Concedidos três meses
127 de 08 de maio de 1886	Recurso quanto à ausência de vencimentos no período de licença	Indeferido
93 de 03 de abril de 1886	Seis meses de licença para tratar da saúde	Concedido por mais três meses, mas sem vencimentos
119 de 29 de abril de 1887	Pagamento dos seus vencimentos de 5, 6 e 7 de janeiro de 1887	Deferido
246 de 04 de setembro de 1889	Pagamento do ordenado de 6 a 16 de julho último e do interstício da remoção dele para a escola de Jacutinga	“não tem lugar o que requer”
318 de 15 de novembro de 1889	Licença com dispensa de interstício	Solicitação do deputado Sr. Bulhões Sayão

Fonte: Jornal do Commercio, 1881 a 1889.

Compreendemos que o professor Oliverio Pereira Monteiro teve pedidos atendidos parcialmente diante das solicitações anteriores, incluindo recursos, que o afastaram por aproximadamente um ano da regência. Em 1886 ele conseguiu obter, com base em dois requerimentos, os seis meses de afastamento que solicitou em janeiro de 1886. Quanto à licença solicitada com dispensa de interstício a pedido do Sr. Bulhões Sayão, nos parece que a rede de sociabilidade do professor Oliverio garantia a ele os longos afastamentos da regência.

No relatório do Presidente da Província de 08 de agosto de 1881(p.21) os longos períodos de licença foram registrados como “desvantagem”. Com vistas a uma remoção parcial desta “desvantagem”, decretou-se que os professores entrariam de licença quando

houvesse um professor substituto a quem deveria ser feita “a entrega da escola”, o que alterou os artigos 66 e 202 dos regulamentos de 11 de agosto e de 16 de dezembro de 1876:

Figura 83 – Professores só entrariam de licença mediante substituição

Logo ao tomar posse da administração foi-me objecto de reparo o grande número de professores que se achavam fóra de exercicio com licenças concedidas pelo govêrno, quer por motivo de molestia, quer para tractar de seus interesses. Como consequencia, tinha-se de interromper o exercicio em varias escolas, e algumas d'ellas situadas em logares de população escolar bástante numerosa. Mais ou menos frequentes, taes interrupções eram summamente desvantajosas, não permitindo o adiantamento dos alumnos.

Para remover, ao menos em parte, esta desvantagem, resolvi por acto de 21 de março não permitir que os professores entrem no gôso das licenças, que lhes forem concedidas, sem que lhes seja dado substituto, a quem deverão fazer entrega da escola, ficando assim alterada a disposição dos arts. 66 e 202 dos regulamentos de 11 de agosto e de 16 de dezembro de 1876.

Fonte: Relatório do Presidente da Província, 1881, p.21.

Por isso, ao professor Lucio José da Silva concedeu-se licença para tratar da saúde, porém ele só poderia entrar no gozo da licença quando houvesse substituto para ocupar o cargo de professor na escola da villa de Iguassú<sup>116</sup>:

Figura 84 – Licença professor Lucio Silva

— Lucio José da Silva, professor da escola da villa de Iguassú, pedindo vinte dias de licença para tratar de sua saude. — Sim, entrando, porém, no gozo quando houver substituto na escola.

Fonte: Jornal do Commercio, 1882, p.2.

Quanto às subvenções, poucas ocorrências foram registradas no Jornal do Commercio, por exemplo, D. Amalia da Cunha Barbosa teve subvenção deferida para a escola particular dela, localizada no Brejo, freguesia de Jacotinga, em Iguassú<sup>117</sup>; o professor José Corrêa Lobo de Alacão pedindo que sua escola no Prata, freguesia de Sant’Anna das Palmeiras, fosse subvencionada e foi concedido<sup>118</sup>; por fim a solicitação de D. Georgeta de Paula Domingues, professora da escola particular subvencionada do Imbury, em Magé, pedindo para transferir a escola para Sant’Anna das Palmeiras, em Iguassú. A transferência foi deferida “em vista da informação”, no entanto, não há relato sobre o que ocasionou tal pedido<sup>119</sup>.

<sup>116</sup> Edição 228 de 17 de agosto de 1882, p.2.

<sup>117</sup> Edição 106 de 16 de abril de 1880, p.1.

<sup>118</sup> Edição 336 de 03 de dezembro de 1886, p.1.

<sup>119</sup> Edição 43 de 12 de fevereiro de 1887, p.1.

Quanto à suspensão e concessão de subvenções, embora houvesse uma normatização e critérios tanto para a concessão quanto para a suspensão, as fontes não nos permitiram ter um acompanhamento dessas dinâmicas, exemplificando, em 1887, Manoel Lobo de Alarcão Netto, ex-professor da escola particular subvencionada de Cava pediu o pagamento de sua diária vencida em dezembro de 1885 até a data em que foi suspensa a subvenção (data esta que não foi informada). Pedido deferido<sup>120</sup>. Ou a solicitação do professor Pedro José da Silva Prado, que obteve subvenção para a escola em São Pedro, na freguesia da Villa de Iguassú<sup>121</sup>.

Quanto à escola noturna criada na Vila de Iguassú em 1888, verificamos que em 1889 houve troca na regência, pois foi nomeado o professor Moysés Ferreira da Costa Franco para regê-la com a gratificação anual de 600\$, sendo exonerado José Constantino da Silva Souza Junior. José Junior foi removido para a escola de Belém, em Vassouras. Moysés Franco trabalhava na escola do Sarapuhy, na freguesia de Merity e não foi informado quem assumiu a vaga do professor Moysés<sup>122</sup>.

Em 1878, o Presidente da Província, Visconde de Prados disse que “para o professor a fiscalização deve ser constante ou em pequenos prazos, inesperada, manter em estado de tensão a responsabilidade dos inspetores e inspecionados.” (MOACYR, 1939, p.274). Sendo assim, não poderíamos deixar de mencionar, ainda que brevemente os nomes dos inspetores que compunham o “estado de tensão” no último decênio do Império em Iguassú.

De acordo com o relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial em 1879 constavam os responsáveis pela inspeção nos municípios e em suas respectivas freguesias. Deste anexo separamos apenas o que era pertinente à Iguassú (p.A3-3-3 dos anexos do referido relatório):

Figura 85 – Responsáveis pela inspeção em Iguassú

IGUASSU'	
Superintendente.....	Dr. Joaquim José de Oliveira.
Inspector da villa.....	Antonio José de Castilho.
» de Jacutinga.....	Vigario Antonio de Santa Maria Magdalena.
» de Merety.....	Dr. Joaquim Tavares Guerra.
» de Marapicú.....	Antonio Dias Teixeira.
» de Palmeiras.....	Antonio Pinto Duarte.

Fonte: Relatório do Presidente da Província, 1879.

<sup>120</sup> Edição 102 de 12 de abril de 1887, p.1.

<sup>121</sup> Edição 97 de 06 de abril de 1888, p.1.

<sup>122</sup> Edição 225 de 14 de agosto de 1889, p.1.

Em 1882 o quadro dos Superintendentes do ensino e inspetores paroquiais, organizado por municípios e respectivas freguesias apresenta os mesmos nomes apresentados para Iguassú em 1879, com diferença somente no posicionamento dos nomes das freguesias:

Figura 86 – Superintendente e inspetores de Iguassú - 1882

IGUASSU'	
Superintendente .....	Dr. Joaquim José de Oliveira.
Inspector da freguezia da villa .....	Antonio José de Castilho.
» - de Merity.....	Dr. Joaquim Tavares Guerra.
» » de Marapicú. ....	Capitão Antonio Dias Teixeira.
» » de Jacutinga.....	Vigario Antonio de Santa Maria Magdalena.
» » de Palmeiras.....	Antonio Pinto Duarte.

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1882.

No relatório do Diretor da Instrução Pública, de 08 de agosto de 1884, o quadro dos superintendentes e inspetores paroquiais organizados por município e freguesia apresenta uma alteração quanto ao cargo de inspetor da freguesia de Jacutinga, que não era mais ocupado pelo Vigario Antonio de Santa Maria Magdalena e sim pelo Comendador Joaquim José Soares, e também na divisão da freguesia de Marapicú em primeiro e segundo distritos:

Figura 87 – Superintendente e inspetores de Iguassú - 1884

IGUASSU	
Superintendente.....	Dr. Joaquim José de Oliveira.
Inspector da freguezia da Villa.....	Antonio José de Castilho.
» » de Jacutinga.....	Commendador Joaquim José Soares.
» » de Merity.....	Dr. Joaquim Tavares Guerra.
» do 1º districto de Marapicú....	Tenente Antonio Ricardo Torres.
» do 2º » de » .....	Capitão Antonio Dias Teixeira.
» da freguezia de Palmeiras.....	Antonio Pinto Duarte.

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1884.

A partir de 1885 todas as movimentações quanto ao serviço de inspeção da instrução pública foram obtidas por meio do Jornal do Commercio. Assim sendo, em 1885 verificamos as exonerações a pedido dos superintendentes de ensino de Iguassú, Dr. Joaquim José de Oliveira<sup>123</sup> e Dr. Luiz Maria de Sá Freire, bem como a nomeação do advogado Miguel Ferreira Lopes Trant para o referido cargo<sup>124</sup>. Em 1887 da exoneração, a pedido, do inspetor de escolas do 1º distrito da freguezia de Marapicú, Ignacio Luiz de Sá Freire<sup>125</sup> e da nomeação

<sup>123</sup> Edição 266 de 24 de setembro de 1885, p.1.

<sup>124</sup> Edição 180 de 29 de junho de 1887, p.1.

<sup>125</sup> Edição 195 de 14 de julho de 1887, p.1.

de Joaquim Ignacio Bueno de Faria para inspetor das escolas do distrito da freguesia da Villa de Iguassú<sup>126</sup>. Além do retorno do Dr. Joaquim José de Oliveira ao cargo de superintendente do ensino de Iguassú em 1889<sup>127</sup>. Também em 1889 processaram-se a exoneração a pedido de Luiz Antonio da Silva Costa do cargo de inspetor das escolas do 2º distrito da freguesia das Palmeiras em Iguassú<sup>128</sup> e a nomeação de José Ferreira da Costa Madeira para inspetor das escolas do primeiro distrito da freguesia de Marapicú<sup>129</sup>.

Podemos observar, por meio dos dados fornecidos pelos relatórios oficiais, que os inspetores possuíam pertencimentos os mais diversos: religiosos, militares, médicos e jurídicos. Verificou-se também que não haviam inspetoras, pois todos os cargos responsáveis por fiscalizar as ações docentes eram ocupados por homens. Sobre a organização do serviço de inspeção da província, o Diretor da Instrução Pública, Josino Nascimento, em 1879, dirigiu uma consulta ao Inspetor Geral, Dr. Antonio Aydano Gonçalves de Almeida<sup>130</sup>, que respondeu estabelecendo uma hierarquia quanto aos profissionais que estariam capacitados para inspecionar as escolas, ficando em primeiro lugar os juizes de paz e em segundo os chefes de circunscrição:

Figura 88 – Organização do serviço de inspeção na província

« Não sei se errarei dizendo que a inspeção das escolas poderá ser entregue, 1º, aos juizes de paz ; 2º, a chefes de circumscripção ; 3º, a dous inspectores geraes ou delegados do director de instrucção.

« Os primeiros deveriam desempenhar os deveres dos actuaes inspectores de districto. Nas parochias onde fossem numerosas as escolas, deveria a sua inspeção ser dividida pelos quatro juizes de paz.

« Ninguem mais habilitado pela natureza do cargo do que o magistrado de eleição popular para a *fiscalisação diaria* (permitta-se me a expressão) do ensino popular.

« Aos chefes de circumscripção incumbiria a inspeção das escolas respectivas, que nunca deveriam exceder de 40 para cada um, quatro vezes por anno. Com residencia fixa no ponto mais central da circumscripção, poderiam sem difficuldade desempenhar os deveres do seu cargo.

« Aos funcionarios da 3ª cathegoria caberia a missão dos actuaes inspectores geraes, além da obrigação de seguirem extraordinariamente para qualquer ponto da provincia, para negocio especial, por ordem da directoria de instrucção. »

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1879, p.4.

<sup>126</sup> Edição 198 de 17 de julho de 1887, p.1.

<sup>127</sup> Edição 183 de 03 de julho de 1889, p.1.

<sup>128</sup> Edição 190 de 10 de julho de 1889, p.1.

<sup>129</sup> Edição 255 de 13 de setembro de 1889, p.1.

<sup>130</sup> “Antonio Aydano Gonçalves de Almeida nasceu em 1838, na Bahia, estudou Ciências Sociais e Jurídicas na Faculdade do Recife. Atuou como diretor de Instrução Pública instância na qual adquiriu competência técnica na área do ensino. À época em que esteve à frente da direção da Escola Normal de Niterói, foi convidado por Alberto Torres para ser superintendente do Ensino Público, cargo que rejeitou em função da formação de professores. De acordo com Nogueira (1938), Aydano de Almeida tinha uma vida modesta junto à sua família. Ao morrer, a viúva doou seus livros à Escola Normal. Posteriormente, pelo decreto 638, de 19 de outubro de 1900, a Escola Modelo de Niterói recebeu seu nome homenageando-o pelos “reais serviços prestados ao Estado [...] e para honrar sua memória”, (Nogueira, 1938) talvez pela sua reputação de sábio pedagogo como era considerado.” (ECAR e UEKANE, 2012).

Não obtivemos informações detalhadas sobre as inspeções realizadas em Iguassú, o que diferiu dos extratos sobre outros municípios incluídos no relatório do Diretor da Instrução Pública. A única menção específica obtida está presente no relatório de 15 de outubro de 1889 em que informou-se apenas que foi realizada inspeção em Iguassú, porém, diferente do relatório anterior, não há relatório do inspetor geral, o que nos impede de ter maiores informações sobre como procedeu esta inspeção (p.24).

Entretanto, em relação aos dados levantados quanto às estatísticas da escolarização e aos docentes atuantes na localidade, percebemos que o cenário Iguassuense não diferia do quadro geral das demais cidades na Província fluminense: havendo escolas criadas em decorrência de uma análise prévia sobre densidade demográfica, uma malha de ensino constituída entre pública, privada e subvencionada, frequência irregular do ensino com escolas fechadas por conta da pouca demanda, atuação de docentes com permanência irregular em decorrência de licenças, remoções, aposentadorias, transferências etc, dificuldades em relação à organização do espaço escolar (móvel, livros, compêndios), uso de espaços alternativos ao ensino, com casas alugadas para tal fim, entre outros aspectos. Geograficamente, Iguassú não constituía território da urbanidade central da província, como a Corte ou Niterói, mas socialmente, suas experiências educativas se assemelhavam em relação à estes aspectos gerais do processo de escolarização. Talvez, seus efeitos também estivessem aproximados, considerando que

A capilarização da escola pública passa pela criação, instalação, provimento, mas também pelos efeitos produzidos pelo espaço escolar e pela atuação docente na região, redimensionado, reorganizando ou construindo redes de relações e jogos de poder que igualmente atuam na configuração da escola e de seus atores (BORGES e DIAS, no prelo).

Infelizmente, pouco ainda sabemos sobre as práticas escolares naquela localidade, sobre as experiências cotidianas de seus sujeitos com sua comunidade ou sobre as trajetórias dos seus sujeitos, alunos, alunas, professores e professoras. Mas não podemos negligenciar os indícios, rastros e fragmentos analisados que já nos evidenciam a complexidade do fenômeno educativo e suas imbricadas relações com a esfera política, econômica, social e cultural de um lugar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das questões dirigidas às fontes, buscamos obter indícios acerca de como se deu o processo de escolarização em Iguassú no último decênio do Império, entre 1879 e 1889. Em um primeiro momento optamos por expor dados da Província do Rio de Janeiro que possibilitaram elencar a legislação em voga e os projetos de reforma para a instrução, o que, por conseguinte, também abrangeria Iguassú. Infelizmente, não obtivemos acesso à íntegra de alguns dispositivos legais reguladores de diversas ações voltadas para a instrução pública na Província do Rio de Janeiro, como a Deliberação de 1º de agosto de 1876, lacuna parcialmente atendida a partir de trechos dessas legislações presentes nos relatórios do Presidente da Província e do Diretor da Instrução Pública e na obra de Primitivo Moacyr.

O debate em torno dos lugares adequados para desenvolver a instrução integrava as questões que balizaram o nosso estudo. Desta feita, verificamos que no período era comum que o ensino público acontecesse em casas alugadas pelo governo, casas estas que poderiam servir também como residência do docente, fenômeno processado igualmente no que se refere aos professores particulares, vinculando a atribuição de status da escola à categoria do professor. Dentre os entraves representados por esta forma de organização estava o inconveniente da aglutinação de atividades pertinentes à vida doméstica dos docentes às atividades de ensino.

Nos discursos oficiais pontuou-se a dificuldade em encontrar casas apropriadas para as escolas e o elevado preço dos alugueis quando haviam casas adequadas. O alto custo destes alugueis foram considerados impeditivos para a capilarização das escolas. Como estratégia para sanar essa lacuna houve a defesa, também pelo poder público, do aumento da distribuição de subvenções para as escolas particulares, para que estas pudessem receber alunos que não pudessem pagar pelas aulas. Percebemos que a coeducação dos sexos, ainda que engolfada em questões morais, surgiu a título de alternativa para aquilatar os gastos com a instrução pública.

Em relação aos dados estatísticos levantados, destacamos que a recuperação de dados atinentes às escolas públicas superou consideravelmente os dados concernentes às escolas particulares. Tal dificuldade foi registrada diversas vezes nos relatórios oficiais. Dificuldade que reverberou aos dias de hoje ao restringir de certa forma a pesquisa empreendida, pois vários sujeitos permaneceram silenciados a partir desta escassez das fontes.

Quanto aos tipos de instituições escolares, nos deparamos com duas surpresas, uma nos anos iniciais do nosso recorte temporal, onde encontramos indícios da existência de um

internato público de meninos, cujo caráter público de instituições como essa é o responsável pela nossa surpresa, porque a historiografia da educação aponta a existência mais comum da modalidade internato apenas para colégios particulares, ou no ensino secundário público do Colégio Pedro II, por exemplo (LIMEIRA, 2010 e CONCEIÇÃO, 2013). Já a segunda surpresa veio ao nosso encontro nos anos finais do recorte temporal quando se criou uma escola noturna em Iguassú voltada para a instrução de adultos trabalhadores e de pessoas que eram escravizadas e foram legalmente consideradas libertas a partir da promulgação da abolição em 1888. No entanto, semelhante ao internato público, as informações escassas impuseram-nos limites referentes à análise qualitativa dos dados apresentados.

No processo de organização da escola e da própria administração pública, verificamos os diferentes meios de que se valeu o poder público para atender às demandas de fornecimento de mobiliário, sobretudo, mesas, bancos e carteiras. De acordo com as pesquisas especializadas, no período imperial, a instrução primária foi percebida pelas autoridades governamentais como um caminho possível para a formação dos sujeitos, a partir de um programa civilizador e, nesse projeto do governo, o livro foi entendido, como um dos veículos de viabilização das pretensões governamentais, já que ele poderia estar presente no cotidiano das escolas, com professores e alunos, e também com as famílias, contribuindo, desta forma, para formação e doutrinação destes distintos sujeitos. (TEIXEIRA, 2008).

Quanto às tentativas de controle da atividade docente e de estabelecer normatizações a fim de padronizar a instrução ofertada na província, verificamos a iniciativa do “Plano de Reforma da Instrução Pública” para a província do Rio de Janeiro, apresentado à Assembleia em 1883, por uma comissão designada pelo Presidente José Leandro Godoy e Vasconcelos, composta pelo Diretor da Instrução Pública, pelo Inspetor Geral da Instrução Pública e pelo diretor da Escola Normal, plano esse que não foi aprovado e permaneceu no âmbito das ideias, mantendo as regulamentações de 1876 como norteadoras da instrução na província até o final do Império.

Entendemos que informações ainda que não ligadas explicitamente à instrução poderiam nos auxiliar na análise do processo de escolarização em Iguassú. A partir desta concepção verificamos a presença de associações culturais em Iguassú, que, assim como na Corte Imperial e em outras localidades, promoviam a cultura e a educação com apoio e autorização do Estado. Dentre essas associações destacamos a “Sociedade Dramática Particular Iguassuense”, localizada em Nossa Senhora da Piedade do Iguassú, em que o professor público Lúcio José da Silva atuava como secretário, e o “Grêmio Musical

Iguassuano”. Infelizmente não obtivemos maiores informações acerca das duas instituições mencionadas.

O estudo deste jogo social mais amplo revelou ainda a existência de uma “rede de lealdades” (VILLELA, 2014) que operava em diversas instâncias. No que se refere à Assembleia Legislativa Provincial, a rede de lealdades atuava ao validar um processo eleitoral para a Câmara de Iguassú que não seguiu os trâmites dispostos na legislação ou ao legitimar a permanência de um professor no cargo apesar das inúmeras denúncias apresentadas pela comunidade quanto aos atos deste docente. Já na Câmara Municipal de Iguassú, além da rede de lealdades mencionada que protegia os integrantes desta rede, verificamos um processo descrito por Souza (2014) como o estabelecimento de uma relação de “reciprocidade e de dependência da mediação ou da intervenção da sociedade política presente no Estado imperial”.

Diante deste quadro, fazia-se necessário ao governo imperial estabelecer medidas de ordenamento a fim de controlar a população, principalmente para que a relação de subordinação do Recôncavo Guanabarrino para com a Côrte fosse mantida. Dentre os dispositivos responsáveis pelo controle da população iguassuana emergiu das fontes o Código de Posturas do município de Iguassú.

A importância deste dispositivo legal para a pesquisa empreendida foi verificada ainda na apresentação do projeto para primeira discussão na Assembleia Legislativa Provincial, ao considerar a não efetivação de matrículas de crianças em idade escolar como ofensa à moral e aos bons costumes sujeita à multa, e a existência de um capítulo dedicado à instrução pública. A longa tramitação das posturas municipais e as alterações que a proposta sofreu diante das reuniões com representantes da Câmara Municipal e das comissões da justiça e voltadas para a interlocução com as municipalidades revelaram, assim, esta posição de subordinação, porque enquanto as posturas não eram aprovadas, impostos não poderiam ser cobrados, somente os impostos previstos pela legislação provincial e portanto, destinados ao cofre provincial, não ao municipal.

A existência de um capítulo dedicado à instrução pública no código de posturas, ainda que com poucos artigos, também expõe o projeto de instrução que os legisladores iguassuanos propunham para o município. Cabe destacar a proporção que o debate em torno do código de posturas de Iguassú obteve, a partir de seu objeto e seus sujeitos, no cenário nacional, tanto na imprensa, quanto na Assembleia. Um debate local, adquiriu certa visibilidade nacional a partir de determinadas representações e narrativas.

Verificou-se que o ponto central deste projeto residia na matrícula de todas as crianças em idade escolar nas escolas primárias de Iguassú. Diante desta determinação, retomamos as discussões acerca das estatísticas escolares, a fim de analisar se por meio dos dados oficiais coligidos seria viável a efetivação desse projeto, bem como mapear as escolas públicas e particulares em funcionamento de 1879 a 1889 em Iguassú.

O resultado da análise empreendida apontou (em 1879) para a existência de 14 escolas públicas distribuídas pelo território iguassuano, com um contingente de 5.160 pessoas (considerando dados demográficos do censo de 1872). Em 1882, criou-se mais uma escola em N. S. da Piedade de Iguassú, elevando para quatro o número de escolas desta freguesia e reduzindo a proporção de habitantes por escola a 774. Em 1889, Iguassú contava com nove escolas públicas masculinas, seis femininas e uma mista, totalizando 16 escolas primárias públicas em Iguassú ao fim do recorte temporal estabelecido.

No que cabe à frequência escolar, verificamos uma imbricação entre esta e o processo de escolarização, na medida em que a baixa frequência era considerada fator responsável pelo fechamento de escolas públicas. De acordo com a Deliberação de 1º de agosto de 1876, teriam o ensino suspenso as escolas que tivessem frequência inferior à 30 alunos, determinando através deste dispositivo a frequência considerada ideal para as escolas naquele período.

Outra tendência verificada foi o número médio de matrículas superar, e muito, a frequência. Dentre os entraves relatados para a frequência das crianças estavam os caminhos difíceis para percorrer até chegar nas escolas, a distância considerável, haja vista o número reduzido de escolas para atender a população escolarizável, a necessidade dos familiares em contar com o auxílio das crianças para realizar os trabalhos domésticos ou na lavoura e a falta de roupas adequadas para ir à escola. Quanto às meninas somavam-se às problemáticas apresentadas: a falta de segurança no deslocamento casa x escola por não ter quem as acompanhassem ou a ausência de escolas de meninas nas proximidades, posto que os meninos poderiam frequentar escolas de meninas, mas o oposto não poderia ser efetuado.

Ao analisar os dados contendo os números médios de matrícula e frequência das escolas públicas voltadas para os sexos masculino e feminino, verificamos que a quantidade de escolas voltadas para o sexo feminino, no período, é 55% menor do que as escolas destinadas ao sexo masculino. A maior média de matrículas e frequência apresentava oscilações anuais entre as escolas de meninas, não sendo possível determinar alguma instituição que apresentasse números superiores às demais.

Dentre as professoras que atuavam nas escolas com maior número de matrículas destacamos: D. Maria Rosa Monteiro Pariz, D. Luitgarda Saraiva de Moura e D. Augusta

Candida Xavier de Araújo, já com o menor número temos: D. Maria Gertrudes Leal Vieira, D. Eugenia Carolina Ribeiro e D. Maria Leopoldina de Oliveira Barros. Quanto ao sexo masculino, ressaltamos os seguintes professores com maior número de matrículas: Garcia Mascarenhas dos Santos Silva, Estevão dos Santos Fasciotti e Ignacio Augusto Almeida Fortuna. Em relação ao menor número temos os professores: Lucio José da Silva, João Antonio de Barros, Manoel Antonio da Costa Barreto, Oliverio Pereira Monteiro, Ambrosio de Sant'Anna e Augusto Ferreira da Silva.

Gondra e Schueler (2008) ressaltaram que ao ler as fontes oficiais é perceptível um movimento no sentido de caracterizar a ação docente enquanto missão. Neste aspecto, assemelhando-se aos sacerdotes, o exercício do magistério trazia consigo uma esfera redentora, capaz de retirar a população da ignorância, alçando-a ao posto de civilização e reforçando o conceito de nação que se tentava imprimir.

Com o intuito de encontrar alguns destes “sacerdotes”, organizamos uma tabela contendo 58 professores(as) que atuaram em Iguassú a partir das ocorrências no *Jornal do Commercio* e no *Almanak Laemmert* (edições de 1879 a 1889). Diante deste quantitativo de docentes destaca-se um número reduzido de escolas (no final do período de análise contabilizamos 16 escolas públicas), demonstrando a ocorrência de uma rotatividade dos docentes.

Borges e Dias (no prelo) salientaram que os professores não permaneciam por longos períodos na escola para a qual tinham sido nomeados e descreveram a trajetória de dois professores atuantes em Iguassú egressos da Escola Normal: Augusto Ferreira da Silva e Claudina Custódia Ribeiro Baptista. Não obtivemos maiores informações acerca da professora Claudina, além da menção no *Almanak Laemmert*, mas as edições do *Jornal do Commercio* também nos trouxeram o nome do professor Augusto Ferreira da Silva.

Outra egressa da Escola Normal identificada como regente em Iguassú foi a professora D. Isabel Alves Barrão, que teria sido pensionista da Escola Normal sendo custeada pelo Dr. Bernardino Alves Machado. Todavia, mais uma vez as fontes impuseram limites e fomos impedidos de identificar de qual natureza seria a relação de Isabel Alves Barrão com o Dr. Bernardino Alves Machado a fim de que o mesmo custeasse os estudos dela.

Verificamos que os professores com maior tempo de exercício em Iguassú, conforme demonstrado também por Borges e Dias (no prelo), foram Maria Rosa Monteiro Paris e Estevão dos Santos Fasciotti. As licenças para tratar da saúde foram responsáveis pelo maior número de requisições no período. No entanto, o professor Oliverio Monteiro destacou-se

como detentor do maior número de solicitações de teor diverso, mas em especial de licenças (14 requisições).

Os longos períodos de licença (poderiam chegar há um ano de afastamento) passaram a ser vistos como entraves para o processo de escolarização e tencionando equacionar esta questão, decretou-se que os professores entrariam de licença quando houvesse um professor substituto a quem deveria ser feita “a entrega da escola”.

Não obtivemos informações detalhadas sobre as inspeções realizadas em Iguassú, o que diferiu dos extratos sobre outros municípios incluídos no relatório do Diretor da Instrução Pública. Entretanto, em relação aos dados levantados quanto às estatísticas da escolarização e aos docentes atuantes na localidade, percebemos que o cenário Iguassuense não diferia do quadro geral das demais cidades na Província fluminense: havendo escolas criadas em decorrência de uma análise prévia sobre densidade demográfica, uma malha de ensino constituída entre pública, privada e privada com subvenção, frequência irregular do ensino com escolas fechadas por conta da pouca demanda, atuação de docentes com permanência irregular em decorrência de licenças, remoções, aposentadorias, transferências etc, dificuldades em relação à organização do espaço escolar (móvel, livros, compêndios), uso de espaços alternativos ao ensino, com casas alugadas para tal fim, entre outros aspectos. Geograficamente, Iguassú não era um território da urbanidade central da província, como a Corte ou Niterói, mas socialmente, suas experiências educativas se assemelhavam em relação a estes aspectos gerais do processo de escolarização.

Ao tratar dos sujeitos da instrução, as fontes restringiram-se aos professores e inspetores, não tivemos acesso a dados pertinentes ao alunado ou às famílias. As fontes coligidas impeliram limites à pesquisa, mas a pandemia também os trouxe a partir da impossibilidade de acessar arquivos físicos, restringindo-nos ao que está digitalizado e disponibilizado via plataformas digitais. Desta feita, estudos que tratem dos alunos e suas famílias apresentam-se enquanto possibilidade de pesquisa. Outra possibilidade reside em pesquisas das trajetórias de professores e inspetores das freguesias, embora os trabalhos de Cabral (2017) e Jara (2017) contemplem esses “tropeiros”, há ainda muitos sujeitos silenciados.

O que observamos, de modo geral, é a presença de debates nacionais, como a abolição legal da escravatura, num contexto local, de Iguassú, a partir de um redimensionamento da escala de análise. Ou seja, vimos Iguassú aparecer na sua respectiva Câmara Municipal, mas também na Assembleia Provincial e na imprensa de circulação nacional, no *Almanak Laemmert*. Percebemos os debates entre os “mandões do lugar” e o Estado Imperial, com

evidências de uma relação que se caracterizava por uma reciprocidade quanto aos “protegidos” pela elite política.

Podemos dizer que as dificuldades para a execução desta pesquisa residiram sobretudo no levantamento das fontes, por isso, trabalhos de digitalização de acervos como o desenvolvido pelo Centro de Documentação e Imagem da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CEDIM/UFRRJ) têm se mostrado fundamentais para os pesquisadores da história da Baixada Fluminense. Diante dessas dificuldades, Guedes (2012) ressaltou que a pesquisa sobre o processo de escolarização em Iguassú remetia à montagem de um quebra-cabeça, assim sendo, esperamos ter contribuído com mais uma peça.

## REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Wiara. *Produção e distribuição do mobiliário escolar: uma história econômica do investimento na escola pública paulista (1854-1895)*. Revista Brasileira de História da Educação (RBHE). v. 18, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbhe/v18/2238-0094-rbhe-18-e008.pdf>
- ALEXANDRE, Maria Lúcia Bezerra da Silva. *Memória e escrita da história iguaçuana: uma análise da prática memorialista pela Arcádia Iguaçuana de Letras – AIL (Nova Iguaçu - 1950-1960)*. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. n.14, 2018, p.211-225. Disponível em: [http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wpcontent/uploads/2018/09/AGCRJ\\_revista14-211-226.pdf](http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wpcontent/uploads/2018/09/AGCRJ_revista14-211-226.pdf)
- ALMEIDA, Candido Mendes de. *Atlas do Imperio do Brazil comprehendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judicarias*: dedicado a Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, destinado à instrução publica do Imperio, com especialidade á dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179473>. Acesso em: 19/08/2020.
- ALMEIDA, Jane Soares de. *A co-educação dos sexos: apontamentos para uma interpretação histórica*. In: Revista História da Educação, v.11, n.22, 2007.
- ALMEIDA, Jane Soares de. *Educadoras missionárias na província de São Paulo em finais do século XIX: fragmentos de sua passagem pela educação escolar*. In: Cadernos de História da Educação, v.12, n.1, 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/22904>
- ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.
- ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. *A educação da criança pela família no século XIX: da historiografia a um problema de pesquisa*. In: Revista Brasileira de História da Educação, v. 15, n.1, 2015.
- ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. *História da educação da criança pela família no século 19: fontes para uma escrita*. In: Revista História da Educação, v.19, n.45, 2015.
- ARRIADA, Eduardo e TAMBARA, Elomar Antonio Callegaro. *Um projeto de educação comum no Brasil do século 19*. In: Revista História da Educação, v.18, n.44, 2014.
- AZEVEDO, Crislane Barbosa e SANTOS, Rosa Milena. *Grupos escolares e a Escolarização de corpos no início do Século XX no Rio Grande do Norte, Brasil*. In: Cadernos de História da Educação, v. 15, n. 2, 2016.
- BAÍÁ, Anderson da Cunha e MORENO, Andrea. *O movimento de implantação e consolidação das associações cristãs de moços no brasil (1891-1929)*. In: Cadernos De História Da Educação, v.13, n.1, 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/28172>

- BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. *Condições materiais para o exercício docente: sinais de um projeto educacional oitocentista*. In: Cadernos de História da Educação, n. 7, jan./dez, 2008.
- BARROS, José D'Assunção. *Tempo e narrativa em Paul Ricoeur: considerações sobre o círculo hermenêutico*. In: Fênix - Revista de História e Estudos Culturais. UFU, Uberlândia, MG, vol. 09, ano 12, n.01, p.01-27, 2012.
- BASTOS, Maria Helena Câmara. *A educação dos escravos e libertos no Brasil: vestígios esparsos do domínio do ler, escrever e contar (séculos XVI a XIX)*. In: Cadernos de História da Educação, v.15, n.2, p. 743-768, maio-ago, 2016.
- BASTOS, Maria Helena Câmara. *Ferdinand Buisson no Brasil: pistas, vestígios e sinais de suas idéias pedagógicas (1870 – 1900)*. In: Revista História da Educação, v. 4, n.8, 2000.
- BEDIAGA, Begonha. *Educação para o trabalho rural: o Asilo Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, 1869-1889*. In: Revista Brasileira de História da Educação, v. 16, n.3, 2016.
- BEIRAL, Josilândia de Oliveira, MARTINEZ, Silvia Alicia, OLIVEIRA, Fernando José Luna. *A Instalação do Gabinete de Física no Liceu de Humanidades de Campos (1895-1920): analisando os vestígios materiais*. Cadernos de História da Educação, v.16, n.3, p.770-787, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/che-v16n3-2017-13>
- BEZERRA, Amália Cristina Dias da Rocha. *Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)*. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BORGES, Angélica e DIAS, Amália. *Capilarização da escola pública na Baixada Fluminense: reflexões em torno de Iguaçu (1870-1933)*. No prelo.
- BORGES, Angélica, VIDAL, Diana Gonçalves. *Racionalização da oferta e estratégias de distinção social: relações entre escola, distribuição espacial e família no Oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo)*. In: Revista Brasileira de História da Educação, v.16, n.2, 2016.
- BORGES, Angélica. *Ordem no ensino: A inspeção de professores primários na Capital do Império Brasileiro (1854-1865)*. Dissertação de Mestrado em Educação. Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.
- BORGES, Angélica. *Por uma disciplina rigorosa e ilustrada: a inspeção na capital do Império*. In: Revista História da Educação, v.16, n.38, 2012.
- BORGES, Vera Lúcia Abrão e MACHADO, Sonaly Pereira de Souza. *Instituto Zootécnico de Uberaba: breve vigência de 1895 a 1898*. Cadernos De História Da Educação, v.10, n.1, 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/13158>
- BORGES, Vera Lúcia Abrão. *Os deputados estaduais de Minas Gerais e a missão civilizadora da Educação: 1892 a 1898*. In: Cadernos De História Da Educação, v.8, n.2, 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/3725>

BOTH, Sérgio José e ARAÚJO, José Carlos Souza. *A educação comparada: um contexto da escola primária no período de 1889 a 1930 em Maranhão, Minas Gerais e Mato Grosso a partir das mensagens de Estado*. Cadernos De História Da Educação, v.15, n.2, p.863-888, 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/36166>

BRESSAN, Renan Gonçalves. *Cultura, história e instituição escolar: a escola alemã de Vila Mariana e o cenário educacional paulista*. Cadernos De História Da Educação, v.12, n.2, 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/25029>

CABRAL, Vivian da Silva. *Maria Rosa Paris e Augusto Monteiro Paris: experiências de magistério em Iguazu (1875-1935)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2017.

CALDEIRA-MACHADO, Sandra Maria; BICCAS, Maurilane de Souza; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Estatísticas educacionais e processo de escolarização no Brasil: implicações*. In: Cadernos de História da Educação, v.12, n.2, jul./dez, 2013.

CAPPELLE, Rosana Vidigal Santiago. *Regulamentação da instrução pública no município de Rio Pomba/MG (1894): organizar para republicanizar*. In: Cadernos de História da Educação, v.13, n.1, 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/28163>

CARDOSO, Maria das Graças. *A dinâmica das relações de gênero em educação: um estudo sobre professoras e alunas do curso de formação de professor*. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. *A construção da escola pública no Rio de Janeiro imperial*. In: Revista Brasileira de História da Educação, v.3, n.1, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CASTANHA, André Paulo. *O processo de feminização do magistério no Brasil do século 19: coeducação ou escolas mistas*. In: Revista História da Educação, v.19, n.47, 2015.

CASTRO, Cesar Augusto, CASTELLANOS, Samuel Luis Velazquez. *As doenças e o controle dos desejos corporais dos meninos recolhidos em instituições educativas maranhenses nos oitocentos*. In: Cadernos de História da Educação, v.15, n.1, p.222-241, jan.-abr, 2016.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CONCEIÇÃO, Joaquim. *Colégios internatos nas páginas do Almanak Laemmert (1845 a 1889)*. In.: Revista de Pesquisa História, n.31.1, UFPE, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/viewFile/24368/19738>

COSTA, Jean Carlo de Carvalho. *Intelectuais, instrução e espaço público no Brasil Império: uma análise do pensamento político e educacional de Tavares Bastos*. In: Revista Brasileira de História da Educação, v.15, n.2, 2015.

CUNHA, Simone Silva. *Informática na educação: um olhar sobre o PROINFO na Rede Pública do município de Magé/RJ*. Tese de Doutorado. Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 2018.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *República - Educação - Cidadania: tensões e conflitos*. In: Cadernos de História da Educação, v.9, n.1, 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/7450>

DIAS, Amália. Construir a Nova Iguaçu: instrução, saneamento e a campanha pelo hospital (1917 – 1936). In: *Revista Pilares da História*, ano 15, edição especial, maio de 2016.

DIAS, Amália. *Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)*. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2014.

ECAR, Ariadne Lopes e UEKANE, Marina Natsume. *Lutas pela formação científica dos professores primários no Rio de Janeiro (1880-1890)*. In: *Revista História da Educação*, v.16, n.38, 2012.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador - volume 2: Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *História da educação e história regional: experiências, dúvidas e perspectivas*. In: MENDONÇA, Ana Waleska Campos Pollo et al. (orgs.). *História da educação: desafios teóricos e empíricos*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009, p.57-66.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Instrução elementar no século XIX*. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes de e VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Processo de escolarização no Brasil: algumas considerações e perspectivas de pesquisa*. In: MENEZES, Maria Cristina (org.). *Educação, memória e história: possibilidades, leituras*. Mercado de Letras. Campinas – SP, 2004.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; NEVES, Leonardo Santos; CALDEIRA, Sandra Maria. *A estatística educacional e a instrução pública no Brasil: aproximações*. In: CANDEIAS, António (Coord.). *Modernidade, educação e estatística na Ibero-América dos séculos XIX e XX: estudos sobre Portugal, Brasil e Galiza*. Lisboa: Educa, 2005.

FARIAS, Kátia Sebastiana Carvalho dos Santos. *Práticas mobilizadoras de Cultura Aritmética na formação de professores da Escola Normal da Província do Rio de Janeiro (1868 – 1889): Ouvindo Espectros Imperiais*. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, SP, 2014.

FERREIRA, A., e HENRIQUES, H. *A Colônia Correccional de Vila Fernando (1880 - década de 30 séc. XX): regenerar, educar e trabalhar*. In: Cadernos de História da Educação, v.13, n.1, 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/28174>

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GALVÃO, Ana Maria et al. *Difusão, apropriação e produção do saber histórico: A Revista Brasileira de História da Educação (2001-2007)*. In: Revista Brasileira de História da Educação, v.8, n16, 2008.

GAMA, Zacarias Jaegger, GONDRA, José Gonçalves. *Uma estratégia de unificação curricular: os estatutos das escolas públicas de instrução primária (Rio de Janeiro – 1865)*. In: Revista História da Educação, v. 3, n.5, 1999.

GATI, H., & MONTEIRO, I. (2017). *Educação e docência feminina no Brasil do Século XIX: avanços e desafios*. In: Cadernos De História Da Educação, 15(3), 1146-1169. Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/38489>

GATTI, G., INÁCIO FILHO, G., & GATTI JÚNIOR, D. (2008). *A escola na cidade: a criação das instituições escolares em Uberlândia, Minas Gerais na primeira metade do séc. XX*. Cadernos De História Da Educação, 5. Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/288>

GIL, Natália de Lacerda. *Estatísticas da escola brasileira: um estudo sócio-histórico*. Curitiba: Appris editora, 2019.

GIL, Natália de Lacerda. *Reprovação escolar no Brasil: história da configuração de um problema político educacional*. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 23, p. 1-23, 2018.

GOMES, Antonia Simone Coelho. *Relicários ou cadernos de recordação: suportes de memória, testemunhos de amizade*. In: Cadernos de História da Educação - v. 10, n. 1 – 2011.

GONÇALVES NETO, W. (2008). *Educação em movimento: Reformas no regulamento escolar do município de Uberabinha (1896-1899)*. Cadernos De História Da Educação, 6. Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/283>

GONDRA, José Gonçalves, SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

GONDRA, José Gonçalves, SILVA, Maria de Lourdes da. *Educação da inteligência, educação da vontade na escrita da História da Educação Brasileira (1826-1926)*. In: Cadernos de História da Educação – v. 13, n. 1 – jan./jun. 2014.

GONDRA, José Gonçalves. *Artes de Civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro. Eduerj. 2004.

GONDRA, José Gonçalves. *Entre o cura e o médico: higiene, docência e escolarização no Brasil imperial*. In: Revista História da Educação, v.11, n.22, 2007.

GONDRA, José Gonçalves. *Telescópio, microscópio, incertezas: Jacques Revel na história e na história da educação*. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira e FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Orgs.). Pensadores Sociais e História da Educação, volume 2, Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

GONDRA, José Gonçalves; XAVIER, Libânia Nacif; BONATO, Nailda Marinho da Costa (organizadores). *História da Educação: desafios teóricos e empíricos*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009.

GOUVÊA, Maria de Fátima. *O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GRAZZIOTIN, L., & ALMEIDA, D. (2014). *Os castigos nas escolas étnicas da região colonial italiana do Rio Grande do Sul: memórias de escolarização (1896- 1928)*. Cadernos De História Da Educação, 12(2). Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/25022>

GUEDES, Jordânia e GONDRA, José. *Nas margens da Corte Imperial: análise do processo de disseminação de escolas na Villa de Iguassú (1838-1856)*. V CBHE, 2008. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/523.pdf>. Acesso em: 24/10/2020.

GUEDES, Jordânia Rocha de Queiroz e GONDRA, José Gonçalves. *No Recôncavo da Guanabara: apontamentos sobre escolas, mestres e alunos na Vila de Iguassú (1838-1860)*. Revista Educação em Questão, Natal, v. 36, n. 22, p. 139-162, set./dez. 2009.

GUEDES, Jordânia Rocha de Queiroz. *Cenários do processo de escolarização no Recôncavo da Guanabara: A história de Iguassú (1833-1858)*. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

GUEDES, Jordânia Rocha de Queiroz. *O processo de escolarização em Iguassú no século XIX: as aulas régias (1808-1837)*. Recôncavo: Revista de História da UNIABEU, Volume 4, Número 6, janeiro – junho de 2014.

HEROLD JUNIOR, Carlos. *Representações sobre a relação professor-aluno na história da educação de Guarapuava, Paraná (1915-1960)*. In: Cadernos de História da Educação - v. 11, n. 1 - 2012.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. Prêmio grandes educadores brasileiros: monografia premiada 1987/ *Francisco Rangel Pestana: o educador esquecido*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. - Brasília, 1988.

JARA, Isabela Bolorini. *O fazer-se Estado e fazer-se magistério em Iguazu: funcionarização, agências e experiências (1895-1925)*. Dissertação (Mestrado em Educação) - PPGCEC-UERJ, Rio de Janeiro, 2017.

JUNIOR, C. (2012). *Saberes escolares do ensino secundário brasileiro no século XIX: o caso do Imperial Collegio de Pedro Segundo*. Cadernos De História Da Educação, 11(1). Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/17530>

KNAUSS, Paulo. *História Fluminense: o desafio historiográfico*. In: NASCIMENTO, Álvaro Pereira e BEZERRA, Nielson Rosa (orgs.). *De Iguassú à Baixada Fluminense: Histórias de um território*. Curitiba: Editora Appris, 2019.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 7ª ed. Revista – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2013.

LEÃO, Andréa Borges. *A livraria Garnier e a História dos livros infantis no Brasil: Gênese e Formação de um campo literário (1858-1920)*. In: Revista História da Educação, v.11, n.21, 2007.

LIMEIRA, Aline de Moraes, NASCIMENTO, Fátima. *Entre o altar e o trono: iniciativas de escolarização na capital imperial*. In: Revista História da Educação, v.16, n.38, 2012.

LIMEIRA, Aline de Moraes. *Espaços mistos: o público e o privado na instrução do século XIX*. In: Revista Brasileira de História da Educação, v.11, n.3, 2011.

LIMEIRA, Aline de Moraes. *Impressos: veículos de publicidades, fontes para a história da educação*. In: Cadernos de História da Educação – v. 11, n. 2 – jul./dez. 2012.

LIMEIRA, Aline de Moraes. *O comércio da Instrução no Século XIX: Colégios Particulares, Propagandas e Subvenções Públicas*. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Rio de Janeiro, 2010.

LOPES, Sonia de Castro. *Flagrantes da profissão docente na cidade do Rio de Janeiro nas páginas da revista O Ensino Primário (1884 – 1885)*. In: Revista Brasileira de História da Educação, v.10, n.3, 2010.

LOPES, Sonia de Castro. *Um ensaio de formação docente no Rio de Janeiro: a Escola Normal Livre do Município da Corte (1874-1875)*. In: Revista História da Educação, v.16, n.37, 2012.

LUCHESE, Terciane Ângela. *Em busca da escola pública: tensionamentos, iniciativas e processo de escolarização na região colonial italiana, Rio Grande do Sul, Brasil*. In: Cadernos de História da Educação - v. 11, n. 2 – 2012.

MANCINI, Ana Paula Gomes, MONARCHA, Carlos. *A escola rural no Brasil (1930-1950): O Oitavo Congresso Brasileiro de Educação*. In: Cadernos de História da Educação - v. 16, n. 3 – 2017.

MARTINEZ, Alessandra. *Educar e instruir: a instrução popular na Corte Imperial –1870 a 1889*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, UFF, 1999.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MEIRA, José Normando Gonçalves (2014). *Missão protestante e educação em Minas Gerais: embates simbólicos para a criação e consolidação do Instituto Evangélico de Lavras (1893-1936)*. Cadernos De História Da Educação, 12(2). Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/25020>

MELO, G., & CARVALHO, R. (2016). *Nacional e Continental - Brasil e Américas na perspectiva de Primitivo Moacyr*. Cadernos De História Da Educação, 14(3). Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/33135>

MONTEIRO, L. (2017). *Condicionantes da atuação da Companhia de Jesus na formação escolar das elites da República no Brasil (1891-1930)*. Cadernos De História Da Educação, 16(1), 209 - 234. Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/38269>

- MORMUL, Najla Mehanna, MACHADO, Maria Cristina Gomes. *Rui Barbosa e a Educação Brasileira: os pareceres de 1882*. In: Cadernos de História da Educação – v. 12, n. 1 – jan./jun. 2013.
- NASCIMENTO, Fátima Aparecida. “*Porta de todas as inteligências e carreiras*”: Instrução, Trabalho e Ciência no Ministério de João Alfredo Corrêa de Oliveira (1870-1875). Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, UERJ. Rio de Janeiro, 2016.
- NETO, José Marques de Sousa. *Os Círculos Agrocurrais: Parâmetros e Limites de uma Proposta de Educação Agrícola Popular no Distrito Agrícola Rio do Ouro de Magé/RJ*. Dissertação de Mestrado em Educação Agrícola. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2010.
- NETO, W., & CARVALHO, C. (2013). *Estatutos das escolas “Dom Bosco” (Cachoeira do Campo-MG, 1896)*. Cadernos De História Da Educação, 12(1). Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/22895>
- NETTO, Rodrigo de Sá. *Cadernos Mapa 5 - Memória da Administração Pública Brasileira. A Secretaria de Estado dos Negócios do Império (1823-1891)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.
- NEVES, H., AMARAL, G., & TAMBARA, E. (2012). *Os professores como um diferencial competitivo: construção e legitimação do espaço escolar privado de Pelotas-Rio Grande do Sul (1875-1910)*. Cadernos De História Da Educação, 11(1). Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/17536>
- NOGUEIRA, Vera e PAULA, Dalvit. *A presidência de província e a instrução pública como fatores de ampliação do espaço público no Império brasileiro*. Cadernos de História da Educação, v.17, n.3, p. 627-649, set.-dez. 2018.
- NÓVOA, António; BANDEIRA, Fillomena; TEIXEIRA, Vera; PAULO, João Carlos. *A Imprensa de educação e ensino: concepções e organização do Repertório Português*. In: CATANI, Denice; BASTOS, Maria H. (orgs.). *Educação em Revista*. A imprensa periódica e a História da Educação. SP: Escrituras Editora, 2002, p.11-31.
- NUNES, F. (2010). *Agricultura e ensino na Amazônia do Século XIX: a Escola de Primeiras Letras na colônia Benevides*. Cadernos De História Da Educação, 8(2). Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/3714>
- NUNES, Josemarion de Souza. *Considerações sobre a família: Histórico, conceituação e interpretação à luz da Constituição*. Disponível em: <https://josemarionunes.jusbrasil.com.br/artigos/152053492/consideracoes-sobre-a-familia>. Acesso em 15/10/2020.
- OLIVEIRA, Jailton Alves de. *Vadias, homicidas, ladras, embriagadas, prostitutas, adúlteras, defloradas, desordeiras, obscenas, alienadas: mulheres na Casa de Detenção da Corte imperial (1860-1889)*. Tese de Doutorado. Doutorado em Educação. UERJ, 2018.
- OLIVEIRA, Max Fabiano Rodrigues de. *Do café à policultura: Fazendeiros, lavradores foreiros e as transformações na estrutura fundiária de São Francisco Xavier de Itaguaí. (1850-1900)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2015.

- PASCHE, Aline de Morais Limeira e NASCIMENTO, Fátima Aparecida do. “*Actos que a decência manda calar*”: aspectos da relação entre escola, magistério e sexualidade no século XIX. In: *Revista Pro.Posições*, V. 27, N. 3 (81) - set/dez. 2016.
- PASCHE, Aline de Morais Limeira, PINTO, Inára de Almeida Garcia. *Doutrina e Religião Christã: a Igreja Católica no exercício do magistério e na seleção dos mestres*. In: *Cadernos de História da Educação* – v. 13, n. 1 – jan./jun. 2014.
- PASCHE, Aline de Morais Limeira. *Entre o Trono e o Altar: sujeitos, saberes e instituições escolares na capital do Império Brasileiro (1860 a 1880)*. Tese de Doutorado em Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Rio de Janeiro, 2014.
- PAULO, M., & WARDE, M. (2013). *A instalação do serviço de inspeção escolar na província de São Paulo (1835-1887)*. *Cadernos De História Da Educação*, 12(1). Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/22908>
- PAULO, M., Warde, M., & PANIZZOLO, C. (2010). *O serviço de inspeção estabelecido no Estado de São Paulo pela reforma da instrução pública de 1892/1893*. *Cadernos De História Da Educação*, 8(2). Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/3720>
- PEIXOTO, Ruy Afrânio. *Imagens Iguaçuanas*. Nova Iguaçu: Tip. Do Colégio Afrânio Peixoto, 1968.
- PENNA-FRANCA, Luciana. *Teatro amador no Rio de Janeiro: associativismo dramático na construção da cidadania*. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 19, n. 39, p. 95-121, set./dez. 2018.
- PEREIRA, Kimberly Araujo Gomes. A educação feminina entre o arado e a fábrica: reflexões em torno da escolarização de meninas no município de Magé (1840 – 1889). In: *Revista Pilares da História*, ano 18, n.17, outubro de 2019.
- PERES, Eliane Teresinha, BORGES, Francieli. *Relações entre história e literatura: a obra de Cora Coralina e as questões do ensino e dos processos de escolarização no final do século XIX e início do século XX*. In: *Revista Brasileira de História da Educação*, v.15, n.2, 2015.
- PERES, Guilherme. *Histórias Fluminenses*. No prelo.
- PERES, Guilherme. *Lenha, carvão e fumaça – estradas de ferro na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Letras e Versos, 2019.
- PESSANHA, Eurize Caldas, ARRUDA, Angelo Marcos Vieira de. *Arquitetura escolar de “escolas exemplares” em quatro cidades brasileiras: expressão de projetos de modernização e escolarização de 1880 a 1954* In: *Cadernos de História da Educação* – n. 7 – jan./dez. 2008.
- PESSOA, Valdirene Nunes de Santana. *Entre as pessoas mais gradas do município: a trajetória do Capitão Gaspar José Soares, um político negro no pós-abolição da Baixada Fluminense (1864-1955)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2018.
- PINHEIRO, Adriana Cristina. *Urbanização e normatização: o código de posturas do município e a educação do povo no início da República*. *Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação*, 2004. Disponível em:

<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo1/008.pdf>. Acesso em 21/09/2020.

REGIS, Caren Victorino, NISKIER, Tania Balsam. *O uso da imprensa na Revista Brasileira de História da Educação (RBHE) – 2001 a 2016*. In: Anais Eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação. João Pessoa – Universidade Federal da Paraíba – 15 a 18 de agosto de 2017.

RESENDE, L., & NETO, W. (2010). *Educar nos e para os preceitos higienistas: Juiz de Fora (1889-1906)*. Cadernos De História Da Educação, 8(2). Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/3719>

REVEL, Jacques. *Micro-História, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado*. In: Revista Brasileira de Educação, v. 15 n. 45 set./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n45/03.pdf>

RIZZINI, Irma e GONDRA, José Gonçalves. *Higiene, tipologia da infância e institucionalização da criança pobre no Brasil (1875-1899)*. In: Revista Brasileira de Educação, v. 19, n. 58 jul.-set. 2014.

RIZZINI, Irma e SCHUELER, Alessandra Frota M. de. *Trabalho e escolarização urbana: o curso noturno para jovens e adultos trabalhadores na Escola Municipal de São Sebastião, Rio de Janeiro (1872-1893)*. In: Revista Brasileira de História da Educação, v.17, n.1, 2017.

SÁ, Tânia Regina Braga Torreão. *Códigos de Posturas Municipais como instrumentos normativos da produção de nova lógicas territoriais: estudo de caso do centro histórico de Salvador*. Percurso: sociedade, natureza e cultura. nº 11, 2010-1, p. 273-289.

SAÍNT-ADOLPHE, J.C.R. Milliet de. *Diccionario geographico, historico e descriptivo do Imperio do Brazil*. Paris, França: J. P. Aillaud, 1845. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/28232>. Acesso em: 19/08/2020.

SANTANA, Ana Carolina. *Códigos de posturas municipais: reflexo de um discurso e de suas problemáticas*. In.: Anais do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH, Natal, 2013. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1372110701\\_ARQUIVO\\_ANPUH\\_Artigo-CodigosdePosturas\\_AnaCarolinadaSilvaSantana.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1372110701_ARQUIVO_ANPUH_Artigo-CodigosdePosturas_AnaCarolinadaSilvaSantana.pdf)

SANTOS, Ana Carolina Rozendo. *“Percorrendo escolas, examinando o bom e o mau resultado”*: a Inspeção Escolar na Corte Imperial (1863-1872). Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, UERJ, 2017.

SANTOS, Beatriz Souza dos. *Processos de escolarização no município de Estrela: reflexões em torno da freguesia de Nossa Senhora do Pilar (1846 – 1889)*. In: *Revista Pilares da História*, ano 18, n.17, outubro de 2019.

SANTOS, Marileide Lopes dos, FARIA FILHO, Luciano Mendes. *Processo de escolarização e redes de socialização em Sabará*. In: Cadernos de História da Educação – v. 2, 2003.

SANTOS, Vinicius. *“O olho e a mão da autoridade”*: A Inspeção da Instrução na Província do Rio de Janeiro (1850-1889). Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, PUC/Petrópolis, 2016.

SCHUELER, Alessandra Frota M. de e RIZZINI, Irma. Entre becos, morros e trilhos: expansão da escola primária na cidade do Rio de Janeiro (1870 – 1906). In: *Cadernos de História da Educação*, v.18, n.1, p.160 – 175, jan./abr. 2019.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. *A imprensa pedagógica e a educação de escravos e libertos na Corte imperial: impasses e ambiguidades da cidadania na Revista Instrução Pública (1872 – 1889)*. In: *Cadernos de História da Educação* - nº. 4 - jan./dez. 2005.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. *Combates pelo ofício em uma escola moralizada e cívica: a experiência do professor Manoel José Pereira Frazão na Corte Imperial (1870-1880)*. In: *Revista Brasileira de História da Educação*, v.5, n.1, 2005.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. *Método Bacadafá: leitura, escrita e língua nacional em escolas públicas primárias da Corte imperial (1870-1880)*. In: *Revista História da Educação*, v.9, n.18, 2005.

SENA, Fabiana. *Imprensa e instrução pública no império: o modo epistolar nos jornais do Rio de Janeiro e da Paraíba*. In: *Revista Brasileira de História da Educação*, v.14, n.1, 2014.

SILVA, Alexandra Lima da. *O saber que se anuncia: o poder da palavra em tempos de escravidão (Rio de Janeiro, 1830 a 1888)*. In: *Revista Brasileira de História da Educação*, v.18, 2018.

SILVA, André Gustavo Ferreira da, ARAÚJO, Erika Ferrez, e SANTOS, Jaqueline Calixto dos. *Representando a moderna caridade: a instituição dos Salesianos no Recife (1892-1906)*. *Cadernos de História da Educação*, v.16, n.3, p.716-731, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/che-v16n3-2017-10>

SILVA, João Carlos da. *"O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim": as propostas do Apostolado Positivista para a educação brasileira (1870-1930)*. In: *Cadernos de História da Educação*, v.9, n.1, 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/7464>

SILVA, José Cláudio Sooma. *Teatros da Modernidade: representações de cidade e escola primária no Rio de Janeiro e em Buenos Aires nos anos 1920*. Tese de Doutorado. Doutorado em Educação. UERJ, 2009.

SILVA, Maria Beatriz Leal da. *Ginásio Industrial da Fábrica da Estrela: um projeto pedagógico dentro de uma instituição militar*. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis/RJ, 2018.

SILVA, Vivian Batista, GALEGO, Rita de Cássia da. *Construções da ideia de criança "normal" nas escolas primárias brasileiras: uma análise a partir dos manuais pedagógicos entre finais do século XIX e início do XX*. In: *Cadernos de História da Educação* – v. 10, n. 2 – jul./dez. 2011.

SILVA, Vivian Batista. *Leituras para professores: apropriação e construção de saberes nos manuais pedagógicos brasileiros escritos pelos "católicos" (1870 – 1971)*. In: *Cadernos de História da Educação* - nº. 2 - jan./dez. 2003.

SIMÕES, Manoel Ricardo. *Ambiente e Sociedade na Baixada Fluminense*. Mesquita: Editora Entorno, 2011.

SOARES, Moises Peixoto. *Mulheres escravas: alforria, trabalho e mobilidade social, (Piedade de Iguaçu e Santo Antônio de Jacutinga, Rio de Janeiro, (1780-1870)* Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2015.

SOUZA, A. (2013). *Ensino de língua e literatura no Brasil do século XIX: o curso elementar de literatura nacional e as apostillas de rethorica e poetica utilizados no Imperial Colégio de Pedro II*. Cadernos De História Da Educação, 12(1). Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/22914>

SOUZA, Carlos Eduardo Dias. *A educação como horizonte político no Segundo Reinado: notas sobre a trajetória e a atuação de Abílio César Borges*. In: Revista Brasileira de História da Educação, v.17, n.2, 2017.

SOUZA, Gustavo Rugoni de. *A reinvenção do mobiliário escolar: entre saberes pedagógicos, higienistas e econômicos (1851-1889)*. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, UESC, 2019. Disponível em: <http://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000076/00007609.pdf>

SOUZA, José Edimar, GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos. Os primeiros tempos de escola evangélica-luterana em Lomba Grande/RS (1834-1881). In: Cadernos de História da Educação, v.15, n.1, 2016.

SOUZA, MarluCIA Santos de. *Escavando o Passado da Cidade: História Política da Cidade de Duque de Caxias*. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2014.

TAMBARA, Elomar Antonio Callegado. *Trajetórias e natureza do livro didático nas escolas de ensino primário no século 19 no Brasil*. In: Revista História da Educação, v. 6, n.11, 2002.

TEIXEIRA, G. (2015). *Os “principios elementares da arithmetica” nas escolas da Corte Imperial*. Cadernos De História Da Educação, 13(2). Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/29210>

TEIXEIRA, Giselle Baptista, SCHUELER, Alessandra Frota de. *Livros para a escola primária carioca no século XIX: produção, circulação e adoção de textos escolares de professores*. In: Revista Brasileira de História da Educação, v.9, n.2, 2009.

TEIXEIRA, Giselle. *O Grande Mestre da Escola: Os livros de leitura para a Escola Primária da Capital do Império Brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, UERJ, 2008. Disponível em: [http://www.proped.pro.br/teses/teses\\_pdf/2006\\_1-188-ME.pdf](http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/2006_1-188-ME.pdf)

TONIN, Fabiana Bigaton. *Águas Reversas: confluências da memória, literatura e história nas memórias inéditas de Alberto Rangel*. Dissertação de Mestrado em Teoria e História Literária. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, SP, 2009.

TORRES, Gênesis (org.). *Baixada Fluminense: a construção de uma história – sociedade, economia, política*. São João de Meriti, RJ: IPAHB, 2004.

UEKANE, Marina. “*Instrutores da Milícia cidadã*”: A Escola Normal da Corte e a profissionalização de professores primários (1854-1889). Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, UERJ, 2008.

VASCONCELOS, L., FIALHO, L., & MACHADO, C. (2017). *Educação, gênero e higienismo nos anúncios publicitários da Paraíba durante a Primeira República*. Cadernos De História Da Educação, 16(2), 451-473. Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/39598>

VEIGA, Cynthia Greive. *A produção da infância nas operações escriturísticas da administração da instrução elementar no século XIX*. In: Revista Brasileira de História da Educação, v. 5, n.1, 2005.

VERSIEUX, Daniela Pereira. *Modernização e escolarização do trabalho agrícola: as fazendas modelo em Minas Gerais (1906-1915)*. In: Cadernos de História da Educação - v. 12, n. 1 – 2013.

VIEIRA, C. (2016). *José Ricardo Pires de Almeida entre duas vocações: a política e a ciência*. Cadernos De História Da Educação, 14(3). Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/33134>

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. *Do artesanato à profissão: representações sobre a institucionalização da formação docente no século XIX*. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. II: século XIX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. *Formação de professores para o ensino de primeiras letras na zona rural*. Brasil, final do século XIX. In: Revista História da Educação, v.12, n.24, 2008.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira*. In: Revista Brasileira de História da Educação, v.2, n.2, 2002.

## APÊNDICE – Relato sobre o I Seminário da Rede de Grupos de Pesquisa da Baixada Fluminense

DATA	PROGRAMAÇÃO	TARDE - 15h	NOITE - 19h
13/07	SPINARTES	Mesa 1: Outras abordagens sobre a Baixada Fluminense: doenças, imagens e seu hebdomadário centenário. Participantes: Grupo de Estudos da Baixada Fluminense/ Centro de Documentação e Imagem (GERAF/ CEDIM)	Mesa 2: Estudos Interdisciplinares sobre a Baixada Fluminense: Sociedade, Educação e Artes. Participantes: PPG em Humanidades, Ciências Artes (PPCCA/ UFRJ/ANAR)
14/07	TRÁFEGO	Mesa 3: Conflitos Sociais na Baixada Fluminense: política, religião e violência. Participantes: Observatório Fluminense	Mesa 4: APPH-CLIO: 20 anos atuando na Formação e na Pesquisa sobre a História da Baixada Fluminense. Participantes: Associação de Professores - Proprietários de História - Ciu (APPH-CIE)
15/07	DEBATE	Mesa 5: Estudos de História da Educação Local (EHELO). Participantes: Entalho de História da Educação Local (EHELO) - FEF - UERJ	Mesa 6: O Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias e as pesquisas multidisciplinares. Participantes: Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias (IHCMCX)
16/07	DEBATE	Mesa 7: Processos Educativos em Duque de Caxias no seu período pré-emancipatório. Participantes: Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CPMHB/B)	Mesa 8: Reestruturação econômica e políticas públicas na Baixada. Participantes: Laboratório de Geografia Econômica e Política (LAGEP - UFRJ)
17/07	DEBATE	Mesa 9: Políticas Nacionais de Educação e suas Repercussões na Baixada Fluminense. Participantes: Programa Integrado de Pesquisa e Capacitação Técnico na Baixada Fluminense (PINIA) - FEF - UERJ	Mesa 10: O Museu Vivo do São Bento e a Museologia Social. Participantes: Museu Vivo do São Bento - Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias (CRPH)

Precisamos destacar dentre as iniciativas de divulgação de pesquisas efetuadas possuindo como recorte geográfico a Baixada Fluminense o I Seminário de Grupos de Pesquisa da Baixada Fluminense que ocorreu de 13 a 17 de julho de 2020, com transmissões ao vivo, por meio do canal no Youtube<sup>131</sup> do Centro de Documentação e Imagem do Instituto Multidisciplinar (CEDIM/IM)<sup>132</sup> da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Ao todo foram realizadas dez mesas com temas variados.<sup>133</sup>

Em todas as sessões foi possível perceber a educação se não como tema principal, um tema latente a perpassar as mais distintas abordagens. Nas sessões em que há diálogo de forma mais explícita com a pesquisa por nós empreendida, optamos por expor as considerações destas mesas ao longo do nosso trabalho nas sessões pertinentes.

<sup>131</sup> <https://www.youtube.com/c/CEDIMUFRRJIM/featured>

<sup>132</sup> Também foi organizado pelo CEDIM o “Café CEDIM”, que consistia na transmissão via página do Facebook de lançamento de livros, bate-papo sobre temáticas relevantes para a região e que tratavam da história da Baixada Fluminense.

<sup>133</sup> Outras abordagens sobre a Baixada Fluminense: doenças, imagens e seu hebdomadário centenário; Estudos Interdisciplinares sobre a Baixada Fluminense: Sociedade, Educação e Artes; Conflitos Sociais na Baixada Fluminense: política, religião e violência; APPH-CLIO: 20 anos atuando na Formação e na Pesquisa sobre a História da Baixada Fluminense; Estudos de História da Educação Local (EHELO); O Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias e as pesquisas multidisciplinares; Processos educativos em Duque de Caxias no seu período pré-emancipatório; Reestruturação econômica e políticas públicas na Baixada; Políticas Nacionais de Educação e suas repercussões na Baixada Fluminense; O Museu Vivo do São Bento e a Museologia Social.

I Seminário da Rede de Grupos de Pesquisa da  
**BAIXADA FLUMINENSE**

**MESA 1:**

Grupo de Estudos da Baixada Fluminense/ Centro de Documentação e Imagem (GEBAF/CEDIM) apresenta:

**Outras abordagens sobre a Baixada Fluminense: doenças, imagens e seu hebdomadário centenário.**

**Mediador:**  
**Prof. Dr. Álvaro Pereira do Nascimento** - Doutor em História pela Unicamp e professor da UFRRJ.

**Apresentadores (as):**  
**M.<sup>a</sup> Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre** - Doutoranda em História no CPDOC/FGV.  
*"Iguaçu em imagens: a presença do fotojornalismo em um impresso da Baixada Fluminense (Nova Iguaçu, 1950 - 1960)"*

**Prof. Dr. Carlos Eduardo Coutinho da Costa** - Doutor em História pelo PPGHIS UFRJ e professor da UFRRJ.  
*"Doenças e Pandemia no Pós-abolição da Baixada Fluminense".*

**SEGUNDA-FEIRA**  
**13/07 às 15h**

**Local:**   
[Youtube.com/CEDIMUFRRJIM](https://www.youtube.com/CEDIMUFRRJIM)

 **UFRRJ** UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

A primeira sessão efetuada trouxe a pesquisa de doutorado em andamento de Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre, desenvolvida no âmbito do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), cuja tema é “Iguaçu em imagens: a presença do fotojornalismo em um impresso da Baixada Fluminense (Nova Iguaçu, 1950 – 1960)”. Maria Lúcia Alexandre parte da investigação de dois impressos produzidos em Nova Iguaçu no século XX: o Correio da Lavoura e o Correio de Maxambomba. Destes o Correio da Lavoura é o mais conhecido por ter sido utilizado em pesquisas como a empreendida na tese de Amália Dias, já o Correio de Maxambomba, com indícios de fundação em 1955, foi descoberto pela própria pesquisadora na Biblioteca Nacional, como material separado enquanto “obra rara”, mas ainda sem

catalogação. Demonstrando a importância da ocupação dos pesquisadores nos espaços arquivísticos, onde o silêncio das fontes pode estar sendo produzido por uma caixa fechada.

Na segunda fala da primeira sessão, Carlos Eduardo Costa expôs alguns dados sobre a pesquisa desenvolvida por ele, por aproximadamente dez anos, intitulada “Doenças e Pandemia no Pós-abolição da Baixada Fluminense”. A investigação se deu por meio da análise dos registros de nascimento e óbito, obtidos principalmente no cartório da região central de Nova Iguaçu, acerca das epidemias na Baixada Fluminense e possui como recorte temporal um período do século XX, o que ao longo do evento confirmou-se como uma tendência de que as pesquisas estejam mais voltadas para uma história do tempo presente. A mediação da mesa foi efetuada pelo professor Álvaro Pereira do Nascimento, professor da UFRRJ. Ressaltamos que todos os mediadores possuem pesquisas voltadas para a Baixada Fluminense.

**CEDIM** I Seminário da Rede de Grupos de Pesquisa da **BAIXADA FLUMINENSE** Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes

**MESA 2:**

PPG em Humanidades, Culturas e Artes (PPGHCA/UNIGRANRIO) apresenta:

**Estudos Interdisciplinares sobre a Baixada Fluminense: Sociedade, Educação e Artes.**

**Mediador:**  
**Dr. Márcio Luiz Corrêa Vilaça** - Doutor em Letras pela Universidade Federal Fluminense. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes (PPGHCA) - UNIGRANRIO.

**Apresentadores (as):**

**Prof. Dr. Idemburgo Pereira Frazão Félix** - Doutor em Literatura Comparada (UFRJ). Professor da Graduação em Letras e do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes (PPGHCA) - UNIGRANRIO.  
*“Identities Poéticas da Baixada Fluminense”.*

**Prof.ª Dra. Jurema Rosa Lopes Soares** - Doutora em Educação (UNICAMP). Professora do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes (PPGHCA) - UNIGRANRIO.  
*“Histórias e Memórias da Educação em Duque de Caxias: a experiência das Irmãs Italianas”.*

**Prof.ª Dr.ª Anna Paula Soares Lemos** - Doutora em Literatura Comparada (UFRJ). Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes (PPGHCA) - UNIGRANRIO.  
*“Rede Baixada em Cena: territorialidades, transcrições e memórias do teatro da Baixada Fluminense”.*

**Prof.ª Dr.ª Rosane Cristina de Oliveira** - Doutora em Ciências Sociais pela UERJ. Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes (PPGHCA) - UNIGRANRIO.  
*“Violência Doméstica e a questão do agressor”*

**SEGUNDA-FEIRA**  
**13/07 às 19h**

**Local:**   
[Youtube.com/CEDIMUFRRJIM](https://www.youtube.com/CEDIMUFRRJIM)

 **UFRRJ** UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Na segunda sessão de 13 de julho de 2020, a mediação coube ao professor Márcio Luiz Corrêa Vilaça, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes (PPGHCA) da Universidade do Grande Rio - “Prof. José de Souza Herdy” (UNIGRANRIO), fundado em 2008. Todos os palestrantes fazem parte do programa de pós-

graduação mencionado, foram selecionados quatro professores para palestrar: Jurema Rosa Lopes Soares, com o tema “Histórias e Memórias da Educação em Duque de Caxias: a experiência das Irmãs Italianas”; Idemburgo Pereira Frazão Félix apresentando “Identidades Poéticas da Baixada Fluminense”; Anna Paula Soares Lemos e a “Rede Baixada em Cena: territorialidades, transcrições e memórias do teatro na Baixada Fluminense”; Rosane Cristina de Oliveira, com debate sobre a “Violência Doméstica e a questão do agressor”.

A fala da professora Jurema Rosa Lopes Soares, integrante do grupo “Formação, Inclusão e Cidadania”, versou sobre a formação de professores. Jurema Soares utiliza como metodologia a história oral. A pesquisa tem por fonte os relatos obtidos a partir de entrevistas efetuadas com professores que participaram de um projeto de educação de jovens e adultos organizado por duas Irmãs italianas, as quais ela denominou apenas por Ana Paula e Micaela, durante a década de 90, em Duque de Caxias. As paróquias trabalhadas foram Nossa Senhora De Fátima, São Pedro, São Francisco de Assis, Nossa Senhora de Aparecida e Nossa Senhora de Guadalupe, igrejas situadas na Vila Operária, hoje conhecida como Parque Felicidade, na Beira Mar e na Vila Beira Mar. A justificativa para o projeto, segundo os entrevistados, seria uma necessidade das Irmãs de compartilhar saber e interagir com a comunidade. Outros dados relevantes demonstrados a partir das entrevistas são de que as igrejas recebiam recursos financeiros oriundos da Itália para manutenção do projeto e que a maioria dos professores que trabalhavam no projeto não possuíam formação docente.

O professor Idemburgo Frazão desenvolve uma pesquisa interdisciplinar há mais de dez anos sobre identidades poéticas na Baixada Fluminense e nos anos iniciais do grupo de pesquisa ofereceu o curso “Aspectos Identitários do Grande Rio”. Atualmente também é integrante do grupo “Margens da Literatura”<sup>134</sup>, voltado para o estudo de poesia, música e teatro desenvolvido nesta região. Dentre as atividades do grupo há pesquisas sobre o músico Eduardo Costa e o poeta Edgar Matos/Moduan Malthus, além da organização de eventos para divulgar os estudos produzidos sobre e pela Baixada Fluminense.

A professora Anna Paula Lemos permaneceu com o tema da arte ao abordar as atividades do coletivo de grupos de teatro “Rede Baixada Em Cena”<sup>135</sup>, porém também trouxe o advento das imagens enquanto memória, ao relatar a criação, em 2014, do grupo de pesquisa “Imagens, memória e narrativas oníricas”, em colaboração com os professores Joaquim Humberto e José Carlos Sebe. Voltado para o estudo de memórias, histórias, narrativas e oralidades, o grupo conta com a publicação de dois livros: “Aventuras oníricas:

---

<sup>134</sup> <https://margensdaliteraturaliteraturadasmargens.wordpress.com/>

<sup>135</sup> <https://pt-br.facebook.com/redebaixadaemcena/>

experiências pedagógicas em narrativas, textos e imagens”<sup>136</sup> e “Práxis educacional: imagens e metáforas”<sup>137</sup>, que estão disponíveis para download gratuitamente. Há projeto em curso para organizar relatos de pessoas analfabetas e suas memórias.

A professora Rosane Cristina de Oliveira tratou da violência de gênero, campo ao qual está dedicada há alguns anos e verifica que desde 1886 (quando foi instituída a Delegacia da Mulher) até os dias atuais os números de violência contra a mulher não decrescem. O tema da pesquisa acabou sendo gerado a partir do interesse despertado pelos alunos do programa de pós-graduação. No momento, está debruçada sobre a atuação dos Centros de Referência dos Homens, criados para atender aos agressores, enquanto medida socioeducativa. A Baixada comporta 40% dos casos de violência contra a mulher no Estado do Rio de Janeiro em todas as suas esferas (patrimonial, física, sexual, doméstica...), diante deste dado, estão sendo estudados os perfis tanto do agressor quanto das mulheres que denunciam as agressões. Embora o tema aparentemente fuja das temáticas anteriores, há destaque na fala de Rosane Oliveira acerca do processo de “reeducação” dos agressores. Neste sentido, podemos dizer que a educação poderia ser um dos temas que uniriam estas pesquisas, além do programa de pós-graduação em que são desenvolvidas e da Baixada enquanto recorte geográfico adotado.

**CEDIM** I Seminário da Rede de Grupos de Pesquisa da **BAIXADA FLUMINENSE** UFRRJ

**MESA 3:**

Observatório Fluminense apresenta:

**Conflitos Sociais na Baixada Fluminense: política, religião e violência.**

**Mediador:**

**Prof. Dr. Edson Miagusko** - Doutor em Sociologia (USP). Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRRJ.

**Apresentadores (as):**

**Prof. Dr. Edson Miagusko**

*“Moradia, condomínios populares e trajetórias na Baixada Fluminense”.*

**Prof.ª Dr.ª Carly Barboza Machado** - Doutora em Ciências Sociais (UERJ). Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRRJ.

*“Religião, práticas políticas e ação social na Baixada Fluminense”.*

**Prof. Dr. José Cláudio Souza Alves** - Doutor em Sociologia (USP). Professor Titular do Departamento de Ciências Sociais da UFRRJ.

*“Violência na Baixada Fluminense: dos grupos de extermínio às milícias”.*

**TERÇA-FEIRA 14/07 às 15h**

**Local:** **Youtube.com/CEDIMUFRRJ**

**UFRRJ** UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

<sup>136</sup> <http://www.editorapontocom.com.br/l/36/Aventuras-on%C3%ADricas>

<sup>137</sup> <http://www.editorapontocom.com.br/l/30/Pr%C3%A1xis-educacional%3A-imagens-e-met%C3%A1foras>

Em 14 de julho de 2020, na primeira mesa do dia, a mediação ficou a cargo de Edson Miagusko, membro do Observatório fluminense<sup>138</sup>, coletivo de pesquisas criado em 2014 na UFRRJ. A mesa tratou sobre conflitos sociais na Baixada e os nomes escolhidos para a mesa não poderiam ser mais apropriados, haja vista que o trabalho corajoso do professor José Claudio Alves, sistematizado no livro “Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense”, serviu de base para diversas pesquisas sobre este território. A coragem permanece presente na fala do professor José Alves, principalmente ao afirmar a influência dos milicianos inclusive em questões sanitárias, pois, para ele, o comércio de Duque de Caxias não parou com a pandemia por atuação dos milicianos, sendo a Baixada uma espécie de bioma para o projeto em curso de manutenção das milícias no poder.

A professora Carly Machado<sup>139</sup> investiga as relações entre religião e políticas de cuidado, com base em estudos de antropologia urbana, práticas, rituais, sociabilidade, política, economia, articulando com debates mais ampliados. Dentre os projetos em curso, estuda a Igreja Assembleia de Deus dos Últimos Dias e o Pastor Marcos Pereira, bem como a relação da igreja e do referido pastor com os egressos. Discutindo as relações entre crime e religião e a atuação dos centros de recuperação ligados a grupos religiosos.

**I Seminário da Rede de Grupos de Pesquisa da**  
**BAIXADA FLUMINENSE**

**MESA 4:**

Associação de Professores - Pesquisadores de História - Clio (APPH-CLIO) apresenta:

**APPH-CLIO: 20 anos atuando na Formação e na Pesquisa sobre a História da Baixada Fluminense.**

**Mediador:**  
**Prof. M.e Alexandre dos Santos Marques** - Mestre em História Social, Professor da Rede Municipal de Educação de Duque de Caxias e Presidente da Associação de Professores-Pesquisadores de História (APPH-CLIO).

**Apresentadores (as):**  
**Angela da Silva Borges** - Especialista em História da Arte - Licenciada em História (FEUDUC). Diretora da CLIO TUR: Turismo Patrimonial.  
*"Patrimônio e Turismo na Baixada Fluminense"*  
**Julyana Pereira de Souza** - Licenciada em História (UNIGRANRIO). Coordenadora da Clio Colab - Roteiros Históricos Pedagógicos.  
*"Clio Colab: Desmistificando os Roteiros"*  
**Paula Cristina Simões Braga** - Licenciada em História (UNIGRANRIO). Coordenadora da Clio Colab - Roteiros Históricos Pedagógicos.  
*"Clio Colab: Patrimônio Histórico e Identidade Cultural"*

**TERÇA-FEIRA**  
**14/07 às 19h**

**Local:**   
**Youtube.com/CEDIMUFRAJIM**

**UFRRJ** UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

<sup>138</sup> <https://pt-br.facebook.com/observatoriofluminense/>. Destacamos também: <https://portal.ufrj.br/encontro-pela-seguranca-publica-de-seropedica-acontecera-nessa-semana/>

<sup>139</sup> Coordena, com Patricia Birman, o grupo de pesquisa Distúrbio / UERJ - Dispositivos, tramas urbanas, ordens e resistências e é pesquisadora do Observatório Fluminense / UFRRJ.

A segunda sessão de 14 de julho foi mediada pelo professor Alexandre dos Santos Marques, presidente da Associação de Professores-Pesquisadores de História (APPH-CLIO)<sup>140</sup> e fez um breve histórico dessa associação. O grupo foi criado em 1996 e registrado em cartório em 1999, formado inicialmente por licenciados em História, oriundos de movimentos sociais; alunos da Fundação Educacional de Duque de Caxias (FEUDUC); alunos trabalhadores. Alguns questionamentos deram origem à associação, por exemplo, como formar professores de história com pouco conhecimento da região em que vivem? Como fazer com que estes alunos oriundos do curso de licenciatura da FEUDUC consigam ingressar no mestrado?

Essas questões geradoras, datadas de 1992 trouxeram como respostas a construção de um núcleo de memória sediado na FEUDUC; a organização de encontros de formação (o primeiro encontro intitulado: “Discutindo o ensino de história em Duque de Caxias” virou um congresso para professores e pesquisadores. Ao todo foram realizados nove congressos); atuação do grupo voltada para a preservação do patrimônio histórico por meio de pesquisas e atividades de campo.

Dentre os números da associação o professor Alexandre Marques destacou os quase 200 associados ao longo dos 20 anos de atuação; cinco associados concluíram o doutorado e 40 concluíram mestrado. A APPH-CLIO também está associada ao Museu Vivo do São Bento. Os primeiros associados da APPH-CLIO foram Alexandre Marques, Nielson Bezerra, Antonio Augusto Braz e Marlucia Santos.

Em seguida, a palavra foi passada para a professora Angela Borges que é arqueóloga e diretora da Cliotur<sup>141</sup>, que explicou de forma sucinta o histórico e as muitas atividades desenvolvidas pela agência de viagens Cliotur. Em 2018, o professor Antonio Augusto chamou a professora Rosane Pereira para organizar ações de turismo patrimonial (local), ambos estabeleceram como critérios para a elaboração dos roteiros que os mesmos fossem desenvolvidos na Baixada ou que tivessem relação com a história da Baixada, sem perder as interfaces com a História do Brasil.<sup>142</sup>

<sup>140</sup> <https://pt-br.facebook.com/apphclio/>

<sup>141</sup> <http://clioturismopatrimonial.com.br/>

<sup>142</sup> Foram efetuados nove roteiros em 2019: - Caxias colonial: Fazendas capelas e escravidão; - Roteiro Afrodescendente; - Caxias Walking Tour; - Um passeio pelo Rio de Janeiro Belle Époque; - Raízes do samba; - Vassouras e Conservatória: uma viagem pela história, música e poesia; - Roteiro sacro: o barroco e o rococó no Rio de Janeiro; - Tiradentes e São João Del Rei: História, Cultura, Arte e Lazer nas cidades mineiras; - São João Marcos. Os roteiros patrimoniais da Cliotur foram suspensos em 2020 em virtude da pandemia. Coube às Coordenadoras da Clio Colab, professoras Paula Braga e Julyana Pereira apresentar o projeto que leva alunos do ensino médio e do pré-vestibular comunitário para roteiros históricos. Foram divulgados três roteiros: Afrocarioca (ênfase no pós-abolição); Rio dos Brancos (destaque para a Reforma Pereira Passos); Centro do RJ – Rua do Lavradio. Há outros roteiros que não foram contemplados na apresentação devido ao tempo previsto para a exposição.

A mesa foi encerrada com a fala significativa do professor Jean Sales (membro do CEDIM/IM) de que “é interessante que em um lugar onde se diz não ter história, como a Baixada Fluminense, ter uma instituição sobre pesquisa da história da Baixada Fluminense há mais de 20 anos.”.

**CEDIM** I Seminário da Rede de Grupos de Pesquisa da **EHELO**

**BAIXADA FLUMINENSE**

**MESA 5:**

Estudos de História da Educação Local (EHELO/FEBF/UERJ) apresenta:

Estudos de História da Educação Local (EHELO).

**Mediador:**

**Prof. Dr. Fernando César Ferreira Gouvêa** - Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professor Associado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

**Apresentadores (as):**

**Prof.ª Dr.ª Angélica Borges** - Doutora em Educação. Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense.

*“Processos de escolarização no Recôncavo da Guanabara no período do Império”.*

**Prof. Dr. Marcos Cesar de Oliveira Pinheiro** - Doutor em História Comparada. Professor da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF - UERJ).

*“Título da apresentação: Educação popular na Baixada Fluminense: a experiência dos Comitês Populares Democráticos (1945-1947)”*

**Prof.ª Dr.ª Amália Dias** - Doutora em Educação. Professora Associada da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF).

*“Registros e Retratos da Escolarização em Iguazu (1932-1933)”.*

**QUARTA-FEIRA 15/07 às 15h**

**Local:**  **Youtube.com/CEDIMUFRAJIM**

**UFRRJ** UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

A mesa cinco contou com a mediação “radialística” do professor Fernando Gouvêa, membro do Laboratório de História da Educação Latino-Americana (Lhela) da UFRRJ<sup>143</sup>, que coordenou a fala de três professores integrantes do Grupo de Estudos de História da Educação Local (EHELO)<sup>144</sup>. A fala inicial coube à professora Angélica Borges que efetuou breve relato da pesquisa empreendida por ela sobre os processos de escolarização no Recôncavo da Guanabara no período do Império, permeando as especificidades, ritmos de criação de escolas e o processo de constituição da profissão docente.

A professora Amália Dias tem por pesquisa atual os “Registros e retratos da escolarização em Iguassú (1932 e 1933)”, utiliza como fontes as fotos da coleção conhecida

<sup>143</sup> <https://pt-br.facebook.com/lhelaufrrj/>

<sup>144</sup> <https://ehelouerj.wordpress.com/>

como “Arruda Negreiros” e os mapas de frequência escolar disponíveis no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) fotografados pela pesquisadora um por um há aproximadamente dez anos atrás. A pesquisa tem por objetivo problematizar memórias e elites locais, além de contribuir para a formulação de uma história que valorize os sujeitos.

Já o professor Marcos Cesar de Oliveira Pinho investiga a educação popular na Baixada Fluminense, o caráter educativo dos comitês pelo direito de voto dos analfabetos. Ou seja, uma educação voltada para ler, escrever, contar e fomentar o pensamento político nos âmbitos nacional e internacional. Não só os comitês foram duramente reprimidos pela polícia, mas as escolas mantidas por estes comitês, o que dificulta a aquisição de fontes.

A mesa foi encerrada com uma fala sintética da professora Angélica Borges sobre a trajetória do EHELO, informando que este foi criado pela professora Amália há aproximadamente quatro anos e neste momento quatro professores o integram, a própria Angélica Borges, Amália Dias, Marcos Pinho e a professora Alzira Batalha, além de bolsistas, voluntários e pesquisadores associados. O EHELO também faz parte do Programa Integrado de Pesquisa e Cooperação Técnica na Baixada Fluminense (PINBA). Geralmente são realizadas reuniões presenciais com discussão teórica e/ou orientação coletiva.



I Seminário da Rede de Grupos de Pesquisa da

## BAIXADA FLUMINENSE



# MESA 6:

Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias (IH CMDC) apresenta:

**O Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias e as pesquisas multi-disciplinares.**

*Mediadora:*



**Prof.ª Dr.ª Tania Maria da Silva Amaro de Almeida** - Doutora em Humanidades, Culturas e Artes – Diretora do IH CMDC.

*Apresentadores (as):*



**M.ª Eliana Santos da Silva Laurentino** - Doutoranda em História - UERJ-FEP.

*“O papel do Instituto Histórico na construção de memórias em Duque de Caxias.”*



**M.ª Adriana Batalha dos Santos** - Doutoranda em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPGA-UFF).

*“Rastros e lastros de Joãozinho da Gomeia no Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias”*



**M.e Bruno Garcia dos Santos** - Mestrando no PPG PROFHISTÓRIA – UERJ

*“Olhares sobre as Ruas do Bairro Jardim 25 de Agosto: diálogos entre a História Local e o ensino de História para os anos finais do Ensino Fundamental”*

QUARTA-FEIRA

15/07 às 19h

Local:



[Youtube.com/CEDIMUFRAJIM](https://www.youtube.com/CEDIMUFRAJIM)



A segunda mesa do dia 15 de julho contou com mediação da professora Tania Amaro e apresentação inicial do professor Jean Sales. A primeira palestrante foi Eliana Laurentino com pesquisa de doutorado em curso sobre o papel do Instituto Histórico de Duque de Caxias<sup>145</sup> na construção de memórias no município citado. Eliana realizou pesquisas com o prof. Nielson no grupo “A cor da Baixada”<sup>146</sup> e fez mestrado sobre história local. O ponto de partida para a pesquisa se deu na seção “agradecimentos” dos trabalhos localizados no estado da arte efetuado no mestrado, pois os agradecimentos remontavam constantemente à profª Tania e ao Instituto Histórico, o que chamou atenção e acabou se tornando um projeto para o doutorado, sob orientação do professor Rui Fernandes.

Em 13 de abril de 1971 foi criado o Museu Histórico Municipal de Duque de Caxias (antecessor do Instituto Histórico). A tese defendida por Eliana Laurentino é de que se formou em Duque de Caxias um “conglomerado educacional”, congregando ações educativas e culturais no Instituto Histórico de Duque de Caxias, principalmente após o fortalecimento promovido pela adesão da APPH-Clio ao grupo de Amigos do Instituto Histórico, fato ocorrido em 2001. A presença da sociedade civil e o incentivo a produções sobre a Baixada Fluminense representam atos políticos para a manutenção do arquivo. Cabe destacar que membros da FEUDUC também passam a compor o espaço.

A palestrante seguinte foi a professora Adriana Batalha que pesquisou sobre o Pai de Santo baiano que atuava em Duque de Caxias, Joãozinho da Goméia, que acabou sendo enredo da Grande Rio em 2020. A relação da pesquisa com o Instituto se deve, pois foi efetuada uma doação de acervo para o Instituto por duas filhas de terreiro, doação esta que funcionou durante um tempo como uma espécie de reserva técnica, tendo sido as peças desencaixotadas apenas em 2011. Com a premiação do filme sobre Joãozinho da Goméia cresceram as mobilizações em torno do tombamento do terreno/terreiro.

A última fala da noite foi do professor Bruno Garcia, que trabalha no colégio estadual Professor José de Souza Herdy e possui pesquisa de mestrado em andamento. Ele afirmou que o Instituto Histórico o situou em Duque de Caxias, destacando a figura da professora Tania Amaro neste processo. Dentre as atividades docentes ele inclui a visita dos alunos do 9º ano do referido colégio ao Instituto Histórico. Em seu trabalho ele também utiliza o conceito de “Espaços da recordação”, busca diálogo com a educação patrimonial, não só com monumentos, mas com objetos e locais significativos para os alunos, por exemplo a praça próximo ao colégio José de Souza Herdy, no Bairro Jardim 25 de agosto. Outro trabalho vinculado tanto ao fazer docente quanto à pesquisa de mestrado é o projeto “Um olhar sobre

---

<sup>145</sup> [https://www.cmdc.rj.gov.br/?page\\_id=1452](https://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=1452)

<sup>146</sup> <https://www.facebook.com/curso.pmc.baixadafluminense/>

as ruas do bairro”, onde há a possibilidade de se fazer história a partir dos nomes das ruas do bairro. Bruno ressalta que os nomes das ruas estão geralmente ligados aos militares que lutaram na guerra do Paraguai, então como primeira atividade seria levantar junto aos alunos a biografia das pessoas que dão nome às ruas, não a título de exaltação desses nomes, mas para compreender porque esses nomes foram escolhidos, tentar entender como são feitas essas escolhas pelo nome das ruas e porque às vezes ocorrem trocas nos nomes das ruas. Relação do contexto micro com contexto macro. Também trabalhará com fotografias das ruas. Coleta de fotografias junto aos moradores mais antigos e fotos que esses possuam e possam doar para o projeto, comparando fotos produzidas pelos alunos com fotos dos moradores para analisar rupturas e permanências.

O mapa do bairro que Bruno Garcia utiliza foi obtido através da Revista Pilares da História, que já mencionamos. Pensa em concluir o projeto com um produto: uma exposição a ser realizada no colégio José de Souza Herdy, prevendo utilização de banners com fotos obtidas por meio de acervos particulares e do Instituto Histórico. Outro produto seria um guia catálogo, um livreto contando o percurso da pesquisa para que possa servir de balizador junto aos professores em projetos futuros. Mas com a pandemia o projeto terá que permanecer, por enquanto, um grande talvez.



I Seminário da Rede de Grupos de Pesquisa da

## BAIXADA FLUMINENSE



# MESA 7:

Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHEd) apresenta:

## Processos Educativos em Duque de Caxias no seu período pré-emancipatório.

Mediadora:



**Dr.ª Marluce Souza de Andrade** - Doutora em Educação (PUC-Rio). Orientadora Pedagógica (SME Duque de Caxias). Diretora e pesquisadora do CEPEMHEd.

Apresentadoras:



**Prof.ª M.ª Renata Spadetti Tuão** - Doutoranda em Educação (PPGEDUC/UFRRJ). Professora (SME Duque de Caxias). Diretora e pesquisadora do CEPEMHEd.



**Prof.ª M.ª Márcia Spadetti Tuão da Costa** - Doutoranda em Educação (PPGEDUC/UFRRJ). Professora (SME Duque de Caxias). Diretora e pesquisadora do CEPEMHEd.



**M.ª Thays Rosalin de Araujo** - Mestre em Educação (UNIRIO). Orientadora Educacional (SME Duque de Caxias). Diretora e pesquisadora do CEPEMHEd.

QUINTA-FEIRA

# 16/07 às 15h

Local:



Youtube.com/CEDIMUFRAJIM



UFRRJ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

A Mesa 7, intitulada “Processos Educativos em Duque de Caxias no seu período pré-emancipatório”, foi mediada por Marluce Souza de Andrade, diretora e pesquisadora do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHed)<sup>147</sup> e apontou alguns objetivos do CEPEMHed, tais como: mapear as instituições, sujeitos e projetos educativos em disputa e as especificidades de cunho nacional e regional em interlocução com as de cunho local.

A palestrante Renata Spadetti Tuão, vinculada à Linha de pesquisa História da Educação Local, ligada ao HistedBR, listou alguns nomes de pesquisadores da história da educação na Baixada, como Leandro Sartori, Vilma Amâncio, Jucilene Barão e Amália Dias. Afirmou que universal e particular não são categorias excludentes, por isso, captar o movimento entre o singular e o universal, o movimento de constituição de práticas pedagógicas, estariam ligados ao processo histórico de organização da escolarização em Duque de Caxias. Dentre as dificuldades para o desenvolvimento das pesquisas destaca-se a localização de fontes, logo a atuação do CEPEMHed se volta também para o eixo arquivo. Destacou a influência dos movimentos ruralista (reabilitação da vocação agrícola no país) e sanitarista (aparente prevenção de doenças, mas com preocupação de que as doenças da Baixada chegassem à capital) na delimitação da função social da educação no período estudado.

Para exemplificar essa influência, as professoras Márcia Spadetti Tuão da Costa e Thays Rosalin de Araujo trouxeram algumas considerações sobre quatro instituições escolares sediadas em Duque de Caxias durante o período de 1920 a 1940, considerando que até 1931 Duque de Caxias representava o 4º distrito de Nova Iguaçu: Escola Proletária de Meriti, Escola Barão do Pilar, Escola Coronel Eliseu (atual Escola Professora Hilda do Carmo Siqueira) e Escola Alberto Torres.

---

<sup>147</sup> <https://centrodememoriadaeducacao.com/>

I Seminário da Rede de Grupos de Pesquisa da  
**CEDIM** **BAIXADA FLUMINENSE** **LAGEP-UFRRJ**  
 Laboratório de Geografia Econômica e Política

**MESA 8:**

Laboratório de Geografia Econômica e Política (LAGEP / UFRRJ) apresenta:

**Reestruturação econômica e políticas públicas na Baixada.**

**Mediadores:**

**Prof. Dr. André Rocha** - Professor Adjunto do Departamento de Geografia e do PPGGEO da UFRRJ.

**Prof. Dr. Leandro Dias de Oliveira** - Professor Associado do Departamento de Geografia e do PPGGEO da UFRRJ.

**Palestrantes:**

**M.<sup>a</sup> Priscilla Abrantes** - Mestre em Geografia pela UFRRJ e pesquisadora do LAGEP

*"Belford Roxo e a produção de Políticas Educacionais"*.

**Miguel Pinho** - Mestrando em Geografia UFRRJ

*"Reestruturação regional, retorno das chaminés e a indústria da construção civil como máquina de crescimento: uma análise de Queimados-RJ durante o governo Max Lemos (2009-2016)"*.

**André Luiz Teodoro Rodrigues** - Mestrando em Geografia UFRRJ

*"Simulacro da metrópole contemporânea: uma análise da reestruturação e produção do espaço do município de duque de Caxias/RJ e da rodovia Washington Luis (BR-040)"*.

**QUINTA-FEIRA** **Local:**   
**16/07 às 19h** **Youtube.com/CEDIMUFRRJIM**

 **UFRRJ** UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

A mesa oito iniciou com uma breve apresentação do professor Jean Sales considerando as iniciativas e empenho da professora Tania Amaro e do professor André Rocha para a realização do evento. Esta mesa contou com dois mediadores, o que difere das dinâmicas das outras mesas realizadas, foram eles os professores André Rocha e Leandro Dias de Oliveira, ambos do Laboratório de Geografia Econômica e Política (LAGEP/UFRRJ)<sup>148</sup>, que tem quase dez anos de existência e surge no sentido de aglutinar pesquisas, ou seja, não vinculadas especificamente com a geografia. Todos os palestrantes foram ou são alunos do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRRJ. Professor Leandro informa que o conceito de “Baixadas” (áreas de transição, áreas de metrópole, áreas ocupadas há mais tempo) permeia as pesquisas do grupo.

A primeira palestrante da mesa, ex-aluna do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRRJ, Priscilla Abrantes, trouxe por tema “Belford Roxo e a produção de

<sup>148</sup> <http://cursos.ufrj.br/posgraduacao/ppggeo/2020/04/14/parceria-ppggeo-e-ppgihd/>

Políticas Educacionais”, expondo alguns dados da dissertação dela, na qual foi pesquisado o Plano Municipal de Educação de Belford Roxo. Na pesquisa verificou-se que a formulação de políticas públicas está intrinsecamente relacionada à formação do território. Os pontos de análise do plano foram: diagnóstico; construção do planejamento, metas, diretrizes, execução e avaliação. A partir das entrevistas concedidas pelos sujeitos envolvidos na elaboração do Plano Municipal, constatou-se que o mesmo foi elaborado a partir da obrigatoriedade estabelecida no Plano Nacional de Educação de 2014, que condicionava o repasse de recursos financeiros à elaboração dos planos municipais. Diante deste cenário, foi constituída uma equipe técnica composta também por membros da sociedade civil. Esta equipe formulou um documento base, construiu-se um fórum, conhecido como “Dia D”, pela Secretaria de Educação para atrair a comunidade aos debates sobre o plano, plano este com vigência de 10 anos (2015-2025). A pesquisadora percebeu que no plano municipal não são apresentados dados sobre o processo de diagnóstico, apenas a reprodução de dados do censo efetuado em 2010; a fala da comunidade escolar é reduzida a um breve histórico de cada escola; houve reprodução das diretrizes mais gerais do plano nacional para o plano municipal, desconsiderando as especificidades do processo. Ou seja, por meio das entrevistas com vários segmentos e da análise do plano municipal, revelou-se que o mesmo foi produzido a partir de uma necessidade burocrática para não perder recursos financeiros, mas não houve aproveitamento desta oportunidade para fornecer diagnósticos e possíveis soluções para as demandas atuais do município, na medida em que são apresentadas demandas, mas não são apresentadas formas de execução, como o acompanhamento deste instrumento de política pública.

O segundo palestrante, mestrando André Luiz Teodoro Rodrigues, com o tema “Simulacro da metrópole contemporânea: uma análise da reestruturação e produção do espaço do município de Duque de Caxias/RJ e da Rodovia Washington Luís (BR-040)”. Investiga as possíveis influências da Rodovia Washington Luís na desvinculação da imagem de Duque de Caxias como um lugar essencialmente violento para uma área de investimentos, principalmente a partir dos anos 2000. Enquanto dados preliminares da pesquisa, verifica que os empreendimentos constituídos ao longo da BR-040 tiveram influência no aumento do PIB do município, no entanto este aumento não é revertido para a população, considerando-se o índice de desenvolvimento do município.

O terceiro palestrante, mestrando Miguel Pinho, trouxe como tema a “Reestruturação regional, retorno das chaminés e a indústria da construção civil como máquina de crescimento: uma análise de Queimados – RJ durante o governo Max Lemos (2009-2016)”,

que resume parte do segundo capítulo da dissertação em andamento. Miguel ressaltou que em 1998 há um fortalecimento do distrito industrial dentro do município de Queimados, porém a partir de 2000 este distrito industrial dá ares de abandono, com a saída de grandes empresas. Novas empresas entram neste distrito a partir de 2004/2005 impulsionadas pelo investimento no setor de petróleo e na redução de ICMS. No entanto, se há um crescimento em 2004/2005, por que a escolha de estudar as gestões de Max Lemos? Esta escolha justifica-se, segundo Miguel Pinho, pois percebe na figura de Max Lemos uma atuação como agente organizador desse distrito industrial, ou seja, houve um “esforço do gestor local em trazer empresas para Queimados”. Outros dados que embasam esta percepção é que Max Lemos é considerado apadrinhado político do ex-líder da câmara dos deputados, Jorge Picciani, pois este é padrinho de casamento do Max Lemos, bem como o ex-governador Sérgio Cabral. Desta forma, Max Lemos poderia buscar por meio da exaltação de seus parceiros políticos fomentar alianças para além do âmbito local. Neste sentido a pesquisa dialoga com os conceitos de “máquina de crescimento” e de “guerras dos lugares”, nos quais os agentes sociais fazem coalizões políticas para potencializar usos de espaço urbano em seu proveito.



I Seminário da Rede de Grupos de Pesquisa da

# BAIXADA FLUMINENSE



## MESA 9:

Programa Integrado de Pesquisa e Cooperação Técnica na Baixada Fluminense (PINBR/FEBF/UERJ) apresenta:

### Políticas Nacionais de Educação e suas Repercussões na Baixada Fluminense.

**Mediadora:**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nívea Silva Vieira** - Doutora em Educação. Professora adjunta da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF - UERJ) - Campus Duque de Caxias.

**Apresentadores (as):**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão** - Doutora em Educação. Professora Associada da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF - UERJ) - Campus Duque de Caxias.

**“O Direito à Educação de Jovens e Adultos em Municípios da Baixada Fluminense”.**

**Prof. Dr. Leandro Sartori** - Doutor em Educação. Professor substituto da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF - UERJ) - Campus Duque de Caxias.

**“Políticas de Educação Integral e sua Regulação em Municípios da Baixada Fluminense”.**

**Raquel Melo Pereira de Medeiros** - Mestranda (PPGECC da FEBF/UERJ). Coordenadora Pedagógica do IEGRS-SEEDUC RJ e Secretária Escolar (SME Duque de Caxias).

**“Função Social dos Conselhos Escolares na Perspectiva da Reforma do Estado”.**

## SEXTA-FEIRA

# 17/07 às 15h

## Local:



[Youtube.com/CEDIMUFRAJIM](https://www.youtube.com/CEDIMUFRAJIM)



UFRRJ UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

A penúltima mesa trouxe a fala inicial do professor Leandro Sartori, citado pela pesquisadora Renata Spadetti na mesa sete. Leandro expôs alguns dados sobre o PINBA, que também foi citado na mesa cinco, e relatou brevemente alguns dados de sua pesquisa que tem por tema o sistema educacional soviético e suas repercussões na Baixada Fluminense (conjuntura a partir dos anos 1980).

A segunda palestrante foi a professora Gilcilene Barão (UERJ/FEBF) e tratou da política federal para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e suas repercussões na Baixada Fluminense. Informou que há oito dissertações em andamento no programa cujos temas envolvem o regime de colaboração da EJA e a Educação Integral; Orientação educacional em Duque de Caxias; Financiamento; Educação especial; Escola sem partido. Todas as pesquisas consideram 13 municípios como integrantes da Baixada Fluminense, no entanto para o espaço do Seminário, Gilcilene Barão optou pela seleção dos quatro municípios mais populosos para apresentar dados preliminares: Duque de Caxias; Nova Iguaçu; São João de Meriti; Belford Roxo. Dentre as fontes utilizadas constam dados dos censos de matrícula até 2016; Plano Nacional de Educação e planos municipais voltados para EJA. Foram estudadas três legislaturas: 2009-2012; 2013-2016; 2017 e 2018. Em Nova Iguaçu houve queda enorme no número de matrículas, embora tenha havido um pico de matrículas em 2010. São João de Meriti tem a maior queda no número de matrículas na EJA durante o período estudado.

Finalizando a mesa houve fala da pesquisadora Raquel Melo, mestranda da FEBF, cuja pesquisa ainda está no início e tem por objetivo compreender o debate contemporâneo acerca dos Conselhos Escolares (conselhos formados pela comunidade escolar). Pretende investigar ações previstas para a escola pública e apresentou estado da arte desenvolvido a partir dos anais do Congresso Iberoamericano de História da Educação (CIHELA).

**CEDIM** I Seminário da Rede de Grupos de Pesquisa da **BAIXADA FLUMINENSE** **museu vivo do são bento**

**MESA 10:**

Museu Vivo do São Bento / Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias (CRPH) apresenta:

**O Museu Vivo do São Bento e a Museologia Social.**

**Mediador:**  
**Prof. M.e Antonio Augusto Braz** - Mestre em História Social do Brasil. Diretor do Museu Vivo do São Bento.

**Apresentadores (as):**  
**M.ª MarluCIA Santos de Souza** - Mestre em História (UFF). Diretora do Museu Vivo do São Bento.  
*"Caminhos e descaminhos de um museu de território na Baixada Fluminense."*  
**Prof. Dr. Nielson Rosa Bezerra** - Pós Doutor em História; Professor da FEBF - UERJ - Campus Duque de Caxias. Diretor de pesquisa do Museu Vivo do São Bento.  
*"O bairro que vira museu: ensino de história e museologia social."*

**SEXTA-FEIRA**  
**17/07 às 19h**

**Local:**   
**Youtube.com/CEDIMUFRAJIM**

**UFRRJ** UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

A mesa 10 encerrou o evento e versou sobre o Museu Vivo do São Bento<sup>149</sup>, o Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias (CRPH) e a Museologia Social. Moderação foi efetuada por Deise Guilhermina, que defendeu tese sobre a trajetória de estudantes negros que ingressaram na Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2004. A primeira palestrante foi a professora MarluCIA Souza que trouxe um pouco da trajetória de luta para a construção tanto do Museu Vivo do São Bento quanto do Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias (CRPH), que se confunde ou, antes, alinha com a trajetória de outros grupos como a APPH-CLIO, citada em mesas anteriores. Entre as estratégias de fortalecimento e de justificativa para a criação do Museu e do Centro de Referência foram citados os percursos e os cursos voltados para os professores sobre a história da Baixada. A Museologia Social se insere a partir do conceito de Milton Santos de uso do território, com o mapeamento das ocupações recentes, do ano de 1995 até os dias atuais, por exemplo, e do comprometimento com as mudanças desse território visando à preservação do patrimônio.

<sup>149</sup> <http://www.museuvivodosaobento.com.br/>

Nielson Bezerra destacou a publicação em 2019 do livro “De Iguassú a Baixada Fluminense: histórias de um território”, trabalho que se tornou referência para todos aqueles que buscam pesquisar acerca da história da Baixada. Também foi destacada a luta pela manutenção do Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia (IFRJ), no campus Belford Roxo<sup>150</sup>. Quanto ao Museu Vivo do São Bento, a perspectiva adotada é de uma história da Baixada Fluminense voltada para a classe trabalhadora, em um processo de “ouvir cotidiano”, e por isso envolvida nas disputas narrativas em torno da história da Baixada, que permeia desde pesquisadores independentes aos ligados a algum programa de pós-graduação. Atualmente são desenvolvidos três programas no Museu: formação continuada para professores, mas não exclusivo aos docentes, pois também foram atendidos guardas municipais, agentes de saúde, pesquisadores, entre outros; formação de jovens agentes do patrimônio, programa que busca diálogo com os alunos das escolas públicas da região; formação de mulheres, onde mulheres se encontram uma vez por semana para trocar memórias, experiências e artesanato. Há loja no Museu para venda do que esse grupo produz e 100% da renda é revertida para o grupo de mulheres trabalhadoras. O Museu também conta com exposições permanentes e temporárias de artistas da Baixada e visitas guiadas.

---

<sup>150</sup> <https://extra.globo.com/noticias/rio/politicos-brigam-alunos-de-instituto-em-belford-roxo-que-pagam-conta-23683500.html>